



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Sócrates e os “outros”: contributos para a compreensão do efeito mediático na confiança institucional

João Carlos Lopes de Sousa

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Orientadores:

Profº Doutor Tiago Lapa – Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia – ESPP, Iscte-IUL

Profª Doutora Helena Carvalho – Professora Catedrática do Departamento de Métodos de Pesquisa Social – ESPP, Iscte-IUL

Dezembro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento Sociologia

Sócrates e os “outros”: contributos para a compreensão do efeito mediático na confiança institucional

João Carlos Lopes de Sousa

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Orientadores:

Profº Doutor Tiago Lapa – Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia – ESPP, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Profª Doutora Helena Carvalho – Professora Catedrática do Departamento de Métodos de Pesquisa Social – ESPP, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento Sociologia

Sócrates e os “outros”: contributos para a compreensão do efeito mediático na confiança institucional

João Carlos Lopes de Sousa

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Júri:

Prof. Doutor Gustavo Cardoso, Prof. Catedrático ESPP, Iscte-IUL
Profª Doutora, Rita Figueiras, Profª Associada FCH-Católica
Prof. Doutor, Luís de Sousa, Investigador Principal ICS-UL
Prof. Doutor, Vania Baldi, Professor Associado com agregação ESPP, Iscte-IUL
Prof. Doutor, Tiago Lapa, Professor Auxiliar ESPP, Iscte-IUL

*“Welcome to your life
There's no turning back
Even while we sleep
We will find you
Acting on your best behaviour
Turn your back on mother nature
Everybody wants to rule the world (...)”*
Everybody Wants to Rule The World - Tears for Fears

*“(...) Everyone (everyone)
Read about it, read about it
Read it in the books, in the crannies and the nooks
There are books to read
Sowing the seeds of love
When you're sowing the seeds
Sowing the seeds (...)”*
Sowing The Seeds of Love -Tears for Fears

Trabalho realizado com o apoio de fundos públicos através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia através de uma bolsa individual com a referência PTDC/CCI-JOR/098732/2008.



Agradecimento

O trabalho que agora termina foi uma longa caminhada de seis anos – setembro 2017 a dezembro 2023. Embora seja um trabalho de autoria única, este não seria possível sem a preciosa ajuda de muitos.

Nesta medida, cabe começar por agradecer aos meus pais Maria Alice e João Barros, o irredutível apoio ao longo de toda a minha vida, mesmo quando as coisas não corriam da melhor maneira. A eles também lhes estou grato pela educação política e cultura cívica que me incutiram desde muito novo.

Inestimável e genuína gratidão à minha companheira Tânia Costa, por reiteradamente me ter “obrigado” a não desistir. À minha filha Maria Teresa e sobrinhos, Leonor, Guilherme e Oliwia, por representarem uma parte muito importante do meu legado futuro.

Ao meu irmão, Rodolfo Sousa pela sua disponibilidade na realização de algumas tarefas que realizei paralelamente ao doutoramento nos últimos anos.

Aos meus orientadores um enorme agradecimento na certeza que sem eles não seria possível realizar esta tese. Em concreto à professora Helena Carvalho pelo persistente e meticoloso acompanhamento nas tarefas mais complexas, aportando a exigência e qualidade ao trabalho que agora se finaliza. Ao professor Tiago Lapa, antes de tudo pela confiança demonstrada no meu trabalho ao longo de todos estes anos e oportunas sugestões e críticas que permitiram melhorar o trabalho final e evitar potenciais erros que se avizinhavam.

Uma nota de gratidão para alguns daqueles com que tive o prazer de trabalhar e aprender ao longo da última década e meia: Ricardo Morais, Hélder Prior, Bruno Reis, Alexandre Calado e Ana Pinto-Martinho.

Ao Nuno Amaral Jerónimo, meu professor de licenciatura, agradeço a amizade e confiança no meu trabalho, mas também a capacidade de olhar sociologicamente para a realidade de forma crítica.

Ao professor João Carlos Correia agradeço a oportunidade que me deu em ingressar pela primeira vez num projeto de investigação e desta forma ter apadrinhado o início do meu trajeto profissional na investigação. No LabCom também estou grato ao professor José Ricardo Carvalheiro e ao professor João Canavilhas pela reiterada confiança no meu trabalho. Nos cinco anos de LabCom também deixei amizades as quais me ajudaram de diferentes formas. Refiro-me em concreto a Eduardo Alves, Noel Vieira, Cristina Lopes, Rodolfo Pinto Silva, Sara Portovedo, Diana Tomás e Marco Oliveira.

Na dupla estadia no Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa tive o privilégio de trabalhar e desenvolver amizade com algumas pessoas a quem quero expressar um genuíno sentimento de gratidão. Às investigadoras Luísa Schmidt, Ana Horta e Ana Delicado pela confiança que demonstraram em novembro de 2017, ao me recrutarem para um desafiante e ambicioso projeto de Pobreza Energética, tempo que considero profundamente intenso na aprendizagem de fazer investigação. Também estou grato à investigadora Ana Sofia Ribeiro que me recrutou em janeiro de 2023 para o projeto Track-IN e assim ter a oportunidade de ingressar num projeto internacional. Do ponto de vista estritamente pessoal uma nota de agradecimento para: Inês Ponte, Maria José Lobo Antunes, Madalena Santos, Carla Gomes, Luísa Nora, Fábio Augusto Ana Patrícia Hilário e Ricardo Moreira.

Uma nota de agradecimento para o professor Gustavo Cardoso e Décio Telo, respetivamente responsável científico e técnico do Barómetro de Notícias do MediaLab Iscte-IUL, pela disponibilização das bases de dados, relativas às notícias do biénio de 2016-2017.

A Catarina Rodrigues e Ana Isabel Albuquerque estou grato pela amizade, mas também pela sua constante presença.

Um agradecimento aos meus colegas, com quem partilhei, durante quatro anos a sala 138 da Ala Autónoma do Iscte e que de certa forma mitigaram o típico isolamento que é realizar uma tese de doutoramento.

É também um momento oportuno para expressar gratidão a “velhas” amizades, algumas delas com mais de três décadas como é o caso do Jaime Eduardo, ao João Vasco Cardoso, mas também ao grupo da “Mangueirada”. Com todos eles partilho um genuíno sentimento de gratidão pela sua amizade. Agradeço ainda a Bruno Fernandes e Marco Daniel Alves, que para além das dezenas de milhares de quilómetros em bicicleta, também partilhamos uma saudável e genuína amizade. Aos meus colegas dos tempos de licenciatura e que comigo realizaram a maioria dos trabalhos de grupo desses tempos (2004-2009): José Peixoto Silva e Catarina Ferreira, fica o meu registo de gratidão.

O meu sincero reconhecimento ao Estado português, que através da Fundação para a Ciência e Tecnologia financiou esta tese, permitindo alguma estabilidade, dentro do que é a precaridade de fazer investigação em Portugal.

Resumo

Na última década tem se intensificado o interesse dos meios de comunicação social pelo escândalo de corrupção, envolvendo diversos atores e instituições, mas muito em particular responsáveis e líderes políticos. Assim, questionamos qual o efeito que a intensa cobertura mediática da corrupção terá na adesão dos cidadãos às regras e instituições democráticas? O objetivo é compreender como a cobertura do escândalo de corrupção política condiciona a adesão dos portugueses às instituições democráticas. Esta questão levanta dois desafios: o de conhecer o discurso mediático sobre corrupção e que corporiza o escândalo; e também o de medir a confiança nas instituições por parte dos portugueses mediante fatores mediáticos como consumos de conteúdos mediáticos e os contextos de socialização política. Em termos metodológicos realizou-se uma pesquisa de conteúdo a 485 notícias. Também se realizou um questionário on-line com 694 respostas validadas. Os nossos resultados sugerem que o ex-Primeiro-Ministro José Sócrates é ator central na discursividade mediática sobre corrupção; em segundo lugar os meios de comunicação têm papel crucial junto dos portugueses e no modo como estes confiam nas instituições. Concluimos que a intensa cobertura em torno de Sócrates pode ter desencadeado o efeito de “maçã podre”, constituindo-se como momento social de depuração.

Palavras-chave: escândalo de corrupção; Sócrates; confiança institucional; meios de comunicação social; política

Abstract

In the last decade, the media's interest in corruption scandals has intensified, involving various actors and institutions, but particularly political leaders and officials. We therefore wonder what effect the intense media coverage of corruption has on citizens' adherence to democratic rules and institutions. The aim is to understand how the coverage of the political corruption scandal affects Portuguese adherence to democratic institutions. This question raises two challenges: to know the media discourse on corruption that embodies the scandal; and, to measure the Portuguese trust in institutions through media factors such as consumption of media content and the contexts of political socialization. In methodological terms, a content survey was carried out on 485 news items. An online questionnaire was also carried out with 694 validated responses. Our results suggest that former Prime Minister José Sócrates is a central actor in media discourse on corruption; secondly, the media play a crucial role with the Portuguese and in the way they trust institutions. We conclude that the intense coverage surrounding Sócrates may have triggered the "rotten apple" effect, constituting a social moment of purification.

Key-words: corruption scandal; Sócrates; institutional trust; media; politics

Índice

Introdução	17
Capítulo 1 – Escândalo político: agentes, instituições e suas consequências.....	27
1.1. O escândalo como produto mediático: das origens socioculturais às circunstâncias mediáticas contemporâneas.....	27
1.1.1. Abordagem funcionalista	29
1.1.2. O escândalo como imperativo funcional da política contemporânea	33
1.1.3. Polarização e moralidade em torno de Sócrates: erosão do papel depurador do escândalo?	33
1.1.4. Espaço público: transformações e reconfigurações	36
1.1.5. Mudança e construção social da realidade: representações de transgressão	39
1.1.6. Aproximações a uma definição construtivista de escândalo: o escândalo político em torno de Sócrates	40
1.1.7. O escândalo na sociedade em rede: uma síntese das raízes socio-mediáticas do escândalo contemporâneo	42
1.1.8. Do Escândalo em rede às representações sociais de corrupção	49
1.2. Pânico moral: o substrato cultural e mediático do escândalo	52
1.2.1. Moralidade e emoções no discurso mediático: o papel do pânico moral no escândalo em rede.....	53
1.2.2. A gestão mediática do pânico moral na construção dos escândalos.....	55
1.3. Tendências jornalísticas contemporâneas na cobertura do escândalo	56
1.3.1. O lugar do escândalo no agendamento mediático em transformação.....	59
1.3.2. Escândalo na era dos meios de comunicação de massa.....	65
1.3.3. O agendamento do escândalo na transição digital.....	67
1.3.4. O agendamento do Escândalo em tempo de gatekeeper algorítmico	69
1.3.5. Resistência e longevidade do escândalo no agendamento noticioso.....	72
1.4. Consequências dos escândalos: escândalo Sócrates como campo de confronto político e social	74
1.4.1. Pontas soltas na pesquisa atual sobre as consequências dos escândalos.....	76
Capítulo 2 - Mediatização como processo de transformação social e política: perspectivas, atores e instituições.....	78
2.1. Teoria social da mediatização: abordagem estruturalista	78
2.1.1. Da mediação à mediatização: particularismo na estruturação do escândalo político.....	80
2.1.2. A abordagem estruturalista da mediatização política: uma questão de confiança	82

2.1.3. Sistemas de media em sociedades em mediatização: discutindo idiossincrasias do sistema de media português.....	86
2.1.4. Mediatização direta e indireta: particularismo contextuais: eclosão e construção do escândalo da “operação Marquês”	93
2.1.5. Da autonomização dos meios de comunicação ao papel Estado na sua emergência: o potencial monolitismo de perspectiva	94
2.1.6. Entre a homogeneização e a diversificação: o público e o privado na construção do escândalo em sociedades mediatizadas	95
2.1.7. Estrutura e agência: a distribuição de recursos mediáticos no escândalo de corrupção ...	97
2.1.8. O poder do jornalismo em tempo de mediatização: gerindo tensões entre objetividade e opinião na construção do escândalo	100
2.1.9. Do consentimento mediático ao agendamento e enquadramento jornalístico: o lugar da política e dos políticos	101
2.1.10. Da personalização ao imperativo da visibilidade: o escândalo político como consequência	105
2.1.11. Das massas à intimidade: o modelo de comunicação conversacional nas sociedades mediatizadas.....	106
2.1.12. Da hibridização do jornalismo: o emergente papel do político comentador em sociedades mediatizadas.....	109
2.1.13. Críticas e reflexão: corrupção e escândalo e atores e seus papéis	113
2.2. A abordagem fenomenológica do processo de mediatização das sociedades contemporâneas	115
2.2.1. Mediatização fenomenológica e sua ancoragem sociocultural: a construção da corrupção e do escândalo	116
2.2.2. Da comunicação mediada à negociação de papéis e estatutos: o político no público e privado	120
2.2.3. Mundo social e os meios de comunicação: disposições e intersubjetividades dos atores no Panamá Papers e “operação Marquês”	121
2.2.4. Das massas à digitalização: representação política como um “jogo” de corrupção e escândalo	124
2.2.5. O papel dos meios de comunicação na hibridez institucional: os atores políticos e sua condição mediatizada	128
2.2.6. Crítica e síntese à abordagem da fenomenologia à corrupção e ao escândalo político ...	130
2.3. Agentes mediáticos e políticos: da mediação à mediatização.....	132
2.3.1. Os primórdios de interação dos meios de comunicação com a política e seus atores.....	133
2.3.2. A caminho da mediatização: autonomização institucional e mudanças no jornalismo e na política	135
2.3.3. Do enquadramento da política às atitudes políticas dos cidadãos em sociedades mediatizadas: indiferença e desconfiança	137
2.3.4. (Re)negociando novos papéis entre agentes mediáticos em sociedades mediatizadas...	141

2.4. Mediatização como articulador conceptual: política, jornalismo e escândalo.....	144
2.4.1. A política e seus atores em aproximação e adaptação: da emergência de novas áreas da política à comunicação intimista	145
2.4.2. Implicações institucionais da mediatização da política: desconfiança institucional dos cidadãos.....	148
2.4.3. Da mediatização reflexiva à mediatização radical: atores políticos e agentes mediáticos um jogo de crescente tensão.....	150
2.4.4. Mediatização política radical: a erosão do escândalo como depurador social e político.	152
Capítulo 3 - Meios de comunicação e poder: agendamento e enquadramento da corrupção e do escândalo político.....	156
3.1. O sistema mediático e a sua articulação com o sistema de justiça e político.....	156
3.2. Meios de comunicação como agentes de poder e transformação.....	159
3.3. Corrupção e “populismo mediático”: Sócrates como ativo mediático	163
3.3.1. Crise económica: corrupção e jornalismo.....	166
3.3.2. Populismo e corrupção: erosão da confiança nos atores políticos e institucionais.....	167
3.3.3. Contradições democráticas da transformação da mediatização e digitalização	169
3.4. Da realidade mediática à realidade socialmente percebida.....	171
3.5. Jornalismo e meios de comunicação: gerindo mudanças e tensões	173
3.6. Cobertura mediática e jornalística da corrupção: convergências e divergências sistêmicas... ..	174
3.7. Enquadramento jornalísticos da corrupção.....	176
3.8. Corrupção como “alimento” dos ciclos de noticiabilidade	178
3.9. Enquadramento da corrupção e do escândalo como fator político	181
3.9.1. O enquadramento dos escândalos políticos: particularidades e a centralidade dos atores como Sócrates	184
3.10. A centralidade do escândalo de corrupção política nas democracias liberais.....	185
3.10.1. O impulso comercial do escândalo de corrupção política: entre particularismos e curiosidades	187
3.10.2. O escândalo nos meios de comunicação reduto moral da comunidade: da catarse social à competição mediática	189
3.10.3. Orientação política dos escândalos de corrupção	191
3.11. Os efeitos sociais e na opinião pública dos escândalos de corrupção política	193
3.11.1. Consequências políticas da construção do escândalo de corrupção nos meios de comunicação.....	197
3.11.2. Desafios e potenciais disfuncionalidades do enquadramento fragmentado do escândalo político nas redes sociais digitais	198
Capítulo 4 – Método	202
4.1. Do qualitativo ao quantitativo: uma abordagem baseada em métodos mistos.....	202

4.2. Entre questões de investigação e objetivos específicos: aplicação de pesquisa de conteúdo e aplicação de questionário	203
4.2.1. Questões e objetivos específicos da pesquisa de conteúdo	204
4.2.2. Hipóteses de investigação - questionário	207
4.3. Pesquisa de conteúdo: considerações metodológicas	211
4.3.1. Pesquisa de conteúdo - seleção dos escândalos de corrupção	214
4.3.2. Pré-teste	216
4.3.3. Conceitos e medidas	217
4.4. Inquérito por questionário.....	224
4.4.1. Estrutura do questionário.....	224
4.4.2. Pré-teste	227
4.4.3 Procedimentos.....	227
4.4.4 Participantes	228
4.4.5. Conceitos e medidas	228
Capítulo 5 – Resultados da pesquisa de conteúdo	232
5.1. Meios e Grupos de Comunicação	232
5.1.1. Síntese: negatividade individual	234
5.2. Sectores de media	236
5.2.1 – Síntese: negatividade no digital	237
5.3. Atores.....	238
5.3.1. Tipologias de atores e sua conotação.....	241
5.3.2. Construção e tratamento dos atores.....	249
5.3.3. Síntese.....	253
5.4. Enquadramento	254
5.5. Estatuto no processo	264
5.5.1. Síntese.....	266
5.6. Estatuto no discurso mediático	268
5.6.1. Síntese.....	271
Capítulo 6 – Resultados da componente quantitativa da pesquisa.....	273
6.1. Resultados preliminares	273
6.2. Teste das hipóteses de investigação.....	275
6.2.1. Preditora dietas mediáticas	275
6.2.2. Preditora contextos de socialização política.....	278
Capítulo 7 - Discussão	283
Conclusões	297

Referências Bibliográficas	299
Anexos	341
Anexo A - Notas etnográficas da pesquisa de conteúdo	341
Anexo B – Grelha da pesquisa de conteúdo	344
Anexo C – Guião do questionário	350
Anexo D – Alterações ao questionário.....	356

Índice de Quadros e Figuras

Figura 4.1 – Modelo de investigação	210
Figura 4.2 - Notícias de corrupção 2016	215
Figura 4.3 - Notícias de corrupção 2017	215
Quadro 4.1 - Distribuição por Escândalo	216
Quadro 4.2 – Blocos de questões que compõem o questionário	225
Quadro 4.3 – Medidas dos conceitos	230
Figura 4.4 - Modelo de análise.....	231
Quadro 5.1 – Meios de comunicação social e seus proprietários	232
Quadro 5.2 – Distribuição por setores de media	236
Quadro 5.3 – Conotação dos atores por sector	237
Quadro 5.4 – Presença de atores nas notícias.....	239
Quadro 5.5 - Totais de presenças dos atores	240
Figura 5.1 – Categorias de atores e sua conotação	241
Figura 5.2 – Tipologia de atores presentes nas notícias	242
Quadro 5.6 – Conotação dos atores por Escândalo.....	244
Quadro 5.7 – Atores institucionais e sua conotação	244
Quadro 5.8 – Atores individuais e sua conotação	246
Quadro 5.9 – Partidos políticos nas notícias.....	247
Quadro 5.10 – Líderes políticos nas notícias	248
Figura 5.3 – Conotação de líderes e partidos políticos	249
Quadro 5.11 – Atores e seu enquadramento nos escândalos	252
Figura 5.4 – Tipologias de enquadramento	255
Figura 5.5 - Manchetes	256
Figura 5.6 – Fonte no enquadramento	256
Figura 5.7 – Centro de ação do enquadramento	257
Figura 5.8 – Definição do problema.....	258
Figura 5.9 – Quadro de generalização	258
Figura 5.10 – Interpretação causal	259
Figura 5.11 – Tipos de interpretação causal	260
Figura 5.12 – Escala das causas.....	261
Figura 5.13 – Avaliação moral.....	261
Figura 5.14 – Imputação do ónus moral	262
Figura 5.15 – Recomendação de solução	263

Figura 5.16 – Tipologia das soluções	263
Figura 5.17 – Estatuto no processo de atores nas notícias.....	264
Figura 5.18 – Estatuto dos atores no discurso mediático	268
Quadro 6.1 - Estatísticas descritivas, consistência e correlações entre variáveis em estudo.....	274
Figura 6.1 – Modelo de análise para hipótese 1	276
Quadro 6.2 – Resultados de regressão para a mediação das representações sociais da corrupção na relação entre dietas pobres em informação e confiança institucional.....	277
Quadro 6.3 – Resultados de regressão para a mediação das representações sociais da corrupção na realção entre dietas ricas em informação e confiança institucional	278
Figura 6.2 – Modelo de análise para hipótese 2.....	279
Quadro 6.4 – Resultados de regressão para a mediação das representações sociais da corrupção na relação entre contextos de socialização política presencial e confiança institucional	279
Quadro 6.5 – Resultados de regressão para a mediação das representações sociais de corrupção na relação entre os contextos de socialização política mediada e confiança institucional	281
Quadro 6.6 – Resultados de regressão para a mediação das representações sociais da corrupção na relação entre os contextos de socialização política digital e confiança institucional	282

Introdução

Nas últimas décadas assistiu-se a profundas transformações e pressões sobre os meios de comunicação social, tais como a mediatização das diversas esferas da sociedade (Hjarvard, 2013; Couldry e Hepp, 2016), em particular, as esferas política e judicial e no modo como estes cumprem a sua função essencial de informar e contribuir para uma cidadania informada e decorrentemente uma opinião pública ativa e atenta às incidências das questões de interesse público, como as que se prendem à vigilância do poder político (Mann e Ferenbok, 2013). Do ponto de vista institucional a esfera dos meios de comunicação sociais também sofreu profundas mudanças, nomeadamente com o aparecimento dos ciclos noticiosos de 24 horas, sete dias por semana, através das estações de notícias, que procuram alimentar o intenso fluxo informativo. Seguindo a perspetiva da mediatização da esfera política e judicial, entre outras, os atores são impelidos a tornarem-se visíveis no espaço público mediático (Figueiras, 2017) e desta forma a exporem-se numa lógica de apropriação da lógica mediática. Nesta senda, é argumentado que o espaço mediático, convencional e digital, tem crescido enquanto palco da atividade judicial e luta política, tornando-as iminentemente em atividades comunicacionais (Cardoso, 2023), como mecanismo extrajudicial de acusação e defesa e de confronto dos diversos interesses existentes na sociedade. Na discussão sobre se o meio é a mensagem, tem havido preocupações sobre as especificidades do on-line nos processos de mediatização da política e da sua transformação em política comunicacional. Parte do interesse neste empreendimento é a identificação das características de mediatização do escândalo político na esfera digital face aos meios de comunicação convencionais, mas também entender a atratividade do mundo digital como meio de informação, produção de conteúdos, partilha e discussão de casos de corrupção e os seus efeitos na opinião pública e publicada, na formação de representações e atitudes face às instituições e atores políticos.

As plataformas digitais podem permitir o anonimato, a invisibilidade, a disseminação instantânea de conteúdos e o agrupamento de indivíduos com ideias, convicções ou posicionamentos políticos, cívicos e ideológicos semelhantes (Brown, 2018) que podem ser instados a publicar e partilhar com base numa sensação de empoderamento e isenção face às potenciais consequências.

O discurso sobre corrupção nos meios de comunicação digitais pode assumir uma linguagem caracterizada por fazer uso de um léxico ofensivo ou potencialmente prejudicial e generalizante que se espalha com velocidade e acessibilidade sem precedentes (Klein, 2017). Tal como o discurso de ódio, pode ser motivado por preconceito agressivo e dirigido a políticos ou grupos com base em características percebidas. Esse tipo de discurso pode ser feito em diferentes espaços digitais, como anúncios de notícias, caixa de comentários, fóruns on-line e redes sociais digitais.

Fora das normas editoriais e deontológicas da prática jornalística, e sendo um campo de difícil aplicação de normas jurídicas e de regulação como o direito ao bom nome, o discurso on-line pode assumir formas discursivas hostis, agressivas e atentatórias dos atores em cargos públicos e políticos. Klein (2012), embora falando sobre o discurso de ódio, refere-se a essa prática como uma “teoria da lavagem de informações”, um conjunto de técnicas usadas para legitimar convicções através de uma “rede emprestada de associações”. Essa “rede” ajuda a espalhar um ponto de vista, não apenas por meio de palavras, símbolos e imagens, mas também por meio de hiper-links, downloads, chamadas de notícias, ameaças, teorias da conspiração e até recorrendo a elementos da **cultura pop**.

A dinâmica discursiva dos meios digitais está igualmente relacionada ao capital social. Indivíduos com alto capital social em redes sociais on-line podem apresentar maior probabilidade de serem produtores desse tipo de conteúdo. Isso mostra que, apesar das descrições de capital social como um recurso positivo extraído de redes e comunidades sociais (Putnam, 1993; Portes, 1998), ele pode assumir um lado mais agnóstico quando usado por certos indivíduos para propagar discursos libatórios ou putativamente probatórios ou acusatórios. Essa ligação entre discurso on-line e capital social é mais coerente com a abordagem neutra de Bourdieu (2012) do conceito, visto como uma fonte recíproca de validação e reconhecimento e como um recurso nas lutas de poder entre grupos sociais. Neste Quadro, um dos resultados identificados é a polarização decorrente de um discurso crescentemente assente em antagonismos e onde se estreita o espaço para diálogo entre diferentes posições cívicas, políticas e ideológicas.

Quer a corrupção, quer a cobertura mediática da corrupção, impactam nas representações sociais dos cidadãos (Mancini *et al.*, 2017; Berti, 2019). O papel dos meios de comunicação neste processo constituiu-se como fundamental na medida em que ao veicular casos de alegada corrupção e alimentando a agenda mediática constantemente de escândalos de corrupção contribui de forma decisiva para uma opinião pública em que

proliferam as representações sociais de corrupção como processo generalizado envolvendo grupos sociais dominantes e instituições da ordem liberal. Nesta medida, consideramos por representações sociais o conjunto de conhecimentos e opiniões que sendo majoritários nas sociedades e comunidades, facilitam a interpretação e explicação de um dado facto ou algo relacionado com um ator ou objeto. Este é um processo essencialmente coletivo e social resultando da interação social e que é generalizado a um grupo ou comunidade (Moscovici, 2001). É conhecido e reconhecido que os meios de comunicação são elementos charneira na qualidade da vida coletiva do funcionamento da própria democracia. No caso da corrupção ao noticiarem, produzindo um escândalo, os agentes mediáticos permitem que a sociedade se “veja ao espelho”, possibilitando não só conhecer as práticas corruptas, isto é, executando a sua função de informação e formação a opinião pública e de certo modo desencadear processos judiciais que possam levar à justiça os envolvidos no escândalo.

Para Mancini *et al.* (2017) estas características estruturantes do ecossistema mediático condicionam o modo como os meios de comunicação social cobrem a corrupção e constroem o escândalo político. Desta forma a segmentação do mercado dos meios de comunicação revela ter papel relevante na medida em que por exemplo a proeminência de uma imprensa de carácter sensacionalista pode servir de propulsor à maior cobertura; por outro lado, da competição política pode-se considerar um elemento impulsionador do interesse jornalístico pela corrupção e pelo escândalo, na medida em que diferentes fações políticas e ideológicas tendo acesso aos meios de comunicação tenderão a desvelar práticas corruptas de forma a exponenciar ganhos eleitorais; a potencial diversidade resultante destes dois primeiros fatores leva a que possam existir diferentes representações da corrupção, o que em última análise levar à inexistência de um consenso amplamente partilhado na sociedade.

A cobertura jornalística da corrupção está associada às próprias representações que dela fazem as respetivas populações. De acordo com Berti (2019) em países com baixos níveis percebidos de corrupção, a comunicação social tende a adotar estratégias de individualização das responsabilidades, o que se traduz em escândalos que assentam essencialmente na personalização da imputação da corrupção. Por outro lado, a em países com altos níveis de corrupção percebido, como é o caso por exemplo de Itália, as representações dos escândalos de corrupção tendem assentar na ideia de fenómeno generalizável à sociedade e instituições que a suportam. Deste modo, estando Portugal

mais próximo dos indicadores italianos é lícito questionar porque a cobertura jornalística na construção do escândalo em torno de Sócrates foi feita com recurso à personalização?

Na esfera cultural, o processo de crescente mediatização das sociedades contemporâneas tem imprimido transformações no modo como os cidadãos se relacionam com as instituições (Couldry, 2016) e como estas se relacionam entre elas (Hjarvard, 2013). A cultura vigente tem substituído progressivamente o estatuto de cidadão pelo de mero consumidor (Keum *et al.*, 2004), por outras palavras, diríamos que esta alteração tem como substrato cultural e político o facto de os meios de comunicação passarem a dar primazia a desígnios mercantilistas e de rentabilidade secundarizando a função de informar a cidadania e com isso contribuir para a qualidade do debate político. Ciclicamente somos expostos pelos meios de comunicação social portugueses a surtos de notícias a reportar práticas alegadamente ilícitas por parte de diferentes dirigentes com notoriedade pública. As notícias sobre corrupção de forma amiúde ou de modo mais sistemático têm marcado a agenda mediática transpassando a ideia de que estamos perante um fenómeno generalizado entre os grupos políticos, económicos e financeiros dirigentes portugueses. A este fenómeno não será de todo alheio o recrudescimento do populismo (Mudde e Kaltwasser, 2017), mesmo que em Portugal (Duarte *et al.*, 2019; Serrano, 2020). A erosão do capital de reputação da classe política é particularmente preocupante na medida que é a ela que em última análise é imputada a responsabilidade da direção do país e particularmente da resolução das sucessivas crises e necessidades das populações. Neste quadro, o questionamento principal, que serve de linha orientadora para a presente pesquisa, é o seguinte: num contexto de comunicação em rede e da crescente importância das plataformas digitais na formação da opinião dos cidadãos e na circulação da informação, a prática jornalística concreta tem priorizado o sensacionalismo, a personalização, bem como o *fait-diver* na construção do relato jornalístico sobre grandes casos de suspeitas de corrupção em Portugal? O espaço público e mais concretamente o debate político tem sido objeto de transformações, constituindo-se como estrutura social central? Que ramificações e implicações, sejam positivas e/ou negativas, tem entre os cidadãos? O objetivo geral da presente tese consiste na compreensão no modo como o escândalo de corrupção é construído pelos meios de comunicação social em Portugal e como este se repercute nas atitudes sociais e políticas dos cidadãos.

Subsidiariamente acrescentam-se ainda as seguintes questões corolárias: quanto à cobertura da atividade política, esta tende a concentrar-se nos traços pessoais e de carácter dos responsáveis públicos, secundarizando questões programáticas e ideológicas que

servem de substrato ao debate? No caso da construção do escândalo de suspeitas de corrupção o enquadramento jornalístico concentra o seu enfoque nos atores, nos seus traços e características enveredando num estilo jornalístico de cariz sensacionalista e assim captar atenção dos cidadãos entendidos enquanto consumidores? Com isto pode-se considerar que a cobertura jornalística do escândalo político se desvia de um espaço político-mediático que disseca e debate as causas estruturais e incentivos institucionais para a corrupção? A verificarem-se, serão estas tendências transversais aos representantes do jornalismo português analisados? Considerando os escândalos de corrupção que despoletaram maior interesse, entre meios de comunicação social em Portugal questiona-se em que medida existem diferenças no tratamento entre os meios de comunicação e respetivos grupos proprietários para cada escândalo? Mais, em que medida existem diferenças entre os quatro sectores de media na cobertura do escândalo político?

Um caso ilustrativo são os acontecimentos de novembro de 2014 relativos à prisão do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates, à chegada ao aeroporto de Lisboa vindo de Paris constituem-se como um momento culminante na cobertura dos meios de comunicação social portugueses dos alegados casos de corrupção que envolvem o ex-responsável político. A existência de câmaras e de uma equipa repórter no local, naquilo que se julgava ser um momento sigiloso das autoridades policiais e judiciais, foi transformado num evento mediático espectacularizado e que veio a dar quase dez anos depois ao maior escândalo mediático que ainda hoje preenche capas de jornais e aberturas de noticiários nas principais estações de televisão portuguesa. Este escândalo de corrupção tem uma dupla relevância: de um ângulo estritamente quantitativo, uma vez que se produziu um número incomparavelmente maior do que qualquer outro escândalo até aí, sendo a agenda mediática marcada por este tema no biénio 2016-2017 como demonstramos mais à frente. Por outro lado, também o é de um prisma qualitativo, na medida em que nesse está envolvido um ex-Primeiro-Ministro. Contudo, o espectro mediático da última década também ficou marcado com a eclosão de outros escândalos de corrupção como são os casos da IPSS (Instituição Privada de Solidariedade Social) – Raríssimas e o Panamá Papers. Ambos os escândalos têm natureza e âmbito distintos. Por um lado, o caso Raríssimas tem como Figura central a antiga presidente Paula Brito e Costa que foi denunciada por alegadas práticas ilícitas de gestão e de ligação ao poder político. Por outro lado, o escândalo designado como Panamá Papers tem um lastro internacional e transfronteiriço ao ter no centro da ação um escritório de advogado e apoio jurídico sediado no Panamá e que alegadamente ajudou dirigentes políticos de todo o mundo e

empresário de diversos sectores de atividade a esconder património das entidades oficiais dos respetivos países.

A recolha dos dados consiste na realização de duas fases, por um lado a análise de conteúdo a notícias dos meios de comunicação sobre escândalos de corrupção e por outro lado, a aplicação de um inquérito por questionário on-line a cidadãos e residentes em Portugal sobre os meios de comunicação e o seu trabalho de cobertura da corrupção. De forma a caraterizar e mapear a cobertura do escândalo de corrupção em Portugal procede-se à análise de conteúdo dos meios de comunicação social portugueses. Esta fase de produção empírica passa pelos seguintes objetivos específicos. Relativamente aos meios de comunicação social – perceber quais os grupos empresariais de media e respetivos meios de comunicação social demonstram maior interesse nos escândalos de corrupção, considerando os diferentes escândalos de corrupção; tendo ainda como objetivo contrastar os meios de comunicação social públicos dos privados. É expectável que na construção do escândalo de corrupção os meios de comunicação social portugueses tendam a adaptar a sua forma de cobrir este fenómeno, mediante os ditames do sector digital. Nesta linha de raciocínio também se aborda a dimensão dos sectores. Numa fase das sociedades intensamente mediatizadas, em que a comunicação em rede se estende à escala global, pretende-se discernir similitudes e diferenças entre a cobertura realizada pelos sectores de media tradicional e digital. Decorrente deste objetivo maior, definem-se ainda dois objetivos específicos: caraterizar a cobertura dos quatro sectores e comparar a cobertura feita pelos sectores tradicionais e o sector digital.

Os atores são uma dimensão fundamental nas notícias sobre corrupção e que estruturaram a discursividade jornalística. Desta forma, temos três objetivos específicos que passam por: identificar os atores que são mencionados nas notícias dos quatro escândalos; medir a conotação com que são construídos e apresentados os atores pelo discurso jornalístico, por escândalo; comparar a conotação dos atores individuais e institucionais mencionados nas notícias.

Em face de uma prática jornalística que passa pela criação de um ambiente caraterizado pela espetacularidade, a cobertura da corrupção e construção do escândalo tende a assentar num enquadramento centrado na negatividade. Com efeito, os objetivos específicos da abordagem do enquadramento passam por caraterizar a definição do problema; identificar a existência de interpretações causais e medir a existência de avaliação moral. Estes objetivos específicos serão operacionalizados através da identificação de diferentes tipos de enquadramento para cada um dos escândalos

estudados, contrastando os escândalos e identificando similitudes e diferenças. Um outro indicador de caracterização do enquadramento jornalístico diz respeito a menção às causas da corrupção e do escândalo, que são medidos através do binómio individual vs coletiva. Ainda dentro do estudo do enquadramento pretende-se avaliar a existência de juízo moral nas notícias e a sua imputação é o indicador que utilizámos.

Finalmente concluímos a caracterização da cobertura do escândalo através da abordagem ao estatuto no processo e estatuto no discurso jornalístico. Neste âmbito pretende-se: compreender a associação do estatuto no processo ao tratamento nas notícias; além de reconhecer o estatuto dominante com que os atores são construídos no discurso mediático.

Num segundo patamar de análise pretende-se abordar as representações sociais e políticas dos cidadãos portugueses e o modo como os meios de comunicação condicionam a construção dessas representações e como se repercutem na confiança institucional. Os objetivos que operacionalizam esta questão passam por: categorizar os inquiridos com representações sociais de corrupção como fenómeno generalizado e de corrupção como fenómeno isolado; medir a confiança nas instituições; discernir contextos de formação da opinião política; e caracterizar as dietas mediáticas.

O trabalho que agora iniciamos estrutura centrada em seis capítulos, mais a introdução e conclusões. Nos três primeiros capítulos procede-se à revisão da literatura na área de sobreposição do escândalo político, da mediatização das sociedades contemporâneas e finalmente da corrupção enquanto objeto jornalístico e elemento do debate público e institucional.

A primeiro capítulo é dedicado ao conceito de escândalo político. Apresenta-se e discute-se as funções sociais do escândalo, nomeadamente a de depuração social de práticas que vão contra a normatividade social vigente. Por outro lado, o escândalo é também encarado a partir de uma abordagem que chamemos de construtivista, possibilitando vê-lo como um campo onde o conflito social e político passa de uma condição latente a manifesto. Subsidiariamente procura-se ainda no primeiro capítulo discutir algumas das consequências do escândalo e mais genericamente da cobertura jornalística sobre práticas percebidas como contra normativas como o pânico moral. Finalmente, articula-se tendências conceitos oriundos da abordagem ao estudo do jornalismo contemporâneo, como o agendamento no âmbito do escândalo político. O percurso teórico empreendido ao longo do primeiro capítulo sugere que o escândalo em torno do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates passa por se perspetivar este como um

espaço de conflito essencialmente político e não tanto como momento de depuração social.

No segundo capítulo procura-se explorar as duas principais teorias da crescente influência que os meios de comunicação têm nas sociedades contemporâneas. Na abordagem à mediatização que ensaiamos na presente pesquisa passa por uma tentativa de síntese entre uma abordagem eminentemente estruturalista que se concentra na análise das relações entre as instituições, particularmente o modo como a lógica mediática tem penetrado no modo de organização e funcionamento das demais instituições mormente a política. Por outro lado, a abordagem fenomenológica procura compreender como os meios de comunicação estão a alterar sub-repticiamente as práticas sociais quotidianas. De seguida exploramos o conceito de pânico moral, enquanto condição *sine qua non* para a emergência de um escândalo, ou por outras palavras um processo que intersecta o sistema cultura e normativos e o torna sensível à cobertura mediática de alegadas práticas ilícitas. A ideia síntese do capítulo passa por advogar que a mediatização da política tem assentado na crescente personalização e sensacionalismo no discurso jornalístico. Esta vulgarização do discurso mediático sobre política tem tido uma dupla consequência, por um lado erodido o capital reputacional dos atores políticos, mas por outro lado, tem erodido a sensibilidade da opinião pública relativamente à corrupção e ao escândalo político.

O terceiro capítulo tem como eixo estrutural a relação entre transformações no jornalismo e a cobertura da corrupção e da atividade política. Defende-se que a corrupção e os casos em que os atores principais são atores políticos são aqueles mais apetecíveis e que maior atenção despoleta entre os diversos meios de comunicação social em Portugal. O capítulo é encerrado com uma reflexão acerca do escândalo como instrumento do conflito político entre forças políticas antagónicas.

No quarto capítulo procuramos descrever detalhadamente os procedimentos metodológicos. Esta componente tem como finalidade responder às questões de pesquisa como aos objetivos traçados anteriormente, sejam os específicos da análise de conteúdos às notícias, seja os relativos ao inquérito por questionário on-line, isto é, este último no âmbito dos estudos sobre os efeitos dos media. A estratégia metodológica consiste na implementação de métodos mistos de forma caracterizar a cobertura mediática do escândalo e posteriormente o modo como as representações de corrupção se refletem em atitudes de desconfiança perante as instituições e organização política da sociedade, ou por outras palavras, estudar o mesmo objeto a partir de perspetivas distintas. O capítulo é

estruturado as duas importantes secções, cada uma dedicada aos dois momentos de recolha de dados: análise de conteúdo e inquérito por questionário. Em cada uma destas secções definimos conceitos e dimensões relevantes que estão a montante da construção dos dois instrumentos. nomeadamente as questões que impulsionam a pesquisa, respetivas hipóteses. Também definimos os objetivos gerais e específicos da pesquisa.

O capítulo seguinte, quinto, trata da exposição e discussão em tornos dos dados relativos à análise de conteúdo às notícias dos escândalos de corrupção estudados. A exposição é estruturada tendo em linha de conta a concretização dos objetivos específicos definidos para este momento da pesquisa. Em termos de resultados esperados dir-se-á que a cobertura dos escândalos de corrupção em Portugal assenta sobretudo na negatividade e/ou num discurso reiteradamente penalizador dos atores envolvidos. Relativamente ao enquadramento dos atores para além de serem construídos em moldes negativos, o relato jornalístico atribuí aos atores individuais, onde se destacam os responsáveis políticos e o ex-Primeiro-Ministro José Sócrates e Paula Brito e Costa como agentes aos quais são frequentemente imputadas as responsabilidades relativamente aos alegados casos de corrupção.

No sexto capítulo procura-se expor e discutir os dados mais relevantes do questionário on-line que se aplicou aos portugueses relativamente às representações sociais e mediáticas da corrupção. O objetivo desta fase visa compreender a relação entre representações sociais de corrupção e a confiança institucional. Na literatura é recorrente a associação de um jornalismo sensacionalista e de uma cobertura da atividade política e da corrupção personalista estarem relacionadas com atitudes sociais e políticas de desconfiança política e de distanciamento da esfera institucional. Os dados revelam que efetivamente representações sociais de corrupção generalizada estão associadas a atitudes sociais e políticas de desconfiança.

Finalmente, encerramos com uma síntese dos principais resultados, ao estabelecer-se um diálogo com a literatura estudada e discutida nos primeiros capítulos. Dos resultados sobressai por um lado a ideia de uma cobertura noticiosa da corrupção em Portugal sensacionalista, personalista e particularmente imputadora à classe política. Por outro lado, representações de corrupção como fenómeno generalizável na sociedade portuguesa estão associadas a atitudes políticas de desconfiança relativamente à política e à sua esfera institucional. Os dados sugerem que de uma forma genérica e talvez não intencional os meios de comunicação social portugueses estejam a impactar

negativamente no debate público e no afastamento e desinteresse de uma parte crescente dos portugueses relativamente à política formal.

Perante a evidência empírica produzida e a reflexão subsequentemente realizada emerge uma questão, a qual se prende com a função social contemporânea dos escândalos em sociedades mediatizadas e que passa por questionar se este ainda é um momento e espaço social e mediático de reflexão coletiva e com isso de depuração social, ou se em alternativa se assiste a uma plena colonização do escândalo político de corrupção como espaço onde se expressa a crescente polarização social e política das sociedades contemporâneas.

Capítulo 1 – Escândalo político: agentes, instituições e suas consequências

1.1. O escândalo como produto mediático: das origens socioculturais às circunstâncias mediáticas contemporâneas

Esser e Hartung (2004) têm uma definição de escândalo político que adjetivamos de *sui generis*, ao postular que se trata de um intenso fluxo comunicacional na esfera pública, construído pelos meios de comunicação social e seus *gatekeeper* ao denunciarem práticas (reais ou imaginárias) que até aqui estariam ocultas da opinião pública e que se constituem como transgressoras da moralidade vigente. Esta definição para além do facto de incluir práticas reais ou apenas rumores, tem a relevância de enfatizar a dimensão da moral. A atmosfera de indignação e de repúdio para com a transgressão de atores políticos tem levado à intensificação da presença do escândalo político nos meios de comunicação social (Maier et al., 2019). Numa abordagem de caráter longitudinal Allern e Pollack (2019), demonstraram que nas sociedades escandinavas, há um crescendo número de notícias relativas a transgressões por parte de políticos e detentores de cargos públicos ao longo das últimas quatro décadas. É possível, ainda que dentro de algumas reservas, que se possa tratar de uma tendência extensível às demais democracias liberais ocidentais, em que os meios de comunicação gozam de relativa liberdade de expressão e existe alguma diversidade em temas e fontes.

Por conseguinte, importa perceber algumas das razões pelas quais se verifica esta tendência de crescimento na cobertura dos escândalos, que envolvem políticos em diferentes contextos democráticos. Assim, podemos seguir dois tipos de interpretação. Por um lado, temos a típica explicação da transformação do padrão cultural, que se traduz em mudanças sociais e culturais relacionadas com a metamorfose do padrão normativo que deverá reger políticos e respetivas comunidades, exigindo-se o seu efetivo cumprimento. Por outro lado, temos um outro tipo de argumentação, à qual designaríamos como “o escândalo como alimento mediático” e que passa de forma muito sintética, pela maior abertura, por parte do *gatekeeper*, sejam eles jornalistas, editores ou algoritmos, em

noticiarem transgressões de políticos com potencial escandaloso, corporizando uma tendência mais ampla do jornalismo assentar na autorreferencialidade (Goldstein, 2015).

A tentativa de explicação por via da mudança cultural tem a pertinência de trazer para a colação o papel do tempo e do lugar na transformação do que é moral e imoral. Rasmussen e Yaouzis (2020) argumentam que as últimas décadas têm sido de um crescente rigor no que diz respeito à avaliação por parte dos meios de comunicação social e até dos cidadãos relativamente à conduta sexual e esfera privada dos líderes políticos. Um exemplo de escândalo recente e que pode ser interpretado como um padrão normativo emergente trata-se do movimento #MeToo (Pollack, 2019). Dois casos bem ilustrativos de transgressões sexuais de líderes políticos foi John Kennedy como de Bill Clinton. Ainda com nuances processuais diversas, ambos os casos beneficiaram de uma opinião pública condescende (Kozina, 2020). Deste modo, estamos perante uma espécie de malha sociocultural, que cada vez mais tende a maior rigor na depuração da classe política e das suas putativas condutas transgressoras.

A outra proposta interpretativa, versa na mudança que está a decorrer do lado dos meios de comunicação social, nomeadamente com a disseminação da tabloidização e sensacionalismo da imprensa (Skovsgaard, 2014), mas também a procura de rentabilização comercial (Just e Crigler, 2014), levando a uma procura generalizada, por parte dos meios de comunicação social, pela transgressão. No fundo, por aquilo que é suposto estar na esfera privada invisível ao julgamento público.

Há uma terceira possibilidade e que resulta ainda assim, de uma variante da segunda e que passa pelo incremento da comunicação utilizando os meios de comunicação digitais. Karidi (2018) a partir da análise da realidade alemã demonstra que a digitalização impulsionada pelo grande uso das redes sociais digitais como o Facebook tem colocado pressão sobre a discursividade mediática. Esta influência dá-se pela transferência de aspetos relacionados com a personalização, sensacionalismo e por um forte impulso mercantilizador sobre os conteúdos noticiosos (Greenspan, 2019).

Um balanço provisório transportar-nos-á para o inevitável processo de mediatização das sociedades contemporâneas (Hjarvard, 2013; Couldry e Hepp, 2016), onde a influência dos meios de comunicação social se difunde entre as demais instituições sociais. Por outras palavras, diríamos que os atores políticos estão crescentemente a integrar nas suas práticas, novas formas de chegar e estar na agenda dos meios de comunicação social. Nesta estratégia de aproximação e integração, muito para além das questões de ordem meramente ideológica e programática surge também a possibilidade

de construir um personagem político, que passe para a opinião pública uma imagem de empatia, de respeito pelo padrão normativo vigente e socialmente desejável. Isto torna o líder político mais suscetível ao escrutínio e avaliação moral por parte da opinião pública, por entreposta pessoa dos meios de comunicação social, que farão as respectivas investigações e publicitarão potenciais transgressões. É neste ponto que convergem também os interesses, já enunciados dos meios de comunicação, ao procurarem maximizar audiências, na plena assunção da lógica mercantilista. Finalmente, diríamos que a demonstrável intensificação da presença de escândalos políticos na esfera pública resulta de uma complexa rede de transformações, que não se ficam pelo estrito âmbito dos meios de comunicação social, elas são antes de tudo, expressões de transformações estruturais da cultura nas sociedades democráticas liberais.

1.1.1. Abordagem funcionalista

No âmbito da abordagem funcionalista pode-se conceber a consciência coletiva como a síntese dos sentimentos e crenças dos cidadãos que compõem a comunidade e que por isso definem o sistema cultural (Durkheim, 1977). À luz desta perspectiva, sem este pano-de-fundo a comunidade cultural e política seria inviável. A consciência coletiva é por isso o “cimento” cultural que possibilita a emergência e cristalização das representações sociais (Ritzer, 2010), sobre os diversos fenómenos entre os quais a transgressão, a corrupção e enfim, o escândalo.

Num escândalo em que a moralidade é mobilizada para o debate, mais concretamente para a cobertura jornalística da corrupção, importa perceber quem invoca e quem é portador da moralidade. Para Alexander (2011b) o escândalo como ritual mediático atrai e retém atenção dos meios de comunicação social, em face dos participantes terem uma posição ativa na modelação da cultura; mas também permitir aos atores participantes no escândalo definirem o significado do que ocorre naquele evento e assim contribuir para a definição comunitária de consciência coletiva, em particular no que toca à corrupção.

De um ponto-de-vista neo-funcionalista (Alexander, 2011a) ainda se pode alegar que o escândalo nas sociedades contemporâneas pode ser entendido como um momento de renovação do tecido normativo: assim no momento da sua eclosão, as revelações escandalosas deverão reunir um consenso generalizado de que efetivamente se trata de uma prática transgressora: a esta fase chamar-lhe-íamos “*capacidade de choque*”; em segundo o consenso social deve ser tido como estando em risco, mobilizando diversos

grupos sociais - a esta fase designaríamos *sensibilização para o conflito social*; a terceira fase, passa pelo acionamento dos mecanismos socioinstitucionais como procedimento de averiguação de práticas transgressoras – designar-se-á por *controle institucional*; uma quarta dimensão, possibilita apreender o escândalo como um processo de metamorfose do próprio conflito social, passando este de latente a manifesto – assim poder-se-á designar como *conflituosidade social*; finalmente, é exercido o controle social e institucional, com a punição dos transgressores, possibilitando o restabelecimento da ordem simbólica e normativa – *controle e ordem institucional*. A relevância heurística desta proposta consiste na possibilidade de perspetivar o escândalo como um ritual mediático-político que serve de oportunidade para a sociedade reequacionar o seu ideal simbólico e normativo, indo além da simples punição dos atores aos quais são imputadas práticas transgressoras e corruptas.

Este esquema, possibilita a sequenciação das diversas fases do escândalo revelando uma componente evolucionista, mas também tautológica e universalista. Evolucionista, porque a cada uma das fases deverá seguir a próxima, num encadeamento sequencial. Ora, sabemos, que nas sociedades contemporâneas, onde a comunicação descentralizada e mediatizada, são eixos estruturante, o processo pode ser bem mais complexo e não-sequencial. Indicia uma visão tautológica, na medida em que há uma clara valorização do processo e mormente da fase final como aquela em que a ordem social é restabelecida. O modelo funcionalista de escândalo revela-se pouco sensível às idiossincrasias culturais e políticas, processando-se invariavelmente nos mesmos termos - ao restabelecimento do consenso e ordem social.

Brenton (2012) critica a perspetiva de Alexander (2011a) argumentando que existe uma confusão entre crise e escândalo. A crise alude a uma circunstância muito mais vasta, em que toda a arquitetura institucional é questionada, como exemplo a resposta a um grande desastre natural. O escândalo é deste ponto de vista uma categoria específica da crise. Uma segunda crítica reporta-se à hipótese de que qualquer escândalo desembocará invariavelmente num novo consenso social. Contudo, esta possibilidade despreza a existência e emergência da diferenciação cultural dentro de uma mesma comunidade e com isso repercutir-se nas representações sociais sobre o “certo” e o “errado” e em última análise naquilo que se pode considerar como corrupção. Com efeito, existem condições para se assistir à ritualização do escândalo nas sociedades mediatizadas.

Esta última crítica de Brenton (2012) é de certo modo complexa e ambivalente. De facto, ao exacerbar a ritualização do escândalo, este pode contribuir para o reforço da confiança nas instituições políticas, porém também nos afigura como algo ambivalente, no sentido em que não devemos menosprezar o intenso recrudescimento dos movimentos populistas nas últimas duas décadas. Estes assentam numa forte discursividade anti elites e de desconfiança perante as instituições políticas, judiciais e relativamente aos meios de comunicação social.

O escândalo é também para a abordagem funcionalista, uma expressão de crise. Sabemos como os teóricos funcionalistas estão tradicionalmente comprometidos com o consenso social, que será desejavelmente a condição natural e deve estruturar a atividade quotidianas nas sociedades mediatizadas. Estas crises, corporizadas nos escândalos possibilitam às comunidades reafirmar um dado padrão normativo que deverá nortear as práticas sociais e políticas dos diversos atores e mormente dos políticos. Em contextos de democracia liberal o escândalo tem-se afirmado como um mecanismo socio-mediático sobre as instituições políticas e demais que gizam a distribuição de recursos de poder na sociedade (Markovits e Silverstein, 1988). No fundo, os escândalos políticos também podem ser momentos de resolução de tensões sociopolíticas e nessa medida até se pode constituir como um mecanismo de institucionalização do conflito (Neckel, 2005; Zulli, 2020), e deste modo como agente legitimador político (Netelenbos, 2016). O escândalo é nesta perspetiva o campo de confronto e de relegitimação da normatividade social e das instituições políticas.

Os escândalos, encarados como patologias das estruturas sociais, podem ser o alimento dos sistemas sociais. Já na década de 1990 Luhmann (1992) mencionava a relevância das estruturas sociais possuírem a capacidade de se autorregenerar. Esta segue uma lógica de reprodução do consenso social (Tyulenev, 2012). É desta forma que podemos entender o escândalo político, como momento autopoieses da estrutura política em articulação com a da comunicação social, contribuindo para a readaptação permanente do ecossistema mediático. Com efeito, há uma atração particular dos meios de comunicação social pelo escândalo.

Entre o acérrimo debate em torno das consequências positivas e negativas do escândalo, devemos estabelecer que a posição otimista remonta à década de 1980 (cf. Logue, 1988; Boylan, 2008; Brenton, 2012). Para estes autores, os escândalos permitiam identificar pontos sensíveis ao sistema político, e também verificar até que ponto a opinião pública expressava algum tipo de tolerância para com a sua transgressão.

As reações entre a opinião pública podem ser relativamente diversas. Os cidadãos partidários aproveitam para se posicionar, mediante a sua predisposição ideológica e política, mas há uma outra parte que tende a agir cinicamente (Figueiras, 2017; Kenski, 1999). O escândalo, enquanto fenómeno de sobreposição do poder mediático com a esfera política tem o condão de impactar nas representações sociais de corrupção e de categorias de atores específicas como são os atores políticos.

A teoria funcionalista do escândalo não permite uma cabal compreensão deste fenómeno social contemporâneo. Nesta medida, a conceção funcionalista de escândalo enferma ao ignorar as lutas pelo poder entre grupos sociais e políticos que a corporizam (Brenton, 2012). Esta questão do poder não é despicienda uma vez que ela estrutura não só a dita consciência coletiva, como também o padrão moral que lhe subjaz. Por isso é lícito postular que a distribuição dos recursos de poder torna-se incontornável na compreensão do escândalo em concreto o escândalo político contemporâneo.

As sociedades com democracias liberais vivem em permanente tensão na gestão das contradições inerentes às duas correntes filosóficas e que suportam esta tipologia de regime (Markovits e Silverstein, 1988). Por um lado, o liberalismo enquanto limite ao exercício e concentração do poder e por outro lado, a democracia, que tem na sua génese o Estado, como instituição fundadora. O escândalo brota das contradições inerentes à democracia e liberalismo, em face das permanentes exigências tanto do Estado como de um processo decisório baseado no equilíbrio de poder. O liberalismo é por excelência a ideologia da liberdade e do individualismo, muito embora se deva enquadrar no interesse público. Pode-se advogar que as democracias liberais são sobretudo estruturadas, pela desconfiança relativamente aos diversos atores institucionais que a compõem (Amberg e Schudson, 1993; Fink e Schudson, 2014). Do ponto de vista estritamente liberal, o processo político deverá sempre ser norteado por regras absolutamente definidas que delimitem as fronteiras de ação dos diversos atores envolvidos. Por conseguinte, se em qualquer das fases o processo político não cumpre as regras que o regulam e que zelam pelo interesse público e coletivo, será entendido como uma prática transgressora e, portanto, um escândalo.

Neste processo a opinião pública é central, porque é nela, que os diferentes grupos sociais visados direta e indiretamente no escândalo, se digladiam. O escândalo também é um momento de conflito entre diferentes grupos sociais e nesse processo os transgressores da normatividade, tentam contornar ou mitigar os diversos mecanismos de controlo social. Numa perspetiva funcionalista dir-se-ia que o escândalo é um mecanismo do

próprio sistema social e muito particularmente do sistema político, que possibilita a reposição e restabelecimento do equilíbrio contribuindo para o consenso social. Reafirmando a legitimidade do poder e sobretudo da sua distribuição desigual de recursos. A ritualização do escândalo, tal como hoje é realizada nos meios de comunicação social, pode ter efeitos contraintuitivos, na medida em que pode mesmo reforçar a confiança institucional.

1.1.2. O escândalo como imperativo funcional da política contemporânea

Entre as transformações mais marcantes no ecossistema mediático em contexto da democracia liberal está a tendência para uma política crescentemente personalizada, assente no líder político e suas características, em detrimento do ideário programático, mas também meios de comunicação social que se guerreiam, entre eles, e que se tornam progressivamente agressivos, em particular para atores e líderes políticos. Um terceiro e importante eixo de transformação passa pela proliferação de escândalos nos meios de comunicação, inundando o espaço público e a própria opinião pública com alegadas práticas transgressoras. Consequências negativas do escândalo na esfera política: incremento da desconfiança e ceticismo nas instituições; posição adversativa e de intolerância aos políticos e suas instituições (Williams, 1998; Gamson, 2001). Para além não existir mutua-exclusividade entre consequências positivas e negativas, é bom frisar que efetivamente as primeiras existem, embora sempre obscurecidas pelas segundas.

As consequências positivas passam por: falibilidade dos atores e líderes políticos; mas também uma maior responsabilização relativamente ao processo políticos e às decisões tomadas por estes (Sabato *et al.*, 2001). Também há quem postule o escândalo como o atrativo para cidadãos que se sentem cronicamente afastados da esfera pública (Clark, 2013), por via de uma discursividade simplificadora da complexidade inerente à atividade política e institucional.

1.1.3. Polarização e moralidade em torno de Sócrates: erosão do papel depurador do escândalo?

Os escândalos que se estendem ao longo de um período vasto têm o condão de possibilitar a afirmação e reafirmação dos ideais de “certo” e “errado” vigentes nessa sociedade (Merry, 1984; Bird, 1998). Ora, a vida e morte de um escândalo está umbilicalmente associada à atenção que os meios de comunicação social têm, de forma a mantê-lo no debate encetado na esfera pública e com isso contribuir para a opinião pública. Escândalos

como o que envolve em Portugal o do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates, parecem encarnar esta ideia, quando desde a sua prisão (novembro 2014), é um assunto que ocupa destaque não só no discurso jornalístico, como nos próprios espaços de comentário. Diversas questões se levantam para esta sobrevivência longitudinal deste escândalo. Desde logo o que motiva os meios de comunicação, os jornalistas e comentadores políticos a suscitarem reiteradamente este caso? À luz da premissa anterior poder-se-á fazer uma aproximação a esta questão levantando a possibilidade de uma permanente necessidade de reafirmar e “corrigir” e até de controlo social por parte destes agentes mediáticos, sobre os responsáveis e decisores políticos.

De um ponto de vista antropológico (Gluckman, 1963). o escândalo pode desempenhar um papel positivo no revigoração da comunidade política, nomeadamente no aprimorar dos mecanismos de seleção dos atores e líderes políticos, mas também ao facilitar o controlo sobre a conflituosidade entre diferentes grupos com interesses próprios e ainda uma consequência positiva a nível cultural ao promover a coesão política e a estabilização de um padrão normativo e valorativo entre os diferentes membros. Decorre destas premissas de que o escândalo é um privilegiado momento de fortalecimento não só de uma comunidade cultural e política, mas também dentro destas, no interior dos grupos que a compõem.

Por conseguinte, à atividade política e às instituições que a estruturam, está inerente a procura e captação de recursos de poder, que deverão ser mobilizados por cada grupo coexistente. Ora, se uma dada comunidade política é composta por uma miríade de grupos políticos, quem conseguir mobilizar para a sua esfera, maior número de recursos de poder, terá a capacidade de se estabelecer e implementar um novo consenso social em seu torno e dos interesses que os norteiam. Os escândalos são então o momento de reafirmar valor e normas sociais mais amplos e que são veiculados pelos grupos com maior proeminência. O escândalo é desta forma, um mecanismo de redistribuição de recursos dentro de uma comunidade política.

Claro, que neste ambiente cultural e político, à classe política são indagadas particulares responsabilidades, não só institucionais, mas também sociais. Perspetivar uma dada sociedade ou comunidade composta por grupos sociais heterogéneos, permite perceber que à categoria social composta pelos dirigentes e responsáveis políticos é lhes depositada uma particular expectativa relativamente à sua conduta (Williams, 1998). Na observância das suas responsabilidades públicas é lhes conferidas particulares

responsabilidades de zelarem pelo interesse público e coletivo, mas também como fiéis depositários da virtude moral da comunidade que os elegeu e representam.

Os atores políticos na atualidade tendem a dar primazia a aspetos formais e performance publica em detrimento das questões programáticas e ideológicas (Figueiras, 2017). Não é de surpreender que se esteja num permanente ambiente de campanha eleitoral (Offe, 2021; Eidelman, 2010). A avaliação dos decisores políticos está constantemente a ser alvo de (Zolo, 1999), em que o eixo estruturante da avaliação se constitui num limbo entre características individuais como o carácter, como coragem, integridade e moral e por outro lado os seus níveis de hipocrisia, na medida em que cumpre na íntegra esse código de integridade e moral (Huberts, Kaptein e Koning, 2021). Esta contradição constituinte como característica estruturante da própria prática política quotidiana (Tumber e Waisbord, 2004). Desde os primórdios do pensamento social moderno, que a prática política e a ação cívica em espaço público são dadas sobretudo como vocação, expressão última de um carisma (Weber, 2017). É neste ponto que emergem as potenciais contradições da conduta de um ator política, não fazendo corresponder a sua conduta a um projetado padrão moral e normativo.

No plano estritamente político pode-se pensar que a punição perante transgressões que venham a público, colocar a integridade moral do político em causa, desembocam na demissão, ou se caso for, na perda na próxima eleição. Contudo, também existem casos em que estes mesmos atores vêm as suas condutas alegadamente imorais tornadas públicas, após a saída de cena política. Nessas circunstâncias o julgamento público pode ocorrer desde logo nos meios de comunicação, mas também em sede própria, nos tribunais. Nesta medida, pode-se até questionar quais os impactos de ambas as situações para as instituições e atores políticos? Existirão efeitos distintos? Esses efeitos passarão pela generalização ou haverá lugar à criação de um isolamento do ator implicado? Durkheim ao postular a imperativa punição e isolamento do infrator, posiciona-se claramente na corrente das consequências positivas para o sistema político e institucional do escândalo.

Algumas das características da cobertura noticiosa dos escândalos passam por uma forte pulverização do panorama mediático, muito pelo aparecimento das plataformas digitais como o Facebook ou o Twitter (Couldry, 2015), apresentando-se quase sempre como meios de comunicação alternativos (Couldry, 2002). Tiffen (2019), alerta para uma potencial justaposição entre um determinado órgão de comunicação social e o efetivo pulsar da opinião pública. Serve isto para observar que a criação de consensos em torno

de possíveis transgressões se torna mais complexa nas sociedades contemporâneas mediatizadas. Com efeito, é espectável que o estabelecimento de algum consenso tenha dificuldades adicionais em se consolidar.

O espectro do pânico moral tem-se assomado no espaço público e mediático das democracias liberais ocidentais. Ezra Klein (2020), fala-nos de uma emergente “guerra cultural” nos Estados Unidos da América, em que grupos étnicos, até aqui minoritários estariam a conspirar para doravante dominarem a sociedade norte-americana e colocar em causa o domínio branco. De acordo com esta pesquisa, a FOX News, enquanto porta-estandarte da ala conservadora do Partido Republicano e do movimento que subjaz a Donald Trump tem veiculado reiteradamente esta tese, promovendo a polarização de que se alimenta o pânico moral.¹ O acenar com a incerteza cultural, isto é, de uma possível substituição racial e étnica nos Estados Unidos da América, tem alimentado a espiral de pânico, em que os escândalos, envolvendo atores políticos, servem de elementos que adornam uma narrativa que visa polarizar a sociedade. Com efeito, o escândalo afasta-se da primordial função de reparador social e de momento de punição público das transgressões e imoralidades cometidas pelos elementos da sociedade, consistindo antes de tudo como um espaço mediático de expressão do conflito social e político, mas também como “arma” de arremesso político e partidário.

1.1.4. Espaço público: transformações e reconfigurações

O espaço público tem sido palco, nas últimas décadas, de profundas transformações (Van Dijck e Poell, 2015). Estas transformações são perspectivadas a partir de dois prismas: otimistas e pessimistas. De forma sucinta, os otimistas veem na reconfiguração do espaço público uma oportunidade de revigoramento democrático e de “trazer” para o debate político categorias sociais desinteressadas. Nos antípodas estão os designados pessimistas (Saldaña et al., 2015) que veem nestas mudanças impactos negativos, nomeadamente a intensificação dos ciclos noticiosos e a concorrência entre os diversos meios de comunicação social, contribuindo para a vertiginosa perpetuação dos escândalos (Brenton, 2012). Concomitante, também o acesso ao espaço público mediático revela novas desigualdades, quer a nível das fontes jornalistas, quer também no que respeita às

¹ Já posteriormente à publicação da referida obra de Ezra Klein, a tentativa de tomada, pela força do Capitólio em janeiro de 2021 constitui um exemplo da criação de uma atmosfera que é alimentada por uma alegada “guerra cultural” entre diferentes grupos sociais e étnicos e que tem por base o fomento do pânico moral não só nos meios de comunicação tradicionais como FOX News, mas também um pouco por diversas plataformas alternativas de comunicação e de difusão de conteúdos.

competências de literacia mediática necessárias (DiMaggio et al., 2004, Morais e Sousa, 2013). Questões como o controlo também têm sido levantadas em diversos estudos que tentam refletir acerca das possibilidades e constrangimentos do espaço público e na sociedade em rede em geral (cf. Kruse et al., 2018).

Também o debate público tende a ser secundarizado na medida em que os diferentes agentes mediáticos diminuíram drasticamente o seu interesse pelo processo político, priorizando sobretudo eventos espetacularizados (Figueiras, 2017). As discussões de *fait-divers* que não vão além da discussão superficial tende a dominar a esfera pública. Contudo, não só de transgressões de atores políticos se fazem escândalos, também se observa uma forte transferência de temas que eram até então da esfera privada para o espaço público, levando mesmo alguns autores a falar na publicitação do privado (Prior e Sousa, 2014). A mercantilização do privado, enquanto produto mediático que rivaliza com o debate político. Com efeito, estamos em condições de poder falar de uma espécie de nova visibilidade (Soucek, 2010), na esfera pública, acoberto de novos critérios e interesses dos meios de comunicação social. Nesta nova visibilidade mediada, de acordo com Thompson (2005), também se desenrolam conflitos sociais e políticos entre atores e instituições com interesses e motivações antagónicos, indo muito além dos temas que até há poucas décadas eram do estrito domínio e interesse público. Uma síntese destas pesquisas permite perceber que existem transformações positivas e negativas e que o debate em torno das questões de interesse coletivo, viu-se relegado para segundo plano em termos superficiais de sensacionalismo e tabloidização entre pelos diversos meios de comunicação social.

A asserção de que os meios de comunicação dominam o debate político, até pode ser uma cabale corroboração das teorias da mediatização mais recentes (cf. Hjavard, 2014; Couldry e Hepp, 2016),² mas esse ascendente deve ser encarado como um processo ambivalente. Ambivalente, na medida em que ele implica não só consequências negativas para a esfera política, mas também positivas, como anteriormente demonstrado sendo ilustradas por Brenton (2012), ao argumentar que no caso do escândalo coexistem diversas e divergentes narrativas concorrentes, sobre as alegadas práticas transgressoras que corporizam os escândalos.

Podem-se apontar diversas disfuncionalidades às democracias liberais. A reiterada visibilidade dos escândalos leva a temer que estejamos efetivamente perante sistemas

² Desenvolver-se-á esta questão no segundo capítulo.

totalmente disfuncionais, com instituições e atores transversalmente transgressores da normatividade social e até legal, contribuindo decisivamente para representações sociais de corrupção generalizada na sociedade (Berti, 2019). Porém, esta maior visibilidade da transgressão só é possível em contexto democrático, basta para tal uma observação dos regimes autoritários, para perceber que são escassos os escândalos oriundos de sociedades não-democráticas. Os regimes autoritários são menos propensos à revelação pública de informações acerca de práticas ilícitas ou pelo menos consideradas imorais. As democracias, ou regimes que se aproximem mais desse ideal, tenderão a reunir maiores condições de eclosão de escândalos no espaço público mediático (Markovits e Silverstein, 1988).

Ainda no final do século XX, Markovits e Silverstein (1988) declaravam a improbabilidade de ocorrer um escândalo num contexto ditatorial, isto é, de inexistência de pluralismo entre os meios de comunicação, em que estes eram meros instrumentos propagandísticos do Estado e/ou das elites dominantes. Esta asserção implica uma outra em que aos regimes demoliberais está íntima e necessariamente associado um ecossistema mediático que garanta uma função básica em democracia: a vigilância dos demais poderes, entre os quais o sistema judicial e o poder político. Com a transição para o século XXI tornou-se mais difícil a regimes autoritários de manter um ecossistema mediático que servisse fins propagandísticos e de caixa de ressonância como na China (Zhu, 2016).

Em circunstâncias de precaridade dos mecanismos democráticos os escândalos têm funções algo distintas relativamente a contextos democráticos. Ele constitui-se primeiro de tudo como objeto de luta entre grupos rivais e elites (McNair, 2019). A primeira das funções do escândalo é a depuração das elites. É encarado como um momento propiciador de punição dos membros vistos como desalinhados do interesse da elite governante. Uma segunda função, passa pela reafirmação ideológica e do ideário que sustenta o regime e a sua cúpula dirigente.

As revelações, quando incluem dirigente do núcleo próximo do líder, são realizadas por meios de comunicação social externos a essa realidade, como foi o caso do Panamá Papers que implicou o cunhado do próprio líder Xi Jinping (Lee, 2018). Aliás, a existência de cobertura de um dado escândalo na imprensa nacional, implica já por si, um posicionamento político relativamente ao ator ou grupo visados pelas revelações escandalosas. O escândalo nas sociedades autoritárias, permite-nos postular que a

liberdade de expressão é uma condição fundamental para existência de escândalo e para a sua resiliência ao longo do tempo, além da pluralidade e da informação circulante.

No âmbito administrativo o nível de transparência do Estado, constitui-se como um elemento influenciador na emergência de potenciais escândalos mediáticos. No plano político e partidário, a existência de concorrência eleitoral e política é também de certo modo fundamental, uma vez possibilitar a coexistência de diferentes propostas ideológicas que concorrem pelo eleitorado devendo pugnar pela transparência (Oates, 2019). Existem ainda outros fatores que estão diretamente relacionados com o modo de funcionamento dos meios de comunicação social (Lee, 2018), nomeadamente a existência de condições de desenvolvimento do jornalismo de investigação, com a necessária mobilização de recursos humanos e materiais.

A crítica, ao modelo funcionalista que se salda por um certo otimismo, tem sido alvo de diversas críticas. Em antagonismo à tese funcionalista e seus seguidores de que o escândalo é mais que tudo um momento de reforço da coesão social e da sua normatividade, ele pode ser encarado como elemento incrementar do cinismo político entre amplas categorias sociais (Schudson, 2002), num contexto em que os ecossistemas combinam informação e entretenimento (Figueiras, 2017), o designado *infotainment* (Baym, 2008). De acordo com Venuti (2002) os escândalos também são pródigos na erosão da confiança dos cidadãos relativamente às instituições políticas e seus atores, ao contrário do que é argumentado pela generalidade da corrente funcionalista.

1.1.5. Mudança e construção social da realidade: representações de transgressão

São diversos os estudos ao longo do século XX que contribuíram para a ideia de que o desvio é uma construção social (Erikson, 2014; Young, 2009). O desvio e toda a prática transgressora, como é exemplo a corrupção são na sua essência fenómenos socialmente construídos, o que nos remete para o papel socializador dos diferentes agentes (Berger e Luckmann, 2004), em particular dos meios de comunicação.

Ao longo de várias décadas o panorama mediático e comunicacional foi dominado pela televisão, que grosso modo, na maioria dos países da Europa ocidental se manteve monopólio do Estado até à entrada do último quartel do século XX. Ora, estamos com isso a advogar que tanto rádio como televisão, mas sobretudo esta última, detinham grande domínio na formação da opinião pública e com isso para o processo de construção social da realidade e em particular das representações sociais sobre o que merece ser percebido como transgressor e socialmente imoral (Hunt, 1997). Havia de

certo modo, algum monolitismo nas fontes de informação e comunicação e que informavam a opinião pública.

Os chamados crimes sem vítimas, são ocorrências de natureza desviante, mas que não têm ninguém que seja diretamente lesado e por essa razão, também não há quem o denuncie às autoridades competentes (Tiffen, 2019). Esta tipologia de prática social constitui-se como um potencial enclave onde a moralidade social tende a barricar-se. Noutros termos, diríamos perante a inexistência de um denunciador, a sociedade tende a exercer um controlo, implícito ou explícito, sobre os seus integrantes de forma a prevenir tais transgressões, como é o caso da corrupção de agentes políticos.

Fomentado pelo impulso económico, a legalização de muitas das atividades até à década de 1960 que não o eram, possibilitou a emergência de fontes de negócio e dinamização económica. Foi neste caldo socioeconómico que o pragmatismo político viu uma oportunidade de legalizar diversas atividades e assim mitigar as hipóteses de se gerarem escândalos. A título ilustrativo pode-se considerar o estudo de Cohen (2011a) sobre uma subcultura urbana emergente no início da década de 1970 em Inglaterra e que se diferenciava por uma postura de auto-centramento exacerbando traços individualistas e hedonistas. Na verdade e de acordo com o referido autor, o que movia o grande interesse dos meios de comunicação ao noticiar possíveis crimes, não era tanto o consumo de drogas, mas a contestação implícita da ordem social vigente, que se afigurava fortemente comunitarista. Já na transição para o século XXI observa-se uma diminuição desta tensão social na medida em que o consumo de drogas passou a ser encarado, como um vício, que coloca em causa a saúde do próprio (Tiffen, 2019). Serve isto para observar que a transgressão e a prática imoral têm uma forte ancoragem espaço-temporal expressando-se como uma poderosa construção social.

1.1.6. Aproximações a uma definição construtivista de escândalo: o escândalo político em torno de Sócrates

O escândalo à luz do construtivismo social deve ser encarado como um produto cultural resultante do processo social e mediático de construção da realidade. Para Thompson (2001) não há escândalo sem comunicação, podendo-se acrescentar que também não existe sociedade ou comunidade sem comunicação. Por isso é legítimo entender que há uma importante componente, não despidiêda de subjetividade, com a qual deve ser encarado. Assim, o escândalo deve ser considerado como um barómetro do que uma sociedade espelha sobre si e em particular sobre o que entende como admissível e não-

admissível. Por isso, pode-se falar de transgressão e imoralidade quando se fere as expectativas sociais da comunidade ou instituição.

Os escândalos para se constituírem enquanto tal devem violar as expectativas sociais sobre o comportamento, em especial daqueles que devem pugnar pela causa pública. Os escândalos políticos, aqueles que envolvem atores e instituições políticas e governamentais, gravitam normalmente em torno de transgressões de foro sexual, abuso de poder ou recebimento de recursos (ex.: dinheiro) indevidos, como forma de compensação de decisões ou favorecimento (Thompson, 2001).

A subsistência de um escândalo na agenda mediática ao longo do tempo é um aspeto diferenciador. A persistência do escândalo depende de uma diversificada miríade de fatores, tais como a natureza da transgressão, a sua magnitude, as instituições e atores individuais implicados. A existência de um ator com proeminência social, política ou económica e que tenha acesso aos meios de comunicação social, permite que se desenvolva um role de acusações e contra-acusações que corporizam e renovam o escândalo. John B. Thompson (2001), chama atenção para este processo designando-o como “escândalo de segunda ordem”. O acesso ao espaço público e aos media são também neste aspeto, bastante reveladores. No fundo, é um debate que em parte poderia decorrer nos convencionais mecanismos de investigação policial e judicial, mas que de forma consciente ou inusitada decorre no espaço público mediático. É possível conceber, quando perspetivamos a transgressão da norma que está a montante do escândalo, uma escala gradativa, em que contam como critérios cimeiros, o tipo de norma transgredida, mas também o ator e as suas funções. Assim, se compreende por exemplo a resiliência temporal do escândalo em torno do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates, em que muitos destes elementos identificados se encontram simultaneamente.

A existência de um escândalo tem a seu montante uma dada transgressão normativa. A violação dessa norma e a sua publicitação pelos meios de comunicação social torna aquilo que estaria na esfera privada, entre um círculo muito restrito, para a esfera pública e dessa forma tornou-se do conhecimento de uma pluralidade de atores, que vai muito além dos simples implicados diretamente. Entre os atores implicados direta e indiretamente pela prática transgressora poderá haver aqueles que se sintam ofendidos. Entre os atores implicados e que se sentem, de algum modo lesados, surgem denúncias e ações públicas que possibilitam a publicitação das práticas transgressoras. Finalmente, as revelações tornam a transgressão visível no espaço mediático e em resultado, podem causar danos de reputação ao estatuto de alguns dos atores envolvidos e a quem são

imputadas práticas escandalosas. Com efeito, pode-se definir escândalo como “(...) aquelas ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressão que são postos ao conhecimento de terceiros e que resultam suficientemente sérios para provocar uma resposta pública” (Thompson, 2001: 32 tradução própria). É sobretudo uma definição que nos remete para traços etnográficos e descritivos de um fenómeno social contemporâneo relevante, mas que tem o condão de sublinhar o substrato normativo e cultural, por um lado, e o papel dos meios de comunicação social em tornar visível a transgressão. Deste ponto-de-vista, escândalo político é aquela ação real ou pressuposta, em que a um ator com responsabilidades políticas é imputada uma prática que viola as normas formais do seu cargo ou representa uma transgressão social e informal e que daí resulta uma reação dos meios de comunicação social e da da opinião pública, como foi e continua a ser os acontecimentos relacionados com a “operação Marquês” e em concreto com o ex-Primeiro-Ministro José Sócrates.

1.1.7. O escândalo na sociedade em rede: uma síntese das raízes socio-mediáticas do escândalo contemporâneo

Para Tumber e Waisbord (2019) a reflexão sobre os contornos contemporâneos do escândalo deve ser norteadada por três dados de maior impacto. Por um lado, a corrupção, enquanto transgressão normativa é o principal “alimento” dos escândalos na contemporaneidade. Os casos de alegadas práticas ilícitas que envolvam atores políticos, elite económico-financeira e/ou celebridades do mundo do espetáculo são os mais apetecíveis e também aqueles que demonstram maior resiliência na atenção dada pelos meios de comunicação social. Casos como Panama Papers³ que envolve um conjunto muito diversificado de atores como elite financeira internacional, decisores políticos e ainda atores do mundo das artes e espetáculos, foram e continuam a ter grande destaque, sempre que existem novas revelações, um pouco por diferentes latitudes globais. Mas também são célebres os casos de corrupção que envolvem elites política e económica que se circunscrevem a Estados concretos, como são os casos do Lava Jato (Prior, 2018) ou do designado “caso Sócrates”⁴ (Sousa et al., 2019).

³ Este é um caso paradigmático de um escândalo de corrupção de escala internacional e que também inclui atores e instituições portuguesas. Nesta medida, é um dos três casos incluídos na reflexão e demonstração empírica que se pretende desenvolver nos capítulos subsequentes do presente trabalho.

⁴ Escândalo de corrupção que tem como base as alegadas práticas ilícitas de uma vasta rede de corrupção que envolve atores políticos, mas também elite financeira nacional e que toma o nome do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates por ser o ator de maior notoriedade pública e mediática, para além de ser assim

A multiplicação de canais digitais que possibilitam não só a interação, mas também a comunicação, impelindo alterações multidimensionais no espectro mediático. Alguns indicadores de mudanças passam por considerar a forte pulverização de fontes noticiosas e a descentralização dos fluxos comunicacionais. Um outro patamar de mudanças é ao nível do interior da própria redação onde as práticas jornalísticas e o fazer jornalismo viu-se na contingência de uma abrupta adaptação a novas formas e instrumentos, além de uma forte revalorização da visibilidade mediática, medida nas famigeradas audiências (Newell, 2018). Ora, se as condições materiais e simbólicas se transformaram a tal ponto, é exetável que a comunicação na esfera pública também seja objeto de alterações profundas nomeadamente no modo como são construídos mediaticamente os escândalos. A título de exemplo, quando dizemos que se transforma de forma substantiva podemos apontar para inclusivamente os temas que são objeto de escândalo, mas existem mudanças de caráter mais sub-reptício (Gamson, 2016), como o recurso a metáforas (Karapetjana e Roziņa, 2021) e demais recursos estilísticos de forma a ilustrar e reter a atenção dos cidadãos.

Com efeito é lícito conceber uma nova fase do escândalo mediático como escândalo digital (Greenspan, 2019). A opção conceptual de escândalo digital remete-nos para um dualismo aparente entre a realidade on-line e a aquela que se baseia na realidade presencial, quando na verdade todas essas dimensões são produto da atividade de atores sociais concretos, com a sua agência e dessa forma com poder de definir e redefinir práticas quotidianas. Deste modo preterimos a definição de escândalo digital em relação a escândalo em rede. O escândalo em rede remete-nos para a condição hodierna de uma sociedade global que se estrutura em torno dos nós e eixos comunicacionais da sociedade em rede. Ativistas e ONGs colaboram de forma a trocar e partilhar informações oriundas de diferentes latitudes, sendo um caso paradigmático o escândalo conhecido pelo Panamá Papers. Com esta crítica conceptual, cremos ter as condições para uma rutura conceptual e hermenêutica e que no fundo permita uma melhor compreensão do escândalo contemporâneo em sociedades mediatizadas.

A nova geração de escândalos, aos quais designamos por escândalos em rede, incluem um conjunto mais amplo e também diversificado de atores. Estes atores de acordo com Tumber e Waisbord (2019) são construídos mediante o seu contributo nos acontecimentos, mas também mediante os seus próprios interesses além da sua motivação

designado nos meios de comunicação sociais nacionais. Este escândalo dará suporte empírico à presente reflexão e terá no capítulo da análise dados uma breve arqueologia sobre as suas raízes e sua natureza.

para desvelar novas informações e responder às revelações iniciais. Por conseguinte, se anteriormente o acesso aos meios de comunicação social dependia da filtragem e seleção jornalística, que nem sempre se revestia com critérios de representatividade socioeconómica (Morais e Sousa, 2013), contemporaneamente e com a disseminação da internet, assiste-se à diversificação não só de atores incluídos na narrativa, mas também às perspetivas que corporizam o escândalo na esfera mediática. Deste modo, estamos desde logo perante uma vantagem, a possibilidade de uma maior quantidade e mais diversificado fluxo de informação sobre alegadas práticas de corrupção. Numa reconfigurada comunhão de esforços entre jornalistas e ativistas cívicos e políticos.

As novas revelações podem assim ser desveladas dispensando a mediação jornalística. Por isso, é recrudescente o número de atores, sejam eles individuais ou institucionais, que demonstram interesse na recolha e divulgação de informação potencialmente escandalosa. São os casos, por exemplo de agências de assessoria política, mas também serviços secretos ou simples ativistas que detém blogues ou outras plataformas e que têm interesse em ter o exclusivo. Se em parte a mediação jornalística perde protagonismo na revelação de potenciais escândalos, emergem novas tipologias de atores, não-jornalistas, que surgem com novos recursos de poder, nomeadamente o deter informações classificadas e com potencial interesse público e político. Estes “novos” atores, sejam individuais ou institucionais, não estão submetidos ao código deontológico que preside à prática jornalística. O que de certo modo torna mais propenso o ambiente de divulgação de revelações escandalosas, secundarizando substantivamente a natural e rotineira precaução associada à prática jornalística, diminuindo muito significativamente os procedimentos de cruzamento de fontes de informação.

Neste contexto de pulverização comunicacional os cidadãos, podem fazer parte ativa na eclosão de um escândalo. Ora, esta potencial participação pode ser favorecida pelo acesso relativamente simples aos meios de comunicação digitais como o Facebook, Twitter, mas também blogues; um outro aspeto que concorre para a possível participação em escândalos mediáticos, passa pela possibilidade de poderem contactar via plataformas digitais, qualquer ator político e decisor público, jornalistas e responsáveis editoriais.

Esta proatividade cívica dos atores não-jornalistas na esfera pública, pode de certo modo encaixar naquilo a que se concebe como o jornalismo cidadão (Correia, *et al.* 2011 e Correia, *et al.* 2014). Nesta categoria, cabe ao cidadão motivado por preceitos cívicos e políticos produzir conteúdos, que deverão ser enquadrados pelos meios de comunicação sociais. É precisamente, este enquadramento jornalístico, que o jornalismo cidadão

revindica e que é colocado em causa pelas novas possibilidades relacionadas com a Web 2.0 (Bruns, 2007). No emergente ecossistema mediático, o mesmo cidadão pode adotar uma postura de produtor e divulgador – “Producership” (De Paoli e Storni, 2011). Este cidadão e ativista “producership” manter-se-á atento às tendências noticiosas diárias, seja nos meios de comunicação sociais tradicionais, mas sobretudo nos meios de comunicação sociais digitais como o Twitter. Nestas plataformas fara novos enquadramentos incluindo novas informações, ainda que de difícil verificação. No fundo, está permanentemente pronto a reagir e comentar aos desenvolvimentos em torno da agenda noticiosa e dos escândalos.

Os atores nevrálgicos no ecossistema mediático até aqui, os jornalistas, editores e os próprios meios de comunicação social tradicionais, vêem-se perante a concorrência de novos agentes, que lhes disputam o capital simbólico (Bourdieu, 2012). Não obstante, os meios de comunicação social, detém ainda uma posição privilegiada quando considerada uma perspetiva longitudinal, em que interessa manter o interesse da opinião pública relativamente aos acontecimentos que corporizam o escândalo (Tumber e Waisbord, 2019). Por outras palavras, diríamos que se numa primeira fase a revelação dos escândalos se pode dar em ambiente mediático digital, como um blogue, numa página de Facebook ou numa conta de Twitter, a verdade é que para a sobrevivência do escândalo no médio e longo prazo é necessário que os meios de comunicação sociais, nomeadamente as marcas tradicionais e com reconhecimento, lhe deem atenção e o coloquem na sua agenda. Contudo, a pluralização dos atores envolvidos e sobretudo dos agentes com poder de desempenhar o papel de *gatekeeper*, nomeadamente os jornalistas e os meios de comunicação social são ainda determinantes no estipular do ritmo das revelações e na manutenção do escândalo na esfera pública e do interesse da opinião pública. Adicionalmente é plausível conceber o escândalo enquanto narrativa mediática mais imprevisível no seu desenvolvimento em face do elevado número de atores envolvidos.

Os novos atores intervenientes no escândalo mediático em rede ao destacarem-se pelo uso e manuseio dos meios de comunicação digitais, dominam a sua linguagem, os seus modos de fazer conteúdos e também de os disseminar. Passando pelo domínio dos fluxos comunicacionais e pela viralização (Mills, 2012; Varis e Blommaert, 2018) de conteúdos como memes ou revelações relacionadas com escândalos que envolvem atores com notoriedade pública e política. Destas alterações resulta um ecossistema mediático mais complexo, com fluxos comunicacionais descentrados, onde os atores e instituições

envolvidas diretamente têm acrescidas dificuldades em controlar as revelações estando as fontes de informações diversamente distribuídas.

Os dados em massa armazenados em grandes bases de dados, como compras online, transações comerciais com cartões de crédito ou a passagem em portagens, apresentam um potencial enorme na cultura de revelação de novos escândalos. Os media digitais também do ponto-de-vista da criação de cooperações e sinergia entre diferentes atores podem assumir um novo protagonismo. Atores com interesses diferentes, mas não necessariamente não-divergentes podem estabelecer comunicação através dos media digitais e articular informação privilegiada com capacidade difusora sem precedentes. Nessa medida, o novo ecossistema mediático também complexifica e diferencia a emergência de um dado escândalo mediático, relativamente a um padrão anterior onde se destacava a proeminência do jornalista na definição da agenda. Com todo o manancial de dados que circulam nas plataformas digitais, como ficou demonstrado no caso do Facebook (Fuller, 2019), as revelações sucedem-se de modo mais rápido e de certo modo com menor controlo, premiando possíveis cooperações entre atores, numa postura apologética da transparência da vida pública.

Quando falamos de escândalos em rede reportamo-nos precisamente àquelas revelações de práticas transgressoras de grande escala, que envolvem não só atores de diversas pontes do globo, envolvendo também instituições de diferentes esferas como a política, económica, financeiras e empresas gestoras de meios de comunicação resultando do uso dos “big data” (Chen e Quan-Haase, 2020). Esta geração de escândalos resulta da ação conjugada de ativistas de jornalistas e denunciantes anónimos. Os casos mais ilustrativos deste novo tipo de escândalos são o *WikiLeaks* ou o da *Cambridge Analytica*. Pela sua magnitude, os escândalos digitais põem a descoberto práticas de vigilância massiva por parte de Estados, mas também de empresas detentoras de alguns media digitais como Facebook, colocando em tensão os princípios liberais de democracia e liberdade de ação e expressão. Com efeito, e chegados aqui, é lícito também perspetivar os escândalos em rede como tendo uma componente de balsamo ou de revitalizador dos processo e instituições democráticas. Com a multiplicação de canais de difusão de conteúdos para audiências globais, como, assiste-se à mais fácil e rápida disseminação de conteúdos. Conteúdos que muitas das ocasiões estão por verificar total ou parcialmente. Estes conteúdos por verificar divulgam “meias-verdades”, isto é, em muitas das ocasiões combinam factos com opiniões e especulações, o que lhes permite revestirem-se de maior verosimilhança ao olhar incauto do comum dos cidadãos. As *fake news* nem sempre são

feitas com o objetivo único de dar visibilidade a “verdades alternativas”, também pode acontecer, por simples ignorância e sem qualquer propósito político, podem-se tratar em algumas das situações como uma forma de negócio gerando rendimentos a quem produz e difunde esse tipo de conteúdos.

Não obstante, todo o naipe de possibilidades que os meios de comunicação digitais trouxeram, não podemos deixar, ainda assim de considerar, que existe uma disjunção entre o poder vinculador de um meio de comunicação tradicional, uma marca de comunicação com confiança junto da comunidade e uma página de Facebook, por exemplo. Normalmente neste tipo de páginas e meios alternativos não são feitas referências a fontes nem a qualquer menção ao desejável respeito pelo código deontológico dos jornalistas. Isto, serve para dizer que existe uma potencial assimetria do impacto junto da comunidade envolvente, por parte dos diferentes meios de comunicação social e que uma notícia ou revelação no âmbito de um escândalo político, pode ter maior ou menor atenção junto da opinião pública, mediante a confiança que é atribuída por cada cidadão. Concomitantemente, tal como recordam Tumber e Waisbord (2019) também se pode acrescentar que é provável que sejam os meios de comunicação social estabelecidos que consigam mobilizar os recursos necessários para que as revelações iniciais, mesmo que não feitas por estes, sejam continuadas e aprofundadas. A recolha e tratamento de dados que possa corporizar o escândalo constitui-se como elemento nevrálgico (cf. Mann et al., 2019). A confiança nos conteúdos e agentes mediáticos é desta forma central na melhor compressão não do fenómeno de eclosão de um escândalo, mas sobretudo na sua disseminação e manutenção ao longo do tempo.

Uma outra dimensão do escândalo em rede reporta-se ao papel do jornalismo. Até há poucas décadas os jornalistas e os meios de comunicação social detinham praticamente o monopólio da investigação e difusão de escândalos, contudo com a descentralização e pulverização dos fluxos comunicacionais relacionados com a sociedade em rede, estes atores têm outros concorrentes no papel de *gatekeeper* (Wilkins, 2019). Se tal como acabámos de sublinhar, a possibilidade de recolha e sistematização de informação em massa está mais acessível, também está facilitada a comunicação e interação entre diferentes geografias e os atores individuais e institucionais sabem-no. Nesta medida, percebe-se que na última década tenha sido revelado um número considerável de escândalos que implicam redes de contato e de interesse à escala global, tal como ficou ilustrado, pelo caso do Panamá Papers. Estas redes usufruem de uma intensa interligação entre diferentes nós da globalização financeira e política, colocando em contato atores de

diferentes países. Talvez não seja excessivo afirmar, com a consolidação da sociedade em rede, também o crime, e sobretudo a corrupção se globalizaram e se tornaram fenômenos internacionais, requerendo a mobilização de muito e diversos recursos na sua investigação.

Se a comunicação descentralizada e multipolar tem servido para o estabelecimento de redes de crime e sobretudo de corrupção entre instituições, como empresas e até Estados, estas novas possibilidades comunicacionais também têm o seu reverso. Uma parte estruturante daquilo a que designamos como escândalo em rede decorre da crescente existência de um ativismo cívico e político, que passa pela recolha de informação muito confidencial e na sua divulgação (Tumber e Waisbord, 2019). Casos paradigmáticos deste ativismo passa pelo estabelecimento de consórcios que juntam cidadãos e também jornalistas e que levou ao escândalo relacionado com o Panamá Papers e Pandora Papers, ou ainda a investigação sobre a interferência do poder russo nas eleições presidenciais norte-americanas em 2016 e que culminou na eleição para este cargo de Donald Trump. Estas plataformas cívico-jornalísticas para além de investigarem, emanam da conjugação e construção de sinergias entre atores de países distintos, com sensibilidades e competências muito distintas.

Ora, na contemporaneidade o jornalismo tem-se vindo adaptar às novas circunstâncias sociais, culturais e também políticas e tecnológicas. Nesse processo, assiste-se numa fase inicial ao estabelecimento de redes de contatos e de práticas lesivas dos Estados e das suas populações, articulando atores de origem política, mas também elites económicas e financeiras, em resposta surge aquilo a que se pode designar de *ativismo-jornalístico pela transparência e anticorrupção*. Esta ação coletiva concertada resulta do estabelecimento de práticas cooperantes entre atores e instituições tão diversas como ONGs relacionadas com a luta anticorrupção, jornalistas em nome individual ou no âmbito das suas entidades empregadoras, que é como quem diz, no contexto dos trabalhos realizados para um determinado meio de comunicação social. A denúncia de práticas transgressoras, constitui-se como a principal finalidade e motivação deste ativismo-jornalismo pela transparência.

Contudo, há um outro lado, o lado das consequências dos escândalos digitais. Por “boas” intenções que existam no início e no momento fundador, não deixa de ser perturbador uma certa ambiguidade revelada por alguns atores nesta tipologia de escândalos. Tal como chamam atenção Tumber e Waisbord (2019), o WikiLeaks inicialmente moveu-se pela denuncia de práticas e ligações opacas, que no mínimo serão

eticamente contestáveis, mas também a promoção de uma maior transparência de órgãos internacionais. Também já existiram indícios de que o seu papel nem sempre é positivo, de um ponto de vista dos princípios democráticos e até da qualidade do processo político e democrático. Quando o então candidato à presidência norte-americana elogiou e utilizou informações do WikiLeaks como arma de arremesso política contra a sua rival Hilary Clinton (Olmos e Avila, 2021), vemos que nem sempre as consequências de umas iniciais boa-intenções se traduzem em consequências e efeitos políticos positivos. De certo modo, até se pode falar em última análise de uma certa subversão das motivações iniciais.

De acordo com Kruse et al. (2018) esta nova categoria eleva o desafio na investigação, pelas três seguintes razões: compreender os modos de funcionamento dos meios de comunicação social durante um escândalo que se prolonga no tempo; o segundo desafio passa pela apreensão das consequências dos escândalos na esfera política; um terceiro desafio é gizado pela necessidade de articular o escândalo no âmbito da teoria social contemporânea. Em decorrência do exposto anterior assiste-se à emergência de uma nova categoria de escândalos, o escândalo em rede. O escândalo em rede implica uma rede de cooperação de atores individuais e institucionais de diferentes origens e latitudes, que visam obter vantagens ilícitas, constituindo-se como um fenómeno contemporâneo. O escândalo em rede prolifera, quando um conjunto de atores coopera com as suas informações e dados. Estas redes de cooperação já não são apenas compostas por jornalistas, mas também ativistas, hackers e outros agentes, que compatibilizam e articulam competências. Este carácter internacional dos escândalos requer uma nova arquitetura, não só institucional, mas também judicial e policial, na medida em que insta à articulação de esforços de investigação, estimulando parcerias e protocolos que possibilitem por exemplo mandados de captura de suspeitos. Neste role, também se podem incluir as áreas offshore e paraísos fiscais que são muitas vezes espaços para a fuga aos impostos e branqueamento de capitais.

1.1.8. Do Escândalo em rede às representações sociais de corrupção

Com a crescente centralidade dos meios de comunicação social nas sociedades contemporâneas, por via sobretudo do processo de mediatização (Hjavar, 2013; Couldry e Hepp, 2016), o escândalo passou a fazer parte da discussão política, abrindo-se ao escrutínio da opinião pública.

A passagem ao escândalo em rede é também em certa medida o resultado da diversificação dos atores envolvidos no escândalo, não se circunscrevendo aos jornalistas.

Desta forma, é possível observar que um crescente posicionamento político-ideológico dos meios de comunicação social, tem potenciais implicações na hora de considerar o que pode ser considerado transgressor e escandaloso. Há aqui uma certa margem de subjetividade institucional e dos responsáveis editoriais no que vale como valor notícia e desta forma valer destaque noticioso.

A era do escândalo em rede é ainda pautada por um outro fator estruturante e que passa pela forte fragmentação do ambiente mediáticos. A pluralização do ecossistema mediático trouxe consigo o recrudescimento dos meios de comunicação social com clara e assumida filiação partidária e ideológica. Com a democratização do acesso aos meios de comunicação digitais, os meios de comunicação social tradicionais e marcas de referência nesta área viram-se impelidos numa onda em que já não gerem a agenda de forma absolutamente autónoma, mas sim, muitas vezes como reação ao que se passa nos media digitais como o Twitter ou Facebook. O modelo de meios de comunicação social sem um pronunciado posicionamento político-ideológico em termos editoriais tem-se visto sob forte erosão, no sentido de progressivamente se tornar partidário.

Neste contexto mediático, os meios de comunicação que estão afetos às posições dos visados dos escândalos, organizam-se em torno de uma potencial resposta e refutação das acusações em que se construiu o escândalo inicial. Esta reação revela-se na contestação da veracidade das alegações iniciais, mas também nas motivações que levaram às revelações, bem como das putativas implicações legais e morais das acusações. Esta tensão entre legalidade e moralidade remete-nos para a perspetiva funcionalista de escândalo e que sintetizada por Jeffrey Alexander (2011a) quando argumenta que os escândalos são fenómenos sociais de renovação do padrão normativo que preside à atividade social e política de uma dada comunidade. A crise moral e ética que subjaz ao escândalo permite que os atores e em particular aqueles que detêm maiores recursos de poder e acesso às instituições envolvidas restabeleçam uma nova ordem, seja independentemente da magnitude desta reformulação. No plano da estrutura mediática, pode-se considerar que os meios de comunicação social desempenham um papel de guardiões da moral pública e comunitária.

Esta função social de guardião passa pela descrição, interpretação e descodificação das práticas ilícitas e que ferem a moral da comunidade e que em última instância poderão também ir mais longe ao condenar a transgressão e colocar no discurso mediático o que coletivamente é representado como padrão normativo vigente. É um tipo de punição eminentemente simbólica, uma vez que a legal cabe ao sistema judicial e aos

tribunais em particular. Não obstante, a punição simbólica responsabiliza os meios de comunicação social, ela permite reafirmar um horizonte normativo desejável, consolidando os ideais de “certo” e “errado” culturalmente ancorados.

A perspectiva funcionalista sobre o escândalo e suas consequências na reflexão apresenta algumas limitações. A primeira das quais prende-se com a ideia de que existe um efeito homogêneo entre os diversos grupos sociais, às revelações que corporizam o escândalo. Entre elites e diferentes grupos sociais registam-se diferenças substanciais no que respeita a uma reação adversa, como é o pânico moral (Garland, 2008). Uma segunda crítica é o facto de nem todos os escândalos serem representados enquanto ameaças à ordem vigente. Neste ponto, até talvez seja plausível pensar que os grupos dominantes, aqueles que ocupam posições de privilégio e com maiores recursos materiais e simbólicos, estejam mais sensíveis ao pânico moral, uma vez que possam temer pelas suas posições. Ou ainda uma terceira crítica que se concretiza pela contestação ao pressuposto de que todos os escândalos detêm a capacidade de romper com a ordem social estabelecida e de por isso potenciar uma reação dos diversos grupos sociais visados. Há por isso um traço transversal na crítica à abordagem funcionalista e que se pode sintetizar na crítica a um pendor universalista do escândalo. Aliás, a premissa de que a disrupção social e cultural oriunda do escândalo, sucederá necessariamente um momento de consolidação de um novo consenso, redundará necessariamente numa visão tautológica e que descure o progresso e mudança institucional.

Para Tumber e Waisbord (2019) os escândalos tendem invariavelmente a redundar na intensificação das desigualdades sociais, mas também no exacerbar da conflitualidade política e em última instância na polarização ideológica. Os escândalos podem ser entendidos como expressões das clivagens sociais e políticas existentes numa dada sociedade. Clivagens que podem passar de latentes a manifestas a partir da eclosão de um escândalo e das revelações que a corporizam. Estes focos podem ter uma natureza muito diversa como o racismo, a competição desregulada entre indivíduos e também entre empresas; pode também ter na sua base posições misóginas e de subalternidade da condição feminina; bem como escândalos sobre abuso de crianças como a pedofilia.

Deste modo, ao contrário da visão neo-funcionalista, uma abordagem de pendor mais crítica, que veja o escândalo como expressão do conflito social de classes, possibilitara a compreensão dos conflitos e como este pode contribuir para a mudança social e política. Deste modo, a existência de punição, seja ela informal, ou legal, não acarreta necessariamente uma reparação da funcionalidade do todo social, mas sim o

acentuar das tensões e disfunções potencialmente conflituosas. Com efeito, se existem diferentes grupos sociais com interesses distintos e que nessa medida promovem ou obstaculizam o escândalo, também é possível que dentro de uma circunscrição sociocultural existam diferentes perspetivas sobre o “certo” e “errado”. Por outras palavras, diríamos que a diferentes grupos sociais corresponderão também diferentes conceções e divergências relativamente às instituições que devem gizar e deter proeminência na regulação da vida coletiva.

1.2. Pânico moral: o substrato cultural e mediático do escândalo

O termo escândalo reporta-se a uma transgressão que coloca em causa a moralidade que se deseja, ou se projeta como ideal da comunidade a que se pertence. O escândalo pode ser abordado a partir de duas fases distintas: por um lado, os factos e causas que o consumaram; por outro lado, as respostas às próprias revelações transgressoras. É aqui, nesta segunda dimensão que normalmente é perspetivado o pânico moral.

O pânico moral, enquanto conceito sociologicamente relevante para a reflexão em ciências sociais tem a sua obra seminal pela mão de Stanley Cohen (2011a) na década de 1970 com *Folk Devils and Moral Panics*. O que Cohen (2011a) começou por constatar, foi uma cobertura noticiosa particularmente reforçadora dos acontecimentos. A procura incessante de acontecimentos transgressores, que se enquadrem num padrão de imoralidade, levou a que se criasse uma opinião pública particularmente alarmada e temerosa relativamente à tornada visível e crescente transgressão.

Assim, um ambiente de autorreforço terá como atores não só os meios de comunicação social, mas também os legisladores, no sentido da punição dos infratores, além da polícia na repressão dos transgressores. De acordo com Goode e Ben-Yehuda (2016), um contexto cultural reforçador deverá implicar não só os meios de comunicação social, mas também a política e o Estado, enquanto agente fazedor de leis e punitivo e que assim correspondam a. uma opinião pública crescentemente alarmada, perante uma potencial transgressão moral. Não obstante esse potencial ser factualmente inferior ao representado mediaticamente.

A opinião pública ao ter contacto com as representações mediáticas da conduta transgressora, desencadeia uma perceção de risco a ordem social moral (Thompson, 2001). Quando na opinião pública penetra este sentimento de precaridade moral, ele deve

ter repercussões nas mais diversas esferas de atividade social, como é a política e ação cívica.

1.2.1. Moralidade e emoções no discurso mediático: o papel do pânico moral no escândalo em rede

Há no conceito de pânico moral uma dupla dimensão epistemológica que merece um sublinhado. Por um lado, adjetivar algo como gerador de pânico moral tem implícito que faz parte constituinte da chamada realidade social construída, isto é, que emerge da cooperação de diferentes atores ao longo de diferentes gerações e se consolidou nalguma instituição social. Por outro lado, fica implícito, aquando da qualificação de algo como gerador de pânico moral, de que o posicionamento do agente qualificador é de desaprovação – o que implica a existência de um julgamento do próprio observador do fenómeno que incorpora a realidade social construída.

O papel do agente social qualificador de pânico moral, encerra grande complexidade. Primeiro de tudo, ele é também portador de uma mundividência própria e com idiosincrasias (Alexander, 2009), que possibilitam ao ator mapear os seus interesses e as suas representações sobre por exemplo o que é imoral e transgressor e merece ascender à categoria de escandaloso. Por outro lado, e decorrente das disposições individuais de partida, o ator desenvolve uma perspetiva negativa, alertando para as implicações sociais do potencial pânico moral, como estratégia de contenção do próprio escândalo e das revelações que têm sido realizadas no âmbito deste (Tiffen, 2019). O papel deste ator pode ser enquadrável naquilo a que Erving Goffman (1993 e 2010) designou como trabalho reparador, que permite repor alguma normalidade e regressão ao guião original dos diversos papéis sociais, socialmente expectáveis e desejáveis. O que queremos argumentar é que um agente pode alertar para a injustiça ou injustificada publicitação e ganho de visibilidade de determinadas revelações escandalosas, qualificando-as como perigosas e colocando em risco a ordem social vigente, mediante o seu próprio interesse e motivação.

O desencadear de um processo social de pânico moral pode variar bastante mediante particularidades culturais de cada comunidade. O potencial de reparador social do pânico moral consubstancia-se em dois indicadores: o possível risco e escala da transgressão ser menor e a multiplicidade de respostas sociais e políticas poderem ser ainda piores do que a transgressão inicial (Goode e Ben-Yehuda, 1994; Doran, 2002). Do lado das possíveis consequências que podem estar subentendidas destaca-se a

possibilidade de se tratar de uma hiperbolização de alguns factos, que indevidamente associados, podem levar a conjecturas sociais de um risco iminente para a coesão e ordem social. Um segundo, trata de colmatar uma tendência natural de supressão de regras e normas sociais de convivialidade e cooperação social, que num momento de pânico moral, possa ocorrer.

O alarme social desencadeado pela revelação de um dado escândalo encerra invariavelmente alguma subjetividade. Se considerarmos que estamos numa sociedade intensamente mediatizada, permite-nos conceber que efetivamente toda a revelação escandalosa é oriunda de um relato mediático o jornalístico. Nesta medida, permite-nos ainda ter mais cautelas, perante uma descrição que embora jornalística, não deixa de conter entre outros fatores, escolhas pessoais e também editoriais. Por conseguinte e concomitantemente às condições contemporâneas em que o jornalismo e os meios de comunicação social operam, sobre intensa pressão concorrencial e financeira, a estratégia do pânico moral, pode constituir-se como uma via de atração de audiências (Fowler-Watt e Allan, 2013). O sensacionalismo e até a personalização, enquanto elementos estruturadores da cobertura jornalística de escândalos são também condições propensas a uma certa desproporcionalidade na descrição dos factos e com isso gerar espirais de pânico moral.

A desproporcionalidade da cobertura mediática de um dado escândalo será sempre um enorme desafio para qualquer pesquisa sobre pânico moral, uma vez que essa qualificação estará irremediavelmente ancorada a uma normatividade própria do agente e ator qualificador – neste caso o jornalista e os meios de comunicação social por via de opções editoriais.

Nos antípodas desta posição, está Garland (2019) para o qual, o pânico moral desempenha uma função imprescindível como mecanismo de controlo social e de punição da transgressão. Deste ponto de vista e apelando um pouco ao âmbito da abordagem funcionalista diríamos que o pânico moral se constitui como imperativo funcional em situações de necessária reposição da moralidade e normatividade social desejável, sempre num limbo constituído pelo proporcional e desproporcional.

O jornalismo e a política têm adquirido crescentemente um pendor emocional. Tanto o discurso jornalístico, como o debate puramente político têm sido pautados por um intenso recurso às emoções, sendo que para jornalistas trata-se de expandir as audiências, já para os atores políticos trata-se de maximizar ganhos eleitorais (Kepplinger et al., 2012; Wahl-Jorgensen, 2019). O conceito de pânico moral pode ser uma ponte para

introduzir as emoções na atividade política contemporânea. A crescente polarização da esfera pública mediática tem acarretado um intensificar nas declarações da carga emocional. Mas também a crescente personalização da campanha política possibilita essa emocionalização da esfera política.

Por conseguinte, devem-se considerar como referências conceptuais relevantes para a reflexão em torno da cobertura noticiosa sobre o escândalo de acordo com Cohen (2011b): a polarização moral, os empresários morais, a prevalência e proporção na agenda noticiosa, a especificidade do enfoque noticioso, a apologia a soluções.

1.2.2. A gestão mediática do pânico moral na construção dos escândalos

O pânico moral, enquanto estratégia de tornar a opinião pública sensível a um determinado tema, constitui-se como um elemento central na compreensão do modo como é construído socialmente. Ora, aquilo que normalmente é expresso em indignação, transforma-se em muitas das situações num poderoso processo de projeção de um “inimigo” externo à comunidade, que vem colocar em causa a virtuosidade desta. O que em última instância leva a projetar sobre um individuo ou grupo o estigma e do atentado à moralidade da sociedade.

A certa escala histórica e social pode dizer-se que o pânico moral se constitui como uma expressão de cultura que ainda podendo ser hegemónica, teme e percebe que o seu domínio está a ser colocado em causa (Cohen, 2011b). Por conseguinte, esta perspetiva encaixa naquela de Klein (2020), de que o domínio da cultura branca se sente em risco no contexto norte-americano.

Chegados aqui, pode-se especular um pouco relativamente a uma possível espiral de pânico moral desencadeada pela intensa e continuada cobertura do escândalo de corrupção em que está envolvido o ex-Primeiro-Ministro José Sócrates. Desde novembro de 2014, data da sua prisão em plenas instalações do aeroporto de Lisboa, sob os holofotes de um meio de comunicação social (Correio da Manhã TV), até meados de 2022, em que o último surto de noticiabilidade resultou de uma viagem ao Brasil, no âmbito da frequência do Doutoramento em São Paulo, Brasil, são constantes as alusões e notícias sobre o ex-governante. Em que medida este escândalo se tem mantido na agenda noticiosa por ter desencadeado um ambiente de pânico moral relativamente à corrupção em Portugal?

Não obstante, até ao momento nenhuma pesquisa almejou a medição do pânico moral no estrito âmbito dos estudos sobre escândalos de corrupção política e económica

(Tiffen, 2019), a verdade é que o valor heurístico do conceito é inegável. Ora, decorre da discussão do conceito de pânico moral, a asserção de que este surge como articulador conceptual entre as mudanças culturais mais sub-reptícias, que escapam ao olhar quotidiano mais empirista e de senso comum, que sendo “vocalizadas” pelos meios de comunicação social, confrontam a própria sociedade com a sua metamorfose. Por outro lado, também possibilita sublinhar os traços genéricos com que se faz o debate público e desta forma constatar que há uma tendência de emocionalização, personalização e sensacionalismo, mas também resultando num ambiente político crescentemente polarizado numa espécie de “prós e contras” permanente.

1.3. Tendências jornalísticas contemporâneas na cobertura do escândalo

A vasta literatura (cf. Just e Crigler, 2014; Maier et al., 2019) tem-se concentrado na premissa de que a cobertura jornalística dos escândalos assenta no argumento de que as práticas transgressoras da normatividade social vigente, se concentram em atores com responsabilidades públicas como são os casos ilustrativos dos detentores de cargos políticos. Esta asserção tem implicações na diversificação dos horizontes analíticos e consequentemente reflexivos que se possa realizar, uma vez que mitigam bastante o poder transgressor de forças institucionais que de forma explícita, mas sobretudo de modo implícito legitima e criam condições culturais de tolerância relativamente às diversas manifestações transgressoras, como é a corrupção, por exemplo. O centrar em atores individuais permite, de certa forma, atrair atenção de vastas audiências ao longo de um período ainda alargado, contudo e muito esporadicamente o debate enfatiza os contornos institucionais que estão a montante e concorrem para práticas desviantes, independentemente da natureza da transgressão e desvio à normatividade social dominante. Como argumentam Tumber e Waisbord (2019) uma cobertura jornalística tecida nestes moldes tende a contribuir pouco para a resolução do problema que está na base do escândalo, pelo contrário, intensificam os processos que o estruturam.

Com esta crítica não estamos a excluir a possibilidade a cobertura e narração jornalísticas sobre transgressões e práticas desviantes, ainda que tendo o seu epicentro atores e suas práticas individuais, não possa constituir-se como um contributo relevante no debate público e de certo modo desempenhar um papel profilático relativamente ao problema que corporiza o escândalo. É recorrente observar-se que escândalos que têm

uma natureza sexual e em particular abuso sexual de menores revelarem disfuncionalidades institucionais, não obstante o padrão geral tender a gravitar em torno de personagens individuais e as suas práticas ilícitas e de certo modo imorais (Smith e Burnett, 2018).

Just e Crigler (2019) definiram o conceito de escândalo mediante a sua ancoragem à discursividade jornalística e mediática, concebendo-o como um compósito de quatro indicadores: negatividade; personalização; sensacionalismo; ramificações.

Nesta linha é possível identificar alguma personalização das notícias que corporizam escândalos (Just e Crigler, 2019), tenham um particular pendor personalista ou o personalismo político (Zurnic, 2013). Com efeito, importa fazer neste ponto uma distinção, referimo-nos a personalização ao processo de cobertura dos media em que os atores são apresentados mediante características individuais, sem alusão a qualquer estatuto político. O personalismo político trata da narrativa jornalística que se socorre, quando menciona determinados atores, a partir do seu estatuto político ou público, como por exemplo “o ex-ministro ou o ex-Primeiro-ministro”.

A negatividade é dominante, seja em notícias que mencionam atores individuais, seja em atores institucionais. É um resultado relativamente expectável, na medida em que se trata da cobertura de um escândalo, que é constituído na sua génese por uma ou várias transgressões, logo algo condenável ou no mínimo não desejável. Os escândalos relativos a transgressões sexuais tendem a ter uma tonalidade sensacionalista em maior proporção comparativamente aos demais escândalos, nomeadamente aqueles de pendor político que envolvem abuso de poder. A imputação das transgressões que estão a montante de cada escândalo, não apresentou grande variação entre os meios de comunicação social incluídos.

Just e Crigler (2019) demonstram que dos quatro escândalos analisados e embora todos eles tenham raízes institucionais, foram quase sempre atribuídos a aspetos institucionais, com algumas exceções. Entre estas exceções está o caso de Benghazi em que a Fox News procurou imputar responsabilidade à então Secretária de Estado Hilary Clinton.

As diferenças entre um enfoque mais institucional e por alternativa mais individual ao longo da cobertura dos escândalos, possibilita perceber semelhanças no tratamento, mas sobretudo diferenças. Com efeito, perante diferenças de enfoque mais individual ou mais institucional está a margem editorial dos jornalistas e meios de comunicação social.

As chamadas “ramificações de escândalos” são prolongamentos, réplicas que decorrem da transgressão e relevação inicial e que permitem ao escândalo disseminar-se por outras instituições e também atores. Num escândalo de natureza institucional é relativamente simples ocorrerem ramificações, em resultado sobretudo do potencial debate mediático sobre putativas reformas institucional, como é a mudança da legislação.

A personalização é um recurso constante na construção jornalística do escândalo, mesmo nos escândalos de foro sexual, bem como de cariz político. Embora, no pano de fundo esteja o papel desempenhado pelas instituições.

O caso da propaganda realizada pela FOX News em prol do então candidato e posteriormente presidente norte-americano Donald Trump (Klein, 2020), permite compreender como a capacidade editorial dos meios de comunicação, em particular os canais de notícias 24h por dia, possibilitou a omissão ou mesmo branqueamento dos escândalos que envolviam o líder republicano. Ora, por omissão dos escândalos, ora revelando alegadas práticas transgressoras da sua rival Hilary Clinton com a finalidade de atrair as audiências, a FOX News desempenhou um precioso e imprescindível papel na ascensão e consolidação da presidência de Trump.

O mesmo aconteceu na administração de George W. Bush aquando da legitimação da invasão do Iraque ao abrigo do argumento de existir armas de destruição maciça. Posteriormente à invasão, mal se noticiou a não existência das mesmas.

Os autores detêm-se nos escândalos que envolveram Donald Trump e Hilary Clinton na campanha de 2016. Embora, estejamos perante situações de magnitude substantivamente distinta, a verdade é que foi comum no tratamento e cobertura dos meios de comunicação social acerca destes dois casos, o recurso a equivalências morais. Mais, os atores demonstram mesmo que as alegações em torno de Clinton tiveram maior visibilidade comparativamente a Trump. Se em contexto de campanha eleitoral até pode ser minimamente admissível, já fora deste período de competição eleitoral, não se justifica de qualquer forma.

Curioso, como a estratégia de comunicação de Donald Trump, consiste na construção de uma espiral de escândalos como forma de obscurecer aqueles que potencialmente representam danos reequacionais para si e para os seus interesses. É uma espiral que tem como consequência imediata a diminuição muito substancial da confiança nas instituições como os meios de comunicação social, mas também em instituições de investigação como FBI.

Os autores defendem que um enquadramento fortemente personalista dos diversos escândalos que envolveram Donald Trump foram em parte os elementos perpetuadores da sua espiral de escândalos e como fórmula de se manter no poder e incólume às investigações judiciais, bem como ao julgamento social e mediático. O enquadramento jornalístico deve frisar as falhas institucionais. Deste modo, dever-se-ia assistir à correção da informação, sublinhando as disfuncionalidades institucionais, como a inação do Congresso.

A crescente partidarização dos meios de comunicação social é um processo que resulta de diversos fatores, tais como a própria ação dos jornalistas que no anseio de captar a atenção de novos segmentos da audiência, enquadram os escândalos mediante um determinado prisma. Assim, os meios de comunicação social partidários fazem com que se intensifique a discussão em torno dos diversos escândalos, mas dificilmente esse debate leva a uma opinião pública mais esclarecida e menos polarizada, pelo contrário.

Just e Crigler (2019) concluem que ação dos jornalistas, através de um enquadramento de pendor institucional, isto é, do deficiente uso das instituições existentes, pode não chegar para a efetiva resolução das transgressões que estão a montante da eclosão dos diversos escândalos. Há outros fatores que devem ser colocados na equação, tais como, a inércia no processo político, mas também a forte tendência de polarização.

1.3.1. O lugar do escândalo no agendamento mediático em transformação

A teoria do agendamento é uma abordagem central no seio do corpo de conhecimento em plena consolidação das ciências da comunicação e tem possibilitado perspetivar as influências dos meios de comunicação social não só no imediato, mas como as representações dos media se repercutem por exemplo nas atitudes dos atores (McCombs e Shaw, 1972; Coleman et al., 2009), perante os escândalos e mais precisamente a corrupção.

Historicamente a teoria do agendamento remonta à década de 1970 (McCombs e Shaw, 1972). De acordo com Meraz (2019), o desenvolvimento teórico desta abordagem apresenta três fases relativamente distintas. A primeira das quais surge com a finalidade de compreender como os meios de comunicação social influenciam o estabelecimento de prioridades dos cidadãos em contexto eleitoral. A evidência empírica produzida advoga que os eleitores tendem a priorizar as temáticas que a montante os meios de comunicação

social colocam na sua agenda e que noticiaram intensamente (cf. Protesse e McCombs, 2016).

Posteriormente, a orientação geral do paradigma do agendamento procurou responder à questão “como se processa essa influência?”. Nesta medida, surgem diversas pesquisas (cf. Winter e Eyal, 1981; McCombs e Shaw, 1972), em que se entendeu que para além dos temas agendados, também eram repercutidos nas representações e disposições sociais e políticas dos cidadãos, os enquadramentos próprios que os meios de comunicação social faziam de determinados temas. Já na viragem de século McCombs, (2002), compreendeu que entre a opinião pública existem grupos sociais muito heterogêneos, nos mais diversos indicadores, muito particularmente no que diz respeito ao interesse e contato com a esfera pública e política. Neste sentido, demonstrou que grupos ou categorias de atores que normalmente eram fontes primordiais dos meios de comunicação social estavam, numa espécie de patamar intermédio, no processo de agendamento, indo além do cidadão comum, que se perspectivava como recetáculo do agendamento e enquadramentos oriundo dos meios de comunicação social.

Um desenvolvimento ulterior e já datado da transição da primeira para a segunda década do século XXI, passa por dar resposta a um desafio colocado pela consolidação do modelo de comunicação multidirecional característico da sociedade em rede (Castells, 2002 e 2009), passando a agenda a ser definida em rede (modelo de definição da agenda em rede), passando esta a ser construída com os contributos de outros agentes que vão além dos tradicionais meios de comunicação social (Guo, 2012). Neste âmbito também passaram a ser equacionados os papéis desempenhados no agendamento mediático, por parte dos chamados media sociais, oriundos das plataformas digitais e que trouxeram a possibilidade deste processo de agendamento, também se processar numa lógica horizontal (Vargo et al., 2014), inovando relativamente ao modelo de comunicação tradicional unidirecional e de cima para baixo.

A tendência jornalística por notícias despolitizadas, que mesclam informação com entretenimento, esmo em temas tradicionalmente considerados do domínio “hard news” (Reinemann, 2012). Em termos de agendamento pode-se questionar o que leva os meios de comunicação social a apostar na cobertura dos diversos escândalos. Passámos a ter uma agenda recheada, continuamente, por escândalos, sucedendo-se uns aos outros num ciclo ininterrupto. Ora, a forte dramatização, mas também o envolvimento de atores com intensa notoriedade pública, leva a uma forte personalização da construção noticiosa (Just e Crigler, 2019), o que se constitui como um receituário tentador para os meios de

comunicação em forte concorrência pela atenção das maiores audiências possíveis e com isso aumento das receitas.

Numa fase avançada da modernidade, como é a atual, as sociedades ocidentais e um pouco por todo o mundo veem-se abraços com novos desafios políticos e sociais. O populismo emana em comunidades e estruturas políticas em forte processo de polarização (Klein, 2020). A polarização entendida como o processo de extremar de posições, inviabilizando o diálogo entre as partes, tem criado maiores e melhores incentivos à denúncia de práticas e condutas transgressoras, muito em particular de atores políticos e dirigentes institucionais com poder de decisão. Um Quadro político de polarização, implica que o conflito entre grupos da elite política, mas também económico-financeira, proporciona maior disponibilidade para que aconteçam denúncias acerca de atores e grupos rivais.

Claro que, do lado dos meios de comunicação social, também há predisposição para uma crescente cobertura dos escândalos. Seja por mera estratégia comercial de captar e maximizar as audiências, seja por os próprios meios de comunicação deterem crescentemente um posicionamento político e ideológico mais vincada (Iyengar, 1994; Cozma, 2015), como é o caso bem ilustrado pelo designado *Fox Effect* (Klein, 2020), que se concretiza num inequívoco posicionamento em torno então presidente norte-americano Donald Trump.

É neste Quadro circunstancial que também o jornalismo e as empresas de media em geral estão mais suscetíveis à influência externa. Não só a lógica concorrencial, como também a escassez de financiamento do jornalismo, a sua precarização (Crespo et al., 2017) e ainda a emergência de um jornalismo de opinião (Manosevitch e Walker, 2009), potenciam esta maior abertura e suscetibilidade à influência externa de jornalistas e também de editores. Paralelamente grupos com interesses próprios podem desenvolver estratégias de cooptação de meios de comunicação social em particular, de forma a tornarem-nos “caixas de ressonância” dos seus interesses e posições.

Esta tendência de posicionamento dos meios de comunicação tem mobilizado grande atenção na última década (cf. Conroy-Krutz e Moehler, 2015), concluindo invariavelmente em torno das consequências negativas para a vida democrática em sociedade. A polarização das visões políticas é desde logo uma primeira consequência desta alteração, encerrando grande dramaticidade, mas também nas atitudes e representações políticas e sociais dos cidadãos (Guess et al., 2021). Deste modo, e constatando essa potencial tensão entre os seus interesses e os dos meios de comunicação

e consumada a transição para um ecossistema mediático em que o digital ganha preponderância, muitos atores e líderes políticos participam nos meios de comunicação digitais como Facebook ou Twitter (Stieglitz e Dang-Xuan, 2013), com efeitos, diversos atores ascendem ao estatuto de celebridades (Lawrence e Boydston, 2017). Ora, o que está aqui em causa é sobretudo a dispensa de intermediação jornalística de modo tornar-se visível no espaço público e também a contribuir para a formação da opinião pública.

Com efeito, há condições para uma discussão pública mais reativa e mais propensa às revelações relacionadas com transgressões normativas de atores políticos, mormente aqueles entendidos como adversários ou que no médio e longo prazo seja percebidos como potenciais contendores (Just e Crigler, 2019), resultante desta maior proximidade entre meios de comunicação social, jornalistas e os atores e líderes políticos. Não é de estranhar que potenciais revelações escandalosas possam, deste modo, receber maior ou menor atenção dos meios de comunicação, mediante o seu prévio posicionamento, promovendo a sua visibilidade ou pelo contrário, o silenciamento. Entre outras implicações óbvias está desde logo a possibilidade de o jornalismo ver o seu papel de “watchdog” relegado para um plano secundário.

Os escândalos integrados na agenda noticiosa, surgem por regra, entre os valores notícia surpreendente (O’neill e Harcup, 2009). Quando um meio de comunicação social toma a decisão editorial de cobrir um determinado escândalo está perfeitamente dentro do âmbito das suas possibilidades e responsabilidade pública, enquadradas por normas e valores jornalísticos. É crónica e está sobejamente demonstrada a tendência para a negatividade da cobertura jornalística, muito em particular da esfera política e seus atores (Lengauer et al., 2012). Uma outra característica da cobertura jornalística sobre os escândalos diz respeito à tendência desta, incidir sobre atores e responsáveis políticos e institucionais em particular, em detrimento de uma perspetiva coletiva ou mesmo a nível institucional (Bennett, 2016). Pode-se equacionar razões para esta tendência. Ora, as explicações de índole institucional tendem a ser de maior complexidade argumentativa, por exemplo explicações acerca do funcionamento das instituições implicadas. Em contraste, argumentar em torno das práticas individuais e das suas opções de um dado líder ou responsável político torna a narrativa mais simplificadora. Também a jusante deste argumento está a rapidez e volatilidade da atenção dos cidadãos, uma vez que estamos numa era onde escasseia a atenção e o tempo de reflexão, que é claramente preterido por uma constante hemorragia de notícias e novas informações. Para além de uma inerente tendência para a curiosidade alheia sobre os interstícios da vida quotidiana

privada, mormente quando se trata de atores com sobeja notoriedade pública e política, a designada celebridade.

Por conseguinte, não é difícil conceber o escândalo entre as temáticas consensuais nas redações. O que se coloca é num contexto particular de polarização social e sobretudo política, não é tanto o que deve ser coberto, mas como deve ser coberto pelo trabalho jornalístico. Esta nuance linguística não é um mero pormenor, no sentido em que ela se reveste de toda uma centralidade, uma vez que é no modo como os meios de comunicação social vão fazer a cobertura, o que vão enfatizar e também o que vão secundarizar, irá dar os contornos mais salientes do escândalo. Num momento em que os meios de comunicação social tendem a desenvolver um jornalismo de opinião e partidário, estas questões dos contornos com que é construído o escândalo, encerra particular relevância. Na última década estas tendências foram apontadas a nível das opções editoriais (Puglisi e Snyder, 2011), mas também nas preferências dos cidadãos consumidores (Thurman et al., 2020).

Ainda assim, deve-se ter em linha de conta, que não obstante uma certa hegemonia da pesquisa em jornalismo e meios de comunicação social relativa à realidade dos Estados Unidos da América, existem idiossincrasias nacionais e regionais que devem ser levadas em linha de conta (Bednarek e Caple, 2017), contrariando um potencial viés universalista, isto é, a partir de uma dada fração da realidade, neste caso a norte-americana, extrapolar para outras de forma indiscriminada, contribuindo para uma reflexão ingénua.

Convém também sublinhar que a pesquisa recente na área do escândalo, também encontrou nuances de ordem distinta às de entre países. De acordo com Entman (2012) existem evidências de que diferentes escândalos têm enquadramentos substantivamente distintos dentro dos mesmos meios de comunicação social. Esta tendência tem sido particularmente intensificada mediante meios de comunicação social crescentemente partidarizados, respondendo a impulsos polarizadores tanto da sociedade em geral como da própria esfera política. Esta diversidade no modo como o enquadramento jornalístico é constrói e reconstrói os diversos escândalos foi também observada no recurso maior ou menor a imagens, à personalização (Khair et al., 2015), e também ao sensacionalismo (Fulda, 2006). O que nos permite constatar que o sector em que se estrutura e comunica também condiciona o enquadramento do escândalo. Precisamente, nesta linha de raciocínio, Dunaway e Graber (2022), numa pesquisa recente argumentam que a televisão e os escândalos que nela são apresentados e discutidos tendem a exacerbar o sensacionalismo e a personalização.

Também no plano da ação política esta sobre representação do escândalo e de notícias que detém um formato apelativo às grandes massas que constituem as audiências, torna agenda política refém da agenda mediática, plasmando-se por exemplo na alocação de recursos a temas e problemas que estão constantemente na berra mediática, em detrimento de outros, que substantivamente apresentam-se mais desafiadores para o interesse coletivo e que ainda assim, são relegados para segundo plano (Hobbs, 2010). Por outro lado, há tem uma outra corrente de estudos, que demonstra existirem indícios daquilo a que se possa designar por “saturação de escândalos”, o que se traduz numa conduta de alguma indiferença perante a espirar quotidiana de escândalos que proliferam nos meios de comunicação social. Neste role de consequências de intensa exposição aos escândalos, também há quem argumente em torno do crescente cinismo (Figueiras, 2017), ou ainda do crescente afastamento dos cidadãos relativamente à esfera institucional (Schudson, 2011; Thompson, 2001), expresso em menores níveis de confiança nas instituições e na política em geral.

A investigação sobre escândalos nos meios de comunicação social tende a exaltar o papel pró-ativo e como bastião dos princípios democráticos do jornalismo, no caso de escândalos com uma natureza eminentemente da esfera do poder e do seu uso transgressor (Emery, 1995; Thompson, 2001). Por outro lado, pesquisas acerca de escândalo de delito sexual, são normalmente conotados como jornalismo tabloid e colocados numa “prateleira” secundária da prática jornalística (Weinberg e Elliott, 1992).

Também do lado dos cidadãos e eleitores, existem indícios de uma certa hierarquização dos escândalos. Ora, vejamos de acordo com Doherty et al. (2011), os escândalos que têm na sua génese transgressões de foro sexual tendem a ser minorizados pela opinião pública, comparativamente àqueles que envolvem decisores públicos e elite económico-financeira. E mesmo entre estes últimos, também há demonstração empírica (Holtti, 2009) de que efetivamente são mais lesivos à reputação política e simbólica dos seus intervenientes, aqueles escândalos em que envolvem uma maior heterogeneidade de atores mediante origens ideológicas e partidárias diversas.

Deste modo, pode-se dizer que existem dois tipos de escândalo, que se constituem como ideais tipo, da maioria daqueles que eclodem na esfera pública mediática: o sexual, alusivo à conduta privada e transgressora; e uma segunda tipologia que se prende com os que envolvem poder e decisão (Just e Crigler, 2019). Ora, sucede que nos escândalos que remetem para violações individuais do foro privado, ao ser abordada pelo tratamento mediático, tende a ser transformada, através do enquadramento jornalístico como um ato

técnico ou político, remetendo para as responsabilidades públicas do ator (Sabato et al., 2001; Hiebert, 2002). Por outras palavras, um ato de alegada transgressão moral da esfera íntima é transformado, mediaticamente falando, como um ato político e por isso público.

O frisar dos contornos individuais no enquadramento do escândalo, não se fica pelos putativos transgressores da normatividade social e política. Como argumenta Gamson (1992), as notícias acerca de escândalos cobertos em televisões tendem a focar-se nos atores que desempenham o papel de vítimas, inviabilizando ou escamoteando o papel desempenhado pela arquitetura institucional, em que se gizam as sociedades contemporâneas. Noutros termos, diríamos que uma cobertura assente sobretudo no estatuto de atores de vítimas, amplia o viés de imputação das culpas a atores individuais.

O enquadramento mediático do escândalo que enfatize os traços individuais de determinado ator, ou em alternativa de um pequeno grupo destes, peca por exagerar. O pendor personalista da corrupção (Berti, 2019). Noutros termos, diríamos que a personalização, enquanto estratégia estruturante do enquadramento jornalístico do escândalo, apenas permite que os problemas e disfuncionalidades institucionais se reproduzam e se perpetuem. A aparente facilidade, perante uma identificação de um potencial transgressor, se realizar uma espécie de julgamento público, pode em alguns casos omitir as reais raízes do escândalo, aquelas impregnadas nas instituições envolvidas.

Um escândalo político enquadrado pelos meios de comunicação social, predominantemente a partir de um prisma institucional, podia fazer colapsar, ou criar diversos pontos de tensão do sistema social e mais concretamente na organização política e administrativa de uma dada sociedade (Neckel, 2005). Deste modo, se um enquadramento personalizado pode tender a criar injustiças, quando se centra excessivamente num ou num conjunto restrito de atores, culpando-os, também é verdade que existem vencedores, quando a discussão e debate público e mediático é deslocado das circunstâncias institucionais em que ocorreu a transgressão e comportamento imoral.

1.3.2. Escândalo na era dos meios de comunicação de massa

Nas últimas três a quatro décadas os meios de comunicação e o ecossistema que por eles é estruturado, sofreu um conjunto muito sério de mudanças. Estas transformações passam por um intenso processo de industrialização da “lógica dos media”, ao tornarem-se progressivamente empresas que visam finalidades comerciais e financeiras de rentabilização e eficiência económica. Paralelamente, os meios de comunicação e a sua

lógica de funcionamento, foram disseminados por outras esferas da atividade social, como a política, tornando-se esta, mais próxima dos meios de comunicação, como é ilustrado pela sofisticação crescente das campanhas eleitorais (Figueiras, 2017).

Como anteriormente se pôde defender, existe alguma diversidade no que respeita à suscetibilidade dos diversos grupos sociais relativamente ao agendamento noticioso feito pelos meios de comunicação social. O caso Watergate é comumente considerado como o “tiro de partida” no jornalismo de investigação (Thiel, 2018), levado a cabo por dois jornalistas⁵ do Washington Post.⁶ Watergate é dado como um exemplo de jornalismo de investigação de alto perfil. É um caso em que o jornalismo corporizou plenamente a sua função de gatekeeper. De modo muito breve, dir-se-á que o caso consistiu na revelação pública de uma teia de práticas transgressoras, de compra de favores, de silêncios e cumplicidades ao mais alto nível da administração da Casa Branca, tendo o então Presidente Richard Nixon como seu pivô. As primeiras revelações datam de 1972, levando ao pedido de demissão do presidente em 1974.

A sua escala, dimensão e resiliência no ecossistema mediático norte-americano ficaram-se a dever à qualidade intrínseca do trabalho jornalístico, por trás do escândalo, mas também à novidade que representava no espectro mediático e da política do pós-guerra. Há ainda um outro elemento que permite compreender e que se prendeu com a conjugação de interesses por parte de atores concorrentes ao principal visado – Richard Nixon (Liebes e Blum-Kulka, 2004), tentando daí retirar dividendos políticos e eleitorais.

Já na última década do século XX, o escândalo em torno do também então Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton, teve o efeito contrário. Clinton foi acusado, por via de revelações escandalosas de um meio de comunicação social oriundo do espectro da direita conservadora (Drudge Report) (Lawrence e Bennett, 2001), norte-americana. Ao contrário de Nixon, Clinton não acabou por se demitir, pese embora as diversas investigações e averiguações pelas diferentes instâncias competentes. Então, como se explica este desenlace tão distinto? De acordo com as várias pesquisas que foram realizadas nesse âmbito (cf. Holloway et al., 2003; Miller, 1999), houve um questionamento da veracidade e até das intenções não declaradas dos denunciantes. Nesta linha de corroboração Shah et al. (2002), argumentam que os meios de comunicação social, na sua generalidade enquadraram de forma desconfiada o escândalo, uma vez que

⁵ Referimo-nos a Bob Woodward e Carl Bernstein.

⁶ Para uma arqueologia do caso e de entre a vasta bibliografia produzida destacamos: *Watergate: What Was* de John Dean de 1999 e *The watergate crisis* de Michael Genovese (1999).

foi representado como uma “emboscada” ao então presidente, tendo mesmo sido um enquadramento adverso à oposição política (De Vreese, 2005a).

Em jeito de balanço, dir-se-ia que na fase em que os meios de comunicação de massas eram os principais articuladores do agendamento da opinião pública, estes foram decisivos. Os dois casos supramencionados permitem-nos ilustrar como os meios de comunicação de massa e os seus jornalistas foram determinantes no desenvolvimento da ação política, seja pelo desencadear de um escândalo (caso Watergate), seja pela apresentação de perspetivas contraditórias às inicialmente levantas (caso Clinton).

1.3.3. O agendamento do escândalo na transição digital

A tese tripartida de Meraz (2019) sustenta que o período de 2005 a 2014 foi marcado pela erosão da influência dos meios de comunicação social. A perda de protagonismo dá-se por via da estruturação do agendamento, que deixa de ser monopolizado pelos meios de comunicação social de massas, passando a ter concorrência dos meios de comunicação alternativos. No espaço de uma década consolidam-se e emergem novas tendências com potencial transformador do ecossistema mediático. As mais estruturantes transformações prendem-se com a descentralização dos fluxos comunicacionais em face da multiplicação dos meios de comunicação alternativos, como por exemplo páginas no Facebook ou no Twitter e a emergência de meios de comunicação ativistas ou partidários. Boa parte da explicação para este fenómeno transformador dá-se com a eclosão das redes sociais digitais (ex.: Facebook e Twitter). Estas plataformas ao possibilitarem o acesso às condições técnicas e tecnológicas ao cidadão, permitiram que estes constituam fontes alternativas de informação, com alcance potencial bastante variável (Marichal, 2012). Ao ponto de Axel Bruns (2008) falar em “produser” como uma nova categoria de atores e ativistas cívicos e políticos, combinando a dupla condição de produtor de conteúdos, mas também de simples consumidor.

No subsequente plano das implicações está o facto de uma certa democratização da produção e também disseminação de conteúdos informativos, com diferentes tonalidades de partidarismo e objetividade. Dentro deste espírito de proatividade ativista encontra-se também o designado jornalismo cidadão (cf. Correia et al., 2014 e Correia et al., 2011), que no fundo se propõe a integrar a atividade cívica na recolha e enquadramento de informação, sobretudo a nível local e regional, canalizando-a e articulando-se com os meios de comunicação social de massas da região. Deste ponto de vista, não obstante a reduzida penetração deste tipo de simbiose entre jornalismo local e

regional e cidadãos, a verdade é que demonstra que houve de certa forma uma estratégia de cooptação.

Ainda assim, a marca indelével e estruturante desta fase histórica do agendamento e do seu impacto na cobertura do escândalo, passa incontornavelmente pela diversificação e pluralização dos meios de comunicação alternativos e uma estrutura mediática descentrada, pluralizada e também partidarizada. Com efeito, avaliando os fluxos comunicacionais pode-se contar, na linha de raciocínio de Wallsten (2007) que existe uma intensa troca de informações e conteúdos informativos entre blogues e meios de comunicação social de massas. Weimann e Brosius (2015) advogam mesmo que essa interação não é assim tão recíproca, uma vez que demonstraram haver algum ascendente dos meios de comunicação alternativos e digitais comparativamente aos estabelecidos, muito por força da rapidez e flexibilidade na revelação e circulação de conteúdos.

Finalmente, há ainda a salientar uma outra transformação que passa pelo crescente poder gravitacional dos meios de comunicação alternativos, ao atrair cidadãos, veiculando uma agenda política, ideológica ou cultural destes novos atores mediáticos. Por conseguinte, os públicos tornam-se crescentemente homofílicos (Meraz e Papacharissi, 2013; Cacciatore et al., 2016).

Um provisório balanço pode-nos conduzir à observação de que por meados da década de 2010, assistiu-se a um incremento do acantonamento dos cidadãos e população em geral, por via do agendamento que os meios de comunicação de massa e os alternativos têm vindo a promover num Quadro circunstancial que corporiza o novo ecossistema mediático, pautado pela volatilidade.

O processo de desinformação de uma sociedade pode assumir diversas expressões e seguir diferentes mecanismos. Entre os mais comuns está o recurso a *fake news* e manipulação de factos de forma a torná-los favoráveis a determinado atore ou instituição. Em política contemporânea o escândalo tem-se assumido como parte da estratégia de tomada ou de luta pelo poder, possibilitando da descridibilização dos adversários por via da produção e disseminação de *fake news* (Heawood, 2018; Cabañes et al., 2019). Rojecki e Meraz (2016) ao estudarem os escândalos nas presidenciais de 2004 observaram que ao longo do período de competição eleitoral ambos os candidatos se defrontaram com revelações que colocavam em causa a sua moralidade e integridade. Estas revelações eram corporizadas por notícias que combinavam factos tangíveis e mensuráveis com posições e especulações pessoais (mistura de informação facciosa), que são difundidas por líderes de opinião e outros atores com facilidade de acessos aos canais e mecanismos

fazedores de opinião e de condicionar a opinião pública. A publicitação e revelações de imoralidade em período eleitoral não é propriamente uma novidade, o que se constitui como inovador é a combinação de fatores com opiniões, colocadas em perspectiva desfavorável aos próprios visados, com o objetivo de lesar este, politicamente. Concomitantemente, também a difusão e o efeito nas redes de difusão, coloca novos desafios à democraticidade da opinião pública e ao papel desempenhado pelos meios de comunicação social de massa e digitais. As revelações escandalosas deixam de ser monopólio dos meios de comunicação social de massas e do seu respetivo enquadramento, passando também a ser feitas em meios de comunicação social alternativos, potencialmente partidários.

Num ecossistema mediático onde coabitam meios de comunicação de massa e meios de comunicação digitais, o escândalo político, tende a adquirir novos contornos ao tornar-se uma estratégia e espaço de luta partidária, que se serve de um crescente número de meios de comunicação digital partidários para produzir e difundir, entre as suas redes, conteúdos informativos com alegadas práticas transgressoras e imorais. Estudos recentes advogam que esta estratégia se tem intensificado entre os partidários de direita e conservadores (cf. Meraz, 2019), em contraste, por exemplo, com clássico escândalo de Watergate, que partiu da investigação de dois jornalistas do *Washington Post*.

Os meios de comunicação social digitais alternativos podem ser encarados, como instrumentos tecnológicos ao dispor de elites partidárias, que tentam pautar o agendamento, lançando revelações relativamente a adversários políticos ou até mesmo partidários (luta interna no Partido).

1.3.4. O agendamento do Escândalo em tempo de gatekeeper algorítmico

O regime de comunicação descentralizado levou a uma forte erosão do protagonismo dos meios de comunicação social de massa na definição do agendamento noticioso. O emergente ecossistema mediático caracteriza-se por: diversificação das vozes (Green et al., 2017); eclosão de uma enorme miríade de atores com capacidade de fazer valer a sua perspectiva; mas também um reforço da hibridez, em face da coabitação de meios de comunicação social de massa com meios de comunicação digitais de forte pendor partidário (Gulyas, 2017). Com efeito, a diversidade de atores mediático conduz à pulverização das opiniões e posições políticas, transferindo progressivamente a lógica de poder dos meios de comunicação social de massa para a rede digital onde se dá a diversificação das vozes e posições no espaço mediático (Meraz e Papacharissi, 2016).

Deste modo, há uma reconversão dos atores e agentes mediáticos e políticos que têm o poder de definir o agendamento noticiosos e com isso a opinião pública.

Também do lado, dos atores utilizadores e consumidores de notícias, se verifica uma crescente dependência destes, relativamente às redes on-line de produção e disseminação de notícias e outros conteúdos (Conway et al., 2015; Su e Borah, 2019). Esta constatação permite-nos inferir que cidadãos até aqui desinteressados e afastados da esfera política institucional, tendem a perceber alguma proximidade (Vaccari e Valeriani, 2021), a um ponto que ficam dependentes de fontes alternativas para aceder a informação.

Questionando-se quais os efeitos políticos e na opinião pública, de um ecossistema mediático em plena transformação é indubitável refletir sobre o pendor potencialmente nefasto de tal mudança. Ora, num ecossistema toldado e estruturado por algoritmos está fortemente associado à produção e disseminação em massa (Woolley e Howard, 2018) de desinformação (Tandoc et al., 2020) e às *fake news* (Colliander, 2019), possibilitando o contacto com conteúdos de fontes alternativas para um vasto leque de categorias sociais até aqui percebidas ou auto-percebidas como afastadas da política e dos meios de comunicação social em geral. Como vimos anteriormente é entre as categorias de potenciais eleitores de direita, conservadores que frutificam os meios de comunicação alternativos e com eles as *fake news*, a desinformação e até as teorias conspiratórias (Garrett e Stroud, 2014), que colocam em causa a credibilidade e sobretudo a moralidade dos adversários políticos e das instituições que estruturam a vida coletiva.

A campanha eleitoral para as presidências de 2016 foi profícua em revelações escandalosas (McHale, 2017). Esta nova geração de escândalo digitais, que resultam de revelações feitas por meios de comunicação alternativos, mormente no Twitter (Rogstad, 2016; Buccoliero et al., 2020) a partir do ocorrido na sociedade norte-americana e mais concretamente em contexto de competição eleitoral entre Hilary Clinton e Donald Trump, marcam uma mudança. Em termos transversais pode-se dizer que Clinton foi alvo de diversas denúncias, umas mais credíveis e outras nem tanto, que resultaram numa forte erosão do capital político e de confiança na candidata do partido Democrata na eleição de 2016. A definição da agenda foi ao longo deste período substancialmente marcada pelas revelações no Twitter das alegadas transgressões, possibilitaram o contato com estas informações, por parte de eleitorado de direita (Meraz, 2016 e 2019) e potencialmente votante no partido Republicano de Donald Trump. Não obstante, o impacto de outras circunstâncias não só de índole política e comunicacional, estas revelações foram determinantes no sucesso eleitoral de Trump, culminando na vitória deste.

Faris et al. (2017) demonstraram que efetivamente se tratou de um agendamento persistentemente, baseado na ordem programática de Trump, ao contrário da atenção dispensada a Clinton, centrada em revelações de alegadas práticas transgressoras. Isto é, o candidato republicano foi confrontado ora com conduta do próprio sobre diversas mulheres, ou em alternativa com questões relativas às suas propostas que provocavam “choque” como a construção do muro com o México e a expulsão dos imigrantes ilegais. Já a candidata democrata foi confrontada com alegadas práticas incorretas, que colocam em causa a falta de cuidado na gestão do email institucional da então vice-presidente da administração Obama. Perante os resultados eleitorais (presidências de 2016) que culminaram na vitória de Trump, é lícito considerar que o eleitorado penalizou em menor proporção as práticas de abuso de mulheres, comparativamente às infundadas alegações de más práticas da então vice-presidente. Aparentemente a moralidade sobre a esfera privada pesa menos no julgamento político, comparativamente à ação política e institucional, ainda que apenas alegadamente dolosa.

A propaganda computacional, baseada em *bots sociais* sobretudo no Twitter e no Facebook (Benkler et al., 2018), massivamente utilizada na campanha eleitoral, permitiu a atores políticos implementar estratégias de difamação, lançamento de rumores e incremento do descrédito de um rival. Introduzindo na corrente noticiosa e em última instância no agendamento, cascatas de notícias falsas ou de rumores que implicam adversários (Gopalkrishnan, 2017), condicionando a opinião pública.

O próprio Trump revelou-se como um exímio utilizador do Twitter, maximizando as potencialidades da plataforma de modo a fazer passar e a disseminar entre a sua legião de seguidores nesta rede social, rumores, boatos e até iniciando processos de desqualificação de adversários políticos como foi o caso da contenda presidencial com Clinton em 2016 (Ott, 2017). Redes sociais digitais em que também é pródigo na crítica à mediação jornalística, acusando os jornalistas e os meios de comunicação social de massas de estarem ao serviço do establishment (Schrock et al., 2018). Lee e Xu (2018) estudaram o impacto que os tweets do candidato republicano às presidenciais teve no agendamento noticioso entre os meios de comunicação social de massas, demonstrando que existiu efetivamente um efeito de agendamento, muito por via da estratégia do ator político, em hostilizar os jornalistas e os meios de comunicação em geral.

Ainda assim, entre os utilizadores dos meios de comunicação social alternativos e também cidadãos não se pode compreender enquanto massa homogénea. É nesta linha que existem categorias sociais, nomeadamente conservadores e de direita, que apresentam

maior exposição aos conteúdos veiculados por Trump no Twitter (Meraz, 2016 e 2019). De acordo com o Gallup é entre os cidadãos norte-americanos que se autoidentificam de direita e republicanos que a confiança nos meios de comunicação social de massas mais diminuiu (Ariely, 2015; Foundation, 2018).

Por conseguinte, é lícito observar que estamos perante um ecossistema mediático que resulta crescentemente de uma forte integração entre os meios de comunicação social de massa e os meios de comunicação digitais e sociais. Concebendo estas mudanças a partir do eixo meios tradicionais e meios digitais, dir-se-ia que a vasta produção empírica produzida nos últimos anos, em particular na última meia-dúzia de anos após Brexit e eleição de Trump, advogam em torno de um forte ascendente dos meios de comunicação digitais no que respeita à definição do agendamento noticioso, isto é, do que é falado e discutido na esfera pública. Com efeito, pode-se caracterizar o processo de agendamento contemporâneo como mais complexo, mais interativo e sobretudo como palco de conflito entre diferentes grupos sociais e políticos. O domínio e estruturação do agendamento constitui-se como uma poderosa “arma” e expressão de poder na arena política, possibilitando uma permanente procura e disponibilidade para revelações escandalosas, num ecossistema mediático em que os fluxos comunicacionais são de muitos para muitos e as revelações ou simples rumores se disseminam facilmente.

Neste novo ecossistema mediático, o escândalo constitui-se como uma arena privilegiada não só de confronto político e social, mas também como barómetro de observação dos fluxos de poder entre os meios de comunicação de massas e os meios de comunicação digitais e sociais, que se alimentam grandemente da voracidade das audiências e públicos em rede à escala global.

1.3.5. Resistência e longevidade do escândalo no agendamento noticioso

Uma característica que diferencia os escândalos que sobrevivem na esfera pública por um largo período é o seu valor notícia (Tumber e Waisbord, 2019), que possibilita que esse escândalo que se mantenha na ribalta mediática, normalmente por via da metamorfose em indicadores como atores envolvidos, instituições também implicadas, mas também novas informações, que possibilitam uma permanente renovação do interesse dos meios de comunicação social. Talvez esses valores notícias detenham um particular sublimar da personalização dos escândalos, sobretudo quando se trata de casos que envolvem atores com notoriedade pública e política. Porque algumas revelações se conseguem impor na agenda mediática por um período maior comparativamente ao carácter efémero de outras?

A volatilidade entre as revelações que se transforma em escândalos mediáticos e mesmo entre estes e revelações que não se consolidam enquanto tal, ocorre não só em regimes democráticos, mas também em regimes autoritários, em que por exemplo a liberdade de expressão está bastante condicionada. A eclosão e transformações de revelações em escândalos está inscrita em idiossincrasias com o ecossistema mediático, mas também condicionantes relativas ao sistema político e ainda especificidades socioculturais (Tumber e Waisbord, 2019). De certa forma, pode-se ilustrar com o as revelações no âmbito do chamado caso Panamá Papers, que implicava uma grande quantidade de países à por diferentes latitudes continentais e que poderá ter tido diferentes tratamentos em diferentes países implicados.

Em termos longitudinais, os escândalos de foro íntimo e/ou sexual tendem a ter uma esperança média de vida mais curta, comparativamente àqueles que envolvem corrupção e gestão danosa de dinheiro público. Estes últimos de acordo com Just e Crigler (2019), deixam uma marca indelével na memória social e comunitária, implicando o aumento da desconfiança relativamente à classe política e a dirigentes públicos em geral. Nesta espiral mediática, o enquadramento tende a sublinhar os traços que possibilitam uma efetiva dramatização, de modo a mobilizar a atenção de um maior número de cidadãos consumidores. Assim, se observa um enquadramento do escândalo crescentemente personalizado, mas também centrado em atores individuais e em pormenores, com contornos de meras curiosidades e índole voyeurista.

Nesta linha pode-se falar num diversificado conjunto de fatores, entre eles os circunstancialismos políticos, como é o caso da arquitetura institucional em que se articula a tomada de decisão a nível governamental; mas também a existência de conflitos, sejam eles latente ou manifestos entre a estrutura política e governamental; também um fator não menosprezável passa por medir o nível de partidarização da administração pública e governamental, constituindo-se como elementos que em maior ou menor escala contribuem para o aparecimento de escândalos. Por outro lado, um outro indicador composto deve considerar uma dimensão legal ou jurídica, uma vez que o sistema jurídico pode incentivar ou pelo contrário obstaculizar potenciais investigações que culminarão em escândalos, são os casos de legislação que contemple o estatuto de denunciante; mas também a inversão do ónus da prova, ou ainda a agilidade no acesso a informação classificada e sensível, para além da possibilidade de existir lei que enquadre e penalize o rumor e boato, são indicadores que possibilitam ou obstaculizam e eclosão de um escândalo e que gravitam em torno do sistema judicial (Bruce e Sambei, 2006).

Atentemos àquilo que designamos como fator comunicacional. Um escândalo necessita de liberdade de expressão e também liberdade de imprensa, nessa medida as democracias devem fazer jus à sua condição, enquanto tal.

1.4. Consequências dos escândalos: escândalo Sócrates como campo de confronto político e social

Há duas posturas possíveis na abordagem aos efeitos dos escândalos digitais em contextos democráticos. Chamemos aos primeiros os “renovadores”. Estes perspetivam o escândalo em rede como um momento de renovação das elites e instituições que dirigem não só o processo político, como também da organização económica e cultural. Na verdade, esta abordagem tem uma relevante componente catártica, ao propor que os escândalos expõem desvio, transgressão e por isso disfuncionais. É um perspetivar que tem como pano-de-fundo a teoria funcionalista. Assim, o escândalo é um momento de desequilíbrio que tenderá para o equilíbrio homeostático. Uma segunda forma de perspetivar a multiplicação dos escândalos, passa por os ver como manifestações das disfuncionalidades democráticas e institucionais, orientadas por atores que estão nos antípodas do interesse coletivo – os “pessimistas”.

A sucessão de escândalos digitais possibilita a emergência de uma espécie de “fadiga do escândalo” (Tumber e Waisbord, 2019). Uma característica marcante da contemporaneidade é uma esfera pública e mediática crescentemente volátil e suscetível a uma agenda pautada por sucessivos escândalos, que provoca disrupção neste processo. A volatilidade traduz-se na capacidade disruptora de um dado acontecimento. Os escândalos corporizam essas características que possibilitam que os meios de comunicação sejam atraídos e retidos durante um período relativamente diverso.

Levando a cabo um balanço ainda que parcial Tumber e Waisbord (2019) concluem que não obstante as convulsões vividas no debate político e mediático, as mudanças são bastante limitadas. Estes autores assinalam que tanto a nível institucional como das práticas sociais os sucessivos escândalos não conseguiram romper com os fortes preceitos normativos vigentes. Concomitantemente, verifica-se um pouco por diferentes países, onde os escândalos pautam a agenda mediática, a existência de atores envolvidos, nomeadamente políticos e elite económico-financeira, condenados julgados. E mesmo no plano institucional, para além de não existir uma efetiva promoção de

melhores práticas e mais transparência, são diminutas e apenas a miude algumas empresas sofreram algum tipo de sanção.

No role de parcas consequências pode-se dizer que normalmente são privilegiadas aquelas que têm como fulcro o indivíduo. As transformações estruturais e institucionais representam um processo ainda mais minoritário e quiçá inexistentes. Por isso, pode-se dizer que as reformas a nível institucional são, no plano das consequências dos escândalos, um efeito bastante restrito.

Nem sempre é consensual a conceção do que é uma prática transgressora, num mesmo contexto sociocultural. Para a inexistência de consenso relativamente a esta matéria pode contribuir decisivamente o próprio papel desempenhado pelos meios de comunicação social. Esta aparente divergência pode ser encontrada por exemplo no tratamento de categorias de atores sociais distinto, como políticos ou detentores de cargos públicos, ou empresários e elites financeiras. Mas também pode ser encontrado entre os diversos meios de comunicação social que compõem um ecossistema mediáticos, por exemplo entre uma imprensa com uma postura mais populista ou sensacionalista e a chamada imprensa de referência que se pauta por uma postura de pendor mais descritivo e interpretativo, comparativamente á primeira. Para além do facto de haver maior sensibilidade por parte dos agentes mediáticos relativamente a um tipo de transgressão comparativamente a outro. O que pode de certo modo contribuir para uma esfera política e mediática de maior polarização.

De certo modo, o partidarismo, ou por outras palavras, o posicionamento político e partidário dos cidadãos exerce um poder modelador da partilha e difusão de notícias veiculadoras de escândalos. Torna-se plausível pensar que a motivação dos cidadãos para consumir, mas também partilhar notícias de escândalos que envolvam atores e instituições, sejam partidárias ou não, é mediada pelo seu envolvimento político, na medida em que sejam mais próximos ou mais afastados desses atores políticos.

Também os meios de comunicação que à partida têm um posicionamento político e ideológico marcado, desempenham papel mediador no desenvolvimento de um escândalo. Em termos abstratos pode-se dizer que os meios de comunicação social têm a capacidade de influenciar a opinião pública e também o desenvolvimento de um escândalo na medida em que investigam e agenda uma determinada perspetiva sobre um dado tema. Quando Ezra Klein (2020) nos fala do “Fox Effect” está precisamente a aludir a este papel. No caso particular da Fox News, rede de meios de comunicação, onde se destaca a estação de notícias 24h, há um claro posicionamento pró-Donald Trump, de

acordo com o autor norte americano. Este enviesamento na construção noticiosa é vertido por exemplo, na denúncia e permanente destaque das alegadas ligações obscuras da candidata democrata à presidência em 2016 Hilary Clinton. Este caso serve para ilustrar o modo como um posicionamento político-ideológico de partida pode se repercutir no modo como fazem a cobertura e como o realizam.

1.4.1. Pontas soltas na pesquisa atual sobre as consequências dos escândalos

Potenciais pesquisas sobre escândalos podem versar sobre as leis e incentivos aos denunciadores, como forma de promover a transparência e até a responsabilização de atores políticos e elite económica ou financeira. Relação entre ciclo económico e intensificação de escândalos (Nye, 1967), é uma área ainda relativamente desconhecida, ainda que a demonstração empírica existente lance pistas sobre possíveis indícios de existência de uma relação ainda relevante, ainda que não seja necessariamente de causalidade, mormente entre níveis de corrupção e desenvolvimento económico (Wei, 1999). Algumas das questões que elencamos de seguida podem constituir pistas frutíferas em pesquisas futuras sobre os impactos positivos e negativos dos escândalos nas mais diversas esferas de atividade. Que capacidade os meios de comunicação social têm de marcar a agenda noticiosa? A medição da fadiga de escândalo é um desafio relevante e próximo. Qual o impacto do intensificar de escândalos nas atitudes sociais sobre corrupção? O partidarismo dos meios de comunicação enfraquece a atenção dos cidadãos às revelações feitas? Perceber como sobrevivem politicamente, atores políticos que foram implicados em revelações escandalosas. A relação entre os escândalos e a própria confiança e credibilidade dos meios de comunicação social.

O facto de existirem escândalos, mesmo que potenciem limitadas reações de alguns grupos, estas podem funcionar como um lembrete relativamente ao padrão normativo idealmente desejável. Deste ponto de vista, os escândalos podem significar um momento de “separação de águas” dentro da própria sociedade, ainda que se assista à quebra de consensos sociais relativamente à moralidade social, como anteriormente demonstrámos. Contudo, existe também a possibilidade do escândalo em torno do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates se constituir não como um momento de depuração social e política, mas como um domínio onde os vários grupos sociais e políticos se confrontam.

Os meios de comunicação digitais tornam o controlo da informação escandalosa cada vez mais difícil e desta forma o equilíbrio institucional que suporta o autoritarismo, pode acumular tensões crescentes (McNair, 2016). Em contextos ditatoriais ou de

restrições às liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão e de comunicação, os escândalos propriamente ditos podem desempenhar um papel fundamental na erosão de polos de poder autoritário (McNair, 2019). Este efeito político é de difícil medição, sobretudo se considerados pequenos períodos, contudo é demonstrável o papel potenciador da participação cívica e política dos meios de comunicação social, em particular dos digitais (Sousa e Morais, 2021). O que decerto modo pode augurar novos horizontes e desafios às democracias.

Capítulo 2 - Mediatização como processo de transformação social e política: perspectivas, atores e instituições

2.1. Teoria social da mediatização: abordagem estruturalista

As origens conceptuais de mediatização remontam ao trabalho de Asp (1986) que a operacionalizou no campo político para se referir ao esforço de ajustamento dos atores políticos às exigências funcionais dos meios de comunicação social e por outro lado, à crescente personalização e consequente polarização das intervenções públicas destes atores visando atrair os meios de comunicação social. Um terceiro indicador passa pela crescente autonomização dos meios de comunicação social relativamente às instituições políticas. A consequência mais óbvia é o crescente controlo em todo o processo mediático, por parte dos meios de comunicação social.

Para Mazzoleni e Schulz (1999) a mediatização refere-se à crescente influência que os meios de comunicação têm na atividade política, como o ilustram as campanhas eleitorais. A jusante, este processo impacta negativamente na política e suas instituições, nomeadamente na perda de autonomia desta, transferindo para os meios de comunicação a capacidade modeladora da ação política. Cottle (2006a) sublinha que mediatização se faz sobretudo através de uma crescente componente cénica e performativa por parte dos atores políticos, no sentido de convergirem com a lógica de funcionamento dos meios de comunicação social, em esfera tão diversas como a ciência (Weingart, 1998), ou mesmo o campo religioso (Lovheim e Lynch, 2011).

De acordo com Schulz (2004) os meios de comunicação interferem com a interação social em quatro vertentes: ao flexibilizarem a componente espaço-temporal necessária à interação social; crescente relevância dos meios de comunicação na interação ao permitir a não presença face-a-face; também introduzem e transformam práticas sociais; finalmente, adoção de novas regras e padrões de interação entre atores impulsionados pelos meios de comunicação.

Existem diversos autores que relacionam o incremento da mediatização com a própria modernização das sociedades (Giddens, 2000b; Beck, 2000; Bauman, 2007), enfatizando o papel que os meios de comunicação tiveram ao longo dos dois últimos séculos. Em face do desenvolvimento da cultura escrita é possível vislumbrar a

emergência da esfera pública burguesa (Habermas, 2012), mas também o moderno Estado (Thompson, 1995). Já na viragem para o século XX a imprensa escrita e a rádio e posteriormente a televisão aceleraram o processo de transformação. A emergência de grandes conglomerados de media em paralelo com a globalização económica, potenciou o estabelecimento de uma rede de comunicações policêntrica de fluxos comunicacionais permanentes e intenso (Castells, 2004a, 2004b e 2007), estruturando a sociedade em rede.

A relação entre individualização e mediatização foi já alvo de análise (cf. Krotz, 2007). De acordo com este autor a mediatização expressa-se pela proliferação dos meios de comunicação social e essa multiplicação e diversidade desencadeia mudanças no processo social mais amplo, mormente nas práticas sociais na cultura e no modo como nos relacionamos connosco e com as instituições. Hjarvard (2013) identifica dois eixos de transformação social contemporâneos, por um lado o dos meios de comunicação e o aparato tecnológico que os estrutura e por outro o da transformação social e cultural impulsionado pelos meios de comunicação. Nesta perspetiva há um aspeto que se salienta na teoria dos meios de comunicação e que passa pela tentação tecnológica. Deste prisma a inovação e arquitetura do aparato mediático determina o incremento e orientação da mudança cultura - determinismo tecnológico.

São vários os indicadores que compõem o conceito de mediatização proposto por Hjarvard (2013) tais como: extensão, substituição, amálgama, acomodação para além da perspetiva histórica e sociológica do processo de transformação. Deste ponto de vista, esta proposta assume-se com um forte pendor institucional ao considerar a relação entre os meios de comunicação e a cultura envolvente, isto é, ao centrar os seus esforços interpretativos na mudança institucional, nas regras, nas normas e nas práticas. Para o autor esta opção engendra várias vantagens, nomeadamente a possibilidade de permitir abordar as interações do dia-a-dia, mas também possibilita um privilegiado ângulo sobre as transformações ao nível macro. A segunda vantagem passa por permitir captar especificidades dos meios de comunicação e das relações que são tecidas entre estes e os outros domínios sociais. Um terceiro argumento passa por conceber os meios de comunicação como uma estrutura autónoma das demais esferas sociais e com isso com elementos caracterizadores e distintivos que definem e diferenciam a lógica mediática.

Quando Stig Hjarvard (2013) ensaia a definição conceptual de mediatização ao considerar as interações entre as diferentes instituições sociais, denotando uma postura evolucionista, uma vez que defende que se trata de uma questão de intensidade e de grau de domínio dos meios de comunicação relativamente às diversas instituições. Nesta

perspetiva suceder-se-iam diversos estádios evolutivos, em que de forma sequencial os meios de comunicação e a sua lógica de funcionamento penetrariam nas demais instituições sociais e políticas, independentemente dos contextos sociais e históricos e até mediáticos que potencialmente podem condicionam este processo. Com efeito, em termos práticos dir-se-á que a teoria da mediatização estruturalista se torna algo insensível às idiossincrasias locais e nacionais, dado a sua especial ênfase universalista.

2.1.1. Da mediação à mediatização: particularismo na estruturação do escândalo político

A dicotomia que perspectiva os efeitos dos meios de comunicação entre aquilo que se pode considerar como elementos homogeneizador ou diversificador tem uma longa tradição nos estudos mediáticos. Este debate advém do facto de nas propostas teóricas dos meios de comunicação, o processo histórico e até as idiossincrasias culturais de cada sociedade não serem consideradas na apropriação dos meios de comunicação no quotidiano. Considerando as propostas de teóricas de Meyrowitz (1985) e de McLuhan (1964), a deste último padece do estabelecimento de um processo monocausal em que as tecnologias são causa única nas mudanças visíveis nos padrões culturais dominantes.

A razão como elemento fundador de uma nova fase das sociedades contemporâneas, resulta na modernidade tardia que conduz a sociedades em que a confiança se constitui como recurso elementar das relações entre atores e entre estes e as diversas instituições sociais num ritual de mitigação dos riscos (Giddens, 2005). A modernidade tardia é constituída por três elementos estruturantes e historicamente marcantes: a separação do tempo e espaço, o desenvolvimento de sistemas periciais e a intensificação da reflexiva social, nomeadamente da apropriação do conhecimento, tanto de atores como de instituições.

Com a metáfora dos simulacros, Baudrillard (1994) não nega a existência de uma realidade objetiva com factos e atores concretos. O que ele pretende é enfatizar o facto das representações mediáticas projetadas pelos meios de comunicação social sobre um escândalo por exemplo, levarem à construção de disposições sociais que reproduzem as narrativas mediaticamente construídas.

A mediatização, enquanto projeto da modernidade tardia, implica a diversificação das potenciais oportunidades de interação e trocas sociais resultando da combinação entre a realidade mediática e aquilo que aos atores consideram e têm para si como a realidade

quotidiana. Um caso ilustrativo passa por considerar o que é local e o global, quando estas duas dimensões tendem a diferenciar-se progressivamente.

Embora ainda existam enclaves de práticas e interações sociais que não são mediados, na verdade e muito provavelmente toda a interação é à data atual, mediatizada, isto é, sofre a influência de regras e procedimentos emergentes da realidade mediatizada. Ainda assim, será relevante sublinhar a não-existência de diferentes estatutos entre realidade – realidade da comunicação não mediada e realidade da comunicação mediada. Deste processo resulta um tecido social intensamente mediatizado, como é o contemporâneo.

As diversas tentativas de definição de mediatização têm assentado: 1º atribuindo maior flexibilidade concetual de forma a poder enquadrar a crescente influencia dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas Välliverronen (2001); 2º debruçam-se sobre o modo como os meios de comunicação se relacionam com a esfera política (Asp, 1990; Strömbäck, 2008); 3º problematizam a relação com uma esfera em particular (ex.: política) ou em alternativa fazem-no partindo para a reflexão como um ponto de rutura epistemológico como são os casos da modernidade tardia (ex.: Giddens, 2005) ou da pós-modernidade (ex.: Baudrillard, 1994).

Desta forma, dir-se-á que mediatização pode ser entendida como a crescente dependência das diversas instituições sociais em relação aos media e à sua lógica (Hjarvard, 2013). A dupla dimensão deste conceito remete-nos em primeiro lugar para a uma crescente integração dos meios de comunicação no funcionamento das demais instituições, sendo que estes também se autonomizam num processo paralelo. A consequência consiste numa crescente introdução do modo de funcionamento dos meios de comunicação, quer na interação social, quer na interação entre atores e instituições, para além das demais interações ocorridas no contexto das sociedades da modernidade tardia.

Assim, a lógica dos media emerge como o “livro de códigos” definindo procedimentos de um novo e transformativo *modus operandi*, que é introduzido crescentemente nas instituições que partilham a estruturação das sociedades hodiernas. Ao condicionar e até certo modo determinar o livro de códigos que norteiam a interação social, os meios de comunicação impõem às outras instituições algumas das suas idiossincrasias e assim estabelecem um processo não-recíproco de influência. De acordo com Hjarvard (2013) a lógica dos media é composta por: recursos materiais, mas também simbólicos que estão encarregues de distribuir, na assunção de uma relação de poder entre

os media e as restantes instituições. Este processo ocorre sob a batuta de regras de natureza formal e informal. Neste âmbito e como caso ilustrativo, a lógica dos media impregna o modo como se realiza e faz a comunicação política e até mesmo a prática política propriamente dita. Uma outra vertente da lógica dos media é modo como esta condiciona a natureza e a própria funcionalidade das interações e comunicações sociais.

A relação da mediatização com o próprio processo de modernização tardia, consiste em dois vetores: existência de um aparato tecnológico e técnico suficiente que possibilite o estabelecimento de interconexões e comunicações permanentes entre diferentes regiões; por outro lado, a institucionalização da comunicação e interação permitindo a penetração da mediatização em domínios sociais tão distintos como o religioso e o político. Considera-se quase trivial a tendência para no debate público, mas também aquela discussão com pendor mais objetivo e académico, de que os meios de comunicação e mais concretamente, o processo de mediatização ter sobretudo implicações negativas na esfera política (cf. Habermas, 2012; Mazzoleni e Schulz, 1999).

A distinção entre mediação e mediatização inclui uma importante componente temporal. De um modo simples, mesmo evitando simplismo, dir-se-á que mediação se reporta ao ato de comunicação por meio de um determinado meio, considerando o Quadro circunstancial em seu torno. A mediatização reporta-se a um processo mais complexo e estendido no tempo e consiste nas mudanças ao nível das instituições sociais em virtude do incremento da relevância dos meios de comunicação e da sua lógica de funcionamento nas sociedades contemporâneas (Hjarvard, 2014). Com efeito, estamos em posição de postular que no contexto das sociedades da modernidade tardia intensamente mediatizadas a apropriação dos meios de comunicação combinada com particularismos culturais e políticos conduz à estruturação do escândalo de corrupção político com contornos diferenciadores mediante a sociedade.

2.1.2. A abordagem estruturalista da mediatização política: uma questão de confiança

É longa a lista de fases históricas em que se pode identificar a preponderância da escrita na esfera pública. Desde logo na emergência e consolidação das grandes civilizações como o Império Romano que usou abundantemente a escrita no processo de progressiva burocratização do Estado e da administração do território. Com eclosão das revoluções liberais, em particular a Revolução Francesa (1789) e Revolução Americana (1776), ficou

patente a multiplicação das experiências democratizantes um pouco por todo o chamado hemisfério ocidental.

Em democracia a vontade popular é, pelo menos em teoria, soberana e a ela deve ser pelo menos condicionado o efetivo exercício executivo da política. É na articulação desta interação que os meios de comunicação social jogam papel determinante. Estes assumem neste novo contexto também o papel de “whatchdog” (Schudson, 1992; Bovens et al., 2014; Mesquita, 2003; Traquina, 1993 e 2000), do poder político, secundarizando a função inicial de instrumento ao serviço das elites e para as elites ou grupos dominantes. Esta posição charneira dos meios de comunicação nos regimes democráticos resulta na diversificação e multiplicação de funcionalidades no desenrolar da ação política. Entre estas novas funções está a produção e circulação de informação, promover a troca de ideia e debate público sobre questões de interesse coletivo, bem como o controlo e permanente avaliação da governação (Lippmann, 1992 e 1992), contribuindo decisivamente não só para a difusão da informação, mas também para a cristalização do conhecimento, muito em particular criando e reforçando estereótipos que tendem a simplificar a realidade.

Deste modo, cabe aos meios de comunicação criar um discurso acerca de um determinado tema que interessa publicitar e tornar visível na esfera pública. Ora, emerge nesta nova realidade um triângulo interacional, composto pelos atores políticos, pelos meios de comunicação social e ainda por atores individuais (cidadãos) que estão expostos e que no fundo são a última finalidade do processo comunicacional em curso (Swanson e Mancini, 1995; McCombs, 2004). Neste triângulo, as trocas simbólicas e as influências acontecem e são incontornáveis. Os meios de comunicação ao construírem uma determinada narrativa de um dado acontecimento tendem naturalmente a enfatizarem determinados elementos em detrimento de outros. Um caso pode ser ilustrado pela corrupção, quando alguns agentes mediáticos podem focar a narrativa do responsável político que é acusado de ser corrompido (Sola-Morales e Rivera Gallardo, 2019; Gallego, 2013), secundarizam o protagonismo de outros atores, nomeadamente aqueles que corromperam.

As escolhas envolvem ângulos de abordagem e elas tecem relações de poder (Graber, 1990). O poder de construir a opinião pública passa pela possibilidade de os meios de comunicação projetarem realidades e estereótipos sobre os factos, mas também faz parte deste processo a possibilidade de os atores percecionarem e interpretarem os factos à luz das suas referências simbólicas e da sua mundivisão (Giddens, 2000a). No fundo, estamos perante um processo em que interagem diferentes agentes sociais, ainda

que tecendo relações de poder assimétricas, isto é, a capacidade de influência não é absoluta, nem recíproca. Esta permanente dialética entre estruturas de poder, que no caso são desempenhados pelos meios de comunicação e pelas instituições e atores políticos, combinam-se e reconfiguram permanentemente as formas de agir, pensar e no fundo as atitudes políticas dos atores através da opinião pública.

O desenvolvimento e crescente interesse nos processos comunicacionais pode ser datado ainda na primeira metade do século XX. Em particular no contexto de guerra, mais particularmente a I Guerra Mundial é tida como o marco histórico do uso da comunicação com fins militares e sobretudo propagandísticos (Wolf, 1992). De acordo com o referido autor, uma das primeiras tendências teóricas da emergente área de estudos da comunicação visa precisamente o estudo do efeito da propaganda política em contexto de guerra, como é a teoria hipodérmica. Desenvolvimentos sucedâneos inseriram-se na crescente linha de investigação do estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons (1988) e em concreto pelo seu mais proeminente sucessor Robert Merton (Merton et al., 1946), nomeadamente sobre o papel dos meios de comunicação de massa produzirem e condicionarem a opinião dos cidadãos.

Neste âmbito paradigmático surgiram as primeiras pesquisas com sustentação empírica sobre o papel dos meios de comunicação na cobertura da política e em particular sobre o período eleitoral (Lazarsfeld et al., 1944). Para este último autor, a comunicação é sobretudo um meio pelo qual a sociedade promove a estabilidade e consensos sociais, ao difundir e padronizar a cultura e a normatividade social. A primeira geração de trabalhos em comunicação visava sobretudo um duplo objetivo (Hjarvard, 2013): por um lado, conhecer como os meios de comunicação social interferiam na esfera política, tentando identificar possibilidades de melhoria desta; por outro lado, uma forte monitorização da opinião pública e das atitudes desta relativamente aos temas em debate na esfera pública. Aos investigadores cabia o estudo de um fenómeno bastante circunscrito e perfeitamente diferenciável das restantes esferas sociais, entre as quais a esfera política, estando ainda num contexto social em que a instituição política e o sistema mediático detinham fronteiras definidas e em nada sobrepostas.

Até à década de 1990 o que se verificava era uma abordagem da comunicação como objeto distinto das demais esferas sociais. Esta asserção implicava a conceção da comunicação como uma forma auxiliar na ação de atores sociais noutros domínios, como por exemplo o campo político (Figueiras, 2017). Porém, com a complexificação societal impregnada na modernidade tardia, observou-se uma crescente sofisticação e

especialização das diversas atividades sociais, processo que aliás, levou à autonomização da comunicação, enquanto esfera de atividade. Paralelamente, o incremento do recurso aos meios e mecanismos comunicacionais levou a uma crescente mediatização da sociedade (Hjarvard, 2013) e da política em concreto (Prior, 2016), determinando a transformação social vivida desde aí. A proliferação de especialistas em comunicação tem levado àquilo a que podemos designar pela “derradeira rendição” dos atores políticos e do próprio modo de fazer política, através priorização das formas de comunicar e interagir com os cidadãos (Palmer, 2000; Ribeiro, 2018) e deste modo “trabalhar” a opinião pública (Dayan e Katz, 1992), que vai muito para além dos meros contextos e episódios eleitorais. O crescente recurso a este tipo de especialistas, de técnicas e conhecimento tem o risco de tornar a prática política numa espécie de “corrida de cavalos” em ambiente de competição eleitoral permanente (Broh, 1980; Matthews *et al.*, 2012), ainda que as perversidades devam ser consideradas, tais como, a tendência para a falta de qualidade do debate público (Habermas, 1991; Calhoun et al., 1990; Bourdieu, 2005).

Embora estas circunstâncias pesem negativamente, concentremo-nos no processo. Este passa sobretudo pela permanente monitorização da atividade política tendo como pano de fundo “quem vai à frente”, numa intensa luta pela liderança da atenção dos meios de comunicação em geral. Esta abordagem à prática política mediatizada torna a definição programática e ideológica secundária (Zoizner, 2021), para além de contribuir de forma decisiva para o desencanto e abstenção política e eleitoral (Westwood et al., 2020). Uma terceira categoria de consequências passa pelo crescente cinismo, enquanto atitude política (Cappella e Jamieson, 1996; De Vreese, 2005a). Processo que se tende a intensificar com a plataformização do jornalismo e da cobertura mediática (McMullan, 2020), num ecossistema mediático que demonstra um particular apetite pela controvérsia, pelo que é polémico e aparentemente insólito e disruptivo para com o padrão normativo socialmente projetável. Por conseguinte, definimos dietas mediáticas como “a soma dos meios de informação e/ou de entretenimento consumidos por um indivíduo ou grupo” (Yeromin, 2021). Um caso ilustrativo é o fenómeno da corrupção e a atenção mediática que lhe é prestada (Pattyn et al., 2012; Schmuck *et al.*, 2021; Taibi et al., 2017), também existindo evidência de que o consumo de notícias de corrupção está correlacionado com o incremento do cinismo relativamente à esfera política (Cumbreras e Powell, 2019), bem como pela predisposição à oferta política populista (Rooduijn et al., 2017).

A crescente necessidade de recorrer a assessoria política, em que Portugal não é exceção (Ribeiro, 2018), por parte de atores políticos, não deixa de ter uma necessária e

importante leitura, ao entender-se como um movimento de aproximação destes atores ao funcionamento dos meios de comunicação (Kristensen, 2006). Esta transformação pode potencialmente levar à maior centralidade dos atores e também a indicadores meramente processuais do processo político e democrático quotidiano (Mazzoleni e Schulz, 1999; Hajer, 2010; Moffitt e Tormey, 2014), tornando a discussão política menos densa do ponto de vista programático e até ideológico.

Hjarvard (2013) postula a sua perspetiva a partir de uma visão institucionalista e estruturalista sob a premissa de que a mediatização da política consiste na crescente adoção da lógica de funcionamento dos meios de comunicação por parte da política. A instituição política é constituída por uma grande diversidade de elementos: instituições formais como o governo, parlamento, mas também as práticas quotidianas desempenhadas pelos atores individuais e que visam o exercício do poder bem como diálogos sobre dados acontecimentos de índole político são ainda elementos constitutivos das campanhas eleitorais bem como os respetivos eventos eleitorais, para além da própria cobertura jornalística onde se incluem a publicitação e discussão das sondagens e demais estudos de opinião. Subjaz a esta proposta teórica do processo de mediatização da política o facto da política se vir crescentemente influenciada pelos meios de comunicação social. A questão é que em contextos de modernidade tardia mediatizada a política também se estrutura através e por via de mecanismos informais, como movimentos sociais, ou nas redes sociais digitais, tornando-se intrinsecamente mais imprevisível acentuando a relevância da confiança na política, nas instituições políticas, bem como nos responsáveis políticos.

2.1.3. Sistemas de media em sociedades em mediatização: discutindo

idiosincrasias do sistema de media português

A mediatização da política enquanto fenómeno sociologicamente marcante reporta-se à crescente implicação dos meios de comunicação social nas práticas sociais e muito particularmente nas práticas políticas, deste ponto de vista, a rutura terminológica entre “mediação política” e “mediatização política” não é mero artifício terminológico, é mais que tudo a forma de dar enquadramento teórico e conceptual a uma transformação social contemporânea e que tem consequências epistémicas no conhecimento sobre a política contemporânea ou melhor a sobre política mediatizada.

As transformações ocorridas nas últimas décadas na área de sobreposição dos media com a política, tem crescido exponencialmente, atraindo as atenções de diversos

investigadores (Mccombs e Shaw, 1972; Bennett, 1998; Brants, 1998). É o caso de Strömbäck (2008) que elenca quatro eixos que possibilitam mensurar até que ponto estamos perante uma instituição política mediatizada: o primeiro refere-se ao grau de monopólio que os meios de comunicação detêm enquanto fontes informativas da instituição política; o segundo diz respeito a condições internas de independência dos meios de comunicação relativamente à esfera política; o terceiro reporta-se aos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação serem presididos por uma lógica mediática ou por uma lógica estritamente política; finalmente, medir até que ponto as práticas dos atores políticos são norteadas pela lógica da política ou em alternativa a lógica mediática.

Esta proposta tem a vantagem de possibilitar a medição da intensidade da mediatização da esfera política, tendo subjacente a distinção conceptual e teórica entre mediação e mediatização. Não obstante ser uma proposta relevante e inovadora, apresenta ainda algumas limitações, nomeadamente critérios que permitam a efetiva operacionalização em diversos contextos e ecossistemas mediáticos distintos (Hallin e Mancini, 2004). Um caso ilustrativo é o facto de historicamente a imprensa escrita no continente europeu estar associada a forças partidárias e outras instituições de foro político, mas também cívico e religioso.

Em antagonismo ao processo da génese da imprensa escrita norte-americana que assenta em empresas exclusivamente dedicadas e orientadas para o campo empresarial. Por exemplo, uma maior ou menor proximidade de um dado órgão de comunicação social a uma dada força partidária pode torná-lo um meio de investigação e divulgação de informações de possíveis casos de corrupção que possam envolver opositores políticos, desencadeando um escândalo. Num ecossistema mediático nacional e internacional intensamente interligado, a tendência de um órgão de comunicação social dar maior atenção à corrupção pode levar outros a fazê-lo potenciando uma espécie de espiral que leve à hiperatenção sobre possíveis casos de corrupção entre as elites políticas e/ou económicas. O que última em instância impactará direta e indiretamente sobre as representações mediáticas e sociais sobre corrupção entre a opinião pública.

Entre os quatro eixos de medição do processo de mediatização uma possível crítica é a existência de uma subentendida hierarquia entre os quatro indicadores. O primeiro dos indicadores reporta-se ao domínio da informação. Isto é, saber até que ponto a estrutura política tem capacidade de publicitar e difundir informação sua em autonomia, relativamente aos meios de comunicação social. Desta aferição, decorre todo o processo a jusante de medição da intensidade do processo de mediatização. Uma outra área crítica

deste modelo revela-se no facto de ele ser potencialmente pouco sensível a nuances dentro dos próprios sistemas mediáticos nacionais, ou por outras palavras, à coexistência de órgãos de comunicação social mais distantes e outros mais próximos da esfera política e institucional. O modelo tem subjacente a ideia de que as instituições políticas e mediáticas têm as suas próprias lógicas e que estas são natural e mutuamente antagónicas. Ora, nem sempre se pode infirmar tal asserção, porque sob condições próprias e idiossincráticas de cada sociedade, as duas lógicas podem ser articuláveis e até complementares. Esta questão leva-nos a uma outra asserção crítica e que diz respeito às condições idiossincráticas de efetiva apropriação tanto da lógica dos media como da lógica política. Esta apropriação e manuseamento deverá ser, pelo menos parcialmente, condicionada pelas condições próprias da instituição cultural em que ambas as instituições (política e mediática) se integram.

Portugal fazendo parte da Europa do Sul consta no “modelo pluralista polarizado” caracterizado pela diversidade da oferta político-partidária e por outro lado, por uma ténue profissionalização dos meios de comunicação social (Hallin e Mancini, 2004). Em termos mais genéricos dir-se-á que o modelo dos dois referidos autores está gizado em três vértices, um dos quais o mencionado modelo típico dos países europeus da bacia do mediterrâneo. Os outros dois versam sobre a Europa central e do norte designado como “modelo corporativista democrático” e o “modelo liberal” que tem o seu caso paradigmático nos Estados Unidos da América. O modelo corporativista democrático joga um papel meio-termo entre os dois restantes, na medida em que se caracteriza pela existência de meios de comunicação social coexistirem num ecossistema mediático consolidado e sedimentado desde o final do século XIX, mas também por existir alguma regulação pública do sector. Estas nuances regionais em termos mediáticos, para além de poderem ser interpretadas como resultantes de circunstâncias histórico-culturais próprias de cada sociedade tem, contudo, ao nível das implicações uma característica muito relevante e que pauta os meios de comunicação e a sua ação mesmo na atualidade.

Ora, associado a cada modelo de comunicação social está também o seu relativo enraizamento sociocultural entre a população, nomeadamente no número de leitores de jornais. Deste modo, conta-se que no modelo pluralista polarizado a base social de leitores é bastante limitada, comparativamente aos dois restantes modelos e em particular ao da Europa central e norte. Esta menor capilaridade dos hábitos de leitura, seja de revistas ou jornais, traça uma potencial trajetória de distinção relativamente aos demais modelos. Esta circunstância pode condicionar o desenvolvimento ulterior dos meios de

comunicação nestas sociedades, até mesmo a adoção de toda uma nova geração relacionada com os meios de comunicação digitais.

Ainda na senda da necessária crítica ao modelo (cf. Hallin e Mancini, 2004), há nas entrelinhas uma visão evolucionista e quiçá teleológica. A leitura do modelo revela que numa visão prospetiva se poderia caminhar para um modelo unificado. Os autores argumentam com a tendência liberalizadora verificada nas últimas quatro décadas na esfera económica e que tendeu a replicar-se também na estrutura mediática, através da privatização dos meios de comunicação social, mas também na tendência de autorregulação desta esfera, aproxima-se do modelo dominante e vigente nos EUA. Esta profecia não está desfasada da realidade, contudo uma investigação recente (Vaccari e Valeriani, 2021) chega mesmo a levar a possibilidade um novo e emergente modelo que operacionalize transformações recentes verificadas no continente europeu.

Dois indicadores relevantes na avaliação do papel dos meios de comunicação na esfera política, referem-se à coexistência de posições ideológicas distintas e também polarização de posições. Observam-se vastos indícios de que os agentes mediáticos continuam a garantir essas duas funções sociopolíticas. Por um lado, há espaço para o partidarismo políticos (Stroud, 2008), bem como de paralelismo político (Van Kempen, 2007), ainda com nuances entre as diversas famílias políticas e ideológicas (Guðmundsson, 2021). Inclusivamente, no seio da sociedade norte-americana, expoente máximo do modelo liberal, existem estações de televisão que assumem de forma explícita o seu posicionamento, levando mesmo Ezra Klein (2020) a falar do “Fox News Effect”. Ainda assim, devemos realizar a abordagem estes indícios com alguma precaução na medida em que eles são parcelares e referem-se a circunscrições nacionais, pelo que urge uma investigação que permita a implementação do mesmo modelo de análise por diversas sociedades e que incluam casos dos três modelos inicialmente identificados.

De acordo com Hallin e Mancini (2004) os sistemas de meios de comunicação constituem-se como os únicos mecanismos de interação entre meios de comunicação e a esfera política, deve ser encarada como uma limitação do modelo. Duas críticas podem ser endossadas a esta perspetiva. A primeira das quais a assunção de que os sistemas de meios de comunicação existem *a priori* e de forma totalmente autónoma relativamente às outras instituições, nomeadamente a política. A segunda crítica versa sobre o facto de os autores estarem a descorar emergentes espaços de integração da lógica mediática e com outras instituições como os espaços de comentário e de opinião (Pineda e Almiron, 2013), mas sobretudo com a crescente preponderância que as redes sociais têm tido na orientação

da esfera política (Ralphs, 2011). Esta erosão da relação de monopólio dos meios de comunicação com a política tem impulsionado o aparecimento na senda partidária de novos atores, como é o caso em Portugal do partido Chega, muito baseado nas redes sociais (Marchi, 2020), ao qual poderíamos acrescentar a ainda a Iniciativa Liberal. Os efeitos da transformação do sistema dos media numa tentativa de adaptação ao digital, também pode em certa medida estar associado ao recrudescimento de movimentos e atores populistas, que em certa medida têm na corrupção e no escândalo um dos seus principais “alimentos”.

Atentemos à realidade portuguesa, desde meados da década de 1990, em que o serviço de televisão foi aberto à iniciativa privada, com as concessões da SIC (1992) e TVI (1993), bem como a privatização de algumas estações de rádio e de jornais. A acentuar esta tendência ainda a eclosão, já no século XXI, das estações de notícias 24 horas por dia, aumentando exponencialmente o volume de informação, mas também exacerbando a concorrência. Ainda assim, estamos longe de uma força hegemónica de convergência que se traduza na total homogeneidade entre os diversos modelos. A proposta assim tida e discutida aparenta alguma insensibilidade a fatores não desconsideráveis como a conduta profissional dos jornalistas, mas também a fatores políticos e ideológicos próprios de cada sociedade.

Tomando como exemplo o caso particular de Portugal e dos meios de comunicação social portugueses em concreto, é possível destacar tanto tendências de carácter geral e mais amplas, como também algumas especificidades do processo de mediatização em Portugal. A imprensa escrita emergiu já no final do século XIX e início do século XX com forte pendor partidário, mas existem outras circunstâncias que compõem o Quadro sociológico de interpretação, como o forte e persistente analfabetismo entre a população portuguesa.

Na entrada do último quartel do século XX, mais precisamente em 1970 a taxa de analfabetismo cifrava-se nos 25,7%, isto é, 1 em cada 4 portugueses não sabia ler nem escrever⁷. Também em Portugal, similarmente a muitos outros países europeus, a imprensa escrita foi a precursora na mediação da política e a ela está umbilicalmente associada. No caso concreto de Portugal, o exemplo mais paradigmático trata-se do Jornal Avante, que foi um importante órgão de comunicação e de propaganda ao serviço do Partido Comunista Português ao longo de boa parte (1931) de jugo da ditadura do Estado

⁷ Fonte INE, através do portal Pordata: <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Novo. Pese embora, sejam múltiplos os casos de imprensa escrita, mais tarde de radiodifusão e de televisão (através da RTP), que germinaram durante este período, estes estiveram sempre sob um apertado controlo do aparelho da censura prévia. Os meios de comunicação social em Portugal, em termos gerais não assumem uma posição política, embora as escolhas de cronistas e comentadores definam algum do posicionamento, ainda que apenas de modo implícito (Figueiras, 2017).

A componente generalista dos jornais de outrora foi-se mitigando ao longo do século XX. Os jornalistas foram aos poucos profissionalizando-se e com isso também surgiram os primeiros programas de formação superior e técnica para jornalistas. Estas transformações levaram à crescente autonomização da profissão de jornalista e também à emergência de um novo *habitus* profissional (Bourdieu, 2005), que se disseminou pelas redações através de um forte processo de mimetização social. Esta tendência ainda assim, manteve o padrão de diversidade política entre a imprensa (Tuchman, 1978). Para Hjarvard (2013) os ditames comerciais tenderam a ser privilegiados comparativamente à possível associação política.

De facto, a nível internacional, o que se verifica é que o alastrar do jornalismo aos sectores da rádio e da televisão, já em pleno século XX, implicou um forte impulso para politização das diversas questões em debate (Papatheodorou e Machin, 2003). Tendência que também foi intensificada com a perda por parte do Estado do monopólio da comunicação social, o que gerou um surto de meios de comunicação social de iniciativa privada com o ensejo de construir uma informação objetiva e clara sobre a realidade política, em contraste com o experienciado no modelo dominante na Europa do Sul em que o Estado foi até mais tarde monopolista, sobretudo no sector televisivo. Deste modo, a finalidade passava, antes de tudo, por fazer representar dando voz, às diversas partes políticas que se digladiavam na esfera pública, não demonstrando qualquer interesse pelas polémicas entre atores e instituições políticas. Por conseguinte os meios de comunicação, em particular a televisão tornou-se um pouco por todo o hemisfério ocidental na segunda metade do século XX, a principal fonte de informação política e talvez até o principal agente de socialização política (Hooghe, 2004; Akinola et al., 2022) de diversas categoriais sociais mais distantes da esfera política.

O caso português, bem como dos demais congéneres da Europa do Sul, que tiveram transições democráticas mais tardias que os demais países da Europa ocidental (Schmitter, 1999), o que veio a marcar diferenças relativamente ao padrão destes países na construção e consolidação do seu ecossistema mediático. Atentemos ao caso

português, desde logo para dizer que no, pós 25 abril 1974 foi objeto de nacionalização grande parte dos jornais e rádios que à data existiam fora da esfera estatal (Schmitter, 1999). Esta alteração da propriedade teve inicialmente o impulso das forças apoiantes do PREC (Período Revolucionário em Curso) em que se destacava o PCP, contudo já para o final da década de 1970 e sobretudo na década de 1980 assistiu-se a um forte surto de reprivatizações, a que se somaram ainda meios de comunicação até aí sempre na propriedade do Estado (Nobre-Correia, 2019). Aquilo a que Hjarvard (2013) designa como a função informativa e educativa dos meios de comunicação observou-se num pequeno período em que os meios de comunicação social da imprensa e rádio foram privatizados e o único serviço de televisão se mantinha na esfera estatal.

Para além do processo político outros fatores concorreram para a sucessiva transformação da relação entre instituição política e meios de comunicação social, desde logo a diversificação da representação partidária, que deixou de ser exclusiva de partidos do tipo “catch-all party”, para passar a partidos de representação de causas e mais pequenos, para além de estarem mais orientados para a comunicação e interação com os meios de comunicação social. Numa tentativa de mitigar quer a crescente incapacidade de comunicação interna, quer num maior controlo da comunicação com a opinião pública, numa estratégia que promove a fluidez dos princípios programáticos, norteadores da força partidária. Talvez possamos dizer que as transformações nas relações entre os meios de comunicação social e a política estejam algo desfasadas em Portugal (Fidalgo e Sousa, 2007), relativamente aos seus congéneres ocidentais.

A década de 1980 é também o período do triunfalismo liberal pelo hemisfério ocidental, que culmina com a queda do Muro de Berlim em 1989. Ora, por diversos países observa-se que há sucessivas ondas de privatização e até de autorregulação dos media (Fengler et al., 2015). Neste role, também os atores foram transformados de cidadãos que deviam ser instruídos para uma efetiva participação cívica e política, para um estatuto de mero consumidor (Keum et al., 2004). Concomitantemente, a expansão do acesso à internet e a diversificação do acesso a estações de televisão internacionais tornam os meios de comunicação menos sensíveis às responsabilidades públicas e políticas e mais predispostos para a concorrência e às métricas associadas às audiências (Carlson, 2018). No fundo, em Portugal assiste-se à passagem dos meios de comunicação com forte pendor cultural e educacional para instituições doravante orientadas para aspetos mercantilistas, seguindo tendências e orientações mais latas ao nível global.

2.1.4. Mediatização direta e indireta: particularismo contextuais: eclosão e construção do escândalo da “operação Marquês”

Um aspeto central na discussão do processo de mediatização devera passar pela reflexão sobre as singularidades de cada meio de comunicação social. Deve-se começar por considerar que os meios de comunicação são tecnologias, que remontam a desenvolvimentos técnicos e tecnológicos específicos, embora não se fiquem por aqui. Os meios de comunicação são também compostos por importantes componentes subjetivas como opções estéticas, para além de contornos sociais de efetiva apropriação. Esta componente subjetiva tem implicações complexas e não-lineares quando se trata da efetiva apropriação e utilização nas práticas sociais e quotidianos. Com efeito, as particularidades sociais, geográficas e até políticas devem ser tidas na reflexão que se possa fazer sobre o processo de mediatização.

Hjarvard (2004) distingue dois processos que se entrecruzam: mediatização direta e mediatização indireta. De modo sintético, dir-se-ia que a mediatização direta se refere ao processo de penetração dos meios de comunicação e mais concretamente da mediatização em domínios até aqui relativamente imunes à influência mediática. Por outro lado, mediatização indireta reporta-se a um estágio de aprofundamento e mais intenso das características particulares dos meios de comunicação e da sua lógica de funcionamento num determinado campo ou domínio, já anteriormente influenciado por estes. Da possibilidade de existirem diversas combinações e entrelaçamentos entre diferentes formas de mediatização, seja ela direta ou indireta, surgem novas e reconfiguradas formas de apropriação. Na mediatização direta o processo revela-se relativamente concreto à observação, através da alteração do modo como as práticas sociais são transformadas num dado domínio social. No caso do escândalo designado por “Operação Marquês” os meios de comunicação, em particular um Correio da Manhã estava no aeroporto de Lisboa a 14 novembro 2014, para transmitir a detenção do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates. Isto é ilustrativo da difusão da lógica mediática também na política e na esfera judicial, uma vez que é destas duas esferas que vertera a informação da detenção eminente. Por outro lado, a mediatização indireta apresenta um pendor mais subtil, não impactando no modo como os atores realizam dada prática ou atividade. Ela pode-se exprimir por exemplo em maiores níveis de confiança e em maior autoridade de uma instituição, transformando o modo como esta comunica e interage com os atores e demais instituições. Um caso que pode ilustrar este processo é o facto de tanto a confiança nos meios de comunicação como o uso destes estar associada a maiores níveis de

confiança nas autoridades locais (Ariely, 2015; Sousa e Pinto-Martinho, 2022). O uso e a confiança nas redes sociais digitais por exemplo estão associados a menores níveis de confiança no poder local de acordo com a mesma pesquisa.

2.1.5. Da autonomização dos meios de comunicação ao papel Estado na sua emergência: o potencial monolitismo de perspectiva

A crescente autonomização e institucionalização dos meios de comunicação social, enquanto instituição (Hjarvard, 2013), deverá ser encarada como um indicador avançado daquilo a que poderíamos remontar a Émile Durkheim (1977) como uma crescente especialização da distribuição do trabalho social. A condição contemporânea está, com efeito, substancialmente distante, das sociedades medievais, que eram sobretudo sociedades agrárias. Nestes contextos, os diversos ciclos de vida que constituíam os trajetos biografias dos atores eram percorridos mediante uma circunscrição geográfica, social, política e económica bastante limitada. Neste histórico processo assistiu-se à autonomização de diversos campos, um claro destaque é aquele que distingue as fontes de conhecimentos, quando a ciência despoletou a partir da tradição religiosa. Os meios de comunicação também emergem com crescente protagonismo, sobretudo ao progredirem de uma escala meramente local e regional, para a nacional e posteriormente além-fronteiras. Nesta medida, os meios de comunicação foram elementos estruturantes da autonomização de campos mais sedimentados como a ciência, ao permitir a sua difusão à escala planetária (Sapiro et al., 2019).

A imprensa escrita emerge como ator cívico e científicos ao promover e divulgar ciência. No entanto, o caso mais paradigmático são mesmo os jornais que surgiram como “caixas de ressonância” de partidos políticos (Figueiras, 2017). De um âmbito partidário numa fase inicial, o desenvolvimento dos meios de comunicação, levou a uma profunda transformação no seu papel social. Inicialmente, os meios de comunicação social, em particular a imprensa escrita, surgiram como necessidade de fazer difundir o ideário e vincar o programa de forças políticas com níveis de institucionalização muito variáveis.

Progressivamente assistiu-se à multiplicação das estações de rádio e posteriormente de televisão. Estes dois sectores, sobretudo pelo facto de envolverem um forte investimento financeiro começaram por ser monopólio dos Estados. Este modelo de desenvolvimento é particularmente vinculado às estruturas estatais um pouco por toda a Europa e muito particularmente na península escandinava (Lund, 2007). Esta circunstância histórica é marcante no desenrolar da institucionalização dos meios de

comunicação, uma vez que ao serem propriedade dos respetivos Estados tinham um forte pendor cultural e de fomento das respetivas identidades nacionais. Deste modo, tornara-se uma instituição de todos e para todos. Onde os conteúdos mediáticos, como notícias detinham uma forte sincronia com os interesses do Estado e das forças políticas que o dominavam em cada momento. Por exemplo, um escândalo que se envolve um membro do governo poderia ter dificuldades na sua divulgação dada a sobreposição entre interesse do Estado e do Governo e o desempenho dos meios de comunicação

2.1.6. Entre a homogeneização e a diversificação: o público e o privado na construção do escândalo em sociedades mediatizadas

É antiga, e remonta quiçá ao século XIX, a premissa de que os meios de comunicação social têm uma missão modernizadora das sociedades. Nesta linha de raciocínio, não deixa de ser relevante o facto de a disseminação dos meios de comunicação serem associados à complexificação societal e a processos paralelos, já identificados acima. Também Giddens (2005) assinalou este potencial transformador dos meios de comunicação ao falar numa força “desembaraçadora” das instituições modernas relativamente a traços locais e tradicionais que se vão diluindo. Estaremos com efeito perante um “aniquilamento” das idiossincrasias culturais e locais? A mediatização ao impulsionar a emergência de um novo enquadramento das disposições culturais ao nível local ou do Estado, coloca-as numa tensão e potencial erosão.

Numa perspetiva eminentemente neo-funcionalista, Fararo et al., (1991) enfatizam que os meios de comunicação desempenham um imperativo funcional, ao promoverem uma cultura nacional, capaz de homogeneizar disposições subjetivas e individuais subjugando as idiossincrasias de cada estrutura ou sociedade. Esta perspetiva corresponde de certa forma, àqueles que no século XIX e início do século XX viram na institucionalização da educação formal na Escola Pública, um instrumento privilegiado ao dispor do Estado de forma a promover a convergência com os valores nacionais. Os meios de comunicação, permitem ao ator um privilegiado miradouro sobre a sociedade que o rodeia, a partir de uma perspetiva muito própria, a dos meios de comunicação social e nesta medida pode reflexivamente negociar as suas representações e atitudes políticas, por exemplo. A rádio em termos históricos desempenhou um papel charneira no contributo para uma experiência partilhada, ao tornar a visão do mundo inteligível e atribuiu um sentido social à comunicação (Hjarvard, 2013). Deste ponto de vista, a internet apresenta-se também como uma profunda rotura. Rotura não só no plano da

escala da geografia e cultura, mas também na instantaneidade com que esse contato é proporcionado.

Quando se problematiza os efeitos dos meios de comunicação um dos eixos de análise é entre tendências de homogeneização e heterogeneização (Vaccari e Valeriani, 2021). Por exemplo, veículos informativos como Al-Jazeera ou CNN difundem conteúdos à escala mundial, para uma grande variedade de espectadores, pautando muitas das vezes as agendas noticiosas nacionais. A forma como a mesma informação é rececionada vai depender em boa parte das condições particulares de receção. O escândalo gerado em torno do Panamá Papers é bem paradigmático daquilo que se defende, uma vez que implicou um conjunto muito diversificado de atores oriundos de diversas latitudes. Portugal não foi exceção. Mas também resultou da colaboração de jornalistas e ativistas de diversas latitudes.

A intensa circulação de conteúdos oriundos de países anglo-saxónicos pode induzir o observador mais incauto a depreender que existe uma globalização da cultura ocidental que se difunde pelos restantes continentes. Não obstante a relevância desta observação também é verdade que a globalização e muito em particular os fluxos comunicacionais digitais têm colocado em circulação a cultura de países economicamente emergentes e com grande preponderância demográfica como são os casos do Brasil, China ou mesmo a Índia com a sua indústria cinematográfica, por exemplo. Nesta linha de discussão Hjarvard (2013) advoga que não existe um padrão dominante no processo de mediatização à escala global, que na verdade ele é em simultâneo homogeneizador, mas também abre possibilidades à afirmação e difusão de particularidades locais e regionais. Este processo deve ser encarado na sua multidimensionalidade, ao colocar na equação analítica o processo de individualização (Beck e Beck-Gernsheim, 2003), além do modo como se organizam os próprios ecossistemas mediáticos de cada país.

Nas sociedades da modernidade tardia de forte mediatização das relações sociais verifica-se que as diferentes dimensões geográficas do tecido social, como o local, regional, nacional e global, estão interligadas, ainda que por elos particularmente instáveis. Desta forma, as instituições até aqui com forte ancoragem nacional e que detinham uma rígida estruturação burocrática tendem a dar lugar a instituições que melhor se adaptam à sociedade em rede (Castells, 2003), que se diferenciam pela flexibilidade e agilidade na articulação de funções clássicas com a integração de novas exigências oriundas da mediatização. Deste modo, temas discutidos em meios de comunicação alternativos podem assumir-se como fóruns de discussão em alternativa aos clássicos

espaços de opinião e análise na televisão ou rádio, contudo a sua relevância na transformação da opinião pública é questionável, estes fóruns emergentes em plataformas digitais ainda não têm a mesma magnitude ao nível das consequências, em concreto na esfera política institucional. Por outras palavras, a pressão da exercida pelos meios de comunicação alternativos ainda não tem o impacto que uma notícia feita por um meio de comunicação reputado tem, junto dos decisores políticos e detentores do processo decisório. Embora, tenham o potencial suficiente de lançar rumores e as chamadas “verdades alternativas” pondo em causa a confiança nas instituições e atores políticos.

Concentremo-nos no nível institucional e na relação entre as diferentes instituições. Numa sociedade em intensa mediatização deve-se ter em linha de conta os processos macrosociológicos como a individualização e a globalização. Nas sociedades em intensa mediatização os meios de comunicação social desempenham grande centralidade. Essa preponderância articula-se com base em ligações entre os meios de comunicação e as demais instituições. Hjarvard (2013) identifica três mecanismos articuladores por: a existência de uma experiência partilhada; os meios de comunicação como articuladores das relações dentro e entre diferentes instituições; e finalmente, proporcionam as ferramentas de acesso a uma esfera pública plenamente mediatizada.

De facto, os meios de comunicação ao penetrarem nos quotidianos da esfera privada, mediatizam a intimidade (Prior e Sousa, 2014). Atividades que normalmente se realizam em contextos de circunspeção, como por exemplo atos ilícitos e de corrupção, tendem a estar fora desta esfera de influência. Atos vistos como transgressores, como são escândalos de natureza sexual enquadram-se nesta categoria. As práticas com uso de meios de comunicação digital normalmente têm implícita marcas e registo, a chamada “pegada digital” (Bauman e Lyon, 2013) possibilitando a uma vigilância menos insidiosa, mas não menos eficaz e dissimulada. Por outro lado, o escândalo de corrupção em torno de atores políticos também pode ser descoberto por via da pegada digital, não obstante serem práticas que estão indubitavelmente inscritas na esfera pública.

2.1.7. Estrutura e agência: a distribuição de recursos mediáticos no escândalo de corrupção

A nível micro-sociológico podemos alegar que para se desencadear um ato comunicativo são necessários dois elementos: o emissor e o recetor. Neste prisma a comunicação é antes de mais uma forma de ação (White et al., 1963). É num ato de comunicação que o poder, concebido como a capacidade de influenciar o outro (Parkin, 2000; Weber, 2001 e 2006)

se concretiza. No fundo, não há poder sem comunicação e comunicação que não expresse poder.

Os meios de comunicação têm duas componentes que os tornam distintivos uns dos outros: por um lado, as características técnicas e de hardware, que os definem em termos morfológicos; por outro lado, a componente social e estética que diz respeito ao modo como podem ser apropriados nas práticas sociais quotidianas. Um terceiro aspeto a considerar passa pelas próprias condições do ator que pretende fazer uso da ferramenta em concreto, jogando um papel chave em todo o processo de utilização e apropriação – *affordance*. *Affordance* designa a avaliação que o ator faz do potencial uso do meio de comunicação no processo de efetiva apropriação.

A discussão em sociologia e ciências da comunicação acerca do papel da tecnologia nas sociedades contemporâneas tem já algumas décadas (cf. Burns e Flam, 2000). O debate sobre a apropriação destes artefactos tecnológicos tem versado sobre o eixo composto num extremo pelo determinismo tecnológico e nos seus antípodas o chamado determinismo socio-tecnológico (Simões, 2005). Na raiz da discordância está um longo role de estudos convocando para as tecnologias um papel determinante na evolução das sociedades, do outro, faz-se a apologia de que são as circunstâncias socioculturais que determinam o desenvolvimento tecnológico. Com efeito, a efetiva apropriação dos meios de comunicação, ora seria perspectivada a partir da transformação social mais ampla, ora seriam plenamente moldados por idiossincrasias culturais e sociais típicas das condições concretas de receção e utilização. Contudo, é lícito ter alguma precaução no posicionamento perante esta dupla abordagem. Talvez seja até sensato assumir uma perspectiva mais próxima à realidade se ficarmos a meio caminho entre as abordagens concorrentes. Uma espécie de síntese teórica e conceptual. A mediatização e em concreto a abordagem estruturalista ganhariam capacidade de compreensão da realidade com esta síntese, uma vez que se pretende observar as transformações estruturais ao longo de um período historicamente circunscrito (Hughes, 1994).

O conceito de *affordance* ajuda-nos a mitigar o hiato entre ambos os determinismos. De acordo com este autor nem os meios de comunicação têm uma flexibilidade ilimitada, nem as disposições socioculturais apresentam condições de total permeabilidade. O processo de adoção de uma tecnologia com potencial mediático numa sociedade, apresenta numa primeira fase maior abertura à influência social, para de seguida adquirir um ritmo próprio, na fase mais avançada pode-se considerar que existe uma síntese de contributos, sejam eles de natureza social, estética e também técnica.

Nesta medida, estamos em posição de postular que os meios de comunicação são simultaneamente tecnologias com capacidade condicionadora, mas que também a sua efetiva apropriação é resultado de condições de receção particulares. A título ilustrativo podemos dizer que a televisão permite aceder a informação e mais concretamente a notícias de corrupção. Contudo, atendendo à capacidade de enquadramento realizado nessas notícias, os atores podem ficar condicionados na construção das representações de corrupção na sociedade como um todo. Não existe linearidade, isto é, a arquitetura dos media joga um papel relevante, ainda que não determinante.

Para Thompson (1995) a interação e a comunicação podem estabelecer-se através de três formulações distintas. Numa primeira fase a comunicação suporta-se da interação *face-to-face*; numa condição intermédia está a *quase-interação* e finalmente a interação mediada. Ora, na *quase-interação* estamos a falar da comunicação mediada e que ocorre por exemplo na leitura de jornais ou no visionamento de conteúdos televisivos, que se caracterizam pela impossibilidade de se estabelecer interação entre os atores e entre estes e os próprios meios de comunicação social, isto é, a comunicação é unidirecional. No que diz respeito à interação mediada ela permite a interação plena e existe ambivalência no que toca a emissor e recetor, pelo que os papéis se tendem a diluir. No fundo estamos perante a passagem de uma interação monológica, para uma interação dialógica. Não obstante, a tendência evolucionista desta proposta ela é relevante no sentido de chamar a atenção para a fluidez e uma certa hibridez do processo comunicativo.

Hjarvard (2013), procede à crítica, sublinhando que no pano de fundo da conceção de interação e comunicação de Thompson (1995) está de certa forma, camuflada uma hierarquia das interações. Para tal, deve-se considerar que numa circunstância de interação o Quadro envolvente é composto por um meio de comunicação e que no ato de interação há sempre uma distribuição de diferentes papéis sociais, independentemente de se tratar de uma das três situações identificadas. Deste ponto de vista, na perspetiva sociológica e comunicacional deve-se considerar que numa interação há sempre distintos níveis de poder, isto é, capacidade de expressão. Concomitantemente o que acontece a jusante é que os meios de comunicação têm a capacidade de condicionar o desempenho dos papéis sociais, uma vez que o acesso a eles não está livre de constrangimentos estruturais do próprio ecossistema mediático (Morais e Sousa, 2013), mas também estritamente políticos. Em termos práticos, o acesso ao espaço público e mediático deve ser concebido como um recurso escasso que tem uma distribuição assimétrica. Um exemplo, é um ator político visado no dado escândalo de corrupção, que possa aceder aos

meios de comunicação para assim desenvolver e repor a sua reputação social e política e mitigar a erosão da confiança.

2.1.8. O poder do jornalismo em tempo de mediatização: gerindo tensões entre objetividade e opinião na construção do escândalo

A indústria da opinião (Hjarvard, 2014) designa a primazia dos meios de comunicação no processo de mediatização política, secundarizando a função informativa. Neste contexto, a organização interna dos partidos políticos começou progressivamente a integrar no seu aparelho mecanismos e recursos que tinham como finalidade não só comunicar medidas e posições programáticas, mas também uma certa forma de fazer política, estar permanentemente apto a comunicar com a opinião pública. Estes novos mecanismos levaram àquilo a que se designa pela campanha permanente, isto é, aquilo que caracterizava o ambiente político e mediático num período excecional como era o da campanha eleitoral (Needham, 2005; Vasko e Trilling, 2019), agora passou a ser permanente e em contínuo. O recurso a sondagens e estudos de opinião em permanência (Traugott, 2012; Holtz-Bacha e Strömbäck, 2012), inserindo-se nesta permanente procura de auscultar a opinião pública e de comunicar exteriormente por parte dos partidos políticos. Os meios de comunicação social já não são apenas os amplificadores da política, eles também produzem política. Assim, a crescente componente opinativa dos agentes mediáticos tende a estar orientada para a esfera política, pese embora seja fortemente influenciada pela lógica comercial e mercantilista, não sendo oriunda apenas da instituição dos meios de comunicação. A esfera mediática tornar-se deste modo, também ela um palco da própria ação política, onde intervêm políticos, mas também jornalistas, editores e sobretudo comentadores.

O chamado *paradoxo de Cook* consiste no histórico processo de autonomização dos meios de comunicação social relativamente às estruturas partidárias, mas que leva à adoção da lógica dos media pelas estruturas e atores políticos. A ideia dos meios de comunicação como o quarto poder (Mesquita, 2003) surge nesta fase e perante a consolidação do poder mediático, enquanto estrutura dotada de recursos prontos a distribuir (Giddens, 2000a; Esmark e Ørsten, 2008). Deste medo, a aproximação por parte dos meios de comunicação social à esfera política faz-se por intermédio da transformação dos chamados valor notícias, do agendamento e antes de tudo pelos editores e *gatekeepers*. No fundo, estamos a falar dos critérios daquilo que levam à publicitação

pelos meios de comunicação (Hjarvard, 2014), tendência consolidada pela mimetização de um *habitus* jornalístico (Bourdieu, 2014).

Para Hjarvard (2013) ainda que se assista à autonomização dos meios de comunicação social relativamente às demais instituições e em particular à política, a verdade é que não se pode declarar a instituição mediática como uma instituição política, embora se conceba uma certa influência sobre política, esta faz-se sobretudo por via institucional, por um efeito estrutural que não sendo intencional (Giddens, 2005) é efetivo. No fundo os meios de comunicação social, embora influenciando o desenrolar da atividade política, não são uma instituição com estrita vocação de poder.

Uma segunda ordem de razões para entender a instituição dos meios de comunicação social como uma não-instituição política, prende-se com a necessária separação entre os órgãos de comunicação social, que crescentemente adotaram uma postura e lógica comercial e as próprias práticas dos jornalistas. Por outras palavras, diríamos que a crescente comercialização tende a entrar em conflito com os cânones tradicionais do jornalismo. Deste modo, é lícito postular o jornalismo como atividade profissional e componente relevante de uma estrutura mais ampla que é a instituição dos meios de comunicação social impactado crescentemente nas opções partidárias e mais amplamente na instituição política.

A práticas jornalística são crescentemente perspetivadas pelos próprios jornalistas, como práticas profissionais que pugnam pela defesa da qualidade do debate e interesse público. Atualmente esse empenhamento é sobretudo motivado pelas exigências de objetividade da indústria (Örnebring, 2008). Hjarvard (2013) alega existirem que os meios de comunicação social contemporâneos são norteados por uma lógica própria, que incentiva o crescente envolvimento por parte dos cidadãos que consomem os conteúdos mediáticos. Havendo fortes incentivos a que os meios de comunicação procurem maximizar as suas audiências e a sua preponderância no espaço público-mediático, apresentam maior disponibilidade para se interessarem por histórias dos bastidores, como são os casos dos escândalos políticos. Em última análise estaremos perante agentes mediáticos que tendo no horizonte a objetividade e uma certa neutralidade, acabam por se posicionar de forma ora implícita ora explícita no debate político e partidário.

2.1.9. Do consentimento mediático ao agendamento e enquadramento jornalístico: o lugar da política e dos políticos

Em democracias liberais os meios de comunicação social assumem-se como um quarto poder – o poder mediático. Neste contexto devem não só contribuir para o conhecimento e consentimento da opinião pública relativamente às medidas propostas, mas também elucidar acerca dos objetivos políticos que estão a montante dessas propostas. Na era da mediatização da política a auscultação e interação entre órgão de comunicação social, eleitorado e atores políticos é permanente e constante (Liu e Zhang, 2012). Nesta linha, é indissociável a tendência de recurso constante a sondagens como forma de “apalpar o pulso” à sociedade e opinião pública.

Hjarvard (2013) ao estabelecer o conceito de consentimento público, pelo qual concede a formação da opinião pública no sentido de dar o seu beneplácito a determinada questão em particular, demonstra o seu pendor funcionalista. Afinal, este consentimento público tem algo de similar ao consenso social da proposta estrutural-funcionalista (Parsons, 1988) ao fornecer um “chão comum” para o desenrolar da discussão pública e política. Um outro aspeto que deve ser sublinhado passa pela escolha do conceito de “consentimento” que nos remete para o papel passivo da sociedade civil e da opinião pública, que o autor tem implícito. Nesta aceção os cidadãos limitar-se-iam a confirmar as medidas e orientações oriundas da esfera política institucional, secundarizando aquilo a que designamos por agência (Giddens, 2000a). Deste modo, definir cidadão passa por considerar que “(...) é aquele que tem direito ao jogo político, tal como foi definido anteriormente, e que, em certo sentido, tem o dever de participar no jogo político (...)” (Bourdieu, 2014: 513). Dito isto, considerar-se-ia mais interessante o conceito de “adesão pública” de forma a realçar a proatividade e reflexividade caraterizadoras da opinião pública em sociedades mediatizadas.

Em termos funcionais pode-se dizer que os meios de comunicação social cumprem diversos imperativos funcionais nas democracias. O primeiro dos quais é desde logo ao servirem de mecanismos de comunicação e interação entre atores políticos e eleitores. Por outro lado, as práticas jornalísticas concretas também têm capacidade e poder de imprimir particularidades à imagem e representação que os atores constroem da esfera política, nomeadamente ao procederem à investigação jornalística, à seleção, mas também ao enquadramento da política, tornando-a um tema politizável e mediaticamente relevante dando-lhe visibilidade pública.

A questão do enquadramento é por demais relevante, face a ela a produção jornalística e as opções editoriais dos diversos meios de comunicação poderem frisar determinada perspetiva em detrimento de tantas outras, bem como determinada

perspetiva ou ator político. Um exemplo é a cobertura de diversos casos de corrupção com atores políticos, envolvendo alegadas práticas ilícitas priorizando mais os corrompidos em detrimento de um tratamento mais benévola e menos culpabilizante dos alegados corruptores (Sola-Morales e Rivera Gallardo, 2019; Gallego, 2013). Isto para dizer, que as práticas jornalísticas e os meios de comunicação social têm margem para construir uma determinada perceção da realidade política concreta. Adicionalmente, os meios de comunicação social também desempenham um terceiro imperativo funcional em articulação com a esfera política e que passa pela possibilidade de os líderes políticos comunicarem entre si, através dos mecanismos mediáticos.

Deste ponto de vista, pode-se alegar que o próprio trabalho jornalístico, como por exemplo o de enquadramento, pode refletir, total ou parcialmente a opinião pública. Em alternativa ter uma posição absolutamente disruptiva relativamente às representações vigentes. De todo o modo, os meios de comunicação social veem-se perante um papel relevante na formação da adesão pública às políticas e medidas encetadas pelos atores políticos.

Esta espécie de duplo fluxo informativo, em que circulam notícias terão diferentes tipos de receção, tanto por atores políticos, como por cidadãos (Andersson e Heywood, 2009). A leitura de notícias, subordinadas a casos de corrupção, por parte de cidadãos tenderão a ser percebidas como comunicações mediadas entre jornalistas e elites políticas e económicas; por outro lado, a leitura das mesmas notícias, por parte de intervenientes na esfera política serão tidas como o “pulsar” da opinião pública, como tema relevante e mobilizador e das preocupações do eleitorado em geral. Com efeito, a escolha de um determinado tema, mormente a corrupção pode criar diferentes reações entre os diferentes agentes intervenientes no processo comunicacional e de mediação. Por um lado, os cidadãos consolidam representações de corrupção indexadas diretamente à projeção mediática realizada, por outro lado os atores políticos tendem, pelo menos a nível discursivo, a enfatizar o tema.

Num contexto crescentemente mediado, em que os meios de comunicação penetram nos mais intrincados interstícios do tecido e práticas sociais quotidianas, a perceção de que estão por todo o lado e influenciam tudo e todos, é permanente. Deste modo, a influência mediática é fática, mas também tem uma relevante componente presumida (Cohen et al., 2008; Cho et al., 2021). Esta crescente capilaridade alimenta-se de fluxos comunicacionais diretos e indiretos (Gunther e Storey, 2003; Figueiras, 2017). Em termos práticos no campo político: os atores políticos percebem que os meios de

comunicação têm grande preponderância na formulação da opinião pública e do seu consentimento, é nesta medida que são delineadas estratégias de aproximação. Num processo que é deliberado e ostensivo de modo a ir ao encontro das necessidades e ditames dos meios de comunicação e da sua lógica e assim obterem a atenção destes, sobre as suas propostas e ações políticas. Deste modo, a tendência de os atores políticos perceberem que devem dizer ou fazer algo, está fortemente inscrita em circunstâncias espaço-temporais e mediáticas concretas. Este processo é possível que deixe os atores políticos numa condição mais vulnerável, no sentido, de estarem mais disponíveis a influências de atores externos.

Jacuński et al. (2019) estudaram o processo de aproximação dos atores políticos relativamente aos meios de comunicação social em contexto de competição política e eleitoral. Strömbäck (2011) demonstra que entre a elite política dirigente, a televisão é o meio que é percebido como tendo maior poder de condicionar a agenda política. A pluralidade social e política está associada à diversidade de interesses. Em torno desses diferentes interesses reúnem-se grupos de atores, que a partir de uma organização mais estruturada, podem ser entendidos como grupos de interesse. São os casos de cidadãos, mas também dos meios de comunicação e de diferentes grupos políticos (Hjarvard, 2014).

Neste processo os atores políticos tendem a percecionar a relação de um modo dicotómico, em que a lógica mediática é porventura distante do papel funcional que tradicionalmente é incumbido (Brants e Voltmer, 2011). As motivações para esta aproximação podem ser diversas, mas o desejo de reconhecimento, para além da reprodução política e o desígnio cívico são apontados como os maiores impulsos por parte dos atores políticos (Bengtsson et al., 2021). Para além da tendência dicotomizante das perceções dos políticos relativamente aos meios de comunicação, também fica claro que têm noção dos riscos deste processo para o seu desempenho político (Jacuński et al., 2019), com as necessárias e inevitáveis implicações no plano ideológico e programático.

A teoria do agendamento (McComb, 2004) é precisamente um esforço de compreensão do modo como meios de comunicação hierarquizam temas, atribuindo-lhes diferentes níveis de prioridade. Está implícito que, embora o agendamento por parte dos agentes mediáticos, seja uma fase importante na construção das perceções e representações, eles não as determinam, até porque na verdade apenas facultam os temas em que os cidadãos devem refletir, não como agir. Neste ponto, entra em colação a agenda de cada ator e a sua competência reflexiva, que para além de lhe possibilitar uma visão

crítica dos conteúdos agendados, também deverão ter a sua própria lista de temas prioritários – que mais os preocupam.

Desenvolvimentos mais recentes da teoria do agendamento (McCombs, 2004), permitem transportar a análise dos critérios jornalístico e dos temas que compõem a agenda para um novo patamar. O acréscimo heurístico passa pela possibilidade de abordar a influência que os meios de comunicação social têm nas disposições individuais de quem consome os diferentes conteúdos noticiosos produzidos, mesmo em circunstâncias não deliberadas. Para a prossecução deste objetivo será relevante considerar o enquadramento (Entman, 1993), enquanto processo constitutivo das práticas jornalísticas quotidianas.

O enquadramento é um aspeto nevrálgico no papel que os meios de comunicação têm nas sociedades contemporâneas e no modo como estes estabelecem a interação com outras instituições, nomeadamente com a esfera política e com os atores que compõem o tecido social. Embora o agendamento (1º patamar) e o enquadramento (2º patamar) sejam etapas distintas do trabalho jornalístico, elas estão fortemente interligadas.

2.1.10. Da personalização ao imperativo da visibilidade: o escândalo político como consequência

O processo de personalização da atividade política tem algumas décadas, aliás, na verdade a liderança do processo político esteve sempre indissociável à existência de um líder com características definidoras e distintivas, como por exemplo o carisma (Andina-Díaz, 2006). De acordo com Langer (2007) alguns traços crescentemente valorizados na política britânica passam pelo recurso ao estilo confessional por parte do político, mas também a uma aparente espontaneidade na exposição de emoções.

O líder político contemporâneo, em sociedades do hemisfério ocidental, procurará estabelecer a sua interação e comunicação na chamada área híbrida, procurando constantemente um equilíbrio entre as propostas políticas e programáticas doseando-as com um pendor pessoalista e personificadoras, podendo diferir mediante o cânone estabelecido pelo próprio e a sua equipa de assessoria de comunicação e imagem (Ribeiro, 2018).

Para Hjarvard (2013) há uma tendência normal e generalizável entre os meios de comunicação social para tentar penetrar para lá da área híbrida, onde a ação política montada pelo ator, se concretiza, isto é, ir para uma área mais restrita associada aos bastidores. Esta ideia, não obstante, a sua pertinência empírica e observacional, pode pecar por limitada e até de certo modo restritiva, quando generalizada aos meios de

comunicação social como um todo. É nesta linha de raciocínio que o escândalo político na sociedade em rede deve ser encarado como um produto mediático e de uma procura intensa pelo que é suporto estar “invisível” (Thompson, 2001; Waisbord e Thompson, 2002; Prior, 2016), aos olhos da opinião pública. Talvez fosse mais concreto, perceber que alguma imprensa, nomeadamente aquela de cariz mais sensacionalista tentará explorar conteúdos adjacentes à privacidade oriundos da esfera privada, mas que esse ainda não será um padrão generalizável entre os diversos agentes mediáticos. Contudo, apresenta-se como uma possível expressão do processo de mediatização da política e que terá ecos no enquadramento da atividade política, mas também do que gravita em seu entorno, nomeadamente os escândalos de corrupção que envolvem atores políticos.

Atendendo ao facto de as estruturas sociais serem compostas por regras, normas e recursos e de intensa profusão da mediatização pelas diversas instituições sociais e em particular pela política, observa-se uma crescente primazia da visibilidade no espaço público como recurso fundamental, na sobrevivência dos atores políticos no ativo. Aliás, mesmo aqueles que aparentemente passaram de algum modo ao “inativo” esforçam-se por deter espaços de opinião em horário nobre (ex.: Marques Mendes ou Paulo Portas) que são essencialmente estratégias de manutenção de poder simbólico associado à visibilidade mediática. Por outro lado, ao ganhar centralidade, a visibilidade mediática enquanto recurso, também torna os atores políticos mais vulneráveis à gestão das impressões no espaço público e em particular nas representações veiculadas pelos meios de comunicação social a seu respeito.

2.1.11. Das massas à intimidade: o modelo de comunicação conversacional nas sociedades mediatizadas

Vai distante a era dos grandes comícios políticos que juntavam centenas e em alguns casos milhares (ex.: discursos de Hitler em Nuremberga) de simpatizantes e partidários. Nestes eventos, os cidadãos eram movidos até eles, pelo poder de oratória do líder. Hoje-em-dia o que se passa é a quase inexistência desse tipo de expressões políticas coletivas, dando lugar a um modelo de comunicação política em que o ator político é convidado de um programa de entretenimento, num ambiente ostensivamente intimista, potenciando uma discursividade de carácter eminentemente conversacional, num tom relaxado e amigável, em que são dados a conhecer aspetos da esfera íntima desses atores (ex.: ida de líderes partidários a programas como “Isto é Gozar com Quem trabalha, 5 para a Meia-

noite ou ainda o Alta Definição). Este tipo de espaço combina conteúdos informativos com entretenimento – *infotainment* (Thussu, 2007).

À luz do modelo institucional da mediatização composto por uma crescente sobreposição entre os meios de comunicação e a política, considera-se que este processo resulta de uma crescente orientação da política para o mercado eleitoral, em paralelo ao processo de mercantilização do próprio jornalismo e dos meios de comunicação social. No que respeita aos partidos políticos, entendidos como os principais atores da esfera política, estes tenderam nas últimas décadas a desvincular-se das clivagens sociais e culturais que nortearam o seu posicionamento ao longo do século XX. Esta desvinculação tendeu a esbater a matriz classista dos partidos, tornando-se indiferenciada de forma a alargar o mais possível a sua base social de apoio. Em consequência os partidos políticos passaram a estar mais dependentes de grupos informais de interesse e dos meios de comunicação em geral, de forma a obterem aprovação e atenção junto da opinião pública. Esta perspetiva tem a sua relevância no sentido em que associa vários processos de transformação nas sociedades contemporâneas.

Uma ideia muito disseminada sobre o papel das redes sociais digitais relativamente à política versa sobre a tendência para a discussão política se tornar um antro de emoções, desprezando a necessária racionalidade do debate público. Tal como já anteriormente mencionámos, um comício, enquanto evento privilegiado de comunicação política, assenta sobretudo na copresença de atores políticos e de cidadãos que se deslocam até determinado local para assistir. Esta circunstância é invariavelmente muito mais propensa à existência de um forte apelo às emoções, à existência de uma tónica muito recorrente na comunicação política que pressupõe um “nós” e um “eles”, enquanto processo de consolidação identitário de um grupo. Por outro lado, com a crescente mediação da comunicação política e em particular com o advento da rádio e posteriormente da televisão, observa-se que o modelo aí seguido, possibilita a existência de alguma racionalidade (Stockwell, 2004). Afinal de contas é normalmente uma conversa, ou mesmo um debate em que para além de um líder político (ou mais do que um) existe um jornalista que desempenha o papel de moderador. Estas condições estruturais condicionam e possibilitam que este tipo de conteúdo informativo aborde problemas com dimensão política sob o espectro da tranquilidade e sobriedade que nem sempre acontecia nos grandes aglomerados políticos ao longo do século XX.

Os meios de comunicação de massas implicam o estabelecimento de um elo entre o remetente e o agente recetor. A arte no âmbito da comunicação política contemporânea

está em mitigar esse caráter genérico definidor do processo comunicacional e torná-lo singular. O particularismo a que nos referimos diz respeito à transmissão da sensação ao recetor de que o ator político se dirige exclusivamente a ele. Ora, os meios de comunicação de massas, embora com uma natureza genérica apresentam grande versatilidade no modo como modelam a ligação emissor e recetor, engendrando três tipologias de ligações: a primeira é o seu caráter genérico e indiscriminado; o segundo revela-se na possibilidade dessa comunicação se fazer para alguém em particular, acentuando a sua natureza singular; finalmente, o modo conversacional (Hjarvard, 2014). Este novo modelo de comunicação e de comunicação política, de acordo com Gulyas (2017) disseminou-se pelos meios de comunicação social tradicionais, muito provavelmente como forma de se adaptarem aos estímulos de mudança oriundos dos meios de comunicação digitais uma vez que a comunicação se passou a dirigir a alguém com estatuto próprio e reconhecido pelo próprio emissor. Caso aparentemente ilustrativo passa por considerar um crescente ascendente do tom oral, na comunicação escrita seja em contextos formais ou mais informais. O que em parte resulta da transposição do típico registo comunicacional das redes sociais digitais como o Facebook ou Twitter, para as esferas institucionais da política, por exemplo (Chadwick, 2017). Com este processo adaptativo, os atores políticos pretendem captar a atenção dos cidadãos, mas também trazê-los para a sua esfera de influência política.

O caráter dialógico da comunicação política é, com efeito, uma dimensão crescentemente relevante não só para os atores políticos, mas também para os cidadãos e ainda para os meios de comunicação social. A este respeito a própria investigação na área da comunicação política e até do comportamento político tem nas últimas décadas revelado grande interesse no caráter conversacional da política atual, como são exemplos a multiplicação dos trabalhos sob os auspícios da teoria deliberativa (cf. Habermas, 2006; Cross, 2021), que decorre da disseminação dos meios de comunicação e das suas formas comunicacionais entre as práticas quotidianas (Jenkins et al., 2013), no fundo da mediatização. Agora pode-se ponderar vantagens e desvantagens relativamente a esta nova forma de comunicação política. Por um lado, uma certa democraticidade e até uma aparente tendência de horizontalidade dos fluxos comunicacionais entre atores políticos e cidadãos. Além deste tipo de comunicação ser baseado num modelo de linguagem mais transversalmente acessível. Porém, deve-se ter em linha de conta que a comunicação política é também ela uma forma e expressão de poder, através da qual grupos com diferentes interesses almejam a mobilização de cidadãos e recursos em prol das suas

causas e interesses. Isto, permite inferir que a comunicação política e muito embora as potencialidades democratizadoras, são intrinsecamente assimétricas, assumindo-se como um mecanismo de exercício do poder.

A comunicação política dialógica em contextos democráticos deverá passar, de acordo com Schudson (1992) pelo acesso livre e com os menores constrangimentos possíveis à expressão da opinião; a participação na definição das regras de debate; garantida a pluralidade de perspectivas; e finalmente a definição de uma agenda de debate sobre temas de interesse público e coletivo. A passagem para o modelo de conversação como padrão na comunicação política contemporânea não se fica a dever única e exclusivamente aos atores políticos concretos. Também os meios de comunicação social tradicionais, bem como os meios de comunicação digitais têm conferido crescente espaço e incorporado nas suas práticas quotidianas. Para além dos cidadãos que avaliam e valorizam uma postura comunicacional crescentemente intimista e que lhes permite perceber as elites políticas e mediáticas com relativa proximidade. Estaremos, por conseguinte, perante dois tipos ideais de comunicação política: por um lado o modelo de debate racional e de índole pública; por outro teremos o ideal de comunicação política baseado na conversação sociável. No plano da política institucional a sua democraticidade também se faz, ainda que parcialmente, por via da existência de regras de debate e troca de propostas, sob uma base de discussão que saiba enquadrar a heterogeneidade e a diversidade. No entanto, no plano da relação da política com os meios de comunicação e a integração dos atores políticos no ecossistema mediático remete-os a uma condição de maior dependência e de um necessário e cuidadoso uso da visibilidade no espaço público mediático.

2.1.12. Da hibridização do jornalismo: o emergente papel do político comentador em sociedades mediatizadas

A comunicação política mediatizada é uma complexa equação onde intervêm diversos atores com diferentes recursos de poder e que toldam a esfera pública contemporânea. Entre jornalistas, meios de comunicação social tradicionais e digitais, bem como atores políticos e comentadores a opinião pública é tecida quotidianamente. A estas diferentes categorias de atores, são atribuídos distintos papéis sociais. De acordo com Chadwick (2017) assiste-se à hibridização destas funções e papéis, traduzindo-se na emergência de um jornalismo com maior pendor interpretativo. Paralelamente, multiplicam-se os especialistas de áreas particular, como. Foi no caso da pandemia de Covid 19 com o ganho

de notoriedade pública e mediática de especialistas de epidemiologia e infecologia. Uma outra expressão desta transformação e que vem mais atrás é o aparecimento de espaços de comentário político e da atualidade com atores políticos e jornalistas.

O caso português é particularmente exemplificativo do crescente pendor opinativo dos conteúdos jornalísticos. A existência de espaços de comentário, pode-se considerar que é uma condição inerente aos meios de comunicação, mesmo considerando os mais tradicionais como a imprensa escrita e a rádio (Figueiras, 2016). Nos jornais, por exemplo, existiam tradicionalmente as crónicas e espaços de opinião de notáveis de diferentes esferas sociais, para além dos editoriais que tendo uma componente posicional, serviam para sinalizar o posicionamento da redação e do jornal. Também existiam as cartas dos leitores ao diretor (Silva, 2014), espaços onde os cidadãos e leitores comentavam um tema considerado relevante para a comunidade. Por comentador político entende-se aquele agente que munido de informação, aparentemente informada e privilegiada, e que à luz desse manancial de conhecimento informado, produz um Quadro interpretativo e opinativo de um dado facto político presente ou futuro (Figueiras, 2016). Neste tipo de espaços é comum observar uma forte tendência para aquilo a que se poderia designar como a cenarização, que não é mais do que a visão prospetiva de possíveis cenários futuros sobre atores e instituições políticas. Aqui os atores políticos, distancia-se, ou pelo menos assim projeta a sua imagem e parte para a construção de um Quadro de interpretação da ação dos atores políticos no ativo.

A multiplicação de espaços de comentário surge associada a uma crescente hibridez patente no ecossistema mediático português (Lopes e Loureiro, 2011), na medida em que grande parte destes espaços surge dentro de espaços informativos como os noticiários noturnos das estações de televisão ao Domingo, como são os já mencionados casos de Marques Mendes (SIC) e Paulo Portas (TVI), aos quais se somam ainda Pedro Norton e Susana Peralta (RTP). Também se assiste à multiplicação dos espaços de comentário exclusivamente para esse efeito, como são os exemplos do Sem Moderação (SIC Notícias), Princípio da Incerteza (CNN PT) ou O Outro Lado (RTP), elencos compostos por atores políticos, numa condição mais ou menos ativa no campo partidário. Estas transformações integram-se na tendência mais ampla de crescente hibridez. Entre o role de potenciais consequências e considerando o ponto-de-vista dos cidadãos consumidores, existe o risco de confusão entre conteúdos estritamente informativos e conteúdos de natureza opinativa e de entretenimento, ainda que por mais informada que possa ser a posição de determinado comentador.

A multiplicação dos espaços de comentário político é óbvia e está sobejamente demonstrada (Figueira, 2019) no que toca ao espectro mediático português. Não obstante essa multiplicação, o que se observa é que em termos qualitativo, não se verifica uma verdadeira heterogeneidade (Figueiras, 2018). Na verdade, e atendendo exclusivamente à realidade mediática portuguesa, o que se verifica é a proeminência, entre esses espaços de comentário, de atores integrantes das elites não só políticas, mas também económicas, culturais, jornalísticas e institucionais, numa clara manifestação de reprodução social das posições de partida e de dominação política e simbólica (Lopes, 2005; Figueiras, 2016). Por estas evidências é possível que estejamos perante um renovado mecanismo de reprodução simbólica do poder em que o jornalismo, na sua assunção mais estrita perde relevância e vê-se perante a concorrência de outros atores.

Em contextos democráticos consolidados observa-se uma forte tendência para o jornalismo de opinião, onde devemos incluir os comentadores políticos. Esta tendência questiona a identidade profissional do jornalista, como principal instância mediadora do político. Klein (2020) quando fala do “efeito Fox News” tenta problematizar acerca das verdadeiras razões a montante do sucesso desta estação televisiva. Efetivamente, ao optar de forma sistemática por dar espaço a agentes partidários, nomeadamente apoiantes do ex-Presidente Donald Trump, está de forma implícita e explícita, a tonar um determinado posicionamento político e ideológico público.

A densificação dos espaços de comentários no seio de uma tendência mais geral de jornalismo de opinião, pode também estar associada a outros fatores de índole política e económica. Deste modo, os meios de comunicação, como por exemplo televisões, conseguem alimentar uma permanente corrente de ligação a forças partidárias, além da possibilidade de ter privilegiados contatos com grupos empresariais e económicos. Esta aproximação entre os meios de comunicação e poder económico potencia uma miríade de soluções de sustentabilidade económica ou financeira, num período em que os grupos proprietários dos meios de comunicação vivem situações de volatilidade e sustentabilidade económica. Um outro fator pode prender-se com a constatação de que as sociedades evoluem e tendem a uma intensificação profunda da sua especialização e de incremento do conhecimento pericial. Ora, essa constatação pode levar os meios de comunicação e os seus respetivos responsáveis editoriais a manter espaços de opinião com personalidades de relevo em diversas áreas científicas e técnica.

O estatuto de comentador nos meios de comunicação social, em particular nas televisões, em sociedades mediatizadas é constituído por um estatuto de especialista, a

partir do qual está autorizado a fazer uso profícuo da linguagem, a realizar interpretações argutas da realidade, a criar cenários prospectivamente e finalmente a identificar possíveis recomendações. A fonte do estatuto e da autoridade de comentador tem normalmente as suas bases na Universidade, embora o perfil não seja necessariamente um académico de carreira. Não o será, na sua maioria dos casos em face de um traço caracterizador dos investigadores, que se prende com o rigor concetual e teórico, que não se adapta inteiramente à comunicação política mediatizada. Nesta medida, o comentador político na era da mediatização é um ator com conotação e estatuto de perito, com uma ligação, ainda que ténue à Universidade, mas que articule com destreza a capacidade e fluidez retórica, que o tornam um ator mediático competente dentro do estilo conversacional. De acordo com Hjarvard (2014), o “comentador político mediatizado” usufrui de uma ampla liberdade de interpretação.

Deste modo, para além do capital científico/académico, o comentador político mediatizado deverá também lhe deve ser reconhecido, aquilo a que se designaria por capital mediático. O capital mediático será uma conjugação de poder e recursos comunicacionais e interacionais que o tornam apelativo aos espectadores, mas também aos responsáveis editoriais. Por outro lado, usufrui de uma condição híbrida, ao não estar sob a égide do código deontológico dos jornalistas, pode mencionar fontes ou pelo contrário, pode não o fazer de modo a proteger as suas informações. Esta condição híbrida, também se expressa no facto de não ter de respeitar princípios estruturantes da prática jornalística como a objetividade.

Um comentador político na sociedade mediatizada conjuga capital político com mediático. De alguma forma, os comentadores políticos estão ligados ao campo político. Seja como ex-líder partidário, ou como responsável político em diferentes instâncias, a ligação deste tipo de ator à esfera política faz-se sentir nos comentários que fazem e sobretudo na cenarização, enquanto exercício prospetivo onde se projetam potenciais vias para o processo político. Deste modo, pode-se considerar que uma parte do capital e autoridade destes atores mediáticos advém também da esfera política. Porém, estão de “mãos-livres” relativamente à permanente *accountability* que os atores e responsáveis políticos estão sujeitos, nomeadamente o facto de terem de ir a eleições. No computo, até se pode considerar que embora ancorados a três instituições, como a política, o jornalismo e a Universidade, os comentadores políticos mediatizados usufruem de uma estrutura de regras e normas suficientemente maleável e adaptável a cada circunstância que os

colocam numa privilegiada, mas também singular condição no contexto da política mediatizada.

2.1.13. Críticas e reflexão: corrupção e escândalo e atores e seus papéis

Uma crítica à teoria da mediatização e à proposta estruturalista de Hjarvard (2013) prende-se com a tentação da monocausalidade baseada no efeito dos meios de comunicação, relativamente a todas as outras instituições sociais, por via daquilo a que designou por lógica mediática que possibilita a experiência partilhada. À tentativa de explicação monocausal chamaríamos de determinismo mediático. No âmbito desta crítica dir-se-á que, fica a pairar a possibilidade de a lógica dos meios de comunicação social determinar o funcionamento institucional e interinstitucional, determinando as interações e comunicações que compõem as práticas sociais quotidianas. Mesmo assumindo que atual fase do processo de modernização das sociedades é sobretudo a fase dos meios de comunicação e da mediatização, não podemos ignorar que existem outros fatores de condicionam de forma vinculada o processo histórico e social, como o trabalho, a globalização e as alterações climáticas.

Uma segunda crítica de pendor conceptual diz respeito à conceção de lógica dos media e estrutura-se em dois aspetos: o aparente menosprezo por particularidades dos meios de comunicação, uma vez que no ecossistema mediático português por exemplo, coexistem estações de televisão, estações de rádio, imprensa escrita diária, semanal e até mensal, sendo que estas especificidades imprimem singularidades na cobertura da corrupção e no modo como constroem o escândalo de corrupção política; uma segunda crítica, passa por considerar o modo como estas particularidades impactam na sociedade e cultura onde se integram.

Uma terceira crítica à abordagem da mediatização possibilita perceber que há um pendor, ainda que implícito, de valorização de um estado (talvez último) de evolução cultural, em que os meios de comunicação e a sua influência levaria a uma sociedade plena e desejavelmente mediatizada. Há um pendor teleológico nesta perspetiva que sobrevaloriza o papel dos meios de comunicação dando origem a um estado de desenvolvimento aparentemente final em que todas as instituições subordinar-se-iam à estrutura mediática. A esta crítica designaríamos como de teleológica.

Nesta proposta teórica a comunicação é sobretudo encarada como um processo de articulação interinstitucional, isto é, o processo comunicacional é na medida em que serve para diferentes instituições sociais se ligarem umas às outras. Nesta medida, a estrutura

mediática é colocada no centro do sistema social, de onde surgem os impulsos (socio-comunicacionais) que estruturam as sociedades mediatizadas. A esta componente da teoria designaríamos como medio-centrismo. Porém, nem todo o processo social é mediático, embora todo o processo mediático tenha uma ancoragem social e cultural. Um exemplo, é pensar-se o fenómeno da corrupção, sendo este fenómeno é intrinsecamente social, cultural e até político e existe a montante do processo mediático contemporâneo. Contudo, torna-se impossível conceber e estudar o escândalo de corrupção política, por exemplo, ignorando o processo mediático que lhe subjaz e até que o estrutura. Nesta medida, é possível estudar a corrupção pela perspectiva do escândalo de corrupção política, uma vez que este é essencialmente o resultado do processo mediático institucional.

A teoria estruturalista de mediatização (cf. Hjarvard, 2013) ao concentrar-se na putativa disseminação da lógica mediática e por conseguinte na crescente influência dos meios de comunicação nas outras instituições sociais exacerba uma certa linearidade processual. Por outras palavras, considera-se que a teoria da mediatização ao concentrar-se na influência mediática, descora os fluxos inversos que impulsionam a mudança na instituição mediática. Os meios de comunicação ao expandirem a sua esfera de influenciam também se tornam mais suscetíveis à influência de outras instituições. Um caso ilustrativo é o crescente número tanto de comentadores como de espaços de comentário em espaços informativos. Entre este novo contingente de comentadores destacam-se os atores políticos, sejam eles numa condição de titulares de cargos institucionais, sejam aqueles que no passado recente tiveram essas responsabilidades públicas. Há ainda os especialistas e académicos que detendo um conhecimento particular sobre determinada temática e sendo-lhes reconhecido um capital específico são convidados pontuais ou mesmo a ter espaços de comentários frequentes. Como anteriormente foi demonstrado a maior proeminência tanto de comentadores como a diversificação dos espaços penetrou em redutos até aqui exclusivos de jornalistas, como por exemplo a existência de espaços de comentário individual (ex.: SIC Marques Mendes e TVI Paulo Portas) ou com duplas (ex.: RTP Poiares Maduro e João Soares). Estes vêm “invadir” e disputar o capital mediático, recurso que em sociedades mediatizadas é particularmente valorizado.

Num balanço diríamos, que a mediatização é de forma sintética um processo de reequilíbrio das forças entre as diferentes instituições, mormente entre os meios de comunicação e a política em que a primeira passa a ter um maior impacto e pendor na lógica de funcionamento da política, tornando os atores políticos mais vulneráveis e

necessitados de capital simbólico e notoriedade mediática. Em circunstâncias especiais, os atores políticos podem condicionar a agenda noticiosa, por exemplo através dos espaços de comentário, porém em geral serão os meios de comunicação a estruturar e a gerir a agenda noticiosa e o lugar dos escândalos de corrupção na linha editorial.

Como Couldry (2008) identificou duas limitações da teoria estruturalista da mediatização: a linearidade e o seu carácter evolucionista do processo de mediatização das sociedades contemporâneas. Já para Hepp (2012) os meios de comunicação têm o poder de moldar as práticas de uma rede de atores que se organiza e interagem em seu torno. Estes dois aspetos serão os motes para a perspectiva fenomenológica da mediatização.

2.2. A abordagem fenomenológica do processo de mediatização das sociedades contemporâneas

As sociedades contemporâneas têm sido palco de intensas transformações. O conceito de mediatização permite dar tangibilidade às transformações sociais impulsionadas pelos meios de comunicação na sociedade em rede. A comunicação mediada é um elemento nevrálgico no processo de construção social da realidade contemporânea. Os meios de comunicação social, enquanto conjuntos de procedimentos socio tecnológicos, tecem os sentidos e significados das práticas sociais quotidianas. São diversas as abordagens teóricas acerca do estreitar da relação entre a cultura e os meios de comunicação social (cf. Strömbäck, 2008; Hjarvard, 2013; Couldry e Hepp, 2016). De entre estas, diríamos que a abordagem fenomenológica de Couldry e Hepp (2016) enfatiza a componente subjetiva da agência dos atores em combinação com o papel que têm os meios de comunicação social.

A abordagem fenomenológica da mediatização tem os seus primórdios na clássica obra “A construção social da realidade” de Peter Berger e Thomas Luckmann (2004), ainda com necessárias atualizações, nomeadamente dando resposta aos desafios colocados pelo modelo de comunicação descentralizado característico da contemporaneidade e corporizado pela sociedade em rede. Estes autores circunscrevem a comunicação mediada, à procura do lazer, um domínio do estrito âmbito da esfera privada. Desta forma, pode dizer-se que a referida obra ignora o papel dos meios de comunicação social, mesmo em sociedades com algum incremento dos meios televisivos como eram as sociedades ocidentais de meados do século XX.

2.2.1. Mediatização fenomenológica e sua ancoragem sociocultural: a construção da corrupção e do escândalo

Partindo de pressupostos fenomenológicos Couldry e Hepp (2016) definem comunicação como um conjunto de práticas através das quais os atores “produzem e dão sentido” ao mundo que os rodeia. Por conseguinte, os atores constroem as suas disposições que coordenam as práticas sociais, que em última instância vão desembocar na dimensão comunicativa que orienta a construção das representações sociais.

Couldry e Hepp (2016) sublinham que face à drástica relevância dos meios de comunicação social nas sociedades contemporâneas e nas práticas sociais é imperativo proceder a uma reavaliação de carácter fenomenológico das práticas sociais quotidianas, numa fase de aprofundamento do processo de mediatização. Partindo da crítica à obra seminal “A construção social da realidade” de Berger e Luckmann (2004) aquilo que designam como “mundo social” é operacionalizado pela comunicação presencial. Mais recentemente, Couldry e Hepp (2016) incluíram neste conceito também a comunicação mediada, aquela que é efetuada pelos mais diversos mecanismos como plataformas digitais, telemóveis, televisões ou computadores pessoais.

Pode-se considerar que a comunicação cara-a-cara é em certas circunstâncias também mediada, como por exemplo quando se estabelece um diálogo com algum conhecido que se encontra na rua e enquanto se interage, consulta-se o telemóvel onde acabou de receber uma mensagem no WhatsApp, deste ponto-de-vista pode-se falar de “mediação de tudo” (Livingstone, 2009). Subjacente à mediação de tudo está a intensificação e densificação da comunicação e interação mediada, o que concorre para a mutação das práticas sociais. Com efeito, pode-se falar de mediação de segunda ordem, constituindo-se como um dos principais alicerces da produção e reformulação do mundo social e das instituições sociais que lhe subjazem.

A mediatização é o estudo não dos impactos dos meios de comunicação social na cultura, mas das mudanças naqueles e concomitantemente na cultura (Couldry e Hepp, 2016). É por isso um conceito de índole bidirecional, num permanente vai-e-vem reflexivo entre as transformações com epicentro nos agentes mediáticos e as transformações ocorridas na cultura. Nesta medida, os meios de comunicação e a cultura estão na era da modernização tardia plenamente entrelaçados, numa mútua e recíproca interação. A mediatização, enquanto processo, estrutura-se num duplo eixo: o primeiro dos quais de natureza quantitativa e que se sustenta na difusão da comunicação mediada ultrapassando constrangimentos de foro espacial, temporal e até social; o segundo eixo

de índole qualitativo reporta-se a transformações nos níveis sociais e culturais da organização societal.

Nas últimas décadas do século XX surgiu um surto de teorização em torno da mediatização, que foi alvo de críticas pós-coloniais, no sentido de tornar a abordagem universalista, mas sem descorar idiosincrasias regionais e nacionais (Jansson, 2017). Embora, tenhamos de considerar que efetivamente as origens da globalização e a associada compressão espaço-temporal teve o seu impulso inicial no hemisfério ocidental (Giddens, 2005). Couldry e Hepp (2016) definem mediatização como o processo pelo qual se assiste à incorporação dos meios de comunicação nas práticas sociais que corporizam a vida quotidiana, processo que se intensificou no último século e meio. Neste sentido, mediatização é sinónimo de crescente dependência por parte dos processos e instituições sociais relativamente aos meios de comunicação, contribuindo estes últimos decisivamente para a formação das representações sociais e disposições individuais, nomeadamente de corrupção.

A efetiva disseminação da mediatização dependerá do desenho institucional das sociedades, como por exemplo a proeminência da família, ou a dos valores religiosos, mas também da distribuição de recursos e das desigualdades existentes, como são casos ilustrativos um conjunto de funcionários do Estado não terem uma remuneração elevado e isso potenciar a busca de recursos extra, por via de mecanismos ilícitos e informais. As notícias sobre um caso de corrupção podem, na verdade, impactar de forma muito distinta em diferentes comunidades. Imaginemos um determinado empresário, com bastante capital simbólico numa dada circunscrição geográfica onde cria bastantes postos de trabalho, um surto de notícias de alegadas práticas de corrupção ativa, podem colocar em causa a perceção desse capital levando a consequências distintas a nível nacional (com maiores ou menores danos) e a nível local, usufruindo da misericórdia destes elementos, face à sua relevância económica e social para essa localidade ou região. Este caso ilustra como idiosincrasias de índole política, cultural, religiosa e mediáticas podem fazer diferir os efeitos da mediatização na construção das representações relativamente à corrupção e aos respetivos escândalos que lhes estão associados.

As transformações sociais que envolvem os meios de comunicação social não se dão pelo simples facto das tecnologias que lhes dão suporte ficarem disponíveis para os atores usarem nos seus quotidianos. Na teoria fenomenológica da mediatização o que é relevante são os padrões caracterizadores de um conjunto de meios de comunicação social, num dado momento e as transformações, que a sua introdução acarretou na configuração

do mundo social. Não obstante o afastamento de uma perspectiva revolucionária relativamente ao papel dos meios de comunicação, a metáfora das “ondas” remetem-nos para a existência de momentos disruptivos. Estes constituem-se como surtos tecnológicos, que se revelam no médio e longo prazo, com implicações estruturais, sejam elas previstas (Rosa, 2003; Verón, 2014) ou não intencionais (Giddens, 2005).

A proposta de Couldry e Hepp (2016) distingue-se das demais teorias dos meios de comunicação e da relação que estabelecem com a cultura no sentido, em que releva dimensões qualitativas da relação dialética que se estabelece entre ambos os domínios: cultura e meios de comunicação. Assim, por onda de mediatização estes autores compreendem a mudança qualitativa nos diversos contextos mediáticos suficientemente disruptivos, relativamente ao estado anterior. A força motriz desta transformação é a mudança tecnológica que suporta os meios de comunicação e as alterações que os impele a disseminarem-se nas práticas quotidianas. Sublinhando também que as idiosincrasias comunitárias da cultura de receção são decisivas na sua efetiva apropriação. Historicamente é possível identificar três gerações no processo de mediatização. A primeira consistiu no incremento da mecanização como a imprensa escrita. Na segunda fase a eletrificação dos meios de comunicação como é ilustrado pela propagação das estações de rádio ou o telefone. A terceira geração prende-se com o impulso digital na área dos meios de comunicação, nomeadamente com a multiplicação das plataformas digitais de media assentes no uso, naturalizando a internet e ainda da comunicação móvel. Esta terceira geração penetrou de forma indelével nas práticas quotidianas, transformando-as drasticamente, possibilitando a interpenetração e hibridez entre os diferentes meios de comunicação, mas também entre estes e a cultural.

A complexidade do processo de comunicação prende-se com a necessária mobilização de um conjunto muito heterogéneo de recursos, mas também de ferramentas que em muitas situações do quotidiano são utilizadas de forma quase inconsciente e que permitem ao ator agir e comunicar de forma socialmente competente. A abordagem fenomenológica (Couldry e Hepp, 2016). consiste num conjunto de conceitos devida e sistematicamente articulados. O primeiro dos quais é o de comunicação que se entende uma interação simbólica consciente com contornos previsíveis e planeados com carácter minimamente rotineiro. Por seu turno interação compreende uma ação mutuamente orientada, que segue um padrão social mais ampla e previamente definido.

Para Couldry e Hepp (2016) o objetivo passa por construir uma abordagem de matriz fenomenológica que parta do aparato tecnológico dos meios de comunicação

social para o estudo dos processos sociais que norteiam a sua efetiva apropriação por parte dos atores sociais. A partir desta abordagem pode-se augurar captar o sentido fenomenológico considerando os constrangimentos, as potencialidades e as relações de poder envolvidas nos processos comunicacionais que tecem as práticas quotidianas na contemporaneidade, nomeadamente na esfera política e na cobertura que os meios de comunicação fazem que envolva atores e instituições políticas. O processo comunicacional como alicerce do mundo da vida consiste em quatro facetas: uma primeira vertente são os atos comunicativos que desencadeiam um ato ou uma ordem, como por exemplo um jornal narrar um caso de corrupção, impactando na opinião pública; uma segunda vertente prende-se com o conjunto de práticas comunicativas como por exemplo debater, refutar, contradizer e nesse caso pode ser um direito de resposta ou mesmo uma outra notícia que venha refutar ou pôr em causas as afirmações da notícia anterior; o terceiro eixo de contributo da comunicação para o mundo da vida passa por considerar que as práticas e inter-relações estão sempre ancoradas às regras e normas dos contextos sociais em que se desenrolam, um caso ilustrativo são as regras que regulam as práticas no seio de uma redação, com as suas hierarquias e que dentro de algum improvisado regizam as interações dos atores que atuam nesse contexto; finalmente, o quarto eixo é operacionalizado pelos fluxos comunicacionais que tornam o grupo de atores subordinado a outro, articulando diferentes instituições, é caso da crescente comercialização dos meios de comunicação social, que os faz ficar mais dependentes dos ditames comerciais dos seus proprietários.

Este modelo trifásico considera as diferentes combinações dos meios de comunicação social em diferentes momentos históricos, o que nos possibilita equacionar o fenómeno da corrupção, em toda a sua complexidade, dado que as representações sociais e disposições que os atores e cidadãos constroem estão de certo modo condicionadas pelos complexos alinhamentos entre os meios de comunicação, através da sua discursividade sobre corrupção e o modo como é elaborado o escândalo e finalmente os particularismos socioculturais de receção (Sousa, 2008). Com efeito, podemos definir representações sociais de corrupção como o conjunto de imagens e conhecimentos amplamente partilhados entre os membros de uma sociedade ou comunidade sobre o fenómeno de corrupção, decorrendo destas a conceção generalizada do que é corrupção e o que não é corrupção.

2.2.2. Da comunicação mediada à negociação de papéis e estatutos: o político no público e privado

Considerando a distinção entre comunicação mediada e não-mediada diríamos que não existe evidência empírica que permita hierarquizá-las. A interação não-mediada e tal como a definiu Goffman (1993) distingue-se das demais pela presença física dos intervenientes, onde os “jogos” de poder se pautam pelo estabelecimento de relações implícitas. Recorrendo ao modelo dramático, o autor canadiano distingue entre palco e bastidores e com isso diferentes tipos de interação e comunicação. Os atores que fazem parte da interação deverão chegar a um acordo no que respeita à definição da situação. De forma resumida diríamos que no palco ou nos bastidores, os diversos atores, detêm recursos de poder assimétricos, de definição da situação, mas também de distribuição de papéis e das normas a respeitar. Os papéis sociais desempenhados também se distinguem mediante a definição da situação e o facto da ação se desenrolar ora nos bastidores, ora no palco. Neste caso, diga-se que a corrupção enquanto prática social de atos ilícitos ou socialmente reprováveis tem as suas condições institucionais mais propícias nos bastidores, onde a visibilidade é menor.

O papel dos meios de comunicação na definição da situação de interação é vasto e diverso, em face de estes mudarem a capacidade dos atores de influenciar o processo, nomeadamente ao condicionar a comunicação verbal e não verbal, bem como outros acessórios (roupa, mobiliário etc.), para além da delimitação territorial onde a interação se desenrola. Dito isto, dir-se-ia que os meios de comunicação têm três modos de intervir na interação, ao facilitarem a interação, os atores podem potenciar as suas vantagens na interação e ainda transformando as regras e normas entre os diferentes atores participantes. Deste ponto de vista, existem condições mais fluídas e de flexibilidade que potencialmente conduzem a novas formas de corrupção e de envolvimento de uma panóplia de atores mais diverso.

Quatro formas de desenvolvimento da comunicação mediada pelos meios de comunicação social e suas respetivas tecnologias (Bakardjieva, 2016): a primeira passa pela crescente substituição da comunicação direta pela comunicação mediada; a segunda assenta na emergência e consolidação daquilo a que se designaria como comunicação multinível na medida em que a comunicação e interação passam a incorporar elementos da comunicação privada presente, mas também combinando com aspetos da comunicação do passado; o terceiro desenvolvimento passa pela disponibilidade e incorporação dos fluxos comunicacionais dos meios de comunicação social, mesmo na interação direta ou

cara-a-cara; em quarto lugar assiste-se à progressiva integração a todas alterações nos comportamentos e atitudes dos atores nas suas práticas quotidianas. Não se trata de mera e progressiva substituição da comunicação direta pela indireta por via dos meios de comunicação social, em alternativa ela representa um desafio à criação de novas dimensões e conceitos que possibilitem a compreensão de um processo mais complexo e que se entranha nos interstícios da atividade social e política quotidiana. Num estudo recente Vaccari e Valeriani (2021) sobre participação política com base nas experiências políticas e informativas nos meios de comunicação consideraram em conjunto as experiências ditas em copresença e aquelas realizadas em plataformas e meios de comunicação digitais.

Os meios de comunicação também permitem manter em simultâneo várias interações. Na linha de pensamento goffmaniana podemos dizer que a internet e em particular os meios digitais permitem aos atores alternar entre o palco e os bastidores, mas também entre diferentes palcos. No plano da interação social os meios de comunicação vieram possibilitar aos atores um potencial alívio das responsabilidades relativas à interação, para além da sensação de um acrescido controlo sobre a informação que circula nas trocas de informação ocorridas na interação. De facto, com a interação mediada pode-se ter um controlo invariavelmente maior sobre a informação disponibilizada, aquilo a que Goffman se referia como a gestão das impressões, processo ilustrado como é caso de uma ocasião em que um ator político é fotografado numa festa privada com amigos e familiares, ou uma circunstância de conferência de imprensa sem direito a perguntas por parte dos jornalistas. Muitas das vezes e numa interação presencial podemos estar a afirmar em direção a uma determinada direção, contudo a nossa linguagem corporal e gestual não coincide, o que torna a interação, ou melhor a comunicação algo contraditória e levanta obstáculos a uma profícua interação social. De certa forma, a interação mediada dispensa total ou particularmente os aspetos performativos que a interação presencial tem como central. Por exemplo um ator político pode adotar uma postura mais descontraída e informal no contexto familiar, ao contrário daquilo que acontece com uma aparição pública que requer um controlo maior das impressões geradas na opinião pública.

2.2.3. Mundo social e os meios de comunicação: disposições e intersubjetividades dos atores no Panamá Papers e “operação Marquês”

Sinónimos de mundo social podem ser encontrados em diversas correntes teóricas. Por exemplo, no interacionismo simbólico a perspetiva do mundo social (Goffman, 1999)

desempenha o papel de agregador e como estrutura resultante da cristalização das configurações individuais. O mundo social é deste modo o equivalente funcional numa abordagem institucionalista às estruturas e instituições sociais que gizam recursos e normas pelos membros de uma dada sociedade e que informam as práticas sociais dentro de uma esfera social, como a família, ou a escola, por exemplo. Cada mundo social será, deste modo, constituído por quatro componentes: atividade primária; sítios e locais de interação; tecnologias e organizações. O mundo social pode ser definido de modo bastante sintético como o conjunto de práticas de construção de sentido, que se realizam desde a socialização primária e nos quais os meios de comunicação desempenham papel fundamental (Akinola et al., 2022). Para um dos principais impulsionadores da fenomenologia Alfred Schutz (cf. Goldthorpe, 1971) o mundo social é constituído pelas intersubjetividades inerentes aos atores concretos e que desta forma constroem as representações da realidade (Bittner et al., 1968). O mundo social é assim significativo para os atores, isto é, ser construído quotidianamente pelos seus membros, mas também pode ser objeto de estudo, através de incursões de foro fenomenológico e antropológico (Schütz, 1967). Concomitantemente, esta abordagem teórica pode constituir uma profícua via para o estudo da corrupção, como por exemplo a realização de análise a notícias sobre escândalos políticos, permitindo descrever e caraterizar a cobertura noticiosa e o modo como os agentes mediáticos com relevo no ecossistema mediático português contribuem para a sedimentação das representações da corrupção e a jusante como estas se repercutem nas atitudes políticas.

A componente intersubjetiva do mundo social assenta na premissa de que ele é compreendido pela subjetividade de cada ator e que esta é um compósito de influências passadas, como a cultura herdada de gerações anteriores, constituindo-se como a componente histórica, nas disposições individuais. Deste ponto de vista, um dos elos transmissores inter-geracionais, são sem dúvida os meios de comunicação social. O historicismo do mundo social é fortemente impulsionado pelos meios de comunicação em face destes transportarem até ao presente a memória e as representações sociais construídas por gerações anteriores. Por conseguinte, os meios de comunicação social encarados a partir deste prisma, são contribuintes diretos para a reprodução social simbólica e também para a construção quotidiana das intersubjetividades dos atores. Os meios de comunicação social também interferem neste processo do ponto de vista espacial, ao possibilitarem a difusão de representações e configurações de geografias diversas. Com efeito, pode-se constatar que os meios de comunicação social, sejam os

tradicionais, e mais recentemente os digitais contribuem muito decisivamente para as configurações que compõem a intersubjetividade do mundo social. Serve isto para postular que uma maior sensibilidade a escândalos de corrupção e atitudes populistas, por exemplo, não são de geração espontânea por se consumir e tomar contacto com conteúdos noticiosos deste pendor. Há uma predisposição sociocultural de partida que muitas das vezes se vê auto-confirmada por determinados discursos que prolifera pelo ecossistema mediático. Para além de que por exemplo na contemporaneidade, as possibilidades de contato com notícias sobre corrupção é muito diversa, o que em última análise pode gerar uma sensação de pânico moral.

Para Berger e Luckmann (2004) vida quotidiana passa por aquilo que cada ator faz de uma forma isolada e também o que faz na interação com terceiros. Nesta medida, a vida quotidiana é concebida como uma dimensão separada e totalmente autónoma do aparato tecnológico e de mediação das práticas quotidianas. No fundo, estamos perante duas realidades paralelas. Melhor, as práticas mediadas por tecnologia estariam a jusante e desta forma seriam apenas o resultado das práticas quotidianas que compõem a vida quotidiana. Ora, o que se depreende deste postulado é que existiriam duas fontes de produção do tecido social: a interação cara-a-cara e por outro lado a interação mediada. Na condição social hodierna, esta distinção concetual torna-se insuportável, na medida em que a comunicação e interação mediada penetram nas práticas quotidianas a um nível de capilaridade inimaginável apenas algumas décadas atrás. Com efeito, serve para ilustrar as debilidades de uma possível abordagem socio-determinística relativamente ao incremento da tecnologia como o resultado único e exclusivamente do desenvolvimento do aparato sociocultural de cada sociedade.

De acordo com Coldry e Hepp (2016) o papel dos meios de comunicação social é a este respeito duplo: por um lado promovem a diferenciação simbólica ao facultarem e recriando recursos simbólicos diferenciados; por outro lado, potenciam a dependência entre diferentes domínios de ação em face das permanentes ligações estabelecidas entre estes por via dos meios de comunicação, em particular os meios de comunicação digitais. O mundo social é desta forma, o espaço de criação e recriação das intersubjetividades que dão corpo às práticas sociais dos atores concretos. Os meios de comunicação são em simultâneo, ligações, que promovem interdependência e constrangimentos, mas também a diferenciação intersubjetiva social. Assim, será um contributo cabal para o conhecimento do escândalo de corrupção política e a comparação da cobertura jornalística de um mesmo caso entre diferentes meios de comunicação e sectores

mediáticos, como são os casos do Panamá Papers ou da “Operação Marquês” que está na origem do “caso Sócrates”.

2.2.4. Das massas à digitalização: representação política como um “jogo” de corrupção e escândalo

Em termos históricos o processo de mediatização intensificou-se com a expansão da rede elétrica e muito em particular com a concomitante eletrificação dos meios de comunicação (Hepp, 2019). Esta transformação, em contraste com a realidade vivida até aí, caracteriza-se por ser um processo mais descentralizado e fluído. Adjetivamo-lo como descentralizado e fluído, no sentido que se dissemina por entre os diversos sectores de meios de comunicação social, como são a imprensa escrita, a rádio e a televisão. Naturalmente, com a expansão da rede elétrica e do acesso a este tipo de energia, proporcionou a multiplicação de meios de comunicação social, que outrora seriam impensáveis. A multiplicação de infraestruturas eletrónicas é bem o exemplo disso, possibilitando o estabelecimento de redes de meios de comunicação social, tanto à escala local/regional como nacional. Embora sejamos justos ao admitir que a expansão de redes de comunicações eletrificadas fez-se de forma bastante pautada, sendo um processo muito seletivo no seu acesso.

Uma outra importante dimensão prende-se com a crescente interligação entre os diferentes sectores, isto é rádio, imprensa e escrita e algumas décadas mais tarde a televisão (Volgsten, 2021). Através da expansão das infraestruturas elétricas de cabo e ainda da radiodifusão, os meios de comunicação foram crescentemente interligados e consequentemente menos autónomos na sua ação. Paralelamente, também foram abertas novas possibilidades, através da quebra do monopólio do acesso a infraestruturas tecnológicas que estavam vedadas a grande parte dos utilizadores, sendo restritas a um pequeno lote de produtores de conteúdos (Couldry e Hepp, 2016).

De acordo com Couldry e Hepp (2016) existem três consequências de natureza cultura decorrente da eletrificação. A primeira das quais passa pela possibilidade de transmitir e difundir conteúdos abdicando do suporte físico. A segunda consequência baseia-se na possibilidade de um ator, que seja produtor de conteúdos e que tenha acesso às infraestruturas necessárias, possa comunicar sem estar fisicamente presente. A terceira é de certa forma decorrente da segunda e reporta-se ao ímpeto imposto pela comunicação nas culturas locais, isto é, as trocas simbólicas entre diferentes culturas intensificam-se nesta fase. Ainda que se possam identificar estes três eixos, excluem-se formulas

totalizantes dos efeitos dos meios de comunicação, neste contexto de eletrificação, à escala global. Havendo espaço de autonomias para a apropriação e expressão de idiossincrasias regionais e locais, ainda que com o aumento da população a viver em núcleos urbanos, estes se constituam como espaços de intercambio comunicacional e cultural (Bauman, 2006; Kannengießer e McCurdy, 2021).

Nas últimas duas décadas com a intensificação da digitalização a mediatização das sociedades contemporâneas entrou numa nova fase, estruturando-se em três eixos fundamentais de acordo com Couldry e Hepp (2016): crescente relevância dos algoritmos na sociedade e no ecossistema mediático contemporâneo e dos meios de comunicação digitais em particular (Cetina Presuel e Martínez Sierra, 2019; Petrescu e Krishen, 2020; Barnhart, 2021); um segundo eixo define-se pelo processo histórico que estrutura a digitalização dos meios de comunicação social; finalmente, o terceiro eixo reporta-se às particularidades culturais e dos grupos de poder, implicados no processo de apropriação das tecnologias de comunicação a nível local (van Dijck, 2013).

A primeira década do século XXI ficou marcada pelo forte incremento da internet e também dos seus utilizadores. Deste modo, pode-se elencar um conjunto de fatores que levaram à emergência e consolidação dos meios de comunicação digitais: o Estado é desde meados do século XX o principal promotor do desenvolvimento em Investigação e Desenvolvimento (Davis e Ward, 1990; Ravenhill, 2018) e deste modo o ator que estrutura o próprio desenvolvimento dos meios de comunicação. Contudo, com a proliferação dos meios de comunicação digitais, observou-se um mitigar desta preponderância, passando a atores privados como as grandes marcas digitais a dividir este poder de estruturação da internet à escala global (Couldry e Hepp, 2016). Nos últimos anos tem-se insistido que o Estado deverá ter um papel impulsionador para uma internet e um ambiente digital necessariamente mais sustentáveis (Mazzucato, 2016). Pode, então, dizer-se que ao longo das últimas décadas o Estado viu surgir concorrentes privados com poder suficiente de estruturação deste novo espaço de interação e comunicação que é a internet.

O salto qualitativo foi dado no início da década de 1990 quando se conseguiu instalar uma rede entre computadores não pertencentes ao mesmo circuito interno, possibilitando a famigerada navegação na internet em diversos sites, dos quais se destaca o do CERN em novembro de 1991, a partir desse momento pode-se falar em World Wide Web (Solarte-Vasquez, 2013). Foi nesta data, que o Estado norte-americano transferiu a gestão da internet para entidades privadas, tornando-a um serviço potencialmente

comercializável. Com a viragem de século e a entrada em cena da Google assistiu-se ao recurso aos algoritmos nas pesquisas, exponenciando as pesquisas. Paralelamente, também a democratização do acesso a computadores, primeiro em formato desktop e depois com os portáteis intensificou de forma drástica a penetração entre a população de utilizadores de internet (Schäfer, 2014). A partir deste momento a internet passou a ser um serviço comercialmente muito apetecíveis para investidores privados.

Na transição para o século XXI dois factos absolutamente disruptivos foram por um lado, a difusão dos smartphones, que iam muito além do já tradicional receber e fazer chamadas de voz e enviar mensagens escritas. Possibilitando o acesso à internet, assistiu-se a uma completa transformação das potencialidades de interação e comunicação, em modo de completa portabilidade. Por outro lado, paralelamente surgiram as primeiras redes sociais como HI5 que incutiram transformações de monta a nível da interação e comunicação, permitindo a comunicação horizontal, ou por outras palavras, os atores individuais podiam comunicar entre si, sem que necessitassem de um centro que coordenasse esses mesmos fluxos (Castells, 2007 e 2015). Ainda que estas novas possibilidades levantem paradoxos e ambivalências (Bauman, 2007), uma vez que também detém por um lado o risco da vigilância digital (Bauman e Lyon, 2013), e horizontal (Hermida e Hernández-Santaolalla, 2020), mas também agilizam a comunicação entre cidadãos, dispensando a copresença.

Também os modelos de negócios dos meios de comunicação social viram-se sob forte tensão e contradição (Mueller e Farhat, 2022). Com a primazia da comercialização, captar anunciantes e publicidade, torna-se uma estratégia de sobrevivência, num ambiente económico e mediático de intensa concorrência, exercido não só entre as marcas tradicionais, mas também grandes aglomerados digitais como a Google ou o Facebook, que entraram nesta “competição” sobretudo na última década. É lícito afirmar que os meios de comunicação social estão neste contexto expostos a diversos elementos que motivam uma estratégia de tabloidização e de sensacionalismo, como forma de captar a atenção de um grande cidadãos e utilizadores das plataformas digitais. Neste contexto de ebulição do ambiente mediático torna-se imperativo perceber se as tendências de convergência superam as de diversificação entre os meios de comunicação social tradicionais e os digitais. A corrupção é um tema que embora, tradicional no debate em contexto democrático, ele encerra renovada relevância no sentido que ele permite compreender o estado atual entre os meios de comunicação social e as diversas esferas da atividade social, em particular a atividade política.

Ora, as disposições individuais são em muito construídas a partir da interação dos atores com os meios de comunicação. No que se reporta aos meios de comunicação digitais o processo de construção destas disposições inclui: o acesso, o seguimento e o comentário aos conteúdos mediáticos (Couldry e Hepp, 2016). As Figurações advindas da terceira geração de mediatização – a digitalização – são sobretudo mais diversificadas e heterógenas. São-no uma vez que as fontes informativas se pulverizaram, tal como anteriormente aludimos. Desta forma, surgiu uma miríade de meios de comunicação digitais e alternativos que concorrem com os tradicionais na formulação das Figurações e disposições individuais e que dão corpo à cultura de uma sociedade onde se integra esse cidadão. Com efeito, há indícios que estejamos perante algumas tendências de convergência (Jenkins, 2004; Latzer, 2013) sobretudo quando considerados a forte concentração dos meios de comunicação social em grandes grupos, bem como o domínio patente na internet por parte de um pequeno grupo de empresas, porém estamos longe de um espaço público em risco de ser tornar monolítico. Como demonstrámos há divergência e inovação quando menos se espera e os meios de comunicação alternativos que proliferam pelas plataformas digitais disso são a demonstração (Gehl, 2015).

Com a massificação de utilizadores de internet é visível a perda de protagonismo por parte dos Estados, enquanto organizadores e estruturadores das práticas sociais neste espaço. O crescimento da internet, do número dos seus utilizadores está intrinsecamente associado ao crescente interesse e também investimento por parte de marcas privadas, que obtém grande retorno dos seus investimentos. Contudo, ao tornar-se um acesso mais democrático também tornou mais urgente maior regulamentação deste espaço de interação e comunicação que tem a peculiaridade de ser global e transnacional, o que de certo modo dificulta em muito esse desígnio.

Podemos considerar que a maior transformação no âmbito dos meios de comunicação social se deu com a multiplicação de plataformas digitais como as redes sociais digitais, representando deste modo o maior fator disrupção. De modo a podermos ilustrar a reação dos meios de comunicação social tradicionais à crescente digitalização das comunicações vejamos por exemplo o caso das séries que abordam a esfera política, em concreto *House of the Cards* um exclusivo da plataforma de *streaming* Netflix. Através do percurso de Frank Underwood somos transportados aos meandros da política norte-americana. Ao longo dos diversos episódios é descrito, na perspetiva de um político ambicioso, os “esquemas” e mecanismos informais de ascensão de troca de favores. No fundo, a série faz uma representação da política bastante pessimista, enfatizando os seus contornos de

ligações perigosas, mas também de compra e venda de favores e corrupção. Este é um caso, que pensamos ser bem ilustrativo de como os meios de comunicação digitais penetram na esfera privada e levando à modelação das representações e atitudes políticas, como o cinismo político, o desinteresse em face de um campo descrito com contornos maquiavélicos, em que a política se resume a um jogo pelo poder.

2.2.5. O papel dos meios de comunicação na hibridez institucional: os atores políticos e sua condição mediatizada

Sendo o mundo social o resultado de atos de comunicação, deduz-se que são estes são a base das infraestruturas de comunicação mediada, estruturando todo o processo. Consequentemente, pode-se considerar que estas infraestruturas ao não serem neutras, do ponto-de-vista político, implicam assimetrias na distribuição dos recursos de poder entre os diversos atores e também entre instituições. A jusante desta consideração, é lícito ter em linha de conta que os meios de comunicação social alteram e interferem com as possibilidades comunicacionais dos atores. De acordo com Coldry e Hepp (2016) os complexos as práticas sociais mediatizadas são observáveis de três modos: o modo de organização na utilização dos meios de comunicação; as formas e padrões que assumem a utilização desses meios de comunicação; o nível de organização do próprio meio de comunicação. Neste ponto, José Marichal (2012) chama atenção para a relevância que terá a arquitetura dos próprios meios de comunicação, na sua efetiva apropriação, e como a sua interface é utilizado nos processos comunicacionais quotidianos. Marichal (2012) advoga que a arquitetura dos diversos meios de comunicação é um aspeto fundamental na efetiva compreensão da orientação da transformação social em sociedades mediatizadas. Forestal (2021) advoga que a arquitetura, por exemplo do Facebook ou o Twitter pressionam os utilizadores a exporem a sua vida privada, descorando o interesse comunitarista da discussão política e pública. Indo mesmo ao ponto de enfatizar que estes dos meios de comunicação digitais constituem-se como perniciosos para os desígnios sociais e políticos de uma comunidade. No fundo, isto serve para demonstrar que a real apropriação das tecnologias não é um processo integralmente neutro, entrando nesta equação fatores sociopsicológicos, ambientais e políticos-culturais.

A multiplicação dos palcos de interação e comunicação mediada é uma causa, mas simultaneamente também uma expressão do processo de mediatização de diferentes esferas da atividade social. Uma consequência direta destas transformações situa-se na virtualização das instituições sociais. Por virtualização das instituições entendemos a

desvinculação territorial das práticas e normas sociais que estruturam as diversas instituições (Jaskuła, 2012). A crescente virtualização das instituições tem implicado a profunda reestruturação do padrão comportamental nas diferentes instituições sociais. Neste contexto, uma boa parte da virtualização das práticas sociais transfere-se para aquilo que até aqui pertencia à esfera doméstica (Prior e Sousa, 2014). Nesta esfera, a capacidade de controlo de um comportamento consentâneo com a normatividade dominante perde força e torna-se crescentemente fluído. Esta maior flexibilidade normativa tem como consequência um maior protagonismo da escolha individual, em detrimento do padrão normativo, o que nem sempre se revela adequado em face das circunstâncias da interação social que se pretende efetuar. Com efeito, esta transformação também terá consequências na dimensão física de cada instituição, uma vez que as práticas e a normatividade social a ela associada também estão sob tensão. Com isto, quisemos demonstrar que a introdução de meios de comunicação nos interstícios da atividade social quotidiana representa um desafio muito relevante para os estudos da mediatização, uma vez que eles se assumem como propulsores da transformação social e política contemporânea mesclando papéis, normas e valores de diferentes instituições que deixaram de ter a sua ancoragem espacial e física concreta.

O modelo dramático de Erving Goffman (1993 e 2010) permite dizer que numa interação face-a-face a definição da situação é feita por mútuo acordo entre os atores e com isso a distribuição de papéis e estatutos. Deste modo, é definido um padrão de conduta a ser desempenhado por cada ator. No entanto, é possível que existam disfuncionalidades no desempenho dos papéis, em situações inesperadas como o humor (Billig, 2005) ou o ridículo, ou qualquer ato contra normativo como a corrupção. A repreensão pode neste contexto surgir em plena interação cénica da equipa e uma potencial consequência é sem dúvidas a possibilidade de ocorrerem conflitos entre atores e o padrão normativo dos papéis atribuídos ser violado. Contudo, em contexto de interação mediada pode-se considerar que é incomparavelmente mais complexo e de difícil definição. Os meios de comunicação tornam mais porosas as fronteiras entre o palco e os bastidores e inclusivamente entre diferentes palcos de interação. Esta crescente hibridizade torna mais difusa a distinção e definição de papéis e estatutos dos atores intervenientes. Atentemos a um caso hipotético, aquando da ida de um responsável político a um dado programa de humor, em que as circunstâncias são aparentemente de informalidade, porém o líder político é e continuará a ser detentor de um cargo de responsabilidade pública. Para além dos potenciais riscos reputacionais uma possível

acusação a esse ator político também pode ser feita mediante critérios de oportunismo político e de falta de genuína espontaneidade e informalidade. Ora, este cenário remete-nos para um caso em que a lógica dos meios de comunicação penetra nos interstícios da instituição política, transformando as regras e normas até aqui vigentes no seio desta última. A consequência mais linear e óbvia é a maior vulnerabilidade dos atores políticos às impressões geradas no espaço mediático e em concreto na opinião pública

Por conseguinte, embora Goffman (1999) não tenha equacionado os desafios da mediatização, pode-se deduzir que a crescente desvinculação da interação social ao local físico concreto através da mediação tem potencial transformador relativamente a mecanismos tradicionais de punição da violação da normatividade social como as reprimendas, ridicularização ou ainda os mexericos/boatos. Em contexto de interação mediada, os atores contracenastes em muitas das situações, não têm acesso pleno à conduta dos demais atores. Um caso ilustrativo é alguém que conversa ao telefone e que em simultâneo faz gestos a hiperbolizar e satirizar o outro ator e o que ele diz.

Não se nega a possibilidade, até porque ela existe efetivamente, de determinados temas, que dizem respeito à reposição da normatividade, serem também executados em contexto de interação presencial. Contudo, a aplicação destes mecanismos de punição da transgressão e reposição da normatividade são tendencialmente menos penosos em contextos de interação mediada comparativamente à interação presencial (Goffman, 2010). Em síntese, os constrangimentos sociais são menos vinculados numa interação social mediada e daí poder-se falar em menores constrangimentos normativos à conduta transgressora como a corrupção.

2.2.6. Crítica e síntese à abordagem da fenomenologia à corrupção e ao escândalo político

Atendendo a que o mais proeminente contributo da abordagem fenomenológica à mediatização é o de Couldry e Hepp (2016), uma crítica que se deve assinalar é o ponto-de-partida destes autores ser a componente física e de hardware dos artefactos tecnológicos que dão suporte físico aos meios de comunicação contemporâneos. Esta opção retira o foco das mudanças estruturais que os meios de comunicação tendem a imprimir nas normas e valores. Deste modo, os meios de comunicação são ativos produtores de significados, ou na tradição de Elias (1994 e 2008) “ordenações Figuracionais” que resultam da acumulação de significados ao longo das diferentes gerações. As disposições Figuracionais dependem também de aspetos circunstanciais

como a natureza envolvente. Esta abordagem, permite-nos colmatar uma limitação discutida anteriormente, no âmbito da abordagem estruturalista (cf. Hjarvard, 2014), que se concentra nas mudanças institucionais e nas relações inter-institucionais. Um exemplo passa por considerar a corrupção como um fenómeno atomizado no indivíduo ou categoria social, como o ilustra a classe política. Um ato ou processo de corrupção deve ser sempre compreendido na sua mais ampla dimensão institucional, mas também microsociologia. Daí a abordagem que nós ensaiamos aqui procurar essa síntese.

Couldry e Hepp (2016) criticam a proposta de Latour (2007) que vê o ator social isolado, sem qualquer constrangimento estrutural. Deste ponto-de-vista o ator social, em particular os agentes mediáticos e jornalistas encontrar-se-iam numa espécie de “jaula de ferro”, sem qualquer hipótese de transformar o ecossistema mediático e as estruturas envolventes. Ora, a cobertura dos meios de comunicação, como vimos anteriormente tem a possibilidade transformar as representações sociais e de orientar a opinião pública relativamente ao tema da corrupção, através, por exemplo da construção do escândalo político.

Uma critica que se pode imputar à proposta fenomenológica passa por questionar a conceção de “meios de comunicação de base tecnológica”. Do nosso ponto-de-vista todos os meios de comunicação, desde os mais arcaicos, como a escrita, envolvem uma rutura no conhecimento, mas também ao nível das técnicas envolvidas e nessa medida torna-se redundante poder-se distinguir meios de comunicação que não tenham uma base tecnológica. Porém, têm razão quando postulam que os meios de comunicação são fundamentais na compreensão das sociedades contemporâneas, na medida em que eles permitem conectar e decerto modo cumprir um desígnio inerente à condição humana, que passa por estabelecer relações de dependência entre os diferentes atores que compõem uma comunidade ou sociedade, dando deste modo guarida ao conceito de a “era da conectividade” (van Dijck, 2013).

De um ponto de vista mais epistemológico diríamos que uma segunda critica passa por ter em linha de conta que a fenomenologia desconsidera os fatores naturais e ambientais como elementos potencialmente condicionadores da apropriação e usabilidades das tecnologias de comunicação. Assim, a mediatização, enquanto processo social e político é em parte estruturada pelas condições naturais. No fundo, ambas estão fortemente imbricadas, impossibilitando a ponderação de uma sem a devida consideração da outra.

A abordagem fenomenológica tem o condão de chamar atenção para o papel dos meios de comunicação não estarem a colonizar as restantes esferas sociais, mas sim a transformarem estas. Deste modo, as regras dos meios de comunicação estão a penetrar em todos os interstícios da atividade humana, tendo impactos diversos mediante os contextos e condições locais de circunstancialismos de índole histórica, sociocultural e política.

Finalmente, tal como discutimos nas seções anteriores do presente capítulo, pode-se dizer que na abordagem de Couldry e Hepp (2016) há a tentação de dar um estatuto aos meios de comunicação como uma dimensão paralela às demais esferas sociais, tal como na teoria estruturalista, à instituição mediática através da disseminação da lógica dos media. Por conseguinte, aspeto que serve de crítica recorrente entre os detratores das diversas teorias da mediatização passa pelo excessivo centramento destas teorias, sejam elas estruturalistas ou fenomenológicas, na influência que os meios de comunicação social têm nas sociedades contemporâneas. Na verdade, uma abordagem sociologicamente relevante e que tenha ambição de aportar conhecimento deve integrar o processo comunicacional mediado, que no fundo, como temos evidenciado, tende a disseminar-se pelas diversas instituições sociais, bem como nas mais triviais práticas sociais quotidianas.

2.3. Agentes mediáticos e políticos: da mediação à mediatização

No estudo sobre os efeitos dos meios de comunicação na cultura e na sociedade, o debate teórico é estruturado a partir das instituições, cidadãos e agentes mediáticos. De um lado, a ampla abordagem que estuda o que os atores fazem com os meios de comunicação e seus conteúdos (Preiss et al., 2007). Por outro lado, o vasto campo que se debruça sobre os impactos que os meios de comunicação têm na construção das representações sociais dos atores (Katz e Liebes, 1990). Decorrente com a discussão já realizada deve-se considera-se o ecossistema mediático contemporâneo deve ser entendido como uma instituição em plena conexão com tecido social entre eles os demais agentes institucionais. Deste modo, os meios de comunicação integram-se nas sociedades como instituições com relativa autonomia, implicando entre outros aspetos regras, normas e recursos próprios. Os meios de comunicação constituem-se como instituição de pleno direito entre as demais como por exemplo a família, o trabalho ou mesmo a política, não sendo uma esfera “estranha” à própria sociedade em que se insere (Hjarvard, 2013).

Pode-se alegar a ubiquidade dos meios de comunicação. Nas sociedades contemporâneas os meios de comunicação já não são um corpo desconhecido às práticas quotidianas, sejam elas desenvolvidas no plano estritamente individual ou institucional (Livingstone, 2009). A crescente integração dos meios de comunicação nos quotidianos não se faz apenas em face à apropriação dos artefactos tecnológicos que corporizam os meios de comunicação. O crescente incremento da influência dos meios de comunicação nas sociedades faz-se sobretudo por um processo mais subtil, mas não menos relevante, a apropriação da lógica mediática que se faz sentir no seio de diversas instituições sociais como são os casos paradigmáticos da política e da ciência.

Ao consolidarem-se como instituição autónoma os meios de comunicação para além de normas e recursos, requer a mobilização de recursos teóricos e conceptuais de origens diversas como o estruturalismo e ou a fenomenologia, como vimos nas secções anteriores. Esta diversidade possibilita a descoberta de novas aplicações dos meios de comunicação, mas também adaptar uma perspectiva mediante os desígnios da pesquisa.

Por conseguinte, é imperativo que se possa estar em presença de um novo campo teórico, que concilia teorias de longo e curto alcance, tendo a flexibilidade suficiente para podermos falar em teorias de médio alcance (Crothers, 1994). A teoria da mediatização pretende trazer para a discussão a compreensão dos processos e padrões sociais que estão associados à comunicação e aos agentes mediáticos na ordem social e cultural (Hjarvard, 2013). A interdisciplinaridade deve ser assumida como estratégia, visando competências interpretativas e teóricas tão distintas como as da sociologia, das ciências da comunicação ou da filosofia política.

O conceito de mediatização tem uma componente moldável, que permite ser permanentemente enquadrável mediante idiossincrasias do próprio objeto de estudo, possibilitando a medição das transformações ocorridas. A mediatização deve ser entendida como um processo social e histórico tão marcante como a individualização ou a urbanização na viragem para o século XX. A mediatização resulta da crescente autonomização dos meios de comunicação enquanto estrutura social, ainda com intensa ancoragem às demais instituições sociais e políticas e que requerem um esforço de interpretativo tanto das instituições como dos agentes que a corporizam.

2.3.1. Os primórdios de interação dos meios de comunicação com a política e seus atores

A mediação política corresponde a um estágio inicial e de menor interferência dos meios de comunicação na política. A mediação representa um estágio ainda que embrionário da relação entre os meios de comunicação e a esfera política. Não obstante Hepp et al. (2009) considerarem a mediação da esfera política como um processo intrinsecamente neutro, devemos ter em linha de conta, que neste processo assiste-se à definição de papéis e posições políticas, dando visibilidade e desvinculando a interação política no espaço e do tempo.

De um ponto-de-vista histórico a mediação deve ser entendida como o preâmbulo da mediatização. Nos primórdios da imprensa escrita a cobertura da atividade política fazia-se sobretudo em tons descritivos. Como constata Figueiras (2017) até ao advento da imprensa escrita a publicidade e a visibilidade eram indissociáveis, com a imprensa assistiu-se à sua dissociação. Até aqui a gestão da visibilidade passava exclusivamente pela gestão das aparições públicas, nomeadamente dos dirigentes políticos e religiosos. Era sobretudo um momento de gestão das impressões, como diria Goffman (1993). Nestas circunstâncias a copresença era fundamental para se tornar visível. Nesta linha de raciocínio registaram-se mudanças muito significativas naquilo que se pode entender como potencial “público”. É na fase da mediação que as publicações impressas passaram a dirigir-se a um público, como uma identidade indeterminada. No fundo os leitores de notícias deixam de estar em copresença com os atores políticos.

Mesmo com o albar do século XX e com o aparecimento da rádio e depois da televisão a comunicação medida não perdeu a sua relevância, pelo contrário, ao possibilitar a consolidação do Estado-nação, contribuiu decisivamente para a consolidação da democracia com cidadãos mais informados e desta forma alimentar uma opinião pública mais crítica e vigorosa e que sirva de mecanismo informal de resolução do conflito social e informe o processo político. O momento comunicativo que corporiza a mediação é então pautado não só por ser essencialmente um fluxo de carácter descritivo, estando sujeito aos particularismos dos meios de comunicação, que nesta fase serão a imprensa escrita, a rádio e alguma televisão, no fundo os três tradicionais sectores mediáticos. Por exemplo a televisão sublima aspetos que compõem a linguagem corporal, como os gestos, o olhar, mas também a aparência do líder político. Um caso ilustrativo é aquele em que num dos primeiros debates televisivos para as presidências norte-americanas, Richard Nixon, soa abundantemente enquanto debate com o jovial John Kennedy (Druckman, 2003). Nas sociedades mediáticas, nesta fase histórica concreta, os atores políticos tinham recursos de poder suficientes que lhes possibilitava ter um maior

controle sobre a visibilidade mediática e com isso um domínio sobre as impressões geradas e todas as histórias, boatos em seu redor.

Em síntese diríamos que a mediação é sobretudo um momento comunicativo que pode ser moldado mediante as características próprios de cada meio de comunicação (Figueiras, 2017). Em antagonismo a mediatização que se reporta essencialmente às mudanças ocorridas nas instituições sociais e na cultura (Hjarvard, 2013), numa visão de pendor estruturalista, ou numa abordagem fenomenológica (cf. Couldry e Hepp, 2016), a transFiguração do modo como os atores interagem, fazendo plena apropriação dos meios de comunicação, nos seus quotidianos. A mediatização assume-se como uma etapa mais avançada da mediação, de forma a dar guarida à dinâmica transformadora que os meios de comunicação impelem às restantes estruturas sociais e em particular à política.

2.3.2. A caminho da mediatização: autonomização institucional e mudanças no jornalismo e na política

Nas sociedades em intensa mediatização, nenhuma instituição social é completamente autónoma. Existem sempre, ainda que possam ser ténues, ligações e interações entre instituições. Acerca da possibilidade de transferências de normas e valores na decorrência das interações e comunicações entre diferentes instituições, Pierre Bourdieu (2010 e 2012) distingue entre polos autónomos e polos heterónomos. Os polos autónomos reconhecem-se pela lógica que emana normas e regras exclusivas dessa instituição, por outro lado o polo heterónimo refere-se a práticas, regras e procedimentos importados de outras instituições.

Esta abordagem conceptual transferida para a mediatização e em concreto para a instituição dos meios de comunicação social possibilita distinguir polos autónomos, como são os casos das práticas profissionais jornalísticas crescentemente autonomizadas e mimetizadas (Bourdieu, 2005) dentro do próprio campo. Ao passo que o campo heterónimo se traduz na crescente pressão que os órgãos de comunicação social e em particular os jornalistas sofrem relativamente a ditames publicitários e às necessárias receitas como principal fonte de financiamento. Estamos com efeito, perante um campo que em simultâneo coloniza, mas também sofre pressões colonizadoras de outras instituições que gravitam na sua esfera de influência. Em última instância quando se observam influencias mediáticas noutras instituições, deve-se por princípio de precaução, considerar a possibilidade de que essa influência possa não ser única e exclusivamente

movida pelos meios de comunicação social, ela pode também ser auto imposta, num processo eminentemente adaptativo.

A mediatização da política resulta da sobreposição entre a instituição mediática e a instituição política. Numa visão de pendor funcionalista diríamos que estamos perante um vértice onde convergem impulsos de natureza política, mediáticos e da sociedade civil. Figueiras (2017) nota que as conexões entre os três vértices, dão-se numa dinâmica vertical – na relação que os meios de comunicação social e a política estabelecem com os cidadãos e numa vertente horizontal, em que se dá a interação entre a política e meios de comunicação social. A crescente integração da política e dos meios de comunicação ao ser perspectivada a partir de uma dinâmica horizontal permite-nos compreender melhor como os atores e instituições políticos se estão a aproximar da esfera mediática.

O conceito de “descentralização” (Third e Domingue, 2021) constitui-se como elemento teórico central na abordagem da dimensão vertical, através da apreensão de novas formas de mobilização e participação associadas ao uso dos meios de comunicação digitais. Considerando a vertente multinível (vertical) dos processos comunicativos inerentes à participação, pode-se considerar que a internet e em particular os meios de comunicação digitais promoveram a sua diluição (Ragas e Roberts, 2009). É no contexto de um ecossistema mediático crescentemente digital, que os cidadãos têm a possibilidade de produzir os seus próprios conteúdos (Bruns, 2013). O ecossistema mediático das sociedades mediatizadas distingue-se por um forte ímpeto descentralizado dos fluxos comunicacionais; mas também por um pendor dialógico, que potencia a intensificação dos fluxos comunicacionais tanto verticais como horizontais. Em resultado o jornalismo e suas práticas tradicionais estão em constante tensão sofrendo a concorrência de novos agentes como o chamado jornalismo cidadão (Correia et al., 2014) possibilitado pelas novas ferramentas de informação e comunicação, possibilitando pequenas experiências de carácter deliberativo em contextos locais e regionais (Correia et al., 2011). Desta forma, assiste-se à erosão da autoridade simbólica do jornalismo colocando em causa o monopólio na formação da opinião pública, através de funções como informador privilegiado da cidadania, mas também das próprias instituições e atores políticos, além de ser um guardião mediante os potenciais abusos de poder - função *Watchdog* (Márquez-Ramírez et al., 2020). No fundo mais agentes e sobretudo oriundos de outras categorias têm acesso à esfera pública dispensando ou pelo menos secundarizando o papel de mediador do jornalismo. A verdade é que se os jornalistas dependiam das informações dos políticos para a prossecução dos seus trabalhos, a verdade é que os políticos também

precisavam da visibilidade que o jornalismo lhes conferia. Na era da política mediada, isto é, a era em que os meios de comunicação social de massas dominavam, os diversos atores políticos individuais e institucionais conseguiam controlar a sua visibilidade e publicitação.

Uma outra vertente, não despidiêda na efetiva compressão das transformações da esfera pública contemporânea e do jornalismo, passa por equacionar o papel dos meios de comunicação digitais, em particular o Facebook. Nesta senda, com o dealbar da segunda década do século XXI assistiu-se a eclosão de diversas contestações como a Primavera Árabe que levou à queda de vários líderes no Magrebe (Smidi e Shahin, 2017), mas também no ocidente em particular nos Estados Unidos da América com o movimento Occupy Wall Street (Kavada, 2020) ou ainda o disseminado surto de contestação anti austeridade experienciado em diversos países da Europa do Sul como Portugal (Sousa, 2013) e na Espanha (Treré et al., 2017). Todos estes movimentos têm diversas características em comum, desde logo o seu elevado nível de informalidade organizacional, mas também o facto de terem emergido com um importante suporte tecnológico do Facebook enquanto infraestrutura que possibilitou os cidadãos dialogar e deliberar em circunscritas esferas públicas locais e digitais (Morais e Sousa, 2012). Desta forma, estes movimentos obtiveram a publicidade e visibilidade que teriam dificuldade de mobilizar caso não tivessem acesso a estas plataformas.

A quebra da autoridade simbólica do jornalismo e dos jornalistas é uma marca indelével das últimas décadas e que é simultaneamente causa e efeito de transformações institucionais mais profundas que corporizam o processo de mediatização, com impactos que vão além do capo mediático e jornalístico disseminando-se pela cultura esfera política. Os atores políticos passaram a estar intensamente dependentes da visibilidade e de uma boa gestão da sua imagem, no fundo do seu capital político-mediático.

2.3.3. Do enquadramento da política às atitudes políticas dos cidadãos em sociedades mediatizadas: indiferença e desconfiança

O jornalismo atual estrutura-se por aquilo a que podemos designar de jornalismo de opinião que tem como substratos um intenso impulso concorrencial e mercantilista, além de promover um ímpeto intervencionista na esfera política e institucional. Pode-se mesmo falar numa condição paradoxal do jornalismo contemporâneo em face das exigências éticas e da cidadania, por um lado e de uma crescente relevância dos ditames comerciais e concorrenciais. Ao longo de todo o século XX os meios de comunicação foram

sucessivamente procurando estabelecer-se enquanto estrutura social autónoma, desenvolvendo no seu interior regras e normas institucionais, para além de recursos como a visibilidade (Snow e Altheide, 1979). Nesta linha de raciocínio pode-se considerar que a conceção de lógica nos remete invariavelmente para procedimentos técnicos da própria atividade jornalística como a seleção de temas potencialmente agendáveis, mas também a construção de um enquadramento que remeta para uma putativa interpretação noticiosa.

Num plano histórico é aos meios de comunicação social que cabe garantir o acesso ao direito de informação, entendido enquanto direito e condição essencial de uma cidadania ativa e de uma democracia funcional (Richardson, 1994). A corrida pela visibilidade constitui-se como um imperativo funcional para os atores políticos numa sociedade contemporânea em intensa mediatização e desta forma apresenta uma condição de maior abertura à influência dos diversos agentes mediáticos (Marchart, 2011). Os meios de comunicação social ao contribuírem para o debate público sobre política fazem-no a partir de duas ferramentas essenciais que emana da ascensão e consolidação do jornalismo como profissão e instituição social de estatuto próprio, como é o agendamento numa primeira instância que se plasma na escolha de temas e a jusante no respetivo enquadramento, nomeadamente nos atores e perspetivas que são evocadas na narrativa jornalística.

Três consequências da americanização do jornalismo: acentuar na componente comercial; aligeiramento editorial da atividade política; enfatizar as personagens e imagem (Wiener, 2011), que são bem ilustradas pela perspicaz análise que Klein (2020) realiza sobre as transformações do ecossistema mediático naquele país durante o mandato presidencial de Donald Trump, com por exemplo estações de televisão a veicularem reiteradamente a agenda deste. Observam-se mudanças significativas também na base social de recrutamento e inclusivamente na formação dos jornalistas. Por exemplo, em Portugal Crespo et al. (2017) verificaram uma mudança estrutural no perfil de jornalista, nomeadamente: no significativo incremento dos níveis de escolaridade dos jornalistas; mas também uma formação mais especializada, o que em última análise possibilita uma visão mais informada e crítica sobre a realidade envolvente e em particular do estrito âmbito político.

Em termos históricos a última década do século XX é pautada por um forte movimento de concentração dos meios de comunicação em grandes grupos económicos, acentuando de forma muito expressiva o ímpeto comercial. Esta transformação levou ao descorar de funções do jornalismo tão básicas, como informar para a cidadania (Lamot e

Van Aelst, 2020). Neste role, pode-se também dizer que o jornalismo passou a ter uma atitude intrinsecamente crítica relativamente aos detentores de cargos políticos (Wiener, 2011). Neste contexto, deve-se mesmo falar de uma cultura de desconfiança relativamente aos políticos e à política em geral, excedendo em muito a primordial função jornalística de *watchdog*. Numa cultura de antagonismo os editores e jornalistas dão visibilidade a estratégias políticas, que até aí era suposto estarem nos bastidores políticos. Estas tendências tendem a eclodir em sistemas mediáticos abertamente liberais, daí se considerar normalmente a realidade norte-americana como referência e o ascendente cultural que ela desempenha nas sociedades ocidentais.

Nesta linha foi demonstrado por pesquisas recentes que algumas práticas jornalistas tendem a acentuar o seu carácter defensivo, mas também um maior escrutínio relativamente às estratégias político-partidárias, bem como o sublimar daquilo que pode ser entendido como as falhas dos atores políticos, sejam elas de índole pública ou do estrito âmbito da esfera privada, além de um maior número de notícias de política reforçando os contornos negativos (Figenschou e Ihlebæk, 2019). Com efeito, pode-se alegar que uma tentativa de demonstração de independência e de controlo sobre o que é noticiado e comentado sobre política expressa-se na multiplicação de espaços de comentário político, adquirindo visibilidade e notoriedade pública.

Relativamente ao tratamento jornalístico da atividade política passa a ter a sua estrutura orientada pelo enquadramento da política como um jogo de bastidores, frisando os contornos da chamada política palaciana, mas também as intenções estratégicas dos atores políticos, fazendo jus ao jornalismo de opinião crescentemente utilizado na cobertura da política: O enquadramento da política assume contorno sensacionalistas, exacerbando traços individuais de personalidade destes atores (Shanahan et al., 2018). No fundo assiste-se à progressiva substituição de um jornalismo descritivo pelo de pendor eminentemente interpretativo.

De acordo com Figueiras (2017) estas transformações têm a jusante implicações na forma como é feito o jornalismo e em particular o enquadramento da ação política que passa a ser dominado pelo Quadro jogo. Esta tipologia do enquadramento jornalístico caracteriza-se por enfatizar a competição política, sendo que o foco está nas alegadas intensões dos atores políticos e nos Quadros interpretativos que se possa realizar. Isto implica um tendencial afastamento das questões programáticas, ideológicas e mais substanciais da atividade política, além de os atores políticos perderem a centralidade que detinham até aqui na cobertura jornalística sobre política. Com efeito, em resultado destas

tendências pode-se constatar que os relatos jornalísticos sobre política tendem a versar sobre eventos, mediaticamente construídos enquanto tal; uma forte índole personalista com o sublimar de traços individuais de personalidade e quase em consequência uma tendência marcadamente confrontacional e polarizadora. De acordo com De Vreese (2005b) os jornalistas, acreditam que o uso do enquadramento do jogo é aquilo que os cidadãos e os seus públicos procuram e desejam da narrativa jornalística. Os políticos constroem discursos baseados no conflito e nos jogos estratégicos, de forma a aumentarem a sua visibilidade. A lógica política resulta num processo intensamente simplificado de forma a torná-la o mais adaptável possível aos meios de comunicação, mas também incrementar a apelabilidade. Torna-se imperativo gerir a visibilidade como parte constituinte da comunicação política atual (consequência da política *mediatizada*). Figueiras (2017:15) conclui “a mediatização da política refere-se, assim, às mudanças ao nível dos critérios de decisão e das racionalidades subjacentes à ação política”. É neste âmbito que a corrupção e também o escândalo político encerram grande centralidade, enquanto produto mediático que serve ora para captar atenção, ora para desviar atenção de outros elementos que potencialmente podem fazer parte da agenda mediática e colidir com os seus interesses políticos imediatos.

Perante estas transformações da relação entre os meios de comunicação e a esfera política, também os cidadãos se veem na contingência de se adaptar ao novo ecossistema mediático desencadeando um role ainda diversificado de atitudes sociais e políticas. Deste modo, do lado dos cidadãos a reação pauta-se pelo afastamento da esfera política e institucional. Cappella e Jamieson (1997) advogam que os cidadãos desenvolvem uma espécie de espiral do cinismo, que se expressa em critérios estritamente racionais na leitura e interpretação do Quadro político circundante, relevando os contornos de competição eleitoral e de tomada ou reprodução do poder.

Uma outra categoria de cidadãos tende a desinteressar-se por tudo o que diga respeito à política, inclusivamente às notícias e espaços de comentário sobre a atualidade política. Os atores e líderes políticos ao percecionarem os meios de comunicação como acessíveis e próximos sentem-se particularmente motivados a usufruírem das suas potencialidades. Nesta medida, pode-se considerar que granjear uma imagem positiva junto dos meios de comunicação social e seus jornalistas passa a ser um desígnio incontornável dos líderes políticos, mas também numa tentativa de exercer influência sobre o que se diz e publica por parte destes. Estamos a chegar ao patamar da mediatização em que os meios de comunicação exercem efeitos sobre a qualidade da

democracia. No fundo, assiste-se ao reequacionar da relação dos cidadãos com a esfera política institucional, nomeadamente com os líderes partidários, os próprios partidos políticos, mas também com o Governo e Estado, potenciando o afastamento e desconfiança política e institucional.

Um enquadramento de jogo da atividade política tende a exacerbar características particulares dos atores políticos, mas também aspetos relacionados com a competição e estratégia política, no fundo tem implícito a política não é mais do que um jogo onde se gerem interesses individuais, partidários ou de pequenos grupos. Por outras palavras dir-se-ia “se o público percebe a política como um jogo exclusivo dos insiders e regido pelas regras do interesse próprio, o resultado é um sentimento de impotência e de afastamento da participação política” (Figueiras, 2017: 54).

Ao longo do último quartel do século XX as intervenções e algum tipo de intervenção pública ou mesmo privada de atores e líderes políticos passou a ser objeto de análise e rescaldo e de constante responsabilização, por parte dos diversos agentes mediáticos que compõem o campo político-mediático. Estão criadas as condições sociopolíticas e mediáticas para a consolidação de uma cultura de escândalos (Thompson, 2001), pela qual se pode entender a prioridade que os meios de comunicação tendem a dar na cobertura política com forte carácter imagético, detendo-se em eventos político-mediáticos; centrando a sua atenção nos atores políticos em detrimento das instituições; e finalmente um exacerbar da atenção nos putativos desvios normativos e pontos de conflito.

2.3.4. (Re)negociando novos papéis entre agentes mediáticos em sociedades mediatizadas

Nas sociedades mediatizadas agentes políticos e também mediáticos confrontam-se com novas condições e um Quadro de interação distinto que os leva a reformulação as regras e normas que gizam as suas relações no espaço público mediático. Os agentes mediáticos, em particular os tradicionais e os seus jornalistas veem-se na contingência que questiona a sua autoridade, enquanto principais fazedores de opinião pública e de mediadores entre diferentes esferas. Deuze, (2005 e 2007) refere, ainda que num tom ostensivamente provocatório, no fim do jornalismo, uma vez que se tornou porosa a fronteira entre o jornalista que se encontra na redação de um jornal e aquele que é feito pelo cidadão, que tendo ao dispor as redes sociais digitais, produz e publica os seus próprios conteúdos. A

função de “guarda do portão” passou a estar difundida pela sociedade, deixando de ser monopólio de jornalistas, editores e meios de comunicação.

Deste modo, pode dizer-se que agora cabe tanto aos jornalistas como aos cidadãos zelar pela qualidade dos conteúdos informativos que circulam pela vasta rede digital global. Nesta linha de raciocínio, o papel do jornalista pode passar por comentar opinar sobre determinado tema, aportando informação ao debate encetado (Hjarvard, 2014). Esta possibilidade, embora altamente verosímil, ela comporta um diversificado conjunto de riscos e de incertezas, desde logo, a eventualidade de cada vez mais se verem atores oriundos de outras instituições a comentar e fazer opinião em substituição dos jornalistas; uma segunda potencial consequência, prende-se com a secundarização do papel dos jornalistas, isto é, a diminuição de um relato objetivo e qualificado sobre dada realidade; se atendermos às mudanças na estrutura proprietária dos meios de comunicação social e com isso a primazia à mercantilização e comercialização, poderá dar-se a emergência de uma esfera pública de comentadores.

A notícia acompanhada do vídeo com o momento da rusga realizada a uma vivenda perdida algures no Paquistão, por uma unidade espacial das forças armadas norte-americanas, foi o conteúdo informativo que rapidamente circulou por do mundo, com a localização e morte do histórico líder da Al-Qaeda Osama Bin-Laden. Esta situação concreta, não teve qualquer mediação jornalística, que assegurasse a existência do *watchdog*. Neste âmbito, cabe aos jornalistas o papel de verificadores das fontes e das informações que circulam e ato continuado também acrescentar opinião sobre os factos verificados. Claro que este exemplo, assenta num caso de política internacional, o que o distancia da atividade política quotidiana, aquela que se faz todos os dias não só no seio da esfera institucional, mas também nas esferas públicas locais. Contudo, serve como elemento ilustrativo de como o jornalismo está sob tensão e competição de agentes externos até aqui externos e que contemporaneamente fazem parte ativa do novo ecossistema mediático.

A heterogeneidade crescente no ecossistema mediático, em resultado da multiplicação dos chamados meios de comunicação alternativos e redes sociais digitais, vem colocar sob tensão os papéis sociais dos diversos atores. A tensão é alimentada por um clima de concorrência entre os meios de comunicação social tradicionais e as fontes e páginas que proliferam, por exemplo no Facebook ou no Twitter. Não obstante, também os jornalistas viram o seu naipe de potenciais fontes de informação alargar-se exponencialmente. Ainda assim, há indícios de que possam existir “pontes” entre ambas

as partes. A possibilidade de compromisso e cooperação não deve ser descartada, uma vez que se pode constatar que os meios de comunicação social tradicionais normalmente agendam temas que pelos quais os digitais não têm, pelo menos numa fase inicial, qualquer interesse. Por outro lado, os meios de comunicação digitais estão fortemente dependentes dos conteúdos informativos oriundos dos meios de comunicação tradicionais, tanto nos Estados Unidos da América (Pew Research Center 2018), como no continente europeu (Fengler et al., 2015). Um caso que pode ilustrar este processo é o desvelar e tornar público de informações de restrito acesso que inicialmente são publicadas nos media alternativos na esfera digital e que posteriormente são apropriados pelos meios de comunicação social tradicionais.

Uma questão de reconhecimento. Na verdade, os meios de comunicação digitais também necessitam do estatuto e do reconhecimento por parte dos meios de comunicação tradicionais, como uma forma de afirmação e do seu prestígio junto da opinião pública. Por conseguinte, uma potencial mudança associada à transformação do ecossistema mediático também passa pela possibilidade de atores políticos poderem eles próprios difundir os seus conteúdos, ou até mesmo, produzir as suas informações, dispensando, numa primeira fase a mediação jornalística. Embora esta simplificação e agilização do processo comunicacional dos atores políticos, os conteúdos oriundos dos meios de comunicação digitais requerem reconhecimento da sua relevância factual, bem como da sua validade política. Não será estranho a esta tendência a multiplicação dos espaços e agentes de *fact checking* como é o caso em Portugal do Polígrafo-SIC. Deste ponto-de-vista *fact checking* pode também ser entendido como um regressar dos meios de comunicação social de massas às suas origens, ao verificar informação que circula pelas redes digitais. Por outro lado, também pode ser interpretado como uma postura moral de que tem capital de reconhecimento e se auto constitui como “guarda do portão” dos novos concorrentes e competidores.

A comunicação política nas sociedades mediatizadas é estruturada por um complexo esquema, em que uma interação entre dois atores pode ser assistida por uma miríade de outros. Os atores políticos ao aproximarem-se dos meios de comunicação, ao adquirirem competências mediáticas, podem obter ganhos, porém de acordo com Hjarvard (2013), esses ganhos podem ser contraproducentes na ação política futura. Com efeito, pode-se concluir que os meios de comunicação digitais ainda que fazendo concorrência aos meios de comunicação social tradicionais, veem sobretudo complementar-se e de certo modo vieram possibilitar aos cidadãos terem um número

incomparavelmente maior de fontes de informação e comunicação na esfera pública mediática, estruturada por um novo modelo de comunicação – comunicação de muitos para muitos.

2.4. Mediatização como articulador conceptual: política, jornalismo e escândalo

O potencial analítico do conceito de mediatização passa por chamar a tenção para as mudanças sociais que são impulsionadas pela disseminação dos meios de comunicação social por todas as esferas da atividade social, inclusivamente na esfera política. A segunda potencialidade surge como que a jusante da primeira e consiste na crescente capacidade modeladora e condicionadora dos meios de comunicação nas demais instituições sociais. Com isto deve-se ter em linha de conta o risco de se construir uma abordagem em que os meios de comunicação assumem-se como determinantes e definidores de toda a sociedade – risco ao qual designamos como determinista-mediático. A recusa de uma abordagem determinista-mediática tem implicações relevantes no modo como se compreende o processo mais amplo de transformação e mudança social. Desta forma, a mediatização política, está ancorada a circunstancialismos sistémicos, como por exemplo o modo como os sistemas de média se organizam em cada sociedade, ou se estamos perante um regime democrático ou autoritário. Estes são apenas dois exemplos de dimensões que concorrem de forma a mitigar o potencial efeito do determinismo-mediático.

Para Luhmann (1998) a mediatização surge num contexto mais amplo de complexificação funcional e de crescente especialização das várias instituições sociais. Deste processo é lícito conceber a mediatização como consequência da especialização, no fundo aquilo a que os fundadores do pensamento sociológico, como Emil Durkheim (1977), defenderam como a Divisão Social do Trabalho. Em última análise pode-se alegar que existe maiores níveis de imbricamento entre as diversas instituições. Luhmann (2000: 2) define meios de comunicação social de massa como "(...) todas as instituições da sociedade que fazem uso de tecnologias de cópia para divulgar a comunicação". Mas a característica decisiva desta definição de meios de comunicação de massas é que "nenhuma interação pode-se concretizar sem a presença de um emissor e de um recetor". Assim opinião pública pode ser entendida, de acordo com Luhmann e Rasch (2002) como uma instância social e politicamente construída em que os meios de comunicação social

são atores decisivos, à qual é conferido um poder, constituindo-se no âmbito das sociedades democráticas liberais como fonte de autoridade invisível, mas tacita. Funciona no ambiente democrático como articulador entre os meios de comunicação social e a esfera política e com efeito como principal articulador da esfera pública.

A mediação da instituição política pode ser tida como uma estratégia de sobrevivência adaptativa, de modo a suprimir uma latente carência e incapacidade de tornar visível a sua atividade e os seus atores (Thompson, 2001). O processo de mediação política, enquanto movimento de aproximação da esfera e atores políticos aos meios de comunicação social, passa por atrair os meios de comunicação, mas também por impor uma agenda alternativa mediante interesses e objetivos próprios. A política mediada, enquanto instituição terá como dimensões definidoras, valores, normas e regras, na esteira daquilo que acontece com uma instituição plenamente consolidada. Por conseguinte, a mediação da política também teve implicações na atividade jornalística ao: tornar mais intenso o ambiente informativo; tornar mais extenso o ambiente informativo; e finalmente menos controlável pelos atores políticos.

Por conseguinte, uma dimensão reveladora sobre o processo de mediação da política passa por ter em linha de conta os meios de comunicação de notícias 24h/dia. Ora, pode designar-se por mediação de primeira ordem (Trenz e Michailidou, 2014), o trabalho de cobertura jornalístico da política, através do tratamento dos vários elementos da política de forma simples. A de segunda ordem (D'Angelo e Esser, 2014) corresponde ao realinhamento da lógica dos meios de comunicação e como consequência a reinterpretação dos factos políticos. Deste modo, Figueiras (2017), designa por auto-mediação da política, aquela estratégia de atores e instituições do campo político que visa a sua integral inserção no ecossistema mediático. Quando a política assimila totalmente a lógica dos meios de comunicação pode falar-se em colonização da política (Figueiras, 2017) ou política colonizada (Street, 2005).

2.4.1. A política e seus atores em aproximação e adaptação: da emergência de novas áreas da política à comunicação intimista

Dois aspetos charneiras na compreensão da aproximação dos atores políticos aos meios de comunicação social e que fazem parte do emergente modelo de comunicação política: personalização política e conversão da comunicação política. Primeiro a rádio e depois a televisão contribuíram decisivamente para a crescente ambiguidade entre a esfera pública e a esfera privada (Prior e Sousa, 2014). Desfazendo a clássica estrutura da esfera pública

(Habermas, 2012), onde cabia nesta discussão dos assuntos de interesse coletivo, em contraste com a esfera privada, que era uma área exclusiva da célula familiar e da intimidade.

O advento dos tradicionais meios de comunicação, como a rádio ou a televisão, está associado à penetração dos assuntos públicos na esfera privada, possibilitando a comunicação e interação públicas em contexto privado (Meyrowitz, 1985). Retomando o modelo dramático da ação social permite-nos distinguir vários planos de interação, nomeadamente o palco e os bastidores. Neste caso, assuntos que normalmente estariam a ser debatido apenas em circunstâncias de palco, são transferidos para os bastidores (seio familiar). A definição da situação por parte dos atores participantes requer aquilo a que Goffman (1993) designou por cinismo da ação e que passa pela interiorização por parte dos atores de regras e papéis que são expectáveis, desempenhados no palco onde se desenrola a interação. Deste ponto de vista o paradigma interacional não se afasta muito da visão funcionalista de Merton (1957) que concebe o complexo estatuto-papel enquanto estrutura onde aos atores é atribuídos um estatuto e o respetivo papel numa dada estruturação de interação e do poder. Serve para dizer que as representações sociais possam ser consolidadas sobretudo na esfera pública, a sua expressão em atitudes e opiniões políticas é normalmente influenciada pelo Quadro socio-mediático em que se insere. Por exemplo a afirmação de uma determinada posição política pode ser diferente caso esta se desenrole num Quadro familiar ou no ambiente laboral.

Ainda assim no interacionismo de Goffman o ator não detém maior autonomia na definição da ação e consequentemente no desempenho do seu estatuto e papel social. Daqui decorre, que mesmo numa abordagem em que o ator tem maior autonomia de ação, o seu papel tem sempre um pendor estrutural, marcado pelas circunstâncias de poder concretas em que a interação e comunicação é realizada. A compreensão de um processo social como o político e a ação concreta de um ator político deve desta forma convocar dinâmicas e circunstancialismos próprios da estrutura de poder em que se integra. Um exemplo da necessária mobilização de um prisma que articule macro e microanálise é a necessidade que a cobertura jornalística e construção de um escândalo político de corrupção deve necessariamente mencionar o contexto institucional e as condições de ação dos atores.

Pese embora o importante lastro teórico e epistemológico do modelo dramático, ele adequa-se a uma sociedade em que a interação é antes de tudo gizada pela copresença. Por outras palavras, são escassos os pontos de contacto do modelo

dramatúrgico da interação social goffmaniano sobre a interação mediada. Concomitantemente, uma outra crítica que se pode endossar a esta abordagem é a distinção conceptual e empírica entre bastidores e palco. Hjarvard (2013) argumenta que esta se faz sobretudo pela privação da informação a um conjunto de atores que ora interagem no palco, ora o fazem exclusivamente nos bastidores. Nós diríamos que é também uma questão não só de informação, mas de poder, que está a montante da definição da fronteira entre palco e bastidores, sendo que o poder.

Os meios de comunicação social tradicionais acarretaram uma impressionante disrupção relativamente às estruturas de interação e de distribuição de papéis. Em face da penetração destes agentes mediáticos na esfera privada, os conteúdos por eles veiculados passaram a estar disponíveis para audiências muito diversas e heterogéneas. Um caso ilustrativo é a tendência para a típica família nuclear de meados do século XX norte-americana (Parsons, 1988) passar a reunir-se na sala, pleno domínio privado familiar, para ouvir rádio e depois passar a ver televisão em conjunto. O que transforma o padrão dominante até aí de discussão pública e política, por exemplo estar vedada à mulher que se circunscrevia a sua ação ao palco doméstico. Por conseguinte, é lícito postular que os meios de comunicação tradicionais, no seu tempo, também vieram revolucionar não só o que se consumia, mas sobretudo como se consumia. Esta transformação leva Meyrowitz (1985) a conceber uma zona híbrida de interação algures entre o palco e os bastidores. Esta nova área de interação combina elementos cénicos tanto do palco como dos bastidores, isto é, altamente desaconselhado o desempenho exclusivo de papéis e estatutos de público, mas por outro lado também as práticas interacionais não podem ter os contornos ligeiros e informais que distinguem as condutas nos bastidores. Com esta zona híbrida o autor alerta para a emergência de uma região onde público e privado se tornam difusos. Sendo que nesta área híbrida, as competências cénicas são reformuladas atendendo a critérios de índole formal, colocando a ênfase em traços de personalidade como a telegenia, fotogenia, a dicção ou outros aspetos estéticos que tanto a rádio e sobretudo a televisão exacerbam e que até aí não passavam de meros aspetos secundários. É legítimo pensar que este processo leva os atores políticos a adotarem crescentemente características que os aproximem dos cidadãos comuns a quem se dirigem, em claro detrimento da ordem programática e inclusivamente do conteúdo político veiculado.

Com o advento das redes sociais digitais no âmbito da chamada Web 2.0 (Bruns e Humphreys, 2007), pode-se dizer que a definição da situação se torna mais complexa ou até mesmo impossível de prever para um determinado ator. Ora vejamos, um político

que publique um determinado conteúdo ou faça um direto no seu Facebook tem dificuldade em antecipar que tipo de seguidores e audiência em geral terá a ouvi-lo e a vê-lo e inclusivamente que tipo de interação quererão estabelecer com ele. Esta tendência torna o processo comunicacional da política e em concreto dos políticos mais incerto e como forma de mitigar esse efeito, adota uma comunicação de pendor intimista.

A área híbrida de interação é desta forma, um vetor que numa das extremidades compreende potencialidades de maior interatividade e comunicação agilizando os termos em que estes processos se podem realizar (Bimber et al., 2015; Sousa e Moraes, 2021), mas por outro lado, em certas circunstâncias a interação e comunicação, nomeadamente a que se refere a procedimentos e debate de cariz político necessita de algum recato e controlo da audiência, o que não é de todo possível controlar atendendo aos processos transformativos do palco de interação nas redes sociais digitais (Lutz e Hoffmann, 2017). Do lado negativo ainda se deve registar a emergência de um fenómeno mais recente que visa em grupo, relativamente restrito onde a endogamia ideológica e o fechamento a elementos do exterior tende a radicalizar e a impactar negativamente no debate político (van Dijk et al., 2018). O facto de se emitir uma determinada opinião, no âmbito de uma publicação, numa rede social digital, pode violar as expectativas que seguidores e amigos poderiam ter à partida, o que corporiza, em última análise uma forma, ainda que dissimulada de controlo social sobre a interação e comunicação em contexto público.

2.4.2. Implicações institucionais da mediatização da política: desconfiança institucional dos cidadãos

Um primeiro impacto e de certo modo positivo diz respeito à ampliação da mobilização e da participação política e cívica que os meios de comunicação digitais trouxeram (Sousa e Moraes, 2021; Vaccari e Valeriani, 2021), alargando o interesse cívico e político por grupos cronicamente desinteressados. Contudo, também existem impactos negativos que contrariam a crença universalizante da apropriação benigna das tecnologias de comunicação. Não obstante as experiências positivas, anteriormente identificadas não se pode tomar a parte pelo todo e partir para a generalização indiscriminada, sem atender às idiossincrasias nacionais, regionais e até locais.

Um segundo elemento em contexto de política mediatizada passa pelo constante apelo à publicitação do privado, promovendo a demanda por escândalos (Thompson, 2001) que envolvem atores políticos. Independentemente de aspetos positivos ou negativos interessa perceber se o processo político e as suas instituições foram realmente

transformadas e em caso afirmativo em que direção. Estamos, portanto, perante dois aspetos, que apontam para direções distintas relativamente à qualidade da vida democrática em sociedade.

Um terceiro impacto diz respeito ao papel desta nova parafernália tecnológica na criação de novos pontos de tensão política, como a formação de partidos políticos antissistema, crescente desconfiança política e institucional ou a proliferação dos movimentos sociais negacionistas, *fake news* e desinformação, bem como discurso de ódio (Forestal, 2021). Couldry e Hepp (2016) apelam a que se faça um exame rigoroso de modo a evitar que se concentrem única e exclusivamente nas virtudes de uma espécie de nova política a “política digital”.

Um quarto impacto passa pela transição total de um modelo de comunicação política tradicional, para a total digitalização. Ora, muito embora seja visível o crescente recurso a assessoria política, sobretudo em contexto eleitoral, a verdade é que a campanha presencial, com líderes políticos e partidários é ainda determinante no processo de modelar as atitudes eleitorais. No caso português, ainda na recente campanha eleitoral para as legislativas (antecipadas de 30 janeiro 2022) as grandes forças partidárias não abdicaram no derradeiro dia de campanha eleitoral, de realizar arruadas pelas duas principais cidades do país, Lisboa e Porto, como símbolos maiores de unidade e de mobilização. Estas manifestações políticas coletivas têm também um efeito de criar um evento mediático, que dá imagens e vídeos que podem ser reproduzidos nos diversos meios de comunicação tradicionais digitais. Serve isto, para postular que embora a atividade política esteja crescentemente ancorada aos meios de comunicação digitais, ainda há circunstâncias, como em campanha eleitorais, onde o contato e a comunicação sem mediação não são tão centrais.

Um quinto impacto passa pela intensificação dos ciclos noticiosos, nomeadamente com a eclosão das estações de televisão dedicadas a notícias 24h sob 24h, sete dias por semana, tem colocado em tensão o tempo político do Estado e do próprio sistema de justiça. Enquanto estruturas burocráticas, Estado e Sistema de Justiça, têm o seu próprio tempo de decisão, neste contexto os meios de comunicação social veem aportar maior tensão e possivelmente erodindo a confiança nestas instituições por parte dos cidadãos e eleitores.

Nos antípodas destes potenciais problemas na geração da mediatização digital a relação do cidadão com o Estado alterou-se de uma forma que não será perceptível ao olhar comum. Através da produção e sistematização de uma avalanche de dados os Estados e

demais conglomerados empresariais que agem à escala global, acumulam informação sobre os cidadãos sem qualquer precedente. Deste modo, a condição de cidadão encontra-se sob tensão, muito por força da líquida vigilância dos agentes institucionais (Bauman e Lyon, 2013; Isman e Gungoren, 2013; Conti, 2016), entre eles o Estado e empresas, como por exemplo Google, Facebook e outras. Com a “enxurrada” de dados sobre os cidadãos, gerados e catalogados pelos próprios serviços na dependência do Estado, surge uma nova forma de comunicação mediada. Esses dados são produzidos e sistematizados por empresas que dominam as tecnologias de comunicação, o que faz com que cidadãos, como o próprio Estado deixem, eles próprios de interagir diretamente e passem a fazê-lo mediados por ferramentas tecnológicas de comunicação detidas por “outros” agentes privados, emergindo daqui a urgência de uma eficiente gestão dos dados e dos meios de comunicação há muito identificada (Mann et al., 2019). No fundo, este é mais um aspeto que complexifica o relacionamento do Estado com o cidadão e que promove em última análise maiores níveis de desconfiança institucional entre estes atores.

2.4.3. Da mediatização reflexiva à mediatização radical: atores políticos e agentes mediáticos um jogo de crescente tensão

A complexificação e diferenciação funcional das sociedades contemporâneas tem levado a uma crescente imbricação entre atenção pública/publicidade e a visibilidade mediática tornando o controlo desta um especto charneira na atividade política-mediática. A socialização política (Hooghe, 2004) e mais genericamente o acesso à informação enquanto condição básica da cidadania e participação é identificado por Figueiras (2017) como um importante desafio uma vez que é através da comunicação mediada (Akinola et al., 2022) que os cidadãos se informam e formam a sua consciência política. Diríamos que sim, atendendo a pesquisas recentes (cf. Vaccari e Valeriani, 2021), seja de forma intencional ou completamente accidental. Não obstante, Mazzoleni (2008) não atribuir ao espaço digital o mesmo estatuto dos meios de comunicação, não devemos descorar o papel incrementador deste na comunicação e na interação impulsionando o processo de mediatização.

O papel do jornalismo é também ambivalente nesta fase, em face de ele informar os cidadãos, função essencial da vida democrática, mas também possibilita aos atores políticos criar projetar uma imagem do modo como são representados e como essa representação se repercute na opinião pública. Em contexto de campanha eleitoral nos meios de comunicação contemporâneos a estratégia passa por uma discursividade intensa,

que a torne com um tema extensível e dominador na esfera pública, mas também elementos que frisam características próprias dos atores políticos, como a agressividade discursiva dos atores; o recurso aos *sound bites*, numa permanente lógica de “ataque” e de insinuações (Figueiras, 2017). Estes pequenos indicadores, possibilitam ter uma mais precisa noção das mudanças ocorridas no campo político mediatizado, num movimento de convergência com os agentes mediáticos e a sua lógica de funcionamento. Mais, esta transformação dá-se por um duplo movimento: por um lado, passa pelo crescente interesse dos agentes mediáticos para darem atenção à mensagem que o ator político quer transmitir; por outro lado, o movimento de aproximação dos meios de comunicação aos atores políticos, ilustrado no crescente número de espaços de comentário, com políticos.

A profissionalização da comunicação política e com ela a intensificação do movimento de aproximação da política aos meios de comunicação social data da década de 1990 (Holtz-Bacha, 2002). A gestão da visibilidade é desta forma mais um indicador da complexa estratégia de reprodução/conquista do poder. Nesta medida, a captação da atenção pública constitui-se como um recurso imprescindível para os atores políticos (Thompson, 2001). A política de confiança, em parte alimenta-se também de um jornalismo e de uma cobertura mediática da política crescentemente personalista, fazendo-lhe mesmo a apologia.

Por mediatização reflexiva entende-se o processo pelo qual os atores políticos, de forma racional e deliberada antecipam a adoção de comportamentos e estratégias mediáticas que percecionam como vantajosas para os seus desígnios políticos (Marcinkowski, 2014). Nesta linha de raciocínio, Figueiras (2017) enfatiza que a auto-mediatização diz respeito à ação de aproximação dos atores políticos à lógica de funcionamento dos meios de comunicação, num processo de progressiva submissão a estes últimos por parte dos primeiros. Esta conceção tem ainda a relevância de chamar a atenção para a passagem de uma conduta eminentemente reativa para a pró-ativa por parte dos atores políticos. Esta perspetiva exacerba a capacidade de ação dos atores. Por outras palavras, diríamos que para a autora, aos atores sociais basta-lhes agirem racionalmente mediante os seus interesses. Para além de remeter para dimensões individuais de um processo que prioriza um perspetivar do angulo institucional.

Ao nível institucional e mais Marcinkowski e Steiner (2014) alegam que a transposição do conhecimento científico para a arena política se faz, nomeadamente com os estudos de mercado, recurso permanente a sondagens; realização de *focus group* ou mesmo a transformação de reuniões partidárias e políticas em eventos marcadamente

mediáticos. Adequação do desempenho dos políticos aos ditames comerciais dos meios de comunicação (Mazzoleni e Schulz, 1999). Esta estratégia de aproximação dos políticos ao impulso comercial dos meios de comunicação é ilustrada, por exemplo na imagem que os atores políticos ensaiam e projetar de si, o que conduz quase inevitavelmente à personalização da luta política. A dramatização é encarada como um instrumento utilizado tanto pelos atores políticos como pelos diversos agentes mediáticos. O que em última instância acarreta a excessiva simplificação do discurso político.

2.4.4. Mediatização política radical: a erosão do escândalo como depurador social e político

No processo de transformação da interação entre o campo mediático e atividade política a colonização é, por agora, a última fase, num processo que remonta aos processos mais simples de mediação e que nas últimas décadas tem transformado a relação entre as duas esferas de atividade. Street (2005) dissecar os impactos dos meios de comunicação social de massa e sua crescente interferência na esfera política ao falar de colonização da política, consistindo esta na completa adoção da lógica dos meios de comunicação, por parte dos atores políticos. A política colonizada expressa-se nos seguintes níveis de acordo com Figueiras (2017): na forma e procedimentos da política; no modo como é representada; no relacionamento com as outras estruturas.

A ideia de colonização, em termos estritamente teóricos tem a sua original contribuição em Habermas (2001). De acordo com o autor alemão a modernidade fica marcada por um forte ascendente do sistema político-administrativo, em que as regras oriundas deste expandir-se-iam por entre os mais diversos sistemas sociais, incluindo o dos meios de comunicação. Tomemos em consideração um importante ator político, os partidos políticos que, não obstante as novas exigências e desafios a que estão sujeitos devem ainda assim corporizar os diferentes interesses e clivagens existente na sociedade; realizam trabalho de articulação institucional; e também a escolha e seleção dos candidatos às eleições (Lipset, 1992). Nesta linha, Klein (2020) vaticina que a crescente vulnerabilidade das estruturas partidárias os torna férteis à captura por atores e líderes populistas como foi o caso de Donald Trump no partido conservador norte-americano. Com uma forte presença nos meios de comunicação social e redes sociais digitais, como é o caso do consistente apoio e alinhamento por parte da Fox News, conseguindo mobilizar financiamento para a sua própria campanha eleitoral e assim capturar a estrutura partidária.

Consequências da colonização da política (Figueiras, 2017): compressão do tempo político e do ciclo eleitoral; ciclo noticioso de 24h sete dias por semana; os horizontes políticos circunscrevem-se ao presente; mudança dos temas agendados pelos meios de comunicação social; nesta senda a prioridade às questões com potencial mediático positivo; interiorização dos *timings* mediáticos, como a marcação de uma conferência de imprensa para o horário-nobre da televisão; também uma espécie de nova fase do processo político, que são os pré-anúncios de putativas medidas políticas, por via de comentadores ou outros agentes político-mediáticos, de forma a auscultar a opinião pública e observar como ela reage; associado a este movimento também está o apelo à transparência, mesmo no contexto do processo político e institucional o que se pode traduzir numa potencial disfuncionalidade democrática.

O jornalismo e a sua prática neste contexto intensificam contornos que já transitaram de décadas anteriores. É nesta senda que se assiste a uma forte tendência para um discurso mediático: simplificador, dramatizador ou sensacionalista (Kilgo et al., 2018). Concomitantemente deve-se colocar neste role a crescente tensão entre jornalistas e uma nova e emergente categoria de atores que articulam os líderes políticos e os meios de comunicação social: *spin doctors* (Quinn, 2012). Em última análise e como emanção destas novas tensões resulta numa secundarização da atividade política propriamente dita e um consequente afastamento relativamente aos cidadãos e eleitores. Passando ao nível da prática jornalística quotidiana observa-se a emergência de uma nova categoria que agrega informação e entretenimento resultando no *infotainment* (Boukes, 2019), as chamadas *soft-news* que em contraste com as *hard news* relevam os contornos de personalidade e características de foro íntimo dos atores políticos mencionados.

Também do lado dos atores políticos há uma crescente abertura aos jornalistas com a finalidade de captar a atenção, nomeadamente através da dramatização; a existência de crises cíclicas; o exacerbar das emoções; simplificação dos temas abordados e o permanente recurso a *sound bites* (Figueiras, 2017).

Na linha da teoria social contemporânea (Bauman, 2007; Beck, 2017) pode-se considerar que num contexto de colonização da política por parte dos meios de comunicação social, os partidos políticos podem ver anuladas algumas das suas funções institucionais numa democracia, nomeadamente na sua ação e capacidade de defini-la autonomamente. Por outro lado, também existe o risco dos partidos políticos zombies passarem a meros executores das regras ditadas pelos meios de comunicação. Aspetos cénicos que são valorizados na esfera mediática e que o líder político deverá ostentar:

habilidades de comunicação; estilo de abordar o público; o olhar; culto da imagem. Tudo isto terá como finalidade a efetiva articulação entre expectativas dos consumidores e das audiências e as regras emanadas pelos meios de comunicação social.

A categorização dos diversos sistemas mediáticos de Hallin e Mancini (2004) coloca Portugal no modelo pluralista polarizado que se pauta por uma intensa relação entre os meios de comunicação social (suas empresas proprietárias) e a esfera institucional política e de poder. Potenciando o estabelecimento de relações estreitas entre jornalistas e demais agentes mediáticos e líderes políticos e governantes. Com efeito, é lícito postular que em Portugal as condições que presidem à interação entre esfera mediática e política são caracterizadas pela estreiteza e proximidade entre ambas as esferas.

No plano das consequências na vida democrática em resultado da intensa imbricação entre os meios de comunicação e a esfera política é a desconfiança relativamente aos atores e líderes políticos. Desconfiança que não se fica pelos atores políticos, é também extensível às demais instituições políticas que gizam a democracia liberal. Neste role é legítimo conceber uma ligação estreita entre jornalismo e mediatização radical da política e atitudes populistas a nível político (Stasavage, 2006).

Nesta medida cabe fazer uma distinção ao abrigo da qual podemos dizer que a mediatização política corresponde à perceção de exterioridade relativamente aos meios de comunicação social. Em contraste com a política colonizada em que os atores políticos já não distinguem ambas as esferas de atividade (Figueiras, 2017). Duas críticas que se podem endossar à teoria da colonização da política passam por considerar: assenta numa perspetiva evolucionista que acaba por cair na armadilha da homogeneização cultural e política; mas também um exacerbar da fase mais avançada de interação entre os meios de comunicação e a política, expressando-se como uma perspetiva eminentemente teleológica. Não obstante a argúcia observacional, o contexto político e partidário português parecem ainda estar um pouco distante da fase da colonização mediática da política. Talvez possamos falar numa mediatização radical da política, em que há um uso constante dos meios de comunicação por parte dos atores políticos, mas em que os atores institucionais como o Governo e Partidos políticos, por exemplo, detêm ainda um nível de autonomia estratégica e programática que lhes confere autonomia de ação e em que apropriação dos meios de comunicação, particularmente dos digitais se faz guiado pela ação política propriamente dita e não em função desta.

Desta forma, existe a tentativa de estabelecer um nexo de causalidade entre as patologias da democracia como a diminuição dos níveis de confiança política e institucional, para além da intensificação das contradições entre a dimensão normativa e funcional dos regimes democráticos liberais. A mediatização profunda corresponde a um último estágio de evolução na relação entre os meios de comunicação e a cultura, impactando nas disposições e Figurações que os atores realizam quotidianamente, mas também como os próprios jornalistas e demais agentes mediáticos se relacionam com esfera política e seus atores.

De um prisma funcionalista, como tivemos oportunidade de observar o escândalo deve ser encarado como um momento depurador e de afirmação societal, no qual os meios de comunicação social de massas contribuía para o debate e afirmação da normatividade social. Porém, em sociedades altamente mediatizadas será que os agentes mediáticos tradicionais e digitais desempenham o mesmo papel depurador e unificador da comunidade civil e política? O escândalo não estará crescentemente desvinculado da normatividade social e com isso torna-se em última análise um mero campo de polarização política e de desconfiança institucional.

Capítulo 3 - Meios de comunicação e poder: agendamento e enquadramento da corrupção e do escândalo político

3.1. O sistema mediático e a sua articulação com o sistema de justiça e político

Uma abordagem à corrupção passa por considerar a alegação de que a corrupção é um fenómeno complexo (Lambsdorff, 2007). De acordo com Sousa (2011:32), o ato corrupto consiste num “toma lá, dá cá” entre dois intervenientes “(...) num determinado contexto opaco, trocam dinheiro ou outro tipo de vantagens por decisões/benefícios/serviços, lesando, direta ou indiretamente, o interesse público”. Existe uma miríade de estudos que concebem a corrupção, como o resultado de disfuncionalidades das diversas esferas da atividade nomeadamente a social e política. A morosidade e as demais disfuncionalidades do sistema judicial estão associadas a fenómenos de corrupção (Jordão e Rose-Ackerman, 2014). Uma das expressões deste tipo de perceção da opinião pública passa pela máxima popular “uma justiça para ricos, e uma justiça para pobres” ilustrando bem a potencial dualidade de tratamento judicial dos cidadãos num mesmo Estado.

A intensidade do fenómeno da corrupção é também condicionada pela arquitetura do sistema político e eleitoral (Kunicová, 2006), como por exemplo a proeminência de um modelo de seleção de candidatos que centrado no líder ou no partido. Porém existem ou elementos, mais subtis e de forte enraizamento cultural que podem predispor uma sociedade em diferentes graus de intensidade ao aparecimento da corrupção como por exemplo a existência de solidariedades familiares e patriarcais (Calossi et al., 2012).

No plano das consequências negativas é vasto o leque de disfuncionalidades e problemas associados à corrupção, desde logo no plano da atividade é económica saldando-se em défice e perda de eficácia (Tanzi e Davoodi, 2000), mas também redução do Produto Interno Bruto (Gyimah-Brempong, 2002), além de que está fortemente associada à precarização dos serviços públicos (Della Porta e Vannucci 2012).

Em tom antropológico e de um ponto-de-vista da luta contra a corrupção os meios de comunicação podem e devem ter um papel relevante de articulador de diversas esferas de atividade, nomeadamente a política, económica e a judicial. Por conseguinte, procurar

provas em articulação com as autoridades competentes sobre indícios de corrupção; tornar visíveis os diversos casos de corrupção; responsabilização junto dos funcionários públicos; neste sentido, perceber e compreender o processo político de tomada de decisão; publicitar e informar acerca do processo legislativo e regulamentar sobre corrupção e o seu combate; proceder à cobertura dos processos judiciais e escândalos mediáticos; incrementar a literacia económica e financeira de forma a tornar mais informados os públicos em geral (Sousa e Triães, 2007; Sousa, 2011); agendar e enquadrar a corrupção de modo agregador (ou polarizador) da opinião pública (Mesquita 2003).

Para Pujas (2003) o puzzle de compreensão da corrupção e das suas implicações deverá compreender um triângulo relacional entre: meios de comunicação, sistema de justiça e sistema político. A relação entre as três esferas é construída com base em tensões, mas também de cooperação. O princípio da reciprocidade instrumental corporiza precisamente a possibilidade de a relação entre diferentes esferas de atividade resultar em potenciais conflitos de interesses e de contra normatividade. É nesta senda que a relação entre o sistema de justiça e os meios de comunicação deve ser entendida como ambivalente e potencialmente conflituosa. Ambivalente na exata medida em que os diversos agentes que administram a justiça necessitam de fazer chegar à sociedade e comunidade envolvente os seus esforços de investigação e punição dos transgressores e dos demais atores envolvidos nos processos e escândalos de corrupção. Mas também os meios de comunicação necessitam da justiça na medida em que ela permite o acesso a informações e potenciais “furos” que possibilitam mobilizar e potenciar novas audiências e com isso maior atenção dos cidadãos. No fundo o sistema de justiça precisa da visibilidade e publicitação que os meios de comunicação lhe conferem, mas os meios de comunicação também necessitam das informações privilegiadas e muitas das vezes à margem da legalidade, violando o “segredo de justiça”, de forma exponenciar os seus ditames comerciais e concorrências.

Já a relação entre a esfera política e os meios de comunicação revela-se crescentemente complexa, no sentido em que se assiste à mediatização da política e com ela à tendência para a própria colonização da política por parte dos agentes mediáticos e da sua lógica de funcionamento (Hjarvard, 2013).

Nesta linha de raciocínio, já na década de 1980 Sartori (1989) intuiu uma crescente intimidade entre a esfera política e a mediática. O conceito de vídeo-política para postular tem implícito o incremento da transparência da esfera política e de seus atores, o que representa um potencial avanço no combate à corrupção, mas pode também representar

novos pontos de tensão e até disfuncionalidade à atividade política, como a redução dos espaços de negociação institucional. Esta crescente imbricação também representa desafios a nível dos interesses de manter e alimentar meios de comunicação e jornalistas em redes de contato e de proximidade onde circula capital relacional e simbólico. Neste intrincado triângulo relacional, as atividades políticas e judiciais acabam por ser as duas instituições que veem a sua autonomia e o seu poder erodido para os diversos agentes mediáticos, resultando em profundas transformações sociais, corporizadas pela mediatização das sociedades contemporâneas.

Numa abordagem eminentemente institucional e da ciência política, Giglioli (1996) concebe um modelo tri-funcional da relação entre os meios de comunicação e o fenómeno da corrupção. Para o autor italiano os agentes mediáticos devem investigar denúncias ou suspeitas de práticas ilícitas. Esta faceta dos meios de comunicação insere-se no âmbito do jornalismo de investigação que deu frutos por exemplo no celebre escândalo político do Watergate que levou à demissão do presidente norte-americano Richard Nixon. Contudo, como vimos anteriormente com as fortes transformações a que o jornalismo e os meios de comunicação têm sido sujeitos nas últimas décadas não nos parece que atualmente exista uma forte cultura e predisposição dos proprietários dos meios de comunicação em investir meios técnicos e recursos humanos neste tipo de trabalho. Neste novo Quadro circunstancial deve-se considerar não só a precarização e o baixo financiamento e rentabilidade dos meios de comunicação, mas também a crescente imbricação destes agentes mediáticos em grupos económicos mais amplos com interesses estratégicos em domínios mais vastos, como a política.

O atribuir visibilidade é a segunda dimensão funcional da relação dos meios de comunicação com a corrupção (Giglioli, 1996). Deste ponto de vista, o tornar visível um ato de corrupção é fundamental de forma que o escândalo ecloda e possibilite a catarse social e se necessário o julgamento judicial dos transgressores. Sem a visibilidade mediática não há escândalo de corrupção política (Prior, 2016).

Finalmente, também compete aos meios de comunicação instigar o pânico moral, enquanto poder de mobilização da consciência coletiva de forma a punir determinado ato transgressor (Garland, 2008). Assim, os meios de comunicação promovem discrepância entre valores como rigor, competência, honestidade e transparência e as respetivas práticas, que não refletem estes efetivamente, potenciando a conflituosidade social, passando esta de um estado de latência a manifesta.

De certa forma estamos a falar de uma discursividade assente na dramatização, em que há lugar à imputação de atores transgressores e de corrupção a um ou conjunto de atores de uma comunidade. Os meios de comunicação ao longo da história mais recente das últimas décadas têm tido esse capacidade e poder. O ponto culminante deste processo passa pela constituição do escândalo de corrupção política criado e alimentado pelos meios de comunicação ao longo do tempo. Desta forma a construção das representações sociais da corrupção e do escândalo têm duas fazes no que concerne ao papel dos meios de comunicação: dando visibilidade aos factos ou suspeitas de corrupção e fazem o tratamento dando-lhe um certo enquadramento, contribuindo de forma decisiva para a formação da opinião pública e representações sociais e mediáticas de corrupção.

Com efeito, é lícito deduzir que estamos perante uma dupla possibilidade, que provavelmente até são mutuamente-exclusivas: por um lado, uma opinião pública que se torna “híper-sensibilizada” aos fenómenos de corrupção e em concreto aos escândalos políticos; por outro lado, atendendo à regularidade e intensificar dos ciclos noticiosos que comportam escândalos de corrupção política, podemos assistir a uma tendência para a saturação. Por conseguinte, os meios de comunicação constituem-se como elementos vitais na vida democrática de uma sociedade e inclusivamente na vitalidade da opinião pública. No role de consequências encontramos o progressivo afastamento dos cidadãos relativamente à política e às suas instituições, mas também à emergência de uma atitude cínica perante a vida política e pública, para além de um sentimento de justicialismo e de quebra da confiança nas instituições democráticas criando o Quadro contextual perfeito para os movimentos populistas.

3.2. Meios de comunicação como agentes de poder e transformação

Remonta ainda à primeira metade do século XX os primeiros esforços teóricos de compreensão das transformações sociais e sobretudo do efeito que os meios de comunicação social têm juntos das sociedades que os envolvem. Entre os esforços mais proeminentes está a teoria da hipodérmica de Harold Lasswell (1948). Este autor argumenta os meios de comunicação e a sua mensagem penetram na consciência do ator e cidadão, como se tratasse de uma intervenção intravenosa. A injeção dada pelos meios de comunicação com conteúdo informativo, teria o papel meramente passivo e tomada com um estatuto homogéneo, sem qualquer nuance socioeconómica e política. Deste ponto de vista cabia aos meios de comunicação informarem os cidadãos de forma a

contribuírem de forma decisiva para as subjetividades dos atores e com isso contribuir para a opinião política dos cidadãos (Lasswell, 1951). Esta abordagem tem subentendido um modelo que se revela absolutamente linear na cadeia de agentes e relações que o estruturam. O caráter linear do modelo subjacente está fortemente ancorado ao espírito do seu tempo e em concreto à investigação na área da psicologia, de onde o autor era oriundo. Com efeito, nesta perspetiva os meios de comunicação são determinantes na construção e reprodução das representações de corrupção, em face sobretudo a uma opinião pública, bastante volúvel à influência mediática e à realidade construída pelos agentes mediáticos em termos gerais. Se os meios de comunicação social sublinham de forma intensa escândalos de corrupção é possível que a sociedade esteja mais sensível ao fenómeno da corrupção, mas também a percecioná-la como um real problema.

Uma possível crítica a esta proposta diz respeito a um certo monolitismo causal por parte dos meios de comunicação das disposições e representações sociais e em última instância na formulação da opinião pública. É neste encalce que surgem também pesquisas no contexto norte-americano (Katz, 1957) que colocam em causa o poder determinístico dos meios de comunicação. A argumentação passa por referir que os potenciais efeitos dos meios de comunicação junto dos cidadãos não assim tão avassalador. Contrastando com a proposta predecessora que se pautava pela simplicidade, a teoria do *two-step-flow* assenta num processo socio-comunicativo baseado em duas fases. Numa primeira instância o fluxo comunicacional faz-se sobretudo entre os meios de comunicação social e os agentes *opinion leaders* e subsequentemente entre estes últimos e os cidadãos. Desta forma, os *opinion leaders* têm um papel charneira na formação da opinião pública e na informação essencial para uma cidadania informada e ativa. Deste ponto-de-vista, os agentes mediáticos envolvidos no processo comunicacional assumem maior diversidade e heterogeneidade. Já estamos longe da fase em que os meios de comunicação se circunscreviam aos sectores tradicionais, como a rádio, a imprensa escrita e até a televisão. No processo comunicacional contemporâneo o envolvimento não só dos meios de comunicação sociais tradicionais, mas também de novos e emergentes agentes mediáticos como as redes sociais digitais ou os líderes de opinião disputam o protagonismo, constituindo-se como atores determinantes no novo ecossistema mediático. Casos ilustrativos destas transformações podem ser encontrados quer a nível internacional, com a eclosão de escândalos na esfera digital como foi o caso do MeToo, ou a nível nacional o crescente ascendente dos comentadores e líderes de opinião seja em meios de comunicação social tradicionais, seja nos digitais (Figueiras,

2019). No contexto estritamente nacional este tipo de agente mediático assume-se como relevante seja em meios de comunicação tradicionais, como a televisão ou rádio, mas também nos meios de comunicação digitais, entre os quais o Twitter. A opinião pública sobre corrupção é desta forma o resultado de fluxos comunicacionais descentralizados, em que se torna mais difícil o controlo sobre a informação que circula.

Estas abordagens teóricas oscilam entre a ideia dos meios de comunicação social enquanto produtores e reprodutores de representações sociais que em última instância informam as atitudes sociais e políticas dos cidadãos (Habel, 2012). Este eixo corporiza uma bifurcação hermenêutica central na compreensão não só do papel dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas, mas também no que toca ao efeito que têm na modelação da opinião pública e nas escolhas políticas e eleitorais que as comunidades fazem.

Ora, os meios de comunicação são agentes socio mediáticos que têm a possibilidade de interferir no processo de construção e reconstrução da realidade social, seja numa vertente eminentemente quantitativa, seja qualitativa. Estas duas ferramentas reportam-se ao agendamento e ao enquadramento. O agendamento é determinante no sentido que é esta ferramenta resulta na capacidade de influenciar os temas discutidos no espaço público, ou por outras palavras definir-se-ia como o poder que os meios de comunicação têm de impor determinado tema à esfera pública para debate e constituição da opinião pública (McCombs e Shaw, 2005). Este processo revela-se como os meios de comunicação devem ser compreendidos como agentes mediáticos também políticos na medida em que influenciar o que se discute no espaço público.

Por outro lado, os meios de comunicação também se revelam como agentes mediático-políticos numa segunda vertente. Se os meios de comunicação têm o poder de condicionar o que se debate no espaço público, ao fazê-lo também definem como os temas e demais aspetos são contextualizados no debate público. Desta forma o enquadramento permite perceber como os meios de comunicação tratam determinado tema, ao enfatizarem ou ocultarem determinado prisma ou atores constituintes da questão em debate. Um enquadramento tem na sua definição original três componentes fundamentais: o conteúdo, os elementos linguísticos, bem como os atores e suas relações (Goffman, 1993). Com efeito, seja na fase de seleção do tema, seja nas prioridades com que esse tema é tratado os meios de comunicação definem de forma decisiva o que é debatido, mas também o esse debate é erigido.

Observando e compreendendo a realidade é possível identificar algumas disjunções entre a realidade dita objetiva e a realidade mediática. É neste âmbito que importa recorrer à metáfora dos simulacros (Baudrillard, 1994) para sublinhar a existência de um discurso proferido pelos agentes mediáticos que é diverso à realidade objetiva dos factos. Isto é, por outras palavras diríamos que os meios de comunicação têm o poder de modelar o debate e com isso e em última análise transportá-lo para dimensões que enfatizam determinados atores, como é o caso da cobertura jornalística do escândalo político. Desta forma, têm a possibilidade de modelar opiniões e representações entre a opinião pública.

Por conseguinte, há contemporaneamente e dada a centralidade dos meios de comunicação e da sua discursividade uma emergente lógica autorreferencial, que consiste de forma muito sumária em informação constitutiva da própria realidade, mas que é antes de mais produto informativo dos diversos agentes mediáticos e que estes a difundem enquanto a realidade propriamente dita (Goldstein, 2015).

Diversas pesquisas (cf. Brunetti e Weder, 2003; Camaj, 2013) evidenciam que existe uma relação causal entre imprensa livre e baixos níveis de corrupção. O carácter autorreferencial dos meios de comunicação social é um aspeto central na efetiva compreensão do fenómeno mediático e da relação destes agentes com a esfera política. De acordo com Vasterman (2005) a expectável sobreposição entre ciclos noticiosos e os reais acontecimentos, não ficou demonstrada, muito pelo contrário. Na verdade, o que foi demonstrado é a existência de uma espécie de espiral mediática em que alguns acontecimentos que compõem a realidade são sobrestimados na sua relevância e atenção mediática que lhes é prestada. Tal como advoga Thompson (1995), os meios de comunicação são ativos agentes na construção social da realidade, possibilitando relatos e imagens que são indispensáveis aos atores sociais e até aos líderes políticos na gestão quotidiana ativamente envolvidos na constituição do mundo social. Com efeito, a asserção a reter é a de que os meios de comunicação se constituem como ator institucionais ativos, toldando e influenciando os desenvolvimentos sociais e políticos de uma sociedade. É legítimo postular os meios de comunicação na contemporaneidade não tanto como reprodutores sociais, mas como produtores do tecido social. Importa, deste modo, questionar como esse poder é repercutido na esfera política?

3.3. Corrupção e “populismo mediático”: Sócrates como ativo mediático

A corrupção, na sua essência, isto é, como fenómeno transgressor das normas sociais, está permanentemente envolto numa certa invisibilidade, no fundo de secretismo e omissão. De um ponto de vista ativista, o combate à corrupção deve envolver atores cívicos e institucionais, mas também os meios de comunicação (Sousa e Triães, 2007). Com efeito, aos agentes mediáticos cabe desempenhar um potencial papel de mediação (Hooghe, 2004), já que eles moldam as representações e atitudes relativamente à política e suas instituições.

Numa abordagem já tornada clássica Giglioli (1996) identifica três pontos de articulação entre a corrupção e o ecossistema mediático contemporâneo: identificação; difusão; teatralização. Num primeiro ponto de fronteira entre ambas as esferas está a identificação do fenómeno. Na contemporaneidade são diversos os casos em que investigações jornalísticas levam a um desencadear de acontecimentos, como foi aquele que envolver a Instituição Particular de Solidariedade Social – Raríssimas, envolvendo Paula Brito e Costa, sua presidente. Deste episódio, o que é bem ilustrativo é facto de ter sido um meio de comunicação social, no caso particular em apreço a TVI, que detetou potenciais práticas ilícitas na gestão da instituição. Não obstante o rigor e necessidade de objetividade jornalística, não deixa de ser verdade que há ainda assim, um vasto hiato entre a media em geral e o sistema de justiça. Estes últimos deverão respeitar de forma escrupulosa procedimentos e respeitar direitos e garantias individuais. O facto de os meios de comunicação social, em geral, darem o mote para a investigação a factos e práticas potencialmente transgressoras de regras e normas informais ou formais, explica-se por um conjunto diversificado de circunstâncias que colocam os media em vantagem comparativamente às instituições judiciais, a quem cabe desenvolver investigações de forma a averiguar que existiram práticas transgressoras de determinados atores sejam eles políticos, ou mesmo empresários ou qualquer outro membro das elites: melhores competências; maior dinamismo; movem-se num mercado competitivo; facilidade no acesso e obtenção de testemunhos; maior flexibilidade na gestão normativa. Esta proeminência dos meios de comunicação em relação ao sistema judicial no que respeita à investigação de casos de corrupção pode ter um conjunto de implicações negativas no próprio regime democrático: sistemática violação do segredo de justiça; violação da presunção de inocência; e os já famosos julgamentos mediáticos, antes mesmo dos

julgamentos propriamente ditos em sede própria. Esta relação potencialmente conflituosa entre os meios de comunicação social e sistema judicial, têm na corrupção o seu terreno fértil. Tudo isto, concorre para o acumular de tensões na relação entre cidadãos e justiça, sob acusação daqueles de que a justiça é lenta e morosa, promovendo a erosão da confiança institucional dos cidadãos, bem como a descredibilização de atores públicos e políticos em particular.

A este propósito, a preponderância dos meios de comunicação neste processo fica plasmada naquilo a que se designou por redação populista (Cunha, 2017). A autora fala-nos da emergência da redação populista que se corporiza pela multiplicação de conteúdos de entretenimento que se misturam com programas de índole política. A diversificação de programas televisivos como *talk shows*, programas de opinião pública, com intervenções agressivas, potencia a descontextualização de ações e processos políticos circunscrevendo-se a *soundbites* de pendor político. É neste contexto que se fala em populismo mediático que de acordo com Krämer (2014: 48) passa pelo uso de elementos estilísticos “(...) por alguns meios de comunicação social, nomeadamente a construção e favoritismo de grupos, a hostilidade para com as elites e instituições da democracia representativa, a confiança no carisma e no senso comum (relacionado com o grupo), e o apelo a sentimentos morais (assim, num discurso emocionante, personalista e ostensivamente falando genuinamente)”. Em termos esquemáticos, dir-se-á que antes de mais o populismo mediático é corporizado: 1º pela existência de um apelo ao sentimento moral da comunidade; 2º uso de categorias discursivas populares, como forma de distinção de uma cultura de elite à qual se opõe; 3º incorporação de um discurso e atitude anti institucional; 4º os meios de comunicação social tornam-se radicais na prossecução do seu papel social e com isso aproximam-se da postura dos movimentos populistas.

Pereira (2015) constata que os jornais, nas suas plataformas digitais não se dão ao trabalho de moderar os comentários e posições que são expressas e são muitas quando se trata de uma notícia sobre corrupção. Fazem-no na medida em que essa ausência de moderação exponencia as audiências e visualizações no seu site e isso é comercialmente apetecível.

Com efeito, é plausível falar-se mesmo em manipulação da opinião pública, uma opinião pública que é tomada pelos interesses particulares. A comunicação social e em particular a imprensa escrita tem se constituído como um terreno fértil de lutas políticas e económicas-financeiras em que a finalidade última é ter boa imprensa e com isso condicionar a opinião pública. O que é bem ilustrado nesta passagem: “Os jornais são um

terreno de batalha, de manifestações políticas, através de “fugas orientadas”, como aquelas fugas ad terrorem em que depois se sabe que as medidas políticas que vão ser tomadas afinal não são assim tão graves como o que estava anunciado. «Conseguimos evitar que fosse assim»” (2015: 32). Este caso hipotético apontado pelo autor exemplifica a estreita e enviesada cooperação entre agências de comunicação, meios de comunicação e lá pelo meio os atores e líderes políticos. A classe política normalmente envolvida na cobertura mediática e associada ao fenómeno da corrupção

Serrano e Calado (2015) demonstraram que há um forte condicionamento do que é discutido sobre corrupção nos blogues, a partir do que é agendado pelos meios de comunicação de massa, mormente pela televisão e da imprensa escrita. Esta relação de determinação é também ela verificável no plano do enquadramento, isto é, o que é dito e exposto e como é feito. Nesta medida, as supramencionadas autoras referem que pese embora a existência de discussão de temas oriundos de escândalos de corrupção política nos blogues analisados, esta se circunscreve a um breve posicionamento concordante ou discordante com a respetiva ligação à peça noticiosa de origem. A orientação dos *posts* nos blogues estudados pode-se classificar como fragmentada, isto é, concentram-se em pequenas parcelas do escândalo em detrimento das causas estruturais relacionadas com a corrupção. Nos conteúdos dos blogues estudados por Serrano e Calado (2015) existe uma grande centralidade dos personagens em torno dos quais gravita a narrativa principal de cada escândalo de corrupção, em linha com o verificado nos meios de comunicação de massa. Em cada escândalo há um personagem que domina as notícias ou *posts* realizados sobre esse mesmo escândalo.

Pouco mais de um décimo dos *posts* apresenta elementos inovadores e de novidade na construção do enquadramento, não havendo grande margem para interpretações alternativas e diferenciadoras dos diversos escândalos de corrupção (Serrano e Calado, 2015). Os blogues demonstram um ajustamento dos seus enquadramentos ao seu posicionamento político e ideológico de partida, isto é, os padrões de enquadramento dos blogues correspondem normalmente ao seu posicionamento de partida, contra-argumentando e contrariando os atores e escândalos que mencionam líderes políticos antagónicos (Serrano e Calado, 2015). A este propósito importa sublinhar que José Sócrates é também no Escândalo Face Oculta o principal protagonista mediático, na medida em que a sua centralidade ao longo de todo o relato jornalístico sobre o caso foi constante, mesmo havendo atores políticos, como Armando Vara, com notoriedade político-mediática e o qual desempenhava alegadamente um papel de articulador entre

interesses privados e decisores públicos (Prior et al., 2016). Por conseguinte, há uma forte atração por atores políticos, por parte da cobertura mediática da corrupção, onde a personalização das narrativas é característica transversal.

3.3.1. Crise económica: corrupção e jornalismo

A Grande Recessão teve profundas e multiplicas implicações nas sociedades ocidentais que se prolongaram e prolongam muito para além do estrito período de quatro anos (2008-2012). Persiste uma forte tendência de digitalização que dá suporte à expansão da sociedade em rede. No domínio das comunicações digitais a última década tem sido pródiga no concerne ao desenvolvimento e aprofundamento de fenómenos que ameaçam vir a pautar e modelar a forma das sociedades contemporâneas de se organizarem. A crescente computação das comunicações digitais, baseada no recurso sistemático e massivo a algoritmos e aos chamados *big data* tem colocado novos desafios aos meios de comunicação na sua relação com a democracia. Estes novos factos colocam um forte pendore de incerteza na orientação da metamorfose das sociedades contemporâneas. Cunha (2017) faz alusão a uma forte associação entre a globalização económica e financeira e a sucessiva perda de qualidade do processo democrático, em particular na esfera das sociedades ocidentais. Em simultâneo a democracia expande-se, ainda que em muitas situações de forma deficitária e fortes lacunas como a ausência total ou parcial da liberdade de expressão e de associação política. Mas é nas sociedades, ditas ocidentais, que a corrosão dos ideais democráticos se dá e torna mais visível. A apropriação de instituições democrático-liberais, bem como do próprio processo democrático por parte de interesse com origem no poder económico e financeiro globalizado, põe a descoberto algumas fragilidades que até aqui não tinham passado de um estado de mera latência, sendo outras de uma nova natureza.

Em resposta à Grande Recessão, as sucessivas medidas de austeridade e com elas as fortes restrições orçamentais e financeiras de muitos dos Estados, tornaram a opinião pública desses mesmos países mais sensíveis a fenómenos de corrupção. A corrupção do mais diverso tipo de atores, mas em particular aqueles casos que envolvem políticos e detentores de cargos públicos, têm assumido crescente visibilidade na esfera pública em geral (Thompson, 2001) e em particular no caso português (Prior, 2016). À classe política portuguesa, tem sido imputado um conjunto relativamente diversificado de práticas e condutas que vão para além do legal, mas também em alguns dos casos para do que é social e culturalmente admissível e exigível a um detentor de cargos públicos. Destes, são

alguns exemplos de alegados atos de evasão fiscal, decisões políticas em que o Estado e o interesse público saí lesado, mas também alegadas transações financeiras envolvendo offshore, bem como uso de informação privilegiada para benefício de interesses particulares ou ainda o já clássico tráfico de influências.

3.3.2. Populismo e corrupção: erosão da confiança nos atores políticos e institucionais

O populismo alimenta-se da crescente descredibilização das instituições e atores políticos, um pouco por todo o mundo e em particular pela Europa e continente americano ainda com particularidades regionais e locais (Mudde e Kaltwasser, 2017). De acordo com a Repucci e Slipowitz (2022) há década e meia que se verifica uma detioração das condições da democracia e liberdade de expressão à escala global. Neste último ano, os fatores que mais contribuíram para estas tendências: Grande Recessão; ameaças terroristas; populismos; corrupção, tráfico de drogas; violência social; neoliberalismo e a pandemia covid-19.

Fatores que promovem o populismo entre meios de comunicação sobre política: (Cunha, 2017): conteúdos produzidos e difundidos pelos grandes media; conteúdos informativos produzidos pelos utilizadores; o impulso tecnológico, nomeadamente com a disseminação das plataformas digitais que possibilitam a produção e reprodução de conteúdos de cariz político; o incremento da comunicação digital; e jusante desta última a massificação da linguagem algorítmica na comunicação política digital.

As últimas décadas e a coberto da globalização económica e financeira, o neoliberalismo estendeu uma ténue teia de expansão dos valores e do conforto vividos no mundo ocidental a uma grande parte do planeta. Essas expectativas iniciais, rapidamente saíram frustradas, quer do ponto de vista económico ou financeiro, com o acentuar das desigualdades de rendimento, agora não a nível nacional, mas à escala planetária, mas também no plano político surgiram formas “abastardadas” de democracia um pouco por todo o lado. Casos ilustrativos são os regimes “semi-autoritários” e sobretudo “antiliberais” da Hungria ou Polónia, no continente europeu, mas também na América latina como a Venezuela (Mudde e Kaltwasser, 2017). Estes casos, mesclam características democráticas com traços limitadores de algumas liberdades fundamentais como a de expressão e de imprensa.

Os movimentos populistas têm encontrado nos regimes democráticos enfraquecidos terreno fértil para sua propagação e consolidação, chegando, em alguns

casos ao poder, como são os casos da Hungria e da Polónia a nível europeu. Contudo, os movimentos populistas, mesmo aqueles que não têm conseguido ser competitivos em termos eleitorais, têm deixado a sua marca nos respetivos regimes. Neste âmbito, convém não esquecer o preponderante papel desempenhado pelo UKIP (Partido da Independência do Reino Unido) no referendo realizado 2017 que levou à saída deste estado-membro da União Europeia (Brexit). Mesmo numa sociedade em rede (Castells, 2002) que conecta diferentes culturas surgem novos riscos associados ao incremento tecnológico como o autoritarismo digital (Freedom House, 2021). O modelo desenvolvido na China está a ser promovido um pouco por todo o mundo pondo em prática os recentes desenvolvimentos no campo da inteligência artificial. Não é por acaso que é a partir da China que se está a disseminar este modelo de vigilância, condicionador das liberdades individuais e de expressão, potenciando condições socio-estruturais, historicamente sedimentadas neste território de controlo e de vigilância (Benkler et al., 2018) as determinantes históricas, ou por outras palavras, o longo processo de aprendizagem de décadas pesa no momento de atribuímos ao desenvolvimento tecnológico um papel determinante. Nesta senda, o incremento das tecnologias de informação e comunicação apenas vêm aprofundar características históricas no que concerne ao processo de controlo e vigilância em contextos de Estados autoritários ou semi autoritários.

As mutações do jornalismo contemporâneo apontam não só para um processo que tem o seu embrião no último quartel do século XX, que passa por uma crescente mimetização (Bourdieu, 2005) das práticas jornalísticas no seio das diversas redações. Por outro lado, mais recentemente, com o dealbar do século XXI à crescente padronização das práticas jornalísticas, junta-se a forte personalização (Cardoso et al., 2016a), resultado de tendências de natureza mais estruturais como é o caso da tendência para a mediatização da política (Figueiras, 2017).

A confiança depositada na instituição judicial, grosso modo divide a população portuguesa, entre os que confiam e os que não confiam. Para a maioria dos portugueses, ainda na primeira década do século XXI, os meios de comunicação eram merecedores de confiança (Maia, 2008). Entre as esferas de atividade que na perceção dos portugueses estão mais suscetíveis a atos corruptos estão o futebol e a esfera política. Ainda neste estudo a maioria dos portugueses declarava que a televisão e a imprensa escrita eram os principais agentes socializadores e de contato com representações de corrupção e que desta forma mais contribuíam para as suas opiniões.

3.3.3. Contradições democráticas da transformação da mediatização e digitalização

O barómetro *Media Pluralism Monitor 2021* monitoriza os riscos relativos ao pluralismo mediático entre os Estados-membros da União Europeia considerando quatro indicadores: proteção fundamental; pluralidade de mercado; independência política; inclusão social, no que se refere a Portugal em particular. O cenário português está relativamente em linha com os seus congéneres europeus, embora existam problemas latentes em domínios como a inclusão social e a pluralidade do mercado. Sendo que nos demais dois indicadores os dados apresentam alguma tendência de deterioração. Deste modo, pode-se considerar que nos meios de comunicação social portugueses assiste-se à diminuição do pluralismo, a tendência de práticas de autocensura e de precaridade laboral, bem como a opacidade no financiamento dos grupos empresariais proprietários (Vassallo, 2021). Estes dados, nomeadamente os da precaridade laboral dos jornalistas em Portugal, foram demonstrados num recente estudo (Crespo et al., 2017).

O processo de mediatização, tendência já identificada no final do século XX (Hjarvard, 2014) tende a transportar a lógica dos meios de comunicação do funcionamento estrito do sistema mediático, para as mais diversas instituições sociais, como a política. É claro também o funcionamento até aqui considerado padrão dos mais diversos atores institucionais que compõem a atividade política. No caso da política e do modo como esta é feita, a mediatização joga um papel de peso no sentido em que sintetiza os clássicos papéis de jornalista e político, ao intensificar a necessidade de relacionamento entre ambos (Figueiras, 2017). Se por um lado, os jornalistas necessitam de informações e declarações de quem tem o poder político fáctico, por outro, também os políticos necessitam da necessária visibilidade que os media lhes podem conceder. Assiste-se a uma intensa e continuada proximidade entre ambas as categorias de atores. Acerca de uma possível reciprocidade neste relacionamento, não estamos certos de que ele seja mais efetivo do que aparente.

A tendência de mercantilização e de concorrência vivida nos meios de comunicação, para além da hegemonia dos grandes conglomerados empresariais ligados ao espaço digital (ex.: Google, Facebook, Amazon) transformaram os agentes mediáticos em atores ativos nos destinos das democracias. As respostas titubeantes de Estados e das demais instituições democráticas como a própria União Europeia ao crescente poder dos meios de comunicação, enaltece o incremento da dependência das forças de mercado (ex.: audiências, publicidade) e a retração tanto do número de democracias, como de projetos democráticos mais recentes (Park, 2018). O caso da discursividade mediática dominante

sobre casos de corrupção é um bom exemplo de como um tema que tem valor notícia impacta social e politicamente, ao envolver líderes políticos e elites económicas, instaurando uma cultura de permanente conflito, em que mais que tudo interessa discutir de modo personalizado e quase sempre distante das questões estruturais que estão a montante do problema.

A crescente concorrência entre os meios de comunicação com vista a ampliar as audiências constitui-se como finalidade última. A produção de conteúdos mediáticos tende a integrar campos tão diversos como o jornalismo, o entretenimento a ficção e a política fazendo uso de uma linguagem altamente apelativa de modo a captar e reter a atenção do maior número de consumidores. Nesta linha de pensamento, a utilização reiterada de estratégias de repetição e omissão, sublinhando ou omitindo certos elementos capazes, como acontece nas notícias sobre corrupção (Chakravartty e Roy, 2017). Estes mecanismos são indicadores de populismo dos meios de comunicação, evidenciando traços sensacionalistas que assentam numa lógica de confronto e de conflituosidade, exacerbando a emoção levando em última análise à indignação social. Estas particularidades do trabalho jornalístico e dos agentes mediáticos, que vão muito além da mera cobertura do tema da corrupção têm fortes implicações na qualidade da vida democrática e no funcionamento das instituições políticas, pondo a descoberto disfuncionalidades estruturais, mas também algumas meramente imaginárias.

A mediatização tem sido usada para descrever linguagens, procedimentos e técnicas empregadas pelos meios de comunicação, não só enquanto instituição hegemónica, mas também com capacidade de colonizar muito particularmente a política. De modo breve entende-se por mediatização o processo de incorporação da lógica mediática por instituições sociais, entre elas a política e a justiça implicando mudanças nas práticas e normas no interior destas. No encalce deste processo deve ser entendida a plataformação como penetração de infraestruturas, bem como de processos económicos e estruturas estais na esfera da vida quotidiana (Van Dijck, 2021), implicando ruturas com o imaginário e as práticas profissionais. Neste contexto, tratamento jornalístico da corrupção em tempo de mediatização da política passa por um saber-fazer dos meios de comunicação que se patenteiam em conteúdo *infotainment*, na edição e enquadramento, bem como em particularidades de carácter mais imagético como o recurso a gráficos e infografias que auxiliam a construção de uma opinião pública crescentemente cética e cínica relativamente à política e suas instituições. Além de do intensificar dos ritmos e discursos de noticiabilidade que tendem a condicionar forma cumulativa, a médio e longo

prazo, a compreensão e o conhecimento dos cidadãos sobre os desafios democráticos e em particular da corrupção. Como argumenta Cunha (2017) no jornalismo, em particular, este processo é caracterizado por tendências populistas, assentando numa produção jornalística que exponencia públicos e audiências, mas que por outro lado, privilegia potenciais impactos como a corrupção da classe política dirigente e a sua proximidade à elite económica e financeira. Num caso mais extremo, existem ainda a desinformação e as *fake news*, como meio alternativo de contar e reconstruir factos e histórias em que os diversos atores são perspetivados como vencedores e derrotado.

Estratégias e táticas que envolvem conjuntos de dados massivos oriundos de diversas tecnologias e plataformas têm mostrado um grande potencial transformador das democracias liberais contemporâneas. Alguns exemplo da última década de utilização maciça de desinformação e de *fake news* com claros prejuízos para a democracia estão as inquestionáveis interferências estrangeira nas eleições norte-americanas de 2016 de próprio Brexit; mas também notícias sobre líderes políticos e atores com notoriedade pública fazendo uso intenso da sátira (Chambers, 2021); disseminação de conteúdos informativos que sem verificação da confiabilidade das fontes; mas também se juntam peças jornalísticas perfeitamente descontextualizadas que se prestam, a ter muitas partilhas e “gostos” nas redes sociais digitais, mas que apenas reproduzem discursos de ódio reforçando ideologias extremistas (Cabañes et al., 2019); além da multiplicação de notícias que colocam em causa a autoridade do Estado e da própria democracia em prol de uma visão libertária, favorecendo as forças de mercado desregulado e ideologias de nicho. Todas estas patologias democráticas que emergem da área de sobreposição entre os meios de comunicação e a política contemporânea concorrem para um ambiente político e democrático crescentemente polarizado (Klein, 2020).

3.4. Da realidade mediática à realidade socialmente percebida

A íntima relação entre corrupção e a existência de uma cultura democrática sedimentada, nomeadamente com um sistema mediático consolidado, apresenta alguma associação a uma luta eficaz contra a corrupção. De acordo com Camaj (2013) sociedades pautadas por elevada liberdade dos meios de comunicação tendem a registar progressiva diminuição dos níveis de corrupção. Esta relação também se reflete em menores níveis percecionados de corrupção nas instituições políticas que organizam o processo e decisão política.

A corrupção, ou melhor a associação de escândalos relativos a corrupção que envolvam atores e líderes políticos estão entre os domínios temáticos em que este tipo de atores é com maior frequência incorporado nas notícias (Irerí e Ochieng, 2020). A visibilidade dos fenómenos de corrupção pode ser entendida como um processo ambivalente. Se por um lado, é a partir da publicitação da corrupção e maior atenção dos meios de comunicação que se estrutura o debate público implicando uma maior sensibilidade da sociedade relativamente ao tema (Nguyen, 2016), também é verdade, que essa maior visibilidade mediática, pode nem sempre corresponder a uma maior densidade de efetivos casos de corrupção (Enikolopov et al., 2018). A jusante o ganho de visibilidade por parte da corrupção pode acarretar um conjunto muito diverso de consequências em domínios sociais muito amplos. Em contextos em que a intervenção do Estado é determinante nas demais esferas sociais os meios de comunicação funcionam como verdadeiros *watchdog* do poder político, ao denunciar e promover maior transparência no combate à corrupção (Enikolopov et al., 2018). Por outro lado, há a modernização e correspondente simplificação dos procedimentos burocráticos associados à digitalização da estrutura estatal, com impacto positivo no potencial de fenómenos de corrupção (Starke et al., 2016).

Nesta linha, também Jha e Sarangi (2017) demonstram o papel auxiliador dos meios de comunicação digitais e a tendência para a menor incidência de casos de corrupção. Mais, os autores referem mesmo que a internet e sua penetração a nível nacional está negativamente associada à corrupção, isto é, maiores níveis de acesso à internet estão tendencialmente associados a menores níveis de corrupção, bem como à própria liberdade de imprensa. Porém, nem todas as pesquisas apontam no sentido do impacto positivos dos meios de comunicação digitais sobre os níveis de corrupção. De acordo com Spence (2020), o caso conhecido da Cambridge Analytica revelou potencial conflito de interesses entre as empresas detentoras destas plataformas e os seus próprios interesses, consumando-se num modelo de negócio que se orienta para a recolha massiva de dados dos utilizadores, tornando-os mercadoria comercializável.

Para equacionar o papel publicitário da política dos meios de comunicação considere-se o triângulo composto por: sistema político, os meios de comunicação e os cidadãos. As conexões entre os três vértices, dão-se numa dinâmica vertical – entre os meios de comunicação e a política, por um lado, e entre estes dois domínios e os cidadãos, por outro. Numa perspetiva horizontal discernimos a interação entre a política e os meios de comunicação (Figueiras, 2017). É neste e entre este triângulo analítico que se

negoceiam e forjam alianças políticas e se sedimenta a confiança que se cristaliza nas instituições que gizam a estrutura do Estado e da própria sociedade.

Desta forma, é lícito estabelecer um nexó entre aquilo que é representado pelos media, em particular sobre corrupção e as patologias da democracia, ilustradas na diminuição dos níveis de confiança nos políticos e na dimensão institucional da política (Wroe et al., 2012), acentuando as contradições entre a dimensão normativa e a dimensão funcional do regime democrático. A competição pela visibilidade, enquanto recurso de poder, constitui-se como um mecanismo que se pode revelar pernicioso para os atores políticos, na medida em que os torna mais vulneráveis e dependentes das suas relações com os meios de comunicação social. Porém, os agentes mediáticos também denotam a capacidade em condicionar e enquadrar o debate político, contribuindo para as boas práticas políticas e mais concretamente para a conceção e implementação das políticas públicas (Peters, 2003).

3.5. Jornalismo e meios de comunicação: gerindo mudanças e tensões

A corrupção dos meios de comunicação e jornalistas é um fenómeno relativamente estudado, mas que nem por envólto em alguma complexidade. Li (2013) estudou a realidade chinesa e chegou a uma tripla tipologia de corrupção dos media: a primeira das quais o suborno de jornalista; a segunda a procura de vantagens para as empresas detentoras do media; e finalmente as vantagens para benefícios pessoais a partir do exercício jornalístico e acesso privilegiado aos órgãos de poder.

Os próprios meios de comunicação, em particular as marcas tradicionais vêm-se muitas vezes envoltas em polémicas e suspeitas de favorecimento de indivíduos ou grupos de interesse. Maniou e Ketteni (2020) demonstram que mesmo em contexto de profunda crise social e económica a corrupção entre os meios de comunicação social dos países da Europa do Sul foi menor comparativamente aos seus congéneres da Europa do Norte.

Houston et al. (2011) encontraram evidência empírica de que a propriedade estatal dos meios de comunicação, estão associados a níveis mais altos de corrupção bancária. Concomitantemente a concentração da propriedade dos meios de comunicação prediz o potencial aumento da corrupção, tanto direta quanto indiretamente por meio de sua interação com a propriedade estatal dos meios de comunicação. A propriedade estatal dos meios de comunicação e a sua concentração acentua a associação positiva entre o poder de supervisão e regulação e a corrupção nos empréstimos mitigando

o efeito negativo entre a regulamentação da propriedade privada e a corrupção nos interesses financeiros e bancários.

José Pacheco Pereira (2015) tem uma visão pessimista acerca do espectro da realidade portuguesa e em concreto sobre a independência do jornalismo e dos meios de comunicação. Argumenta que a cobertura mediática da corrupção política em Portugal caracteriza-se por um duplo: por um lado, ela enquadra os diversos casos sem a necessária distância de forma a garantir uma perspetiva minimamente objetiva dos factos; por outro destaca que também no enquadramento jornalístico realizado não inclui os elementos que servem a uma profícua compreensão das razões que estão a montante do fenómeno. O jornalismo de agência, em que os jornalistas fazem praticamente *copy-past* de notícias com origem nas agências noticiosas como a agência Lusa, é um caso comum em que os agentes mediáticos abdicam do necessário escrutínio e também da reflexão relativamente aos factos relatados.

Quando nos referimos ao jornalismo de agência estamos a considerá-lo num sentido lato, uma vez que o autor acrescenta que particularmente no jornalismo económico as notícias são-no notícias de carácter publicitário, sem efetivamente o mencionarem de forma explícita. Ficam abertas as possibilidades relativamente esquema baseado num processo de *trade-off* – “«eu dou-te isto, tu dás-me isto»” (Pereira, 2015). Esta característica a que se designa como jornalismo de agência densifica os interesses em redor de jornalistas e de meios de comunicação, limitando a disponibilidade para se noticiar aquilo que é manifestamente estruturante na efetiva compreensão da corrupção. Neste role de circunstância que moldam o trabalho jornalístico sobre corrupção há ainda a sublinhar o facto de sobretudo desde a Grande recessão (transição da primeira para a segunda década do século XXI) se assistir a uma profunda precarização do jornalismo, em particular em Portugal.

3.6. Cobertura mediática e jornalística da corrupção: convergências e divergências sistémicas

A cobertura da corrupção e dos escândalos pelos meios de comunicação é estruturada por um forte viés. Este processo, de que resulta o viés, é decorrente de fatores sistémicos como a lógica concorrencial no âmbito do ecossistema mediático brasileiro, como foi o caso do processo de impeachment à então Presidente brasileira Dilma Rousseff, em que se observou uma espiral de notícias colocando associando-a a processo de corrupção sem

haver qualquer investigação em curso (Damgaard, 2018). Com efeito, é demonstrado que os agentes mediáticos, mediante os instrumentos e o poder que concentram podem condicionar o curso político.

A liberdade de imprensa é um imperativo funcional numa sociedade em intensa mediatização. Contudo, nem só de liberdade de expressão e de imprensa se alimenta a atividade política e a qualidade do processo político que lhe está subjacente. A cobertura da corrupção é um relevante aporte ao processo político mediatizado. Contudo, face ao partidarismo e viés da imprensa na cobertura da corrupção, a imprensa italiana tende a dramatizar o discurso, sobretudo quando estes escândalos envolvem atores individuais ou institucionais da esfera política (Mancini et al., 2017). Neste mesmo estudo os autores reportam que o contexto mediático britânico a corrupção é sobretudo enquadrada a partir de casos do exterior ou em alternativa no domínio da competição desportiva, rematando que estas circunstâncias específicas se ficam a dever sobretudo a aspetos de mercado e concorrenciais. A cobertura jornalística francesa da corrupção partilha especificidades com a congénere britânica e italiana, nomeadamente a imprensa escrita ao concentrar-se em casos de corrupção que envolvem atores não-franceses, conciliando com atenção a casos e escândalos com envolvimento de políticos nacionais. Nestes três contextos europeus a cobertura jornalística da corrupção apresenta nuances sistémicas que valem a pena ser retidas, mormente a maior ou menor segmentação da propriedade dos meios de comunicação, mas também o nível de competição política e eleitoral, à qual está associada a potencial instrumentalização dos meios de comunicação visando objetivos políticos. Estas nuances sistémicas possibilitam diferentes equilíbrios e consensos relativamente às representações mediáticas de corrupção e a jusante àquilo a que se poderá considerar como sendo corrupção e o que fica fora desse domínio.

No contexto espanhol uma pesquisa de referência (cf. Palau e Davesa, 2013) e em linha com o verificado em contextos democráticos europeus é que a cobertura noticiosa dos dois periódicos de referência (El Mundo e El País) realizam de forma reiterada uma cobertura partidária dos escândalos de corrupção política. Observando-se um alinhamento quando estes escândalos envolvem partidos de direita ou esquerda. Os dois autores discerniram também que existe uma correlação entre maior intensidade noticiosa sobre corrupção e a gravidade que é atribuída pelos cidadãos a este fenómeno. Concluem que os meios de comunicação têm efetivamente efeito na opinião pública e nas perceções de corrupção política, seja no imediato, seja no médio prazo.

Noutras latitudes culturais como a China o efeito dos meios de comunicação indica que se faz sobretudo em relação a características individuais entre os grupos etários mais jovens, desencadeando níveis de preocupação e de atribuição de relevância enquanto problema social e político (Zhu e Li, 2019). Estes dados são particularmente relevantes no sentido da promoção de medidas de combate à corrupção entre os mais jovens e deste modo incrementar os níveis de confiança política destes grupos.

Um domínio que extravasa a corrupção política e que tem tido grande atenção por parte de investigadores e pesquisas recentes trata da corrupção no sector da saúde. Não obstante, a corrupção nos sistemas de saúde tende a ter um enquadramento a partir de posições e atores políticos (Abba-Aji et al., 2020). No caso nigeriano o processo de atribuição de culpas passa sobretudo pela falta de responsabilidade, ao passo que a aplicação da lei é a solução mais frequentemente apontada.

Em Itália Le Moglie e Turati (2019) verificaram que são desencadeados surtos noticiosos sobre corrupção no sistema de saúde italiano. Por um lado, o *La Repubblica* que normalmente se situa na esquerda política e o *Il Giornale* com uma orientação predominantemente de direita aumentam o número de notícias que envolvam atores e líderes políticos no espectro político oposto até oito semanas antes de uma eleição, reduzindo drasticamente o número de notícias sobre casos de corrupção sem ligações políticas.

3.7. Enquadramento jornalísticos da corrupção

Aos meios de comunicação cabe disseminar informação sobre um dado facto. Contudo, os agentes mediáticos têm o poder e a capacidade de não se limitarem a reproduzir os factos, eles ao desenvolverem um trabalho jornalístico, contribuem de forma decisiva para aquilo que comumente se designa como construção da realidade ao disseminar representações de determinada realidade. Este processo não é naturalmente neutro, talvez nem seja desejável que o fosse em qualquer circunstância.

Em democracia é relevante manter um certo grau de diversidade no que concerne à interpretação dos factos. Se estamos perante um dilema que nos coloca algures entre a ignorância relativa aos factos ou a desinformação, cabe aos meios de comunicação social, informar e construir Quadros interpretativos lógicos. Por outro lado, também não se deve desprezar o papel que os atores têm na receção da informação veiculada pelos meios de comunicação. Desta forma, a construção das representações mediáticas da corrupção em

contexto democrático dependerá de dois principais fatores: da diversidade e do pluralismo no ecossistema mediático. Estas duas premissas possibilitam que existam e coabitem diferentes modos de enquadrar a corrupção. Constituindo-se como uma manifestação do poder dos meios de comunicação, no processo de construção das disposições e também representações de corrupção dos cidadãos.

De acordo com Maia (2008) aos jornalistas cabe a divulgação de informação privilegiada acerca de alegadas práticas ilícitas ocorridas na esfera política, embora devam fazê-lo de forma a respeitar as matérias que se encontrem protegidas pelo segredo de justiça. Nesta linha de raciocínio, Sousa e Triães (2007) constataam que os portugueses percecionam o papel dos meios de comunicação em Portugal como de fraco investimento em jornalismo de investigação e de falta de iniciativa e de antecipação, concebendo uma agenda que se pugna por reagir aos acontecimentos. A perceção dos portugueses é ainda ambivalente quando confrontados com as questões de privacidade dos políticos e dos demais envolvidos em corrupção. Por um lado, só concebem o controlo de aspetos privados de atores políticos enquanto atividade lícita, por outro lado, não rejeitam os detalhes privados que vão sendo esmiuçados a miude pelos meios de comunicação

O papel dos meios de comunicação também impacta se considerado o outro lado da cobertura noticiosa, nomeadamente notícias relacionadas com medidas anticorrupção indiciam ter uma associação com o aumento do próprio número de casos de corrupção (Nguyen, 2016). Concomitantemente, procedendo à articulação dos resultados do Índice de Perceção de Corrupção é observável a associação entre a perceção da magnitude e gravidade da corrupção um maior número de notícias sobre escândalos de corrupção (Nguyen, 2016).

Diversas pesquisas recentes apontam para um efeito positivo entre o maior uso dos meios de comunicação social digitais e a perceção da corrupção (cf. Tang et al., 2019). Os resultados obtidos por estes investigadores sugerem que a intensidade de uso dos meios de comunicação digitais num determinado país interfere com a perceção de corrupção. Por outro lado, a maior rigidez cultural, por via da normatividade social vigente, seja pelo respetivo controlo social, apresentam um efeito negativo na relação entre o uso dos meios de comunicação digitais e o fenómeno da corrupção.

De acordo com o último relatório da Freedom House de 2022 relativamente à liberdade na internet, é registado que vai no oitavo ano consecutivo que se observa uma redução da liberdade de informação e comunicação na internet à escala global. Esta tendência ilustra a grande adesão que alguns estados-membros tiveram nos últimos anos

ao modelo de vigilância e controlo extensivo importando o modelo chinês de censura extensiva com recuso a sistemas automatizados guiados por complexos sistemas de inteligência artificial. Através da recolha massiva de dados pessoais oriundos dos utilizadores da internet, a esfera pública digital acaba por ser invadida por notícias falsas em circunstâncias cruciais, como são as eleições, nos regimes democráticos em particular no ocidente (Repucci e Slipowitz, 2022).

Para Figueiras (2017) a política na era da política mediatizada tende a ser tratada pelos diversos agentes mediáticos como um mero jogo entre atores pelo acesso ou reprodução de recursos de poder. Desta forma, pode considerar-se que o enquadramento da atividade política como jogo tem a sua expressão em: intenso recurso a sondagens e estudos de opinião na construção da narrativa jornalística: exacerbando a dramaticidade; enfatizando a incerteza em torno da competição eleitoral. Já o enquadramento da política como estratégia resulta de uma deriva interpretativa do jornalismo contemporâneo. Desta forma, podemos considerar que notícias com enfoque nos candidatos e partidos políticos sublinham as suas motivações, mesmo aquelas aparentemente mais sub-reptícias; por outro lado dão relevância às estratégias e táticas dos políticos para alcançar os seus objetivos. As implicações destas tendências versam sobre uma certa aura de confiabilidade acrítica sobre as sondagens e demais estudos de opinião, reforçando a perceção de objetividade e de carácter indiscutível. Paralelamente a política é perspectivada como uma mera disputa entre atores por recursos de poder, não representando qualquer alternativa programática ou ideológica, hiperbolizando a personalização da atividade política no seu todo.

Com efeito, estamos em condições de fazer uma distinção concetual fundamental na presente pesquisa e que passa por conceber representações sociais de corrupção como fenómeno generalizado e representações sociais de corrupção como fenómeno essencialmente isolado e personalizado. Noutros termos, diríamos que por representações sociais de corrupção generalizada entendemos o conhecimento e opinião dos membros de uma comunidade de que a corrupção é um fenómeno disseminado entre as diversas instituições sociais. Por outro lado, as representações sociais de corrupção como fenómeno isolado e personalizado assentam no conhecimento e opinião de que a corrupção é essencialmente um fenómeno intrínseco a atores concretos, sejam eles políticos ou outros, de uma comunidade ou sociedade.

3.8. Corrupção como “alimento” dos ciclos de noticiabilidade

Esser e Hartung (2004) têm uma definição de escândalo político que adjetivaríamos de *sui generis*, ao postular que se trata de um intenso fluxo comunicacional na esfera pública, construído pelos meios de comunicação social e seus *gatekeepers*, denunciando práticas (reais ou imaginárias) transgressoras, que até aqui estariam ocultas da opinião pública e que geram um consensual sentimento de indignação. Ora, esta definição para além do facto de aludir a práticas reais ou apenas rumores, tem a relevância de enfatizar a dimensão universal de condenação. A atmosfera de indignação e de repúdio para com a transgressão reiterada de atores políticos tem levado à intensificação da presença do escândalo político nos meios de comunicação social de massa e/ou digitais (Maier et al., 2019). Indignação que de certo modo se constitui como o alimento dos recentes movimentos populistas que põe a descoberto as disfuncionalidades e patologias das democracias. Uma abordagem de carácter longitudinal (cf. Allern e Pollack, 2019), permitiu demonstrar que efetivamente há um crescendo no número de notícias relativas a transgressões por parte de políticos e detentores de cargos públicos ao longo das últimas quatro décadas (sensivelmente 1980), nas sociedades escandinavas. É possível, ainda que dentro de algumas reservas, que se possa tratar de uma tendência extensível às demais democracias liberais ocidentais, em que os meios de comunicação gozam de relativa liberdade de expressão e existe alguma diversidade.

Por conseguinte, importa perceber algumas das razões pelas quais esta tendência de crescimento na cobertura dos escândalos que envolvem políticos em contexto democrático, podendo seguir dois tipos de explicação. Por um lado, temos a típica explicação da transformação do padrão cultural, que se traduz em mudanças sociais e culturais relacionadas com a metamorfose do padrão normativo que deverá reger políticos e que as respetivas comunidades exigem que estes cumpram. Por outro lado, temos um outro tipo de explicação, à qual designaríamos como “o escândalo como alimento mediático” e que passa de forma muito sintética pela maior abertura, por parte de *gatekeeper*, sejam eles jornalistas, editores os algoritmos, em noticiarem transgressões e atos corruptos de políticos.

A tentativa de explicação por via da mudança cultural tem a pertinência de trazer para a colação o papel do tempo e do lugar na transformação do que é moral e imoral. Berndt Rasmussen e Olsson Yaouzis (2020) argumentam que as últimas décadas têm sido de um crescente rigor no que diz respeito à avaliação por parte dos meios de comunicação social e até dos cidadãos relativamente à conduta sexual e mais genericamente da esfera

privada dos líderes políticos. Um exemplo de um escândalo recente e que pode ser interpretado como um padrão normativo emergente trata-se do #MeToo (Pollack, 2019).

Embora, para sermos mais concretos na reflexão tenhamos de enunciar as conhecidas e reconhecidas transgressões sexuais tanto de John Kennedy, como do próprio Bill Clinton, ainda com nuances processuais diversas, ambos os casos beneficiaram de uma opinião pública condescende (Kozina, 2020). A demonstração empírica produzida e com maior saliência reflexiva indica que efetivamente estamos perante uma espécie de malha sociocultural, que tende cada vez mais a ser a depurar a classe política de condutas corruptas e imorais.

A outra proposta interpretativa de que a mudança está a ocorrer do lado dos meios de comunicação social é a disseminação da tabloidização e sensacionalismo da imprensa (Skovsgaard, 2014), mas também a procura de rentabilização comercial (Just e Crigler, 2014) leva a uma procura generalizada, por parte dos meios de comunicação social pela transgressão, no fundo por aquilo que é suposto estar na esfera privada.

Há ainda uma terceira possibilidade e que resulta ainda assim, de uma variante da segunda e que consiste no incremento da comunicação e interação feita com utilização de meios de comunicação digitais. Karidi (2018) a partir da análise da realidade alemã demonstra que a digitalização impulsionada pelo grande uso das redes sociais digitais como o Facebook tem colocado pressão sobre a discursividade mediática. Esta influência dá-se pela transferência de aspetos relacionados com a personalização, sensacionalismo e por um forte impulso mercantilizador sobre os conteúdos noticiosos (Greenspan, 2019).

Uma tentativa de balanço, ainda que meramente provisório transportar-nos-á para o inevitável processo de mediatização das sociedades contemporâneas (Hjarvard, 2013; Couldry e Hepp, 2016), onde a influência dos meios de comunicação social se difunde entre as demais instituições sociais. Por outras palavras, diríamos que os atores políticos estão crescentemente a integrar nas suas práticas novas formas de chegar e estar na agenda dos meios de comunicação social. Nesta estratégia de aproximação e integração, muito para além das questões de ordem estritamente ideológica e programática, surge também a possibilidade de construir um personagem político, que passe para a opinião pública uma imagem de empatia, de respeito pelo padrão normativo vigente e socialmente desejável. No fundo, o frisar traços individuais, que em pouco dizem respeito ao estrito exercício das responsabilidades políticas.

Ora, isto torna o líder político mais suscetível ao escrutínio e avaliação moral por parte da opinião pública, por entreposta pessoa dos meios de comunicação social, que

farão as respectivas investigações e publicitam potenciais transgressões e imoralidade. É neste ponto que convergem também os interesses, já enunciados dos meios de comunicação, ao procurarem maximizar audiências e numa plena assunção da lógica mercantilista. Finalmente, diríamos que a demonstrável intensificação da presença da corrupção enquanto alimento primordial dos escândalos políticos na esfera pública, resulta de uma complexa rede de transformações, que não se ficam pelo estrito âmbito dos meios de comunicação social, elas são antes de tudo, diríamos mesmo a montante, expressões de transformações estruturais da cultura nas sociedades de democracia liberal.

3.9. Enquadramento da corrupção e do escândalo como fator político

Robert Entman (2012) numa fecunda conceptualização de enquadramento de escândalo observa que este é estruturalmente composto por quatro dimensões: a definição do problema; a existência de uma interpretação causal; a observância de uma avaliação moral dos atores envolvidos; e finalmente a identificação e recomendação de tratamento dos visados. A primeira dimensão será entendida como a definição de uma prática individual e mais raramente institucional que é concebida como transgressora ou imoral. A interpretação causal diz respeito à identificação e imputação de um foco, seja individual ou institucional, a quem é imputada a causa do problema. A avaliação moral consiste na existência de um juízo, isto é, o jornalista ou meios de comunicação assume uma posição relativamente ao problema, consubstanciando-se numa avaliação moral. Finalmente, a recomendação de tratamento passa por no enquadramento se fazer alusão a possíveis consequências para o ator ou atores que tenham transgredido.

Os meios de comunicação ao enquadrarem e priorizarem determinados ângulos de abordagem à corrupção modelam o modo como o debate público se vai encetar, num contexto circunstancial em que as regras que gizam a democracia liberal permitem a troca de argumentos, constituindo-se como uma espécie de antecâmara de possíveis políticas públicas. É neste ambiente político e mediático que se gerem consensos necessários a legislação e enquadramento jurídico que sirva o eficaz combate à corrupção.

O enquadramento jornalístico constitui-se como uma parte incontornável do trabalho editorial realizados pelos meios de comunicação social. Este papel é moldável mediante o país, região e cultura em que se insere, pelo menos no que se reporta às próprias representações dos jornalistas (Van Dalen et al., 2012). Depois das tarefas do *gatekeeper* em seleccionar temas em detrimento de outros. Enquadrar, jornalisticamente

falando, é construir uma narrativa descrevendo atores e factos, que constituem o noticiável (von Sikorski e Knoll, 2019). Uma segunda dimensão funcional do enquadramento jornalístico diz respeito mais diretamente à substância da notícia e como os factos e atores são perspectivados (Clemente e Gabbioneta, 2017). O modo como é enquadrado um dado facto e seus atores colocados em perspetiva, vai criar um viés analítico por parte da audiência em geral e deste modo impactar nas atitudes e representações sociais que estes fazem da realidade mediaticamente construída.

Deve-se deste modo, considerar que o enquadramento se reveste da maior relevância no trabalho de jornalístico, pois ele vai fazer a leitura de uma realidade que provavelmente passaria incólume à grande maioria da sua audiência. Ora, pode-se considerar que o jornalista tem diversas ferramentas ao seu dispor para fazer o seu trabalho de construção noticiosa e de enquadramento em particular. No caso específico da corrupção e do escândalo político devem ser tidos em linha de conta a definição de equivalências, sejam elas positivas ou negativas (Maier et al., 2019) e que grosso modo, correspondem à menção em notícia dos mesmos factos de uma forma positiva ou negativa. Por outro lado, o enquadramento, enquanto prática rotineira do jornalismo também constrói ênfases positivas ou negativas, consubstanciando-se em sublinhados de forma a fazer sobressair atores e elementos fatuais em detrimento de outros (Shah et al., 2002; Maier et al., 2019). No fundo, tanto equivalências como ênfase constituem-se como eixos, porque se estruturam entre um polo positivo e outro negativo, que possibilitam e dão poder ao jornalista de construir uma perspetiva dos factos, em concreto dos casos de corrupção e do escândalo à luz da sua própria gestão destes critérios.

A efetivação da análise do enquadramento em sociologia e comunicação tende a seguir um processo indutivo, em detrimento do dedutivo. A abordagem dedutiva (cf. Bryman 2008), parte de um prévio estabelecimento de critérios e características, que posteriormente, aquando da realização da análise de conteúdo deverá ser corroborada ou refutada. Na verdade, este tipo de abordagem ao enquadramento encerra algumas reservas na medida em que apresenta limitações no que concerne à conceptualização, mas sobretudo de ambiguidade que rodeia a sua operacionalização (Maier et al., 2019).

Clemente e Gabbioneta (2017) partem para a análise com o objetivo de demonstrarem o impacto que diferentes enquadramentos realizados por quatro jornais alemães, ao impactarem de forma distinta na imagem organizacional da Volkswagen. Concluem que mesmo tratando-se de um escândalo de corrupção com atores do setor da construção automóvel, o enquadramento realizado, segue em traços largos o

enquadramento de escândalos políticos, onde pontificam o julgamento moral, o identificar das causas, os danos reputacionais e o apontar de potenciais soluções.

A inclusão de um conjunto ainda vasto de meios de comunicação oriundos de diferentes conglomerados comerciais, permite através da análise do enquadramento, observar similitudes e distinções entre estes no que concerne à cobertura de um determinado escândalo político. Schmuck et al. (2017) ilustram o enquadramento do escândalo de corrupção política com aquilo a que designam de “enquadramento jogo”, segundo os quais os jornalistas tendem a construir as notícias enfatizando o lado estratégico e racional dos atores, bem como das instituições políticas, num jogo de tensão entre potenciais ganhadores e perdedores.

De um ponto de vista jornalístico o formato de escândalo apresenta em termos históricos algumas nuances sociais e geográficas, com repercussões na estruturação do ecossistema mediático e da própria instituição política. Pesquisas recentes (cf. Umbricht e Esser, 2016) demonstraram precisamente que ao longo do último quarto do século XX e viragem para o século XXI a atividade política, mais propriamente os seus atores e instituições tendem a ser noticiados crescentemente sob o espectro negativo. Segundo estes autores esta tendência é mais vincada entre os países com sistemas de meios de comunicação sociais liberais e em menor escala nos sistemas de meios de comunicação social predominantemente corporativos, como é o caso de Portugal. Conceptualmente escandalizar a cobertura jornalística da política é distinto de escândalo (Entman e Stonbely, 2018). Na verdade, por escandalização da cobertura política entende-se a transferência de traços típicos do escândalo imputando-os a políticos e instituições, enfatizando as potenciais transgressões corruptas e imorais. Desta forma é possível assistir-se ao incremento do escândalo nas agendas dos meios de comunicação social, ainda que não necessariamente este ascendente do escândalo penetre no próprio enquadramento da atividade política em geral (von Sikorski, 2020). Contudo, Maier et al. (2019) defendem que no caso particular do ecossistema mediático alemão tem havido lugar a um incremento do número de escândalos, mas que o enquadramento jornalístico da política não tem sido “contaminado” por este aumento. Embora esta tendência seja observável noutras sistemas mediáticos europeus e ocidentais, isto é, uma crescente escandalização da atividade política no enquadramento jornalístico da política (Maier et al., 2019; Umbricht e Esser, 2016).

Estes autores acreditam que existem três fatores determinantes para esta transformação, nomeadamente o forte incremento mercantil e comercial da gestão dos

meios de comunicação social, mas também a mudanças no Quadro de referência que regula o relacionamento entre agentes mediáticos e políticos, além de um forte impulso da tabloidização, mesmo entre a imprensa dita de referência. Estas tendências genéricas estruturam-se em torno de idiossincrasias nacionais, como demonstrou Esser (2016), ao argumentar que o serviço público tende a ser mais hermético a esta tendência. Estas tendências que estruturam a mudança, também corporizam o processo de mediatização contemporânea.

3.9.1. O enquadramento dos escândalos políticos: particularidades e a centralidade dos atores como Sócrates

Entendido como instrumento jornalístico e dos meios de comunicação social, o enquadramento reveste-se da maior relevância, ao balizar as possíveis interpretações dos factos, mas também o desenrolar e resiliência do escândalo na esfera pública. No fundo, aludimos ao facto de o enquadramento não ser apenas uma ferramenta jornalística, mas também um recurso de poder em face dos potenciais impactos e consequências que os relatos feitos pelos meios de comunicação podem ter junto nas representações sociais da população em geral, mas também no próprio comportamento político e eleitoral dos eleitores e a opinião pública em geral.

De facto, Maier et al. (2019) elencam como potencial desafio a pesquisas futuras no âmbito do estudo dos escândalos de corrupção política a abordagem a escândalo particulares, como por exemplo aquele relativo à Operação Marquês e concretamente aos acontecimentos que têm no seu epicentro o ex-Primeiro Ministro José Sócrates. Com efeito, é lícito constatar que os escândalos provocam um ambiente político mediático acelerado; o enquadramento existe quase sempre quando se trata de escândalos; os enquadramentos são constituídos por interpretações específicas dos factos.

Há indícios, em várias pesquisas de que os enquadramentos realizados para os escândalos tenham contornos específicos. Antes de abordarmos essas características particulares do enquadramento dos escândalos, interesse perceber o que as pesquisas recentes têm demonstrado. De acordo com Maier et al. (2019), o enquadramento mediático do escândalo é estruturado entre um enquadramento de culpabilização e um outro predominantemente de desculpabilização. De modo sucinto dir-se-ia que o enquadramento de culpabilização assenta precisamente na construção de uma narrativa em que aos atores políticos e suas instituições são lhes imputadas práticas dolosas do interesse comum e que violam o princípio de boas-práticas de um responsável público

(Conners, 2013; Kepplinger et al., 2012). É um tipo de enquadramento jornalístico que assenta numa postura de intensa crítica institucional e ao status-quo vigente. Nos antípodas deste tratamento jornalístico está o enquadramento desculpabilizante, que dá voz aos atores implicados nos escândalos e aos quais são imputadas transgressões e imoralidade. Este é um tipo de enquadramento que tende a ser pouco relevante no tratamento jornalístico (Maier et al., 2019).

Nesta sequência é possível aduzir que o enquadramento mediático e jornalístico do escândalo é em regra feito com base com suporte a *frames* parcelares, cobrindo apenas algumas das quatro dimensões enunciadas anteriormente (Matthes, 2009). Em termos práticos pode-se dizer que as notícias sobre escândalos, normalmente não “rebobinam” a história e os acontecimentos ocorridos no passado, concentrando-se sobretudo nos *frames* presentes. No contexto amplo de um escândalo de corrupção que envolva atores com capital político foi demonstrado que um enquadramento que perspetive este ator isolando-o na narrativa discursiva do jornalismo não tem qualquer efeito nas perceções que os cidadãos e consumidores de notícias de corrupção têm sobre o seu papel (von Sikorski e Knoll, 2019). Porém, estes autores também testaram a hipótese do isolamento visual, corroborando-a. Perceberam ainda que as intenções e votações eleitorais nestes atores diminuiu com este tipo de enquadramento.

3.10. A centralidade do escândalo de corrupção política nas democracias liberais

Uma grande proporção dos escândalos no ecossistema mediático contemporâneo resulta de revelações transgressoras relacionadas com corrupção (Mancini, 2019). Além do facto de a corrupção ser o principal motivo para a eclosão de escândalos, o mesmo autor chama atenção para um certo centralismo ocidental e das democracias liberais no estudo do escândalo, o que embora seja verdade tem algumas exceções (cf. Hung et al., 2015; Liu et al., 2017). Uma possibilidade para a o facto de haver um predomínio das democracias liberais ocidentais na pesquisa do escândalo de corrupção pode ficar a dever-se desde longo ao maior interesse das equipas de investigadores, de estas serem oriundas daí, mas também ao facto de haver mais recursos para esse fim. Além disso pode-se aduzir que também o facto de os escândalos terem maior dificuldade em ocorrer onde as liberdades de imprensa e de expressão da população em geral estão limitadas.

Existem outras condicionantes para se poder perceber com eficácia a centralidade das democracias liberais na pesquisa sobre escândalos. Uma profícua compressão de um determinado escândalo terá necessariamente de convocar uma diversificada miríade de fatores interpretativos. Claro que há sempre dois critérios que devem ser tidos em linha de conta, como são os casos do binómio moral e imoral; e também do legal e ilegal. Concomitantemente deve-se ainda considerar que estes parâmetros socio-legais diferentes entre culturas e Estados, obriga a alguma cautela quando na hora de fazer extrapolações ou induções a partir do estudo de parcelas da realidade, mesmo considerando o extenso naípe de democracias liberais.

Estes dois binómios são especialmente relevantes quando consideramos os escândalos políticos baseados em alegações de corrupção, uma vez que desta forma estão indubitavelmente interligados às instituições políticas e seus atores, ainda por mais quando existe uma cultura de beligerância política e partidária (Canel e Sanders, 2007; Sanders, 2017). Com isto pode-se dizer que o escândalo e até a sua resiliência ao longo de um período, pautando a agenda mediática é impactada pelos contornos da própria arquitetura política e institucional em que surge.

Nas sociedades mediatizadas (Hjarvard, 2013; Couldry e Hepp, 2016) em que surgem mesmo as teses da política colonizada (Figueiras, 2017) a atividade política e em particular os seus atores ficam mais suscetíveis a serem influenciados pelos meios de comunicação e pela sua lógica de funcionamento. Isto serve para postular que na condição contemporânea há crescentemente uma forte imbricação entre política e ecossistema mediático, da qual a intensificação da cultura de escândalo não será de todo alheia. Nesta linha de raciocínio Mancini (2019) advoga que os escândalos são um potencial campo de estudo privilegiado para compreender a relações atual entre os meios de comunicação social e a política e até de cada um deles em separado.

Fazendo uma incursão pela recente pesquisa em escândalos de corrupção política pode-se considerar que existem três grandes categorias de escândalos: escândalos em torno da luta pelo poder; escândalos que envolvem transgressões sexuais; escândalo de ordem financeira (cf. Ekström e Johansson, 2008; Doherty et al., 2011). Mancini (2019) tomando como referência a crescente imbricação entre o ecossistema mediático e a política procede à distinção de três tipologias de escândalo: escândalo de corrupção; escândalo dos guardiões da consciência; escândalos de corrupção com orientação política. De acordo com Philp (2016) a definição de corrupção é estruturada por três dimensões fundamentais: a existência de um benefício pessoal de um dado funcionário público; que

ao priorizar os interesses pessoais, implica um prejuízo do “bem e interesse coletivo”; sendo que este processo tem como finalidade última beneficiar um terceiro que corrompe. Esta definição é a que mais consensualmente é aceite por toda a comunidade e que assenta na ideia de que o corruptor, que representa um dado interesse privado, pretende aceder a uma vantagem ou benefício que apenas a estrutura estatal pode conferir, para tal corrompe um funcionário. Ora, desde logo esta conceção implica que apenas existe corrupção e corrompidos na esfera estatal, o que empiricamente é difícil de sustentar (Sola-Morales e Rivera Gallardo, 2017; Gallego, 2013). Ainda assim, ela impele-nos para um princípio basilar da vida em democracia e de sociedades que são estruturalmente liberais, que passa pelo forte escrutínio dos servidores públicos, onde se incluem os atores e responsáveis políticos. É neste contexto, que se exerce um escrutínio e avaliação permanente sobre os decisores políticos, sobretudo quando estamos em sociedades intensamente mediatizadas onde os meios de comunicação social exacerbam traços como a personalização, o sensacionalismo, numa cobertura e enquadramento crescentemente “tabloideizado”.

Dissecando um pouco as causas para a cultura de escândalo que estrutura a interação entre os meios de comunicação social e a atividade política pode-se considerar que a lógica de mercado e a mercantilização das notícias e mais genericamente do jornalismo compreende uma condição de partida fundamental. Contudo, existem nuances culturais, como por exemplo uma menor tolerância moral, que promovem determinada tipologia de escândalo. Dito isto, importa relevar que estamos longe de uma abordagem ideal típica do tipo weberiana, servindo para defender que não existem tipologias de escândalo de corrupção política que sejam única e exclusivamente incluídas numa dada categoria.

3.10.1. O impulso comercial do escândalo de corrupção política: entre particularismos e curiosidades

Mancini (2019) ao ter uma abordagem de índole sistémica tenta estabelecer ligações entre os diferentes sistemas como articuladores dos dois grandes sistemas que considera: meios de comunicação social e o sistema político. Nesta medida, o escândalo de mercado resulta da corrida desenfreada por parte de jornalistas e meios de comunicação social pela transgressão e o exclusivo, de modo a atrair atenção, maximizando audiências.

Além da procura e maior disponibilidade para produzir e publicar notícias de escândalo de corrupção política, também se verificam mudanças de índole substantivo, isto é, no que concerne ao tratamento. Estas mudanças no tratamento passam sobretudo

pelo exacerbar da linguagem, nomeadamente enfatizando a negatividade e até a intensidade da transgressão cometida, de forma a exaltar a conduta contra normativa praticada, além de uma tendência para a personalização do processo de imputação das responsabilidades. Tumber e Waisbord (2004) reportam ainda que há uma tendência para retirar do contexto as alegadas transgressões cometidas, secundarizando o Quadro circunstancial em que ela ocorreu.

No contexto da eclosão de um escândalo impelido pelo mercado é verificável que este ocorre sobretudo em sociedades em que o Estado tem um papel relativamente mitigado na regulação do ecossistema mediático e que por isso os meios de comunicação social usufruem de um nível de autonomia considerável tanto na fase inicial de denuncia, como posteriormente na gestão do enquadramento. É um contexto em que os meios de comunicação estão maioritariamente na propriedade da iniciativa privada. Com efeito, há um predomínio dos escândalos de matriz sexual e sobretudo de carácter moral, a este facto não será alheio o eclodir do movimento MeToo e o respetivo escândalo nos Estados Unidos da América (Borelli-Kjaer et al., 2021). O ecossistema mediático inglês é talvez a realidade que se aproxima mais a este ideal, com a proliferação de meios de comunicação de pendor tabloide e com uma cultura bastante sedimentada neste estilo de jornalismo (Carter, 2002; Tumber, 2004). Por conseguinte, é lícito constatar que há uma clara apetência nestes contextos sistémicos para a mercantilização da privacidade e a transgressão de responsáveis públicos tornando-a um escândalo com grande valor comercial.

Tanto Inglaterra como Estados Unidos da América são comumente considerados liberais na teoria dos sistemas mediáticos (Hallin e Mancini, 2004) e de facto a ancoragem do jornalismo à ideia de mecanismo de controlo social apresenta enraizamento sociocultural nestes países. A prática jornalística é nestes contextos encarada como um agente de vigilância relativamente a práticas de transgressão, nomeadamente de atores envolvidos no processo político decisório. É neste Quadro que os meios de comunicação fruem de uma grande autonomia estratégica e de ação relativamente a outros polos de poder, como a política, mas também apresentam históricos níveis de profissionalização e de se constituírem como empresas com fins comerciais.

Neste ambiente o que se passa é fundamentalmente é um forte impulso para os meios de comunicação social investigarem e cobrirem os sucessivos escândalos, na medida em que isso serve o primado mercantil e comercial em que as empresas proprietárias procuram maximizar a rentabilidade económica dos seus investimentos e

não tanto aquela clássica função de vigilante do poder político na vigência dos princípios éticos inerentes à atividade jornalística. É neste role de tendências que a primazia na cobertura leva a um enquadramento não tanto no plano das potenciais causas e consequências da transgressão ou imoralidade, mas sublinhando os contornos particulares e curiosos dos acontecimentos e dos próprios atores envolvidos.

3.10.2. O escândalo nos meios de comunicação reduto moral da comunidade: da catarse social à competição mediática

Numa assunção de pendor funcionalista pode-se dizer que o jornalismo enquanto polo de poder e estruturador das instituições sociais desempenha uma função fundamental na coesão social, a de ser a reserva da consciência moral da sua comunidade, daquela que representa (Ettema e Glasser, 1998). Quando falamos em função, referimo-nos àquela de vigiar os outros polos de poder e de pugnar pelo cumprimento das regras sociais e políticas. O jornalismo de investigação é aquela ferramenta profissional que os jornalistas têm ao seu dispor de forma a descobrir e desvendar putativas imoralidades e transgressões cometidas por detentores de cargos público.

Os meios de comunicação social como reserva da consciência moral de uma sociedade devem estar particularmente atentos aos escândalos de corrupção de atores políticos, os quais devem pugnar a sua conduta dentro e fora das suas responsabilidades, pela virtude pública. Ainda na esteira funcionalista e sistémica dir-se-ia que o jornalismo assume duas funções que o incentivam a interessar-se e noticiar escândalos políticos de corrupção: desde logo porque assim cumpre um desígnio ético e profissional de investigar e noticiar fenómenos disruptivos do socialmente entendido como normativo, por outro lado, cumpre aquele a que designaríamos como desígnio societal, ao chamar atenção para um necessário julgamento público dos corruptos, numa espécie de catarse social e comunitária (Stapenhurst, 2000; Camaj, 2013; Mancini, 2019).

As idiosincrasias locais e nacionais devem ser colocadas na equação que reflete sobre o interesse do jornalismo e dos jornalistas nos escândalos políticos de corrupção. De acordo com Stetka e Örnebring, (2013), fatores como a combinação entre as liberdades políticas e a iniciativa empresarial podem constituir-se num modelo de gestão do jornalismo democrático-empresarial. Um segundo elemento que particulariza o ecossistema mediático nacional é a arquitetura jurídica e judicial (Hallin e Papathanassopoulos, 2002), ou por outras palavras, até onde a liberdade de imprensa é tolerada e até que ponto a atividade jornalística está protegida de ameaças e outro tipo de

perseguições. Por exemplo aquilo a que Mancini (2019) designa como escândalos de “guardiões da consciência” resultam na pré-existência de um largo universalismo normativo que inviabilize qualquer interpretação alternativa e parcelar sobre a natureza imoral e transgressora da prática denunciada pelo jornalista ou meios de comunicação social. Este tipo de escândalos é também mais comum entre as sociedades que social e culturalmente se apresentam mais coesas e consequentemente menos polarizadas em termos políticos. Acontece que atualmente com os inusitados níveis de polarização política, em particular no país porta-estandarte do modelo liberal de jornalismo como é o caso dos Estados Unidos da América (Klein, 2020) verificamos que se torna mais rara tal possibilidade.

Neste âmbito uma ideia que está a montante é intenso pendor comunitário, isto é, os jornalistas e meios de comunicação devem ser capazes de apreender o ideário ético e moral de uma dada sociedade e fazê-lo plasmar nas regras profissionais e dessa forma ter práticas consentâneas com as de um agente ativo da consciência comunitária. Esta asserção é posta em tensão, para não dizer mesmo em erosão, quando se verifica uma sobreposição entre interesses políticos, económicos e comerciais aos desígnios jornalísticos. Na maioria das situações em que eclodem transgressões e imoralidades não é possível encontrar modelos de escândalos que cumpram na integra critérios ideais tipo, isto é, muito raramente algum escândalo poderá ser integralmente composto por características exclusivamente de uma tipologia. O mais comum será mesmo a combinação de diversas categorias num mesmo evento escandaloso. Nesta medida, é que Mancini (2019) advoga que é possível observar na categoria que designa como escândalo de guardiões de consciência que será mais natural a sua emergência em sistemas sociais onde tanto o sistema de justiça é mais eficaz, como a própria sociedade civil apresentam maiores níveis de funcionalidade e onde a própria polarização política apresenta níveis bastante mitigados, pugnando desta forma pelo interesse comunitário. Obviamente que este modelo pressupõe a existência de um nível de autonomia considerável por parte do jornalismo e dos meios de comunicação. Nesta linha, como referem Allern e Pollack, (2012) é expectável observar um enquadramento tendencialmente alicerçado na descrição dos factos, mas também nas causas e impelindo a processos que podem levar ao afastamento dos atores políticos envolvidos.

Atentemos por exemplo ao caso das alegadas práticas ilícitas na IPSS Raríssimas. O que motivou a investigação por parte dos meios de comunicação social (TVI) foi o potencial do “furo”, ou exclusivo jornalístico. Esta asserção é comprovada pelo facto

desta reportagem inicial ter sido emitida a um domingo à noite no noticiário em *prime-time*. Contudo, nos dias e semanas subsequentes e com o desvelar de revelações e diversas alegações de ligações ao poder político, a motivação para a continuação do escândalo na agenda dos meios de comunicação social portugueses foi a procura e defesa do interesse público e com isso a encarnação daquilo a que se poderá designar como escândalo do guardião da consciência, sendo que no início o impulso foi o do mercado, numa estratégia de maximização das audiências. Talvez seja mais fácil encontrar ideais tipo numa fase que designamos por era dos meios de comunicação de massa, que cobre o pós-guerra até à viragem para o século XXI. É nesse contexto que o escândalo do Watergate pode ser encarado como um ideal tipo de escândalo de guardiões de consciência.

3.10.3. Orientação política dos escândalos de corrupção

Os escândalos de corrupção politicamente orientados constituem-se como uma categoria de escândalos relativamente autónoma demais. O desencadear de um escândalo desta natureza visa fundamentalmente objetivos políticos. Por outras palavras, diríamos que a lógica subjacente é que as revelações feitas de corrupção ou alegadas práticas ilícitas de um visado ator político vão ser objeto de arremesso político, para além de poderem também implicar a esfera económico-financeira. De acordo com Mancini (2019) são mais frequentes nos sistemas de meios de comunicação pluralistas polarizados. Estão fortemente associados a ciclos eleitorais, como foi demonstrado (cf. Le Moglie e Turati, 2019). Não obstante as motivações políticas dos escândalos de corrupção com orientação política, também não é descartar o impulso comercial e mercantil. Uma história de transgressão de um político é sempre um produto mediático apetecível e nessa medida potencialmente rentável (Wang e Sparks, 2019).

É um tipo de escândalo que se alimenta de informação sensível, que poderá estar armazenada e ser alvo de mercantilização de forma a poder em qualquer momento ser revelada, num momento politicamente relevante para o visado. É uma arma de arremesso político, uma vez que os danos reputacionais (Dziuda e Howell, 2021) causados são normalmente elevados e têm como alvo um determinado beligerante político. Desta forma, importa problematizar o papel editorial, mas também a preponderância comercial que leva a um meio de comunicação social a divulgar tal informação. Pode ser encarado como um momento em que se toma ou pretender tomar parte ativa do processo de decisão política atacando um determinado ator político que se percebe como opositor (Gingerich, 2009). Nestas circunstâncias, os meios de comunicação são parte ativa do processo

político, através do escândalo de corrupção com orientação política, na plena assunção enquanto agentes mediáticos.

Maier et al. (2019) estudando o escândalo na Alemanha verificaram que os jornais adotaram um determinado enquadramento do início ao final do escândalo sendo coerentes com essa escolha. Entre os diferentes jornais oscilaram entre o enquadramento predominantemente acusação e outros pela defesa. O enquadramento realizado pelo Bild assenta na privatização das acusações como estratégia discursiva no enquadramento distinguindo-se de todos os outros restantes. Também a atribuição causal é distinta no Bild e restante imprensa de referência, num uso em menor escala do enquadramento de ataque. A restante imprensa de referência tende a imputar individualmente as causas do escândalo. As recomendações de tratamento são muito escassas, de acordo com a demonstração empírica realizada.

O escândalo de corrupção com orientação política é reconhecido como um mau serviço à comunidade, violando os princípios éticos e deontológico da prática jornalística. As alegadas práticas são normalmente de origem contestável, ao basear-se em fontes anónimas, ou que os jornalistas não as revelam. Contudo, a componente instrumental não é apenas mensurável na fase das revelações, mas também como estas são enquadradas, nomeadamente no que diz respeito à linguagem utilizada e o enquadramento que lhe é conferido (Echeverría et al., 2021). Nestas circunstâncias, o ator político implicado será sempre enquadrado em tom negativo, envolto num conjunto de racionalidade próprias e que ferem os princípios da causa pública e do interesse coletivo.

Num contexto político mais amplo em que se observam profundas transformações no campo dos meios de comunicação social e da própria prática jornalística, através de um crescente pendor personalista da cobertura política, a confiança que os líderes políticos e partidários transmitem às populações reveste-se de redobrada relevância nas diversas disputas eleitorais e pelo poder (Thompson, 2001). Neste contexto, de exacerbação da relevância de intensa personalização na seleção e eleição dos políticos, os traços individuais e de personalidade encerram grande relevância na gestão da reputação, numa circunstância concreta de escândalo de corrupção com orientação política. Com efeito, pode-se conceber também o escândalo como o derradeiro teste de credibilidade do ator político (Akinola et al., 2022).

De acordo com Mancini (2019) o Quadro circunstancial em que o escândalo de corrupção com motivações políticas emerge é algo diverso e até distante aos diferentes sistemas de meios de comunicação social vigentes na Europa ocidental. Uma primeira

razão prende-se com a captura por parte de grupos económicos de meios de comunicação, que têm modelos de negócio dificilmente sustentáveis, o que deixa estes últimos vulneráveis aos interesses particulares e económicos dos seus detentores. Desta forma os proprietários conseguem ter um mecanismo de interferência no processo político que de outra forma lhes estaria vedado ou pelo menos bastante condicionado. Este Quadro circunstancial é ainda gizado por uma parca cultura de jornalismo de investigação (Jones e Sheets, 2009). Neste âmbito, os jornalistas não têm um Quadro que lhes possibilite uma referência ao nível de “boas práticas” jornalística, associada a uma fraca ou até inexistente identidade profissional. O escândalo em torno da candidata Hilary Clinton embora tenha características competitiva e guardiões de consciência, também é verdade que tem uma componente de escândalos de corrupção com orientação política.

Existe uma forte imbricação entre os diversos modelos de escândalo, na medida em que conjugam características e aspetos que os diferenciam entre si, mas simultaneamente detém características que os tornam conceptualmente sobrepostos. Não é possível conceber um Quadro teórico e reflexivo que tenha a veleidade de totalizar os escândalos de corrupção política e o seu respetivo enquadramento. Com efeito, é relevante afastar qualquer abordagem de pendor universalista, uma vez que existem idiosincrasias de diversa ordem, como económica, política e até oriundas do sistema mediático, que concorrem e se articulam, encontrando-se em diferentes disposições nos mais diversos países, mesmo considerando a Europa e as democracias liberais.

3.11. Os efeitos sociais e na opinião pública dos escândalos de corrupção política

Esser e Hartung (2004) já no início do século XXI consideravam que o escândalo mais do que uma revelação de uma transgressão ou imoralidade por parte de um político, é um evento mediático com consequências políticas. O escândalo contemporâneo é sobretudo um evento mediático que expõe o ator político na esfera pública. Evento mediático que também ele na última década se viu objeto de mudanças em face da emergência dos meios de comunicação alternativos e mais genericamente das redes sociais digitais como o Facebook.

Basinger (2015) demonstra que há penalização em termos eleitorais dos atores políticos, não sendo reeleitos para os seus cargos, observando-se efeitos penalizantes que vão muito além do tempo político e eleitoral imediato nos Estados Unidos da América

(Praino et al., 2013). Contudo, no continente europeu há demonstração empírica de que os efeitos negativos de um escândalo na reputação de um ator político existindo numa primeira fase, rapidamente se diluem num contexto de proximidade eleitoral (Larcinese e Sircar, 2014).

Deste modo, os indícios indicam que não há consenso relativamente à existência de uma relação entre escândalos políticos e respetiva punição eleitoral. Por outras palavras dir-se-ia que é necessária alguma prudência no estabelecimento de leis universalizantes relativamente à possível tese de que um ator político envolvido num escândalo terá necessariamente o seu futuro político hipotecado (De Vries e Solaz, 2017). Em diferentes latitudes culturais e políticas verifica-se que há uma tendência para um certo alinhamento entre a existência de punição política eleitoral quando um escândalo está associado ao ciclo e desempenho económico. Em plena crise da dívida e do Euro Anduiza *et al.* (2013) perceberam que os resultados das eleições autárquicas realizadas naquele contexto, foram pautadas pelo debate em torno das finanças públicas, contribuindo decisivamente para mitigar o efeito dos escândalos em que vários candidatos se viram enredados.

Hochstetler e Samuels (2011) analisaram quase três décadas de eleições presidenciais na América Latina e o sucesso eleitoral de candidatos que tinham estado envolvidos em escândalo de corrupção. As evidências empíricas reunidas indicam que não obstante algum clamor social e mediático, o desempenho eleitoral desses candidatos não foi afetado no médio e longo prazo, não se constituindo como elemento disfuncional das respetivas democracias. Um balanço ainda que parcial e provisório terá necessariamente de considerar que as idiossincrasias sociais, económicas, políticas e até históricas jogam um papel relevante no impacto político dos escândalos de corrupção que envolvem atores políticos.

Nesta linha de raciocínio é lícito equacionar o papel da opinião pública e do seu relacionamento com escândalos políticos. Também neste domínio pesquisas das últimas duas décadas apontam para uma tendência de maior penalização eleitoral e política relativamente a escândalos de índole económica e de abuso de poder, compativelmente a escândalos que se estruturam em torno de transgressões sexuais e mais genericamente que detenham contornos particularmente morais e que passem por aquilo que se convencionou por esfera privada dos atores políticos (Camerlo e Pérez-Liñán, 2015). Existe alguma evidência empírica de que a opinião pública faça alguma distinção entre esfera privada e pública dos atores políticos, aquando do julgamento político e eleitoral.

Embora, a coerência entre ideário ideológico e programático com que o ator político é conotado e a sua vida privada seja objeto de avaliação política e eleitoral (Vonnahme, 2014). Noutros termos e a título ilustrativo diríamos que a um líder político de direita conservador, que defende fortes restrição no acesso ao aborto, convém que na sua vida privada seja coerente com este imperativo político e também moral.

O papel e as ações dos atores políticos visados têm potencial impacto no desenrolar do escândalo da esfera mediática, mas também em termos políticos. Atentemos por exemplo ao papel dos atores políticos institucionais. De acordo com Bhatti et al. (2013) mediante a proximidade ideológica os partidos políticos tendem a definir um determinado posicionamento, isto é, mesmo não se tratando necessariamente do próprio partido do ator envolvido, o que a pesquisa sugere é que o posicionamento do partido resulta da maior ou menor proximidade ideológico, em caso de proximidade haverá lugar a uma postura de tolerância.

Uma parte relevante do estudo das consequências dos escândalos diz respeito ao modo como estes eventos transformam e condicionam as escolhas dos cidadãos eleitores. Vera (2020) demonstra que cidadãos com maiores níveis de sofisticação política tendem a não votar em líderes e candidatos políticos associados a escândalos de corrupção. Ainda que, tal como afirmado anteriormente, o ideário ideológico e político a montante, condicione a percepção de culpabilidade dos atores, aplicando-se um viés partidário e proximidade ideológica.

Continuando no plano analítico das implicações a jusante do escândalo a reação do próprio visado ou do conjunto dos visados joga um papel relevante. Maule e Goidel (2003) observam quando confrontados com alegações da mais diversa natureza, como de cariz sexual ou de corrupção, optando os líderes políticos por uma estratégia de desculpabilização, isso acarreta danos reputacionais duradouros e difíceis de ultrapassar. Em alternativa sugere-se que se opte pela assunção das culpas dentro de um Quadro circunstancial que mencione as condiciona em que foram feitas as escolhas.

A teoria da motivação do raciocínio permite distinguir duas categorias de motivação para o consumo e “absorção” da informação (cf. Fischle, 2000; Meirick, 2016). Nesta abordagem o processamento da informação dá-se perante uma dupla possibilidade, por um lado a precisão do objetivo e a possível direção do objetivo. À luz desta teoria os temas e problemas que compõem o debate público tendem a ser estruturados pelo objetivo direcional, em que as elações a reter serão condicionadas à retificação de juízos e pressupostos que o próprio ator detém previamente (von Sikorski et al., 2020). Serve isto

para postular, que o raciocínio motivado pode explicar, ainda que parcialmente, algumas das consequências e formas de gestão do escândalo por parte da opinião pública. Ora, contemporaneamente verifica-se o crescimento do cinismo político e da própria desconfiança em resultado dos diversos escândalos políticos. Lee (2019) ilustra que perante um escândalo um cidadão que tem uma atitude cínica perante a atividade política pode ver confirmado o seu pessimismo sobre os atores políticos concretos e mais genericamente sobre as disfuncionalidades da esfera política. O escândalo e a corrupção são assim entendidos como contribuindo para um processo mais amplo de desconfiança relativamente à política e suas instituições.

Nesta linha de raciocínio o mesmo autor faz a distinção concetual entre *percepções de transgressão* e *percepções de processo* (Lee, 2019). As percepções relativas à transgressão reportam-se à componente factual, ou por outras palavras, às práticas transgressoras e desta fase resulta a avaliação relativamente à dimensão da transgressão ou imoralidade cometida pelo ator político e que corporiza o escândalo. Por conseguinte, as percepções do processo dizem respeito à justiça do processo e o modo como se tem desenvolvido, avaliando-se a adequabilidade da potencial punição. Neste domínio fazem-se juízos que questionam não só a adequação do processo, mas também as respostas dos visados e a sua consistência. É neste Quadro que as percepções e representações dos escândalos são realizadas e contribuem para uma opinião pública informada sobre determinado escândalo.

Ainda no plano das implicações políticas dos escândalos pode-se considerar que estes podem desempenhar um papel catártico, ao permitir a subtração das consideradas “maças podres” do sistema e desta forma constituir-se como um momento de renovação. Já a segunda perspetiva concebe o escândalo como um evento (Ang et al., 2016), que faz perigar e erodir a confiança dos cidadãos relativamente aos atores, mas também instituições políticas

Contudo, esta erosão e impacto negativo dos escândalos na esfera política está longe de ser linear e até consensual. Bless et al., (2000) demonstram que a maior tensão e desconfiança relativamente aos atores políticos pode ser compensada pelo incremento da confiança em determinados atores políticos, mediante critérios pessoalistas, isto é, avaliando qualidades comunicacionais e de empatia, os cidadãos passam a depositar e confiar nos traços individuais. Claro, que esta asserção corrobora uma outra, de crescente valorização personalista do escândalo de corrupção política e até da cobertura da atividade política, enfatizando as supostas qualidades de caráter e moral do candidato e

não tanto o seu ideário político e programático que possa querer representar. Em última instância, à boleia de Lee (2019), pode-se considerar o cinismo político, como consequência do escândalo político, em que os atores são percecionados negativamente, independentemente da sua ação política concreta.

3.11.1. Consequências políticas da construção do escândalo de corrupção nos meios de comunicação

O interesse dos meios de comunicação social em relação a escândalos que envolvam atores políticos pode variar numa proporção considerável. O facto de existirem partidários da outra facção que demonstram algum tipo de solidariedade com o próprio visado, pode potenciar o desinteresse mediático (Puglisi e Snyder, 2011). Inclusivamente, meios de comunicação social partidários quando noticiam ações dos atores do seu espectro tendem a mitigar o interesse relativamente a escândalos que envolvam adversários políticos. Se considerada uma perspetiva longitudinal podemos observar que um escândalo revelado ao longo de um determinado período apresenta maior impacto negativo junto da opinião pública, comparativamente a um que se possa cingir a apenas uma notícia ou um episódio momentâneo (Graßl et al., 2021).

Em período de campanha eleitoral e de intensificação da luta política existem indícios de que o escândalo tende a ter uma menor proporção do agendamento mediático diário. A evidência empírica (cf. Gilens et al., 2007) aponta para a tendência de que perante a concorrência dos sucessivos anúncios tradicionais em contexto de campanha eleitoral, o escândalo vê-se remetido para uma condição secundária nas agendas dos diversos meios de comunicação social.

A linha editorial na cobertura e enquadramento dos escândalos, sobretudo naqueles que se prolongam ao longo do tempo, pode não se estruturar numa linha narrativa articulada com uma dada posição. Por outras palavras, diríamos que o enquadramento de um escândalo pode ser a sumula de um conjunto de *frames* que nem sempre se articulam uns com os outros, dando origem àquilo a que Kepplinger (2018) designou como enquadramento fragmentado, dando guarida à premissa de que a realidade não deve ser descrita a preto e branco e com isso os atores políticos envolvidos nos escândalos terão um papel dúplice. Nesta esteira, Lee (2019) refere que cabe aos cidadãos que consomem os conteúdos noticiosos apropriar-se dos fragmentos do enquadramento que melhor corroboram as suas representações de partida, condicionando emocional e

cognitivamente a opinião pública e que em última análise, de acordo com Wroe et al. (2012) levam à quebra do elo de confiança dos cidadãos com as instituições políticas.

No já clássico escândalo em torno do ex-Presidente Bill Clinton é consensual que o enquadramento mediático foi determinante no posicionamento da opinião pública (Lind e Rarick, 1999; Joslyn, 2003). Mais concretamente dir-se-á que o enquadramento predominantemente assente na atividade política e partidária contribuíram decisivamente para uma forte mitigação dos potenciais impactos negativos na imagem e reputação do principal visado (Shah et al., 2002).

Pesquisas recentes (Dancey, 2012; Muñoz, et al., 2012) associam o crescimento do cinismo político e da desconfiança política e institucional (Fieschi e Heywood, 2004) como resultantes de uma agenda mediática intensamente marcada pelo escândalo político. Estas pesquisas demonstram que uma cobertura dos escândalos de corrupção política assente em traços personalizados, no uso massificado de uma linguagem popular, para além de traço de privatização, em que são sublinhados componentes da esfera privada dos atores políticos envolvidos no escândalo, todos estes elementos contribuem para o cinismo e a desconfiança política experienciada nas sociedades ocidentais gizadas por regimes liberais (Jebril et al., 2013), mas também na própria cobertura de regimes autoritários (Jeong e Lee, 2021). Com efeito, pode-se postular que personalização e privatização da cobertura jornalística do escândalo político, constituem-se como categorias fundamentais na compressão das consequências políticas e do modo como o escândalo é enquadrado e agendado nos meios de comunicação social contemporâneos, desencadeando uma espiral onde se destacam o cinismo político e a desconfiança institucional. Nesta linha de raciocínio, é lícito postular que num momento de forte intensificação da mediatização, em que a informação e a própria política se constituem como produtos com forte pendor de entretenimento, as dietas mediáticas assumem particular relevância. Relevância essa que se verte no binómio entretenimento vs informação, mas também na intensidade com que um e outro tipo de conteúdos são consumidos pelos cidadãos.

3.11.2. Desafios e potenciais disfuncionalidades do enquadramento fragmentado do escândalo político nas redes sociais digitais

Os meios de comunicação social digitais e os escândalos políticos estão de “mãos dadas” nas sociedades mediatizadas, sobretudo por quatro razões principais: a crescente imbricação entre esfera privada e esfera pública, que consubstancia na privatização do

debate público e na publicitação e visibilidade da esfera privada (Prior e Sousa, 2014); o agendamento e o trabalho de *gatekeeper* de revelações potencialmente escandalosas deixa de ser monopólio de jornalistas credenciados (Langer e Gruber, 2021); também como indutor desta estreita relação entre os escândalos políticos e meios de comunicação digitais está o aparecimento nas últimas décadas das estações de notícias 24 horas por dia, que concorre para a aceleração dos ciclos de noticiabilidade (Cohen, 2008); finalmente e em face da crescente utilização dos meios de comunicação digitais em particular do Facebook, o acesso a informação está diametralmente mais facilitado o que possibilita aos cidadãos ter maior preponderância na emergência e consolidação de um escândalo (Lee, 2019). Estas quatro vertentes da penetração dos meios de comunicação sociais digitais na cobertura do escândalo político permitem postular que a informação que circula é intensa, constante e sobretudo parcelar e fragmentada.

Os meios de comunicação digitais e muito particularmente as plataformas digitais ao facilitarem o anonimato, a fácil e rápida disseminação de conteúdos sem qualquer critério jornalístico, possibilitam não só a homofilia política, mas também a identitária (Brown, 2018), juntando atores e cidadãos que de outra forma não teriam qualquer contacto, dando a estes a sensação de empoderamento e de dispensa de qualquer controlo social ou normativo que em interações cara-a-cara sentem. É neste contexto que a discursividade nos meios de comunicação digitais tende em geral a fazer-se com recuso à agressividade, ao ódio e tendo como alvos grupos sociais específicos como é o caso da discussão em tornos de escândalos de corrupção que invariavelmente têm como principais visados responsáveis políticos (Klein, 2017).

Ora, retomando a perspectiva do enquadramento fragmentado do escândalo (Kepplinger, 2018), percebemos que em redes sociais digitais como o Facebook, a disseminação e consumo de informação é feita de segmentos específicos do escândalo. Aliás, pesquisas recentes (Vaccari e Valeriani, 2021) demonstram precisamente que o contacto e experiência política nas redes sociais digitais, se faz de forma espontânea, não planeada e parcelar. Claro, que os ditos fragmentos do enquadramento dos escândalos que surgem aos utilizadores das redes sociais digitais resultam de uma prévia seleção não só de *gatekeeper* qualificados, como por exemplo jornalistas e responsáveis editoriais, mas crescentemente, por algoritmos que definem os conteúdos informativos. É lícito pensar que os cidadãos utilizadores das redes sociais digitais constroem disposições e representações sobre escândalos e de corrupção mediante esta seleção previa.

Os meios de comunicação sociais digitais estão envoltos em alguma ambivalência, no sentido em que contribuem para a formação de opinião dos utilizadores e em última instância para a consolidação da opinião pública; por outro lado, as redes sociais digitais como o Facebook ou Twitter são também espelhos da opinião pública, isto é, constituem-se também elas, como o reflexo dos fluxos comunicacionais e informativos que circulam externamente a estas. Serve isto para dizer que os escândalos de corrupção e seus enquadramentos fragmentados circulam nos meios de comunicação sociais digitais possibilitando a formação de opiniões e disposições sobre atores e temas como a corrupção. Este processo para além de potencialmente mais inclusivo na formação da opinião pública, também é, mais descentralizado com fluxos comunicacionais e interacionais oriundos de muitos polos.

As abordagens à capacidade de influência dos meios de comunicação social digitais demonstraram que os utilizadores são suscetíveis à opinião dominante, que encontram entre os comentários às notícias de escândalos, mesmo quando estes contrariam as suas disposições iniciais (Erzikova e McLean, 2020). Nesta linha, foi também possível detetar tendências de ajustamento opinativo quando os utilizadores destas redes sociais digitais são confrontados com comentários sobre escândalos, de autores que são percebidos com estatutos sociais elevados (Trottier, 2018). Há desta forma vazos comunicantes entre a opinião pública que se faz nas redes sociais digitais e nos meios de comunicação tradicionais sobre os mais diversos escândalos políticos, reforçando a premissa de que as representações relativas a escândalos e de corrupção, mais concretamente são em muito um processo de constante negociação entre estruturas cognitivas individuais, mas onde o ambiente e as circunstâncias, culturais, educacionais, políticas e mediáticas jogam papéis absolutamente relevantes.

Um traço transversal identificado por Lee (2019) passa por constatar que os comentários realizados em contextos de enquadramentos fragmentados são predominantemente favoráveis ao visado principal do escândalo. Ora, os comentários abonatórios a respeito dos atores políticos envolvidos no escândalo parecem beneficiar grandemente a mitigação do efeito naturalmente negativo de se ser visado num escândalo (Prochazka et al., 2018; Von Sikorski, 2016). Esta demonstração pode ser de extrema relevância no contexto de combate aos efeitos nefastos de um escândalo para a reputação de um líder político. Por exemplo, em vésperas de uma eleição relevante, um ator político é ligado a um escândalo e este é objeto de enquadramento nas redes sociais digitais, os seus apoiantes ou até mesmo *bots*, construídos por apoiantes podem disseminar

comentários mitigadores dos seus efeitos e assim tornar a atmosfera em torno do ator político menos hostil.

Os conteúdos produzidos pelos cidadãos utilizadores dos meios de comunicação digitais podem ir além dos comentários, em contexto de escândalo. Podem, enfim, produzir cartazes e *flyers* com teor humorístico de forma a sublinhar os seus pontos de vista. Os memes são um caso relativamente recente de produção de conteúdos alternativos às grandes marcas de meios de comunicação e que nem por isso deixa de ter efeitos e consequências políticas em contextos mais amplos de escândalos (Ross e Rivers, 2017). A produção deste tipo de conteúdos que circulam abundantemente pelas diversas redes sociais está ao dispor de um grande número de utilizadores e consumidores, bem como a sua produção está agora mais flexível e menos dependente dos tradicionais *gatekeepers* oriundos dos meios de comunicação tradicionais.

Com efeito, podemos constatar que os meios de comunicação social são fundamentais no modo como articulam os escândalos na esfera pública e desta forma condicionam a formação da opinião pública. Para termos uma melhor aproximação ao impacto dos escândalos na esfera pública, devemos desde logo conceber a ideia de que os escândalos podem ter consequências não só negativas para os visados, mas também positivas e que estes impactos podem não se reduzir aos atores políticos visados diretamente. Se na geração dos meios de comunicação social de massa a cobertura do escândalo era invariavelmente mediada tendo como critérios o número de notícias agendadas e que foram editadas pelos editores e demais *gatekeeper*, na era da comunicação digital o escândalo entra em colação aos cidadãos e utilizadores das redes sociais digitais, que podem influenciar a fase de eclosão, mas também de desenvolvimento do escândalo.

Lee (2019) faz a apologia de pesquisas futuras possibilitarem a comparação entre diferentes escândalos e como estes são enquadrados, seja a nível do mesmo país, mas também a nível internacional. Além da possibilidade de emergirem novas dimensões do enquadramento.

Capítulo 4 – Método

4.1. Do qualitativo ao quantitativo: uma abordagem baseada em métodos mistos

A investigação que visa a abordagem a um objeto social depara-se com desafios que dificilmente são os mesmos daquela que se faz nas ciências naturais e nas ditas ciências duras. Um desses desafios é a intensa imbricação entre investigador e objeto de estudo. Como é apresentado esquematicamente por Bryman (2016) são diversos os fatores que impactam no processo investigativo desde a sua conceção até à sua efetiva concretização. Nesta medida, existem condicionantes de natureza ontológica que em certa medida moldam as escolhas e definições categoriais com que se estrutura a pesquisa que na presente pesquisa é por exemplo o escândalo mediático. Por outro lado, existem limitações impostas pelo próprio posicionamento do investigador, que tendo um histórico e percurso biográfico tende de certo modo a refletir na escolha do tema e pelo qual é motivado. Um terceiro vetor que condiciona à partida a pesquisa e o investigador prende-se com considerandos epistemológicos e que pode ser ilustrado, por exemplo nas escolhas dos pressupostos de partida e que servem de ponto-de-partida para a pesquisa. Um quarto eixo passa pelas opções teóricas e que ao escolher uma abordagem, essa opção pode implicar a exclusão de uma outra, ou a proeminência de uma sobre a outra, sendo que no caso concreto da presente pesquisa partimos de uma abordagem teórica de síntese que consiste num diálogo entre a teoria estruturalista e fenomenológica da mediação. Finalmente, existem os considerandos práticos e que não são de todo um pormenor. Neste sentido, a ponderação entre os recursos existentes e o executável deve assumir-se como elemento a ter em linha de conta aquando do planeamento da pesquisa, mas também e em resultado de obstáculos não previstos durante a execução do programa de estudos.

A definição a construção de um objeto de estudo, como é o caso do escândalo de corrupção política e os seus impactos nas representações sociais dos atores, nomeadamente a sua confiança relativamente às instituições requereu a dupla a um fenómeno que se constitui como multidimensional, na medida em que começa por delimitar e caracterizar o escândalo de corrupção política para numa segunda fase medir o efeito da cobertura dos meios de comunicação nas representações de confiança dos cidadãos. A estratégia metodológica passou pela implementação numa primeira fase pela pesquisa de conteúdo às notícias de escândalos de corrupção: Operação Marquês (em dois

momentos distintos), Panamá Papers e Raríssimas. Este primeiro momento de recolha de informação consiste, tal como é explicado mais à frente, num conjunto de notícias previamente identificadas e recolhidas no âmbito das atividades de monitorização da opinião pública portuguesa feita pelo Barómetro de Notícias do MediaLab. Face a esta circunstância estamos numa primeira fase perante dados com estatuto de dados secundários, porém as notícias após serem selecionadas foram objeto de leitura e codificação numa série de dimensões e respetivos indicadores tal como se pode observar no Anexo B. Com efeito, estamos perante dados que resultam de um processo complexo que confere um estatuto híbrido a estes. Realizado o retrato do escândalo de corrupção política em Portugal, procurou-se perceber até as representações de corrupção dos portugueses seguem o padrão que é mediaticamente projetado pelos meios de comunicação e perceber que implicações tem ao nível da vida política, mais concretamente na confiança dos portugueses nas instituições (Sousa e Pinto-Martinho, 2022) que organização a sociedade.

Com efeito, estamos perante um duplo processo que se estrutura numa primeira fase através da coleta de dados de natureza qualitativa e que depois são tratados quantitativamente, através da quantificação e da frequência com que alguns dos elementos fazem parte do discurso jornalístico, para posteriormente se proceder à implementação de uma técnica de recolha de dados que é fundamentalmente quantitativa, como é o caso do inquérito por questionário on-line. Estas duas etapas têm desafios próprios que são vertidos em questões e objetivos específicos e que discutimos na secção seguinte.

4.2. Entre questões de investigação e objetivos específicos: aplicação de pesquisa de conteúdo e aplicação de questionário

A pesquisa centrada no conteúdo das notícias é despoletada por uma pergunta: estando Portugal mais próximo dos indicadores italianos de perceção de corrupção, como vimos anteriormente, é lícito questionar porque a cobertura jornalística na construção do escândalo em torno de Sócrates foi feita com recurso à personalização? A construção do objeto de estudo emerge na área de sobreposição de diferentes domínios científicos. Nesta medida, ele resulta do cruzamento de influências oriundas da sociologia, das ciências da comunicação e ainda da ciência política. O objeto de pesquisa que é o escândalo político e as suas repercussões sociais e políticas requer uma abordagem bietápica. A espessura

do objeto de estudo é construída a partir da caracterização do escândalo político, para a qual encetamos a pesquisa de conteúdo, mas também a medição das atitudes e representações dos cidadãos relativamente à confiança nas instituições.

No plano analítico a questão principal passa por perceber como num contexto de comunicação em rede e da crescente importância das plataformas digitais na formação da opinião dos cidadãos e na circulação da informação, a prática jornalística concreta tem priorizado o sensacionalismo, a personalização, bem como o *fait-diver* na construção do relato jornalístico sobre grandes casos de suspeitas de corrupção em Portugal? Deste modo, o objetivo geral da presente tese consiste na compreensão no modo como o escândalo de corrupção é construído pelos meios de comunicação social em Portugal e como este se repercute nas atitudes sociais e políticas dos cidadãos. Nas duas subsecções seguintes enunciamos as questões de investigação e os objetivos específicos relativas à pesquisa de conteúdo das notícias e de seguida as respetivas questões e objetivos específicos do questionário.

4.2.1. Questões e objetivos específicos da pesquisa de conteúdo

O escândalo enquanto produto mediático de uma sociedade intensamente mediatizada (Hjarvard, 2013; Couldry e Hepp, 2016) constitui-se como um domínio de forte apelo (Skovsgaard, 2014), aos mais diversos meios de comunicação em contextos democráticos (Just e Crigler, 2014). É nesta medida, que questionamos, se os escândalos de corrupção em Portugal em 2016-2017 tiveram o mesmo tipo de tratamento jornalístico por parte dos meios de comunicação social portugueses e seus grupos proprietários? O objetivo específico passa por: 1) caracterizar a cobertura da corrupção por cada meio de comunicação e respetivo grupo proprietário; 2) perceber quais os grupos empresariais de meios de comunicação e respetivos meios que demonstram maior interesse pelo fenómeno da corrupção; e entre os diferentes escândalos de corrupção.

Na esteira de estudos recentes foi observada uma crescente influência por parte das redes sociais digitais sobre os outros sectores de media, ditos tradicionais (Karidi, 2018; Greenspan, 2019). Desta forma, questiona-se em que medida existem diferenças entre os quatro sectores de media na cobertura do escândalo político em Portugal? O objetivo específico neste domínio assenta em 1) caracterizar a cobertura dos quatro sectores; 2) comparar a cobertura feita pelos sectores tradicionais e o sector digital; 3) discernir similitudes e diferenças entre a cobertura realizada pelos sectores de media tradicional e o digital.

De acordo com Berti (2019) em países com alta percepção de corrupção a cobertura jornalística tende a incidir o seu relato a partir de pressupostos de fenómeno generalizável à sociedade, sendo que em antagonismo, países em que a corrupção é percebida como fenómeno circunscrito o relato jornalístico concebe-a como fenómeno atomizado em determinados atores e personalizados, resultando numa cobertura intrinsecamente personalizada. No âmbito dos atores questiona-se até que ponto a cobertura jornalística do escândalo político em Portugal tende a concentrar-se nos traços pessoais e de carácter dos responsáveis públicos, secundarizando no debate questões programáticas e ideológicas?

Os objetivos específicos no domínio dos atores passam por: 1) identificar o estatuto com que os atores são construídos e apresentados nos escândalos; 2) compreender se existem diferenças entre as diversas categorias de atores, nomeadamente políticos e não políticos; 3) identificar os atores mencionados nas notícias; 4) caracterizar a construção dos atores envolvidos nas notícias; 5) medir a conotação dos atores individuais que fazem parte das notícias; 6) medir a conotação dos atores institucionais que fazem parte das notícias; 7) comparar a conotação com que são apresentados os atores políticos e as demais categorias de atores.

Dunaway e Graber (2022) constataam que no sector televisivo, por exemplo, o escândalo que tende a sublinhar traços como o sensacionalismo e a personalização, não discutindo os incentivos institucionais e estruturais existentes na sociedade que propiciam atos corruptos (Just e Crigler, 2019). No estudo do enquadramento importa abordar a componente moral, de forma a verificar a existência de uma tendência de transformar um ato transgressor da esfera íntima em ato público e com pendor político (Sabato et al., 2001; Hiebert, 2002). Com isto pode-se considerar que a cobertura jornalística do escândalo político se desvia de um espaço político-mediático que dissecar e debate as causas estruturais e incentivos institucionais para a corrupção?

Os objetivos específicos nesta dimensão do enquadramento são enunciados nos seguintes termos: 1) identificar diferentes tipos de enquadramento para cada um dos escândalos estudados; 2) delinear similitudes e diferenças de tratamento jornalístico dos escândalos considerados; 3) discernir entre as notícias dos escândalos de corrupção a alusão à origem das causas e sua respetiva imputação; 4) avaliar a existência de juízo moral nas notícias e a sua imputação; 5) perceber até que ponto as causas são atribuídas a fatores individuais ou estruturais.

Assumimos, baseados em Sousa e Triães (2007) que um processo e ato de corrupção tem essencialmente duas partes: o de corruptor e o de corrompido. A dimensão relativa ao estatuto no processo é antes de tudo um espaço em que se pretende observar, dentro do fenómeno da cobertura dos meios de comunicação sobre corrupção, a incorporação de atores com diferentes papéis, nomeadamente o de corruptor e o de corrompido, na esteira de estudos anteriores (cf. Sola-Morales e Rivera Gallardo, 2019; Gallego, 2013). Esta variável reporta ao papel desempenhado por cada ator mencionado nas notícias dos escândalos de acordo com os factos reportados pelos meios de comunicação e que são públicos. Para sustentar se conhecer com algum pormenor cada um dos escândalos estudados realizámos uma descrição de índole etnográfica (cf. Anexo A). De acordo com Just e Crigler (2019) em face de uma cobertura noticiosa da corrupção assente em negatividade; personalização; sensacionalismo; ramificações, a tendência é para um centramento do relato jornalístico nos atores com estatuto de corrompido. A consolidação de um ecossistema mediático onde os meios de comunicação digitais pontificam levam a que no confronto de perspetivas as opiniões de atores percebidos com estatuto social mais elevado detenham maior influenciar e capacidade de influenciar os demais (Trottier, 2018). A formulação do objetivo específico deste domínio de abordagem da pesquisa de conteúdo passa por: 1) identificar o estatuto no processo dos atores envolvidos nas notícias de corrupção nos meios de comunicação portugueses.

Goffman (1993) é um dos primeiros sociólogos a chamar atenção para a o Quadro circunstancial em que se inscreve a ação social deter um papel fundamental na interação e no modo como os atores se comportam. Nesta medida, define situação como a interiorização das regras e papéis por parte dos atores e que tem implicações no comportamento expectável de cada um aos olhos do “outro”. Em meados do século XX, Merton (1957) à luz da abordagem estrutural-funcionalista realça que é através da definição do complexo estatuto-papel que os atores ficam a saber como se devem comportar, estando estas regras e respetivo estatuto inscrito nas estruturas sociais, em que se integram as instituições sociais. Esta duplicidade teórica advinda de diferentes fontes de poder na definição do estatuto está inscrita nas estruturas sociais, cabendo ao ator a mera execução, socialmente competente. Meyrowitz (1985) alerta que a estruturação do sistema mediático tem concorrido para a emergência de uma área híbrida, onde os estatutos dos atores tende a incorporar aspetos da esfera privada e da esfera pública. Resulta que aos atores aos lhes ser conferido um estatuto, esse implica uma determinada conduta socialmente desejável, disrupções a esse padrão constituem potências

disfuncionalidades e que podem resultar de situações de humor (Billig, 2005), ou de práticas de corrupção, ferindo a ordem social vigente.

Nos estudos de ciências de comunicação desenvolvidos por Harold Lasswell (1948) argumenta que os meios de comunicação e ao veicularem uma determinada mensagem penetram na consciência do ator e cidadão. Assim, os meios de comunicação contribuiriam decisivamente para as opiniões e posicionamentos políticos dos cidadãos (Lasswell, 1951) e concomitantemente para o julgamento que estes fazem sobre os atores envolvidos em escândalos de corrupção, por via do relato realizado. Estas revelações ao virem a público provocam uma reação da opinião pública (Thompson, 2001), em face de serem acontecimentos que são percebidos como transgressões à normatividade social vigente. Gamson (1992) demonstrou que os escândalos tendem a salientar os atores que desempenham o papel de vítimas, dificultando a aferição do papel desempenhado pela arquitetura institucional. Em última análise notícias que sigam esta tendência tendem a ampliar o efeito centrado na imputação das culpas a determinados atores. Com efeito definimos como objetivo específico neste domínio a seguinte premissa: 1) reconhecer o estatuto dominante com que os atores envolvidos são construídos no discurso mediático.

4.2.2. Hipóteses de investigação - questionário

Em sociedades intensamente mediatizadas, a lógica dos media entra nas diferentes instituições sociais, tais como a cultura, a ciência, mas também na religião e na política (Hjarvard, 2013). A transformação das sociedades contemporâneas para além de ser observável no modo como se processa o relacionamento interinstitucional, também se realiza na esfera da prática quotidiana (Couldry e Hepp, 2016). Do ponto de vista institucional, verificamos alterações no padrão relacional entre a esfera dos meios de comunicação social e a esfera da política institucional, (Figueiras, 2017), a consequência ao nível quotidiano foi uma intensificação das trocas e do relacionamento entre os atores de ambas as esferas nomeadamente os detentores de cargos políticos e os jornalistas. Esta transformação de índole estrutural tem a sua réplica no plano fenomenológico e, em concreto, no modo como atores, como jornalistas e políticos se relacionam, em face de uns (políticos) terem a informação e o acesso à esfera decisória e os jornalistas de necessitarem de fazer o seu trabalho através do acesso privilegiado a fontes e a informações (Couldry e Hepp, 2016; Couldry, 2016). Assim, a política e tudo o que nela acontece torna-se um apetecível produto mediático com valor mercantil, levando àquilo a que Thompson (2001) designa como escândalo político mediático. Nesta emergente

cultura do escândalo, a política e mais concretamente a cobertura jornalística da política tende a escandalizar. Por escandalizar a atividade política compreende-se, de acordo com Entman e Stonbely (2018), a passagem de traços que recorrentemente estão conotados ao escândalo, imputando-os tanto a atores políticos institucionais, como a líderes e responsáveis políticos, de modo a exacerbar a transgressão e potencial conduta imoral e corrupta destes. É neste contexto teórico e empírico que von Sikorski (2020) demonstra a intensificação do escândalo entre as agendas mediáticas e nos próprios enquadramentos dos media nas sociedades democráticas ocidentais.

Ora, o efeito da ação dos agentes mediáticos junto da opinião pública e suas representações de corrupção não é um processo linear nem homogêneo, no sentido em que entre outros fatores intervém a própria estrutura local e nacional dos meios de comunicação (Mancini et al., 2017). Por outras palavras, o efeito mediático está em parte dependente da estruturação do sistema de media de cada país e das suas idiossincrasias. A cobertura da corrupção pelos meios de comunicação no Reino Unido tende a concentrar-se em casos de corrupção ocorridos fora do país e envolvendo empresas. Já em Itália, a cobertura da corrupção está mais marcada pela competição política e partidária em face do posicionamento dos meios de comunicação e por isso tende a sublinhar casos de políticos de forças políticas opositoras. O caso francês resulta da combinação dos dois casos anteriores. Desta forma, vemos que a cobertura jornalística da corrupção e a construção do escândalo de corrupção política é o resultado de um processo em que interferem fatores sociais, mediáticos e também políticos.

Os atores políticos são deste modo, o alvo central da cobertura política sobre corrupção e da construção do escândalo mediático de corrupção em contextos democráticos. A política e os seus atores são a peça fundamental na construção do escândalo mediático de corrupção. Embora não saibamos se estes são mencionados nas notícias, enquanto categoria social, ou de forma individual, criando discursivamente uma espécie de “cerco sanitário” em que ao atore político é entendido como “uma maçã podre”. Nesta linha de raciocínio, que Berti (2019) mede a cobertura jornalística mediante o eixo imputação individual da corrupção vs imputação coletiva da corrupção. Constata que o fenómeno da corrupção apresenta nuances no enquadramento realizado, entre Itália e Nova Zelândia. Alega que uma cobertura eminentemente individualizante do fenómeno da corrupção é típica de países com pouca corrupção percebida. Por outro lado, quando se trata de países com perceções de corrupção generalizada, como a Itália, a cobertura dos meios de comunicação tende a construí-lo como um fenómeno generalizado na sociedade

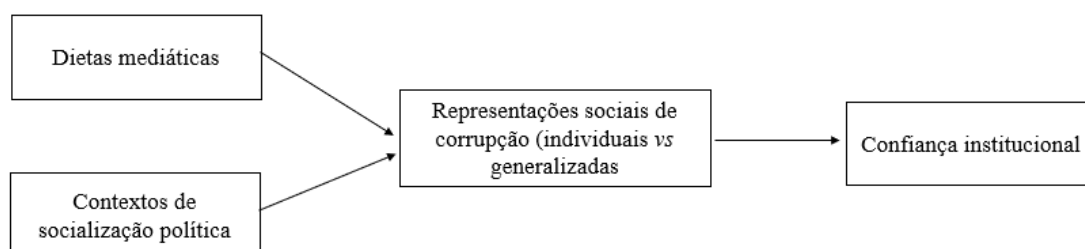
e em particular à classe política. Nesta linha, o desafio passa por caracterizar a realidade portuguesa relativamente à cobertura jornalística do escândalo de corrupção, sendo que para tal desígnio realizar-se-á a pesquisa de conteúdo às notícias de corrupção nos meios de comunicação social portugueses no biénio 2016-2017 como já mencionado no presente capítulo. Mais, perceber como a cobertura da corrupção em Portugal se repercute nas representações sociais dos cidadãos e se estas têm efeito na confiança nas instituições que estruturam a democracia. Neste sentido, formula-se a seguinte questão: como é que as representações de corrupção enquanto fenómeno, onde os meios de comunicação social em Portugal intervêm de forma decisiva, condicionam a confiança nas instituições por parte dos cidadãos? Para medir o efeito dos meios de comunicação nas representações sociais de corrupção e a jusante na confiança institucional definimos duas dimensões: as dietas mediáticas e os contextos de socialização política.

As dietas mediáticas que se reportam aos consumos que os cidadãos fazem de conteúdos mediáticos têm impactos muito diversos (Putnam, 1993) e nem sempre são os mais desejados, numa perspetiva de estímulo à atividade política e democrática. Na abordagem à agenda mediática é comum distinguir-se entre conteúdos informativos e conteúdos de entretenimento (Scott e Gobetz, 1992), e embora a fronteira entre ambas no ecossistema português seja bastante fluída (Cardoso *et al.*, 2016b), tem a pertinência de trazer a distinção entre entretenimento (ex.: Big Brother ou Got Talent) e conteúdos informativos (ex.: O Outro Lado ou Princípio da Incerteza). Seguindo implicitamente esta distinção, Figueiras (2017) sublinha que entre os consumos mediáticos mais densamente sofisticados em notícias de política podem surgir atitudes de cinismo relativamente à atividade política e à sua esfera institucional. Com efeito, depreende-se que os consumos mediáticos impactam na confiança nas instituições por parte dos cidadãos, por outras palavras, dir-se-á que maiores consumos mediáticos estão associados a menores níveis de confiança institucional. Lee (2019) vai mesmo mais longe ao estudar o escândalo político de corrupção e demonstra que a exposição intensa a este tipo de conteúdos impulsiona a desconfiança política e institucional. Para Ariely (2015), a confiança política e nas instituições está diretamente relacionada com a proximidade dos cidadãos relativamente aos meios de comunicação social. A literatura evidencia que existe relação entre as dietas mediáticas e as representações sociais de corrupção, e também que estas representações impactam na confiança institucional.

Na presente pesquisa, propõe-se que o processo que poderá explicar a relação entre as dietas mediáticas e a confiança institucional pode passar pelas representações

sociais de corrupção como fenómeno mais individualizado ou generalizado. Por conseguinte, as dietas mediáticas deverão estar negativamente associadas à confiança nas instituições políticas através de representações sociais da corrupção como fenómeno generalizado. Por outras palavras, e de acordo com percurso teórico desenvolvido, espera-se que maior consumo de conteúdos mediáticos esteja associado a representações sociais de corrupção como fenómeno generalizado e que, por sua vez, estejam associadas a baixos níveis de confiança institucional. Assim avançou-se com a seguinte hipótese de investigação (Figura 4.1).

Hipótese 1: as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre as dietas mediáticas e a confiança institucional.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4.1 – Modelo de investigação

Os contextos de socialização, designadamente os que dizem respeito ao contacto com a política (cf. Putnam, 1993; Portes, 1998) têm uma já longa tradição na sociologia e nas ciências da comunicação, uma vez que é a eles que se atribui grande relevância tanto no estudo do capital social, como nas atitudes políticas e formação da opinião pública. Em diversas pesquisas (cf. Hooghe, 2004; Sousa e Triães, 2007), devem distinguir-se diferentes Quadros de interação em que o contacto com a política se processa. É nesta linha de raciocínio, que Anduiza et al. (2013) demonstraram que a formação das opiniões sobre corrupção e o impacto que estas tinham em termos políticos e eleitorais dependia de o Quadro de interação predominante ser partidário ou não. Por outro lado, Akinola et al. (2022) defendem que existem diferenças de posicionamento político e do juízo que os cidadãos fazem sobre processo de corrupção, mediante estarmos perante contextos de socialização em que dominam os meios de comunicação sociais tradicionais ou os digitais.

A relação entre as representações sociais de corrupção e a confiança, nomeadamente a confiança política tem sido alvo de alguma atenção por parte de pesquisas recentes. De acordo com Wroe et al. (2012), a confiança política e a percepção de corrupção está associada, sendo que em sociedades em que a confiança política é baixa, a percepção de corrupção é normalmente elevada. De forma reiterada, Mancini (Mancini, 2019; Mancini et al., 2017) demonstra que a cobertura feita pelos meios de comunicação ao fenómeno da corrupção tem ancoragem social e política e que dela resulta uma opinião pública diversamente punitiva e desconfiada dos atores e instituições políticas. Assim, é expectável que o processo que explica a relação entre os contextos de socialização política e a confiança institucional (Sousa e Pinto-Martinho, 2022) possa passar pelas representações sociais de corrupção enquanto fenómeno mais individualizado ou generalizado. Por conseguinte, os contextos de socialização política deverão estar positivamente associados à confiança nas instituições políticas através da mediação das representações sociais da corrupção como fenómeno individualizado. Neste sentido definiu-se a seguinte hipótese de investigação:

Hipótese 2: as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre os contextos de socialização política e a confiança institucional.

4.3. Pesquisa de conteúdo: considerações metodológicas

A teoria do enquadramento, como tradicional abordagem ao estudo dos meios de comunicação, assenta na seguinte definição “Frames are organizing principles that are socially shared and persistent over time, that work symbolically to meaningfully structure the social world” (Reese et al., 2001: 11). A operacionalização da teoria do enquadramento reveste-se de um conjunto de opções metodológicas que a tornam um instrumento de grande utilidade e versatilidade. A postura construtivista permite a comparação e delimitação dos elementos vitais dos diversos casos de corrupção em análise (D’Angelo, 2002). Por seu turno, a proposta de Entman (1993), versa sobre o imperativo de considerar a totalidade do fenómeno observado. A tradição teórica e metodológica da análise de *framing* é aquela que permite adotar conceitos e abordagens distintos, mediante particularidades do objeto em estudo, contribuindo para a apreensão das particularidades relacionadas com a linguagem, mas sobretudo relevante no contexto específico da presente pesquisa, a caracterização do processo comunicativo em torno de casos corrupção, que se constituíram como escândalos.

O modo como os diversos fenómenos de corrupção são representados na comunicação social possibilita que se consolidem representações sobre escândalos e particularmente sobre corrupção na esfera pública. Na verdade, a corrupção, entendida como processo implica o secretismo relativamente a um conjunto de práticas, que em virtude de passarem a ser expostas pelos meios de comunicação, tornam-se do conhecimento geral, integrando a esfera pública e o debate político (Charron e Annoni, 2021), mesmo se considerada toda a panóplia dos meios de comunicação digitais, os quais mimetizam os modos de enquadramento dos meios de comunicação tradicionais (Manoli e Bandura, 2021). Com efeito, é lícito conceber que a generalidade dos cidadãos toma conhecimento dos casos de corrupção por via mediática, contribuindo decisivamente para a sensibilização da sociedade em geral e da opinião pública.

Deste ponto de vista, é imperativo compreender como os meios de comunicação constroem a corrupção, contribuindo de forma cabale para a consolidação de um padrão socio-normativo sobre corrupção. A escassez sobre investigação que verse sobre o papel dos media neste processo (Hajdu et al., 2018) enquanto mediador, por importante que possa ser, ele não é exatamente na mesma medida para todos os meios de comunicação que compõem determinado ecossistema mediático. Kramer (2019) demonstrou que existem media que no seu enquadramento enfatizam o entretenimento e de certa forma a banalização da corrupção, mas também existem aqueles que é sublinhada a componente moral e a luta entre diferentes órgãos de poder como o judicial e a classe política (Giglioli, 1996).

O interesse pela corrupção, por parte dos media também se pode expressar na priorização da cobertura relativamente a casos de alegadas práticas de âmbito internacional que envolvam atores privados, ou em alternativa em processos nacionalmente circunscritos e que envolvam a classe política, por exemplo (Mancini et al., 2017; Hajdu et al., 2018).

Relativamente à construção linguística e apropriação do vocabulário é generalizado o recurso a metáforas, por parte dos media, para descrever fenómenos enquadráveis nesta categoria (Bratu e Kazoka, 2018), frisando contornos sistémicos das representações socio mediáticas construídas e ignorando a diversidade de expressões e soluções mencionadas. Deste ponto de vista, o trabalho e as práticas jornalísticas representam um papel “filtrador” do que é alvo de agendamento e do que é ignorado, cabendo ao jornalista e aos media esse trabalho (poder) de enquadramento.

O objetivo da presente pesquisa passa por explorar o modo como os meios de comunicação portugueses fazem a cobertura da corrupção fazendo uso da teoria do enquadramento da corrupção, entendida como fenómeno social.

O ano de 2016 em termos de cobertura noticiosa em Portugal fica marcado pela “descoberta” de dois casos de corrupção que pautaram a agenda mediática nesse ano. Por um lado, o escândalo internacional do Panamá Papers, ainda nos primeiros meses de 2016 e por outro lado, o alegado favorecimento da Octapharma nos negócios com o INEM já no final do ano, mais precisamente em dezembro. Em fase de continuidade e desenvolvimento continua o processo em torno do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates, que é investigado no âmbito da “operação Marquês” visando uma alegada teia de interesses e troca de favores entre a cúpula política e a elite económico-financeira portuguesa.

Ora, o chamado processo do Panamá Papers consiste no desvelar de um total 11,5 milhões de documentos por parte do Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (CIJI), bem como o jornal alemão “Süddeutsche Zeitung”. Todo o manancial de documentos tem origem na sociedade de advogados Mossack Fonseca com sede no Panamá. À luz do dia vieram informações acerca dos procedimentos de “engenharia financeira” realizada por parte da sociedade de advogados, para dirigentes políticos, celebridades do mundo do espetáculo, ou ainda atores e organizações internacionais relacionados com o mundo do crime como o tráfico de droga e armas. O recurso a empresas offshore visa esconder do escrutínio público e das suas respetivas opiniões públicas nacionais, as verbas acumuladas e os fluxos financeiros associados. Deste modo, são visados diversos tipos de atores, mas entre estes destacam-se políticos, personalidades do mundo do espetáculo e crime organizado. O processo foi desencadeado pelo consórcio de jornalistas de investigação, que tornou público um conjunto de informações que alegadamente seriam objeto do maior sigilo. Das 173 notícias publicadas em destaque em 2016 sobre este tema, apenas 29 não o foram no período compreendido entre as semanas 14-16.

O último trimestre de 2017 ficou marcado pela erupção do caso Raríssimas. A Raríssimas é uma IPSS, que exerce a sua ação no âmbito da assistência a famílias com crianças portadoras de doenças raras. No centro esteve a sua ex-presidente e fundadora Paula Brito e Costa que é suspeita de práticas financeiras danosas para a instituição. Algumas das práticas ilícitas dizem respeito a aproveitamento ilícito de dinheiro para compras e outros gastos de natureza pessoal, pagos por verbas da instituição. As alagadas

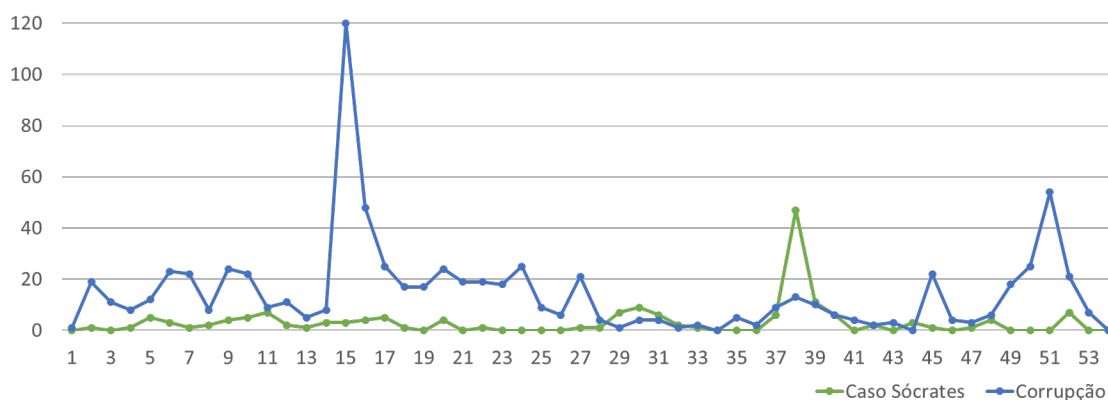
práticas ilícitas vieram a público pela “mão” da TVI que fez uma reportagem, exibida no noticiário de sábado à noite de 9 dezembro 2017.

4.3.1. Pesquisa de conteúdo - seleção dos escândalos de corrupção

As notícias foram selecionadas a partir da distribuição das mesmas ao longo das semanas dos anos de 2016-2017 nos destaques dos vários meios de comunicação social que fazem parte do Barómetro de Notícias do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. O Barómetro de Notícias no biénio 2016-2017 analisa os principais destaques noticiosos a partir de uma amostra semanal de 413 peças noticiosas, que se desdobra em 59 notícias diariamente. Estas são publicadas em posição de destaque ou em abertura de noticiários, mediante do sector de media que se trate ou mesmo órgão de comunicação social em causa. Em termos mais concretos pode-se dizer que a seleção é feita mediante os seguintes critérios: quatro primeiras notícias nos noticiários televisivos das 20h da RTP1, SIC, TVI e CMTV; as três primeira notícias dos noticiários de rádio das 8h na Rádio Renascença, Antena 1 e TSF; quatro peças com maior destaque nas primeiras páginas das edições impressas dos jornais Correio da Manhã, Jornal de Notícias, Público, Diário de Notícias; três peças com maior destaque nas *homepages* da SIC Notícias, TVI24, Expresso, Observador, Jornal de Notícias e Público.

Numa abordagem de natureza exploratória verificámos que a cobertura mediática da corrupção é um objeto de permanente “alimento” da comunicação social ao longo dos dois anos. Contudo, existem momentos de exacerbação mediática em torno de determinados acontecimentos e atores. Uma vez que pretendemos estudar o “caso Sócrates” (cf. Figuras 1 a verde), este estudo passa também pela estratégia de contraste. Contraste, com outros casos que emergiram ao longo deste período. No ano de 2016 observamos que na semana de 15 a 17 dominou o Panamá Papers e o “caso Sócrates” tem um pico de cobertura mediática nas semanas de 37 a 39.⁸

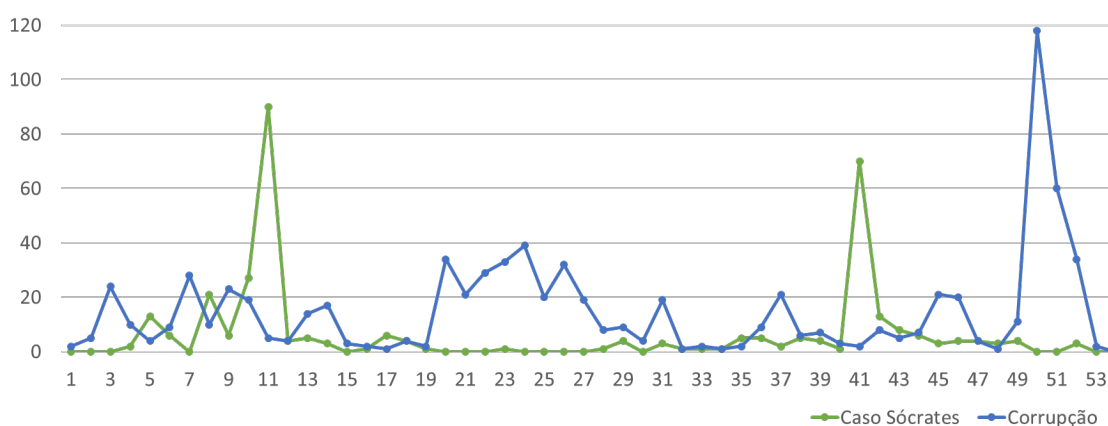
⁸ No anexo A é possível obter uma descrição de índole etnográfica acerca dos quatro casos em estudo.



Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, ISCTE-Instituto Universitário 2016 (N =949). Cálculos próprios.

Figura 4.2 - Notícias de corrupção 2016

Em 2017 o “caso Sócrates” (cf. Figura 2 a verde) tem maior cobertura nas semanas 10 a 12 ao passo que entre os outros casos de corrupção emerge em grande destaque o “caso Raríssimas” nas semanas 49 a 51.



Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, ISCTE-Instituto Universitário Lisboa 2017 (N = 1139). Cálculos próprios.

Figura 4.3 - Notícias de corrupção 2017

Estas opções permitiram incluir na análise os períodos com a cobertura máxima dos respetivos escândalos. Deste modo, foi possível ficar uma amostra de peças noticiosas a cifrar-se nos 485 distribuídas pelos quatro surtos noticiosos.

Entendendo cada peça jornalística como uma unidade da análise, procedeu-se à codificação mediante a existência de dispositivos discursivos tanto no título como no primeiro parágrafo de cada uma. A teoria do enquadramento apresenta quatro funções

fundamentais: definição do problema; reconhecimento das causas; existência de julgamentos de caráter moral; e recomendação ou sugestões relativas a potenciais soluções para a resolução do problema em causa (Entman, 1993).

As unidades de análise são compostas por categorias, variando de duas até dez, em cada uma das variáveis, sendo que estas são mutuamente exclusivas. Por outras palavras, nenhuma unidade de texto (notícia) podia ser assinalada em mais do que uma categoria em cada variável. Por conseguinte, os códigos eram selecionados se os seus dispositivos característicos fossem encontrados no título, ou no primeiro parágrafo da unidade de análise.

A fiabilidade intercodificador está garantida à partida, da codificação ter sido realizada exclusivamente pelo investigador responsável (Krippendorff, 2018).

Realizada a componente quantitativa da codificação e sistematização dos dados, avançou-se para a apreciação qualitativa dos mesmos e que se encontram integralmente transcritas no anexo B. Estas considerações de natureza eminentemente etnográfica estão de forma implícitas na análise dos dados e das respetivas reflexões que lhe sujassem.

É bom notar que estes pontos de maior cobertura de corrupção não incluem apenas os supracitados casos (no caso das linhas azuis). Para a prossecução desta abordagem, definimos para cada um dos quatro momentos (dois “caso Sócrates” e Panamá Papers e Raríssimas). Uma depuração cuidada da base de dados permitiu ficar com um n=485 notícias.

Quadro 4.1 - Distribuição por Escândalo

	N	%
Panamá <i>Papers</i>	144	29,7
Caso Sócrates - 2016	63	13,0
Caso Sócrates - 2017	121	24,9
Raríssimas	157	32,4
Total	485	100,0

Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa.
Cálculos próprios.

Desta forma, o resultado em termos de proporções dos casos de corrupção em estudo, ficam relativamente equilibrados, com 29,7% do Panamá Papers, 37,9% no conjunto das duas fases do caso Sócrates e finalmente os 32,4% do caso que envolve a instituição de apoio a crianças com doenças raras, Raríssimas.

4.3.2. Pré-teste

De forma a identificar lacunas e deficiências das dimensões e indicadores que compõem a pesquisa de conteúdo procedeu-se à realização do pré-teste. Para esta fase foram selecionadas num total de doze peças jornalísticas sobre corrupção. Realizado no dia 10 dezembro 2021, as doze notícias foram selecionadas mediante o critério de serem contíguas aos quatro escândalos estudados. Deste procedimento não foram realizadas alterações nem substantivas nem formais relativamente à proposta inicial.

4.3.3. Conceitos e medidas

Meios de comunicação e grupos proprietários

Em termos históricos um momento determinante na autonomização dos meios de comunicação social, como vimos nos capítulos precedentes, passou pela profissionalização não só da profissão, com a cristalização de um conjunto de práticas jornalísticas, mas também pela emergência de infraestruturas económicas e empresariais que progressivamente injetar investimento na melhoria das condições de trabalho nas redações (Figueiras, 2017). A profissionalização dos media teve como A constituição em empresas acentuou uma tendência já estrutural de posicionamento ideológico e/ou político explicitou ou implícito por parte dos meios de comunicação social (Dimaggio *et al.*, 2004) A escandalização da cobertura da corrupção tende a desembocar na criação de desigualdades de participação e acesso ao espaço público (Tumber e Waisbord, 2019). Na sua origem os meios de comunicação, nomeadamente a imprensa escrita emergiu associada a partidos e a outros atores da sociedade civil como a Igreja Católica (Hjavarð 2014; Couldry e Hepp, 2016). Desta forma opta-se pela categorização dos meios de comunicação a partir das empresas proprietárias e a jusante a sua fragmentação nas diversas marcas de media que os compõe: Cofina; Global Media; ICentral News/Newshold SGPS; Impresa; Media Capital; Observador On Time, S.A.; Público/Sonaecom; Rádio Notícias; Rádio Renascença Lda; RTP. No. Total são contemplados dezanove meios de comunicação: Antena1; Correio da Manhã CMTV; Diário Notícias; Expresso On-line; i; Jornal Notícias; JN On-line; Observador; Público; Público on-line; Rádio Renascença; RTP; SIC; SICN on-line; Sol on-line; TSF; TVI; TVI24 on-line.

Na plena assunção de uma perspetiva fenomenológica (Couldry e Hepp, 2016) define-se comunicação como um conjunto de práticas minimamente estabilizado que permite aos agentes envolvidos no processo comunicacional “produzirem sentido” dando

significado às experiências quotidianas. Embora investigação recente aponte para uma intensa troca de características entre os diversos meios de comunicação, opta-se por levar a cabo a sua distinção (Chadwick, 2017). Alguns dos meios de comunicação são desdobrados nas suas versões on-line de forma a operacionalizar o contraste que se pretende realizar entre sectores tradicionais e digitais.

Sectores

A definição clássica de meios de comunicação de Niklas Luhmann (2000) remete-nos para aquilo a que designaríamos como uma visão de carácter institucionalista de base tecnológica na medida em que se concebe por meio de comunicação as instituições que se apropriando de tecnologia de modo a possibilitar a reprodução, dispensando a presença física dos agentes que fazem parte do processo comunicacional. Assim serão considerados os seguintes sectores de media: imprensa escrita; rádio; televisão; on-line. Com posterior recodificação e categorização entre tradicional em resultado da junção da imprensa. Escrita, rádio. E televisão e. por outro lado o sector digital que resulta do somatório das notícias publicadas pelos meios de comunicação on-line.

Atores

Ao longo do primeiro capítulo, em que se problematizou o conceito. De escândalo, verificou-se que a dimensão relativa aos atores é central na efetiva compreensão. Numa fase avançada da mediatização das sociedades contemporâneas os atores políticos são impelidos a exacerbar as componentes cénica e performativa (Cottle, 2006) e em resultado estão também mais suscetíveis à atenção jornalística. O modelo de comunicação emergente consiste num triângulo que articula atores políticos, meios de comunicação social e cidadãos (Swanson e Mancini, 1995; McCombs, 2004). A operacionalização desdobra-se em diversas variáveis de forma a cobrir os diferentes Quadros de interação que estão subjacentes aos relatos jornalísticos e noticiosos. Deste modo e porque se trata de quatro escândalos que em medida. variável têm ancoragem à realidade portuguesa categorizam-se. Os líderes partidários institucionais do biénio 2016-2017: Atores/líderes partidários - António Costa; Pedro Passos Coelho; Catarina Martins; Jerónimo Sousa; Assunção Cristas; André Silva; Heloísa Apolónia; Marcelo Rebelo de Sousa. Além da menção a instituições partidários: Atores Partidários – Partido Socialista; Partido Social Democrata/Partido Popular Democrata; Bloco de Esquerda; Partido Comunista

Português; Centro Democrata Social/Partido Popular; Partido Ecologista os Verdes. Fora da estrita esfera política procura-se atores mediante a sua notoriedade pública, o seu papel nos diversos escândalos, para além da centralidade de atores específicos tenham na própria estruturação e desenvolvimento dos acontecimentos como são os casos do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates e a ex-dirigente da Raríssimas Paula Brito e Costa. A efetiva compreensão da corrupção enquanto fenómeno mediatizável deve ser norteadada pela articulação do papel dos meios de comunicação e sua relação com o sistema judicial e instituições políticas (Pujas, 2003). É precisamente em face dessa necessidade que os diversos atores oriundos destas três esferas de ação social são considerados quando se procede à operacionalização. As categorias que operacionalizam este indicador são: Identificação dos atores 1 - 1 Advogados defesa; 2 Agente de justiça/tribunais/juízes; 3 Elites económicas-financeiras; 4 Investigação/polícia; 5 Jornalista/comunicação social; 6 Paula Brito e Costa; 7 José Sócrates; 8 Responsáveis políticos; 9 Raríssimas; 10 Outros. Este indicador foi reproduzido em três para se poder quantificar as situações em que nas notícias sobre os escândalos estudados são mencionados diversos atores, até um máximo de três.

Ainda na senda da identificação e caracterização dos atores procura-se categorizar a natureza dos atores, isto é, o modo como o discurso noticioso e jornalístico se socorre dos diferentes atores envolvidos: Natureza dos atores (filtro) - 1. Institucionais; 2. Individuais; 3. Ambos. Esta questão compartimenta as notícias pelo facto de mencionar atores institucionais, ou atores individuais e ambas as categorias. As categorias que operacionalizam os Atores institucionais são: 1 Partidos políticos; 2 Empresas; 3 Governo/Autarcas/candidatos; 4 IPSS; 5 Ministério Público; 6 Juízes; 7 Outro. Associado a cada ator institucional identificado procura-se compreender se a menção é feita de forma a relevar aspetos positivos ou negativos da ação da instituição no escândalo. Desta forma, a conotação do ator institucional passa por: 1 Negativa; 2 Neutra; 3 Positiva. A mesma operacionalização foi também realizada para a existência de atores individuais: Atores individuais: 1 Não-políticos; 2 Políticos Sendo que a conotação passou por: 1 Negativa; 2 Neutra; 3 Positiva. De acordo com Just e Crigler (2019), o enquadramento mediático da corrupção tende a exacerbar a dramatização, de forma a captar a atenção de um maior número de cidadãos consumidores. Deste modo, enquadramento do escândalo assenta sobretudo na personalização e em pormenores de interesse público relativo, surgindo muitas das vezes na agenda noticiosa entre as notícias surpreendentes (O'Neill e Harcup, 2009). A noticiabilidade de um escândalo é já por si, intrinsecamente negativa, contudo,

assiste-se a um reforço desse espectro da negatividade quando se trata da cobertura da atividade política e seus atores (Lengauer et al., 2012). De acordo com Bennett (2016), a construção mediática de um escândalo passa também pelo enfatizar dos traços individuais e da ação ou suporta ação dos atores políticos, em claro detrimento das causas estruturais que potenciaram o escândalo, desembocando numa excessiva simplificação dos acontecimentos, mas essa é a fórmula de captar a atenção dos consumidores (cidadãos). Dito isto, é expetável que a cobertura noticiosa dos escândalos de corrupção estudados ao envolverem decisores e dirigentes políticos denotem um tom negativo ao longo da narração jornalística.

Estatuto dos atores

Estatuto dos atores é uma dimensão fundamental na teorização recente sobre o escândalo político e mediático (cf. Sola-Morales e Zurbano-Berenguer, 2019; Just e Crigler, 2019) constituindo-se como elemento charneira na efetiva compreensão do escândalo, enquanto placo de ação político-mediática contemporânea. A conceção de escândalo tem a montante a ideia de uma transgressão normativa fictícia ou factual. A passagem do estrito domínio privado para o público, implica que uma potencial pluralidade de atores seja envolta direta e/ou indiretamente. Neste role de envolvidos, estão aqueles aos quais são imputadas transgressões, mas também aqueles que direta ou indiretamente são prejudicados, além dos diversos agentes de justiça, mas também de investigação que dão corpo ao processo, além dos respetivos representantes legais dos envolvidos de jornalistas ou meios de comunicação social e ainda os denunciadores.

Perante um modelo emergente de comunicação os próprios atores, na sua condição de cidadãos, podem tomar posição ativa num escândalo, nomeadamente na sua eclosão, uma vez que agora o acesso ao espaço público pode estar à distância de uma publicação ou *post* numa rede sociais digital, como são os casos do Facebook ou Twitter. Aliás, a diversificação dos atores potencialmente envolvidos num escândalo é também por si só um elemento condicionador na própria formação de um escândalo (Bruce e Sambei, 2006). É precisamente nesta senda de um modelo de comunicação bastante descentralizado em que atores tão diversos como líderes políticos, jornalistas e cidadãos participação nos meios de comunicação digitais como são exemplo o Facebook e o Twitter (Stieglitz e Dang-Xuan, 2013), que se assiste a um forte carácter inesperado dos

escândalos e dos atores implicados (Lawrence e Boydstun, 2017). Com efeitos, os jornalistas deixam de ter o monopólio da construção da narrativa sobre os acontecimentos.

Nesta senda, com a tendência de um enquadramento mediático do escândalo assentar em contornos individuais (Gamson, 1992), e muito particularmente e no caso dos meios de comunicação televisivos a focar-se nos atores que são constituídos como vítimas (Just e Crigler, 2019). De outro modo, dir-se-ia, que a cobertura do escândalo assenta sobretudo em atores com estatuto de vítimas, ampliando o viés de imputação das culpas a atores individuais, secundarizando fatores institucionais (Sola-Morales e Zurbano-Berenguer, 2019). Just e Crigler (2019) operacionalizam a sua conceção de escândalo ancorando-o à discursividade jornalística: negatividade, personalização, sensacionalismo, ramificações. A demonstração empírica recente (Zurnic, 2013) advoga a intensificação da personalização, enquanto recursos discursivos nas notícias, sobretudo quando envolve atores políticos e decisores com responsabilidades públicas. Essa possibilidade vai ser testada em face da natureza dos escândalos estudados na presente pesquisa.

Neste role, a negatividade é o padrão dominante em notícias que tenham atores individuais, quer institucionais. O mesmo ator mencionado em notícias de escândalos pode até deter diversos estatutos. Desde logo, em face da realidade dos factos é possível conotar um estatuto dentro do processo a cada ator. Foi precisamente isso que se pretende efetivar ao considerar as seguintes categorias (estatuto no processo): 1 Corruptor; 2 Corrompido; 3 Indefinido. Por seu lado, o mesmo ator também é categorizado mediante o estatuto atribuído no discurso jornalístico, em concreto naquela notícia, considerando as seguintes categorias (estatuto no discurso jornalístico): 1 Acusado; 2 Acusador; 3 Indefinido.

Enquadramento

No enquadramento e tratamento jornalístico incluímos um conjunto ainda relativamente vasto de indicadores que vão desde a manchete à caracterização e definição do problema, de forma a compreender como o trabalho jornalístico concebe e trata a corrupção, mas também os atores que compõem a relato. A manchete é o mecanismo primordial ao dispor dos jornalistas de forma a destacar um assunto de forma rápida e simples (Andrew, 2007; Palau e Palomo, 2021). De acordo com supramencionado estudo verificou-se uma substancial disjunção entre os conteúdos da notícia e aqueles que faziam parte. Da manchete, potenciando um relevante diferencial desconhecimento entre os leitores das

manchetes e aqueles que seguiram a história no corpo da notícia. Pese embora esta constatação a existência e proeminência de um dado tema na como manchete é uma decisão que revela uma opção editorial de dar destaque a esse tema. Deste modo, procurou-se contabilizar o número de manchetes ao longo das 485 notícias. Consideraram-se três tipologias de enquadramento: 1 Quadro jogo; 2 Quadro autorreferencial; 3 Quadro substância. No fundo, o Quadro substância é aquele que corresponda mais plenamente às tradicionais funções do jornalismo e que se pode condensar na ideia de que ele consubstancia um tratamento jornalístico em que efetivamente existem avanços e potenciais esclarecimentos sobre o escândalo noticiado (Aalberg, 2012). Lawrence (2000) defende que a conflituosidade associada à estratégia dos atores é central. Na compreensão do modo como os meios de comunicação enquadram a atividade política em geral. O enquadramento jogo está deste modo associado a determinantes institucionais como o sistema político e partidário, enquanto fomentadores da conflituosidade ideológica, mas também e sobretudo relativamente ao nível de especialização dos meios de comunicação (Dimitrova e Kostadinova, 2013). Esta tipologia de enquadramento é particularmente relevante quando se trata de escândalos políticos de corrupção, uma vez que corporiza características definidoras tanto do enquadramento do escândalo como da cobertura jornalística da atividade política como se pode descrever nos capítulos precedentes. Finalmente o enquadramento autorreferencial reporta-se à quebra do laço entre a realidade factual e objetiva e os relatos jornalístico, ao concentrarem-se em factos e acontecimentos fictícios e que são resultado da própria cobertura mediática (Noth, 2008). Goldstein (2015) constata que existe uma forte tendência de autorreferencialidade na cobertura da atividade política, em que os comentadores políticos desempenham papel charneira. No fundo, com este indicador pretende-se categorizar a notícia mediante a possibilidade de existirem avanços ou não na narração jornalística dos acontecimentos.

A fonte no enquadramento tem como finalidade identificar o ator ou agente que está no centro da peça noticiosa seja ele: 1 Envolvido em casos de corrupção; 2 Adversário de atores acusados; 3 Envolvido em processos (ex.: agentes do sistema judicial). As fontes desempenham um papel central no trabalho jornalístico e muito em particular no enquadramento que lhe subjaz (Manning, 2000). Desta forma poder-se-á medir até que ponto a cobertura dos escândalos de corrupção estudados recorre a que tipo de fontes, aos acusadores ou a adversários políticos, ou aos próprios visados pelas

acusações, havendo ainda lugar a agentes que assumem papéis de investigação e de aplicação da justiça.

Com o centro do enquadramento pretende-se discernir se o plano da ação dos atores que compõem a notícia. Definiram-se como categorias: 1 Nível institucional; 2 Nível individual; 3 Não mencionado (Berti, 2019). O palco de interação. Dos atores contruído pelo discurso mediático é de extrema relevância em face da efetiva compreensão do Quadro contextual do escândalo e concretamente das transgressões que lhe dão corpo. No fundo, pretende-se apurar se o enquadramento é ancorado a uma explicação considerando os condicionalismos institucionais, ou se em alternativa sublinhas os contornos individuais dos diversos atores implicados.

Na linha do indicador anterior a definição do problema passará por considerar: 1 Problema generalizado (corrupção como emergência); 2 Caso isolado (corrupção como exceção, integridade do sistema), terá como objetivo categorizar cada peça noticiosa mediante o discurso jornalístico sustenta a premissa da corrupção como fenómeno endémico e generalizável à sociedade ou em alternativa se o fenómeno abordado na notícia é concebido como um fenómeno essencialmente isolado sem qualquer ligação com as demais esferas atores que compõem o tecido social (Berti, 2019). Finalmente, será objeto de classificação o Quadro de generalização ou tom, com que se estrutura o enquadramento jornalístico em cada notícia a partir das seguintes categorias: 1 Negativo; 2 Neutro; 3 Positivo.

A identificação das causas e respetiva imputação a determinado tipo de atores é uma parte relevante no trabalho de construção jornalística da narrativa sobre escândalo político e por isso relativamente comum em estudo sobre enquadramento mediático (cf. Zamora e Albaladejo, 2010; Pieri, 2019). Desta forma começa-se por aferir se é patente uma interpretação causal no corpo da notícia, Interpretação causal (filtro): 1 Ausente (não havendo causa, avança para a avaliação moral); 2 Presente (havendo uma causa, avança para interpretação causal). A atribuição das causas é também em parte um indicador do aprofundamento e do conhecimento jornalístico sobre o processo em causa. Assim, a interpretação causada foi categorizada em: 1 Campo político; 2 Erros individuais; 3 Gestão económica; 4 Processo judicial; 5 Outro. Esta operacionalização visa perceber o tipo de estruturas e campos de ação é reportada a ação transgressora inicial. Nesta linha de raciocínio, importa perceber a que escala são imputadas as causas do. Ato transgressor segundo o discurso e enquadramento mediático. Deste modo, as categorias que operacionalizam a escala das causas são: 1 Individuais (referência a indivíduos acusados

de corrupção); 2 Sistema político corrupto (referência a redes de corrupção, instituições, política corrupta, convivência política); 3 Sociedade corrupta (referências a uma sociedade corrupta; corrupção genérica).

A penúltima dimensão de caracterização do enquadramento do escândalo passa por classificar a existência de avaliação moral na construção da realidade jornalística (Valenzuela et al., 2017; Berti, 2019). Inicialmente categoriza-se avaliação moral (filtro) mediante: 1 Ausente; 2 Presente. Perante a existência de avaliação moral interessa perceber que atores individuais ou institucionais é colocado o ónus moral: 1 Negativo/indivíduos (responsabilidades individuais; quebra de confiança); 2 Negativo/política e instituições (instituições políticas imorais; convivência para fazer parecer aceitável); 3 Negativo/sociedade (sociedade imoral; corrupção genética). Com efeito, a aferição e contabilização da imputação do ónus moral colocar-nos-á em posição de percebermos até que ponto existem grupos de atores mais implicados pelo enquadramento na narrativa jornalística.

Finalmente, as soluções são uma dimensão relativamente recorrente (cf. Berti, 2019; Echeverría et al., 2021) e que normalmente implica um jornalista de pendor mais opinativo, seguindo a tendência mais geral, que vai muito além da mera cobertura e enquadramento do escândalo político. Por conseguinte, começou-se por identificar a existência de soluções entre as notícias, nomeadamente recomendação de solução (filtro): 1 Ausente; 2 Presente. Quando a notícia continha recomendações de soluções, passar-se-ia à sua categorização mediante as seguintes tipologias de solução: 1 Aplicação da lei/punição política (investigações, julgamentos, detenções, condenações); 2 Reforma (reformas, introdução de códigos de ética); 3 Medidas de emergência (leis especiais, grupos de trabalho); 4 Fatalismo (impossibilidade de medidas de anticorrupção eficiente, referências a falhas anteriores).

4.4. Inquérito por questionário

4.4.1. Estrutura do questionário

A presente subsecção tem como finalidade apresentar a estrutura do questionário (disponível no Anexo C), o qual integra treze blocos de questões (cf. Quadro 2). O primeiro conjunto de questões foca-se no consumo de notícias tendo como indicadores os quatro sectores de meios de comunicação: rádio, imprensa escrita, televisão e internet. O segundo conjunto de questões reporta-se às dietas mediáticas, ou por outras palavras, ao

tipo de conteúdos mediáticos consumidos e a sua frequência. A questão três mede em horas e minutos diários dedicados ao consumo de notícias exclusivamente de política. O quarto bloco tem como finalidade medir a confiança nos meios de comunicação social, particularmente, nos conteúdos dos media tradicionais e seus comentadores e também nos comentadores e conteúdos dos meios de comunicação digitais. O grupo seguinte diz respeito à medição da confiança nas instituições: governo português, parlamento português, funcionamento da democracia em Portugal e tribunais portugueses. A sexta questão, única, pretende que os inquiridos se auto posicionem numa escala que vai de 0 (extrema-esquerda) até 10 (extrema-direita).

Quadro 4.2 – Blocos de questões que compõem o questionário

Blocos	Designação
1	Frequência com que consumo notícias <i>(quatro sectores de meios de comunicação: rádio, imprensa escrita, televisão e internet)</i>
2	Considerando a última semana, com que frequência assistiu a este tipo de programa na televisão? <i>(dietas mediáticas, ou por outras palavras, ao tipo de conteúdos mediáticos consumidos e a sua frequência)</i>
	Num dia normal, quanto tempo passa a ver, a ler ou a ouvir notícias sobre política e assuntos da atualidade?
4	De 1 a 5, em que 1 é nada confiante e 5 totalmente confiante, refira o seu nível de confiança <i>(confiança nos meios de comunicação social, particularmente, nos conteúdos dos media tradicionais e seus comentadores e também nos comentadores e conteúdos dos meios de comunicação digitais)</i>
5	Confiança nas seguintes Instituições <i>(medição da confiança nas instituições: governo português, parlamento português, funcionamento da democracia em Portugal e tribunais portugueses)</i>
6	Em política é costume falar-se de esquerda e direita. Como é que se posicionaria nesta escala, em que 0 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?
	De 1 até 5, em que 1 representa nenhuma importância e 5 total importância, diga-nos o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes meios para a formação da sua opinião sobre política?

	<i>medir a relevância de diferentes contextos de socialização política; presencial, (mediado e digital)</i>
	De 1 até 5, em que 1 representa nenhuma importância e 5 total importância, indique a importância destas plataformas e redes sociais on-line para consultar notícias? <i>(medir a relevância auto percebida dos diferentes meios de comunicação digitais, como o Facebook/Messenger, WhatsApp, Twitter, Blogues e Sites de media tradicionais)</i>
9	Diga-nos em que medida está preocupado(a) ao exprimir a sua opinião política <i>(expressar opiniões políticas em conversa presencial e expressar opiniões políticas em contexto de plataformas on-line)</i>
10	Indique o nível de concordância com cada uma das seguintes afirmações <i>(Portugal é um país de corruptos, a classe política portuguesa em geral é corrupta, a elite financeira é corrupta!”, num processo de corrupção são na mesma proporção culpados, o corrompido e o corruptor e os portugueses em geral toleram a corrupção e os corruptos)</i>
11	Sobre notícias de corrupção (ex.: televisão, jornais, rádios e internet), indique o nível de concordância com cada uma das seguintes afirmações. <i>(Os meios de comunicação e os seus jornalistas exageram os factos para ter maiores audiências; A cobertura jornalística é tendencial-mente neutra; A linguagem utilizada apela a um posicionamento por parte do leitor)</i>
12	Considerando a realidade portuguesa e em particular a “Operação Marquês” em que medida concorda com as seguintes afirmações? <i>(Foi a ação política do Governo, liderado por José Sócrates, que em 2010 conduziu Portugal à bancarrota e ao consequente pedido de resgate à troika; A cobertura jornalística em torno dos alegados casos de corrupção que envolvem Sócrates tem sido objeto de empolamento mediático)</i>
13	Sexo
	Idade
	Estado Civil
	Condição perante o trabalho
	Rendimento
	Grau de escolaridade mais elevado que completou

Fonte: Elaboração própria.

O sétimo bloco inclui questões para medir a relevância de diferentes contextos de socialização política; presencial, mediado e digital. O oitavo conjunto de questões versa sobre a necessidade de medir a relevância auto percebida dos diferentes meios de

comunicação digitais, como o Facebook/Messenger, WhatsApp, Twitter, Blogues e Sites de media tradicionais. O nono conjunto de questões é composto por dois indicadores, o primeiro dos quais reporta-se à preocupação em expressar opiniões políticas em conversa presencial e o segundo em contexto de plataformas on-line. Os três últimos conjuntos de questões centram-se no tema da corrupção. O primeiro tem como finalidade medir as representações sociais de corrupção. Para tal são enumerados cinco indicadores com afirmações que solicitam o auto posicionamento relativamente às mesmas. Segue-se outro conjunto de questões relativas ao auto posicionamento relativamente à cobertura mediática da corrupção nos meios de comunicação social em Portugal, num total de cinco indicadores que mencionam diferentes grupos sociais.

O último bloco temático é composto por quatro itens reporta-se ao auto posicionamento sobre diversos aspetos no âmbito da chamada “Operação Marquês” e, em concreto, do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates e ao seu papel neste escândalo.

O questionário termina com o bloco de questões para caracterização sociodemográfica dos participantes e integra sexo, idade, estado civil, condição perante o trabalho, rendimento e nível de educação formal.

4.4.2. Pré-teste

No período de 17 a 25 novembro 2020 realizou-se o pré-teste do questionário. Ao longo deste período foi possível obter um total de 15 questionários. Aos participantes foi solicitado uma leitura crítica e reflexiva sobre potenciais aspetos a melhor, fosse de cariz substantivo ou formal, como é observável no anexo D. As alterações propostas e efetivadas situaram-se no âmbito da forma, permitindo tornar mais legível e compreensível o enunciado das perguntas, para além da correção de gralhas.

4.4.3 Procedimentos

O questionário foi aplicado on-line pelo que a sua divulgação passou pela partilha de um link em diversas plataformas como o Facebook, Twitter de modo a maximizar o número de participantes. Neste processo foi também solicitada a disseminação do questionário a alguns comentadores da atualidade política nacional e outros atores com notoriedade pública, e que por isso têm redes sociais extensas. O período de aplicação decorreu de 17 janeiro a 30 setembro 2021. A duração média de preenchimento do questionário rondou os 17 minutos.

Relativamente ao critério de seleção dos participantes foi decidido que todos podiam responder, incluindo estrangeiros, a residir em Portugal há cinco ou mais anos, para além dos emigrantes portugueses a residir noutros países. A idade mínima de resposta era de 16 anos.

4.4.4 Participantes

Participaram 880 indivíduos e 694 preencheram integralmente o questionário, pelo que foram estes últimos validados, traduzindo-se numa taxa de resposta de 78,9%. Os 694 inquiridos apresentaram idades entre os 16 e os 100 anos ($M = 44,18$ anos, $DP = 0,69$ anos), e 50,7% eram do sexo feminino. Nas habilitações destacaram-se o ensino superior com 85,2%. Apresentavam um peso similar entre casados e solteiros (36,9% e 35,3%, respetivamente). A maioria dos participantes disseram trabalhar por conta de outrem (69,6%). Em termos de rendimento 15,4% auferiam entre 968 e 1167 euros mensais e 15,1% entre 2076 e 3150 euros mensais.

4.4.5. Conceitos e medidas

Dietas mediáticas

O conceito das dietas mediáticas -estrutura-se em torno das dimensões do *infotainment* e da informação especializada. Estas dimensões foram construídas seguindo o defendido por Figueiras (2017), quando aborda os efeitos dos consumos mediáticos nas atitudes e representações políticas. A lógica que subjaz a estes indicadores operacionaliza uma gradação na complexidade e diversificação dos tipos de consumos mediáticos que os inquiridos possam ter. As dietas mediáticas foram medidas por quatro itens através daquilo a que Figueiras (2017) categoriza como os tipos de diferentes consumidores de conteúdos mediáticos. Os itens foram respondidos numa escala de cinco ponto variando de 1 (nunca) a 5 (todos os dias). De entre os quatro itens são exemplos “entretenimento (ex.: concursos, *talk shows*)” e “Debate da atualidade política e económica (ex.: Circulatura do Quadrado, Eixo do Mal, O Outro Lado)”. Procedeu-se à realização de uma análise de fatores comuns (AFC) tendo-se obtido uma solução com dois fatores. No fator 1 destacam-se os loadings dos itens *entretenimento* e *noticiários generalistas*, e no fator 2 os itens mais correlacionados foram os *noticiários especializados* e os *debates da atualidade*. O fator 1 constituía as *dietas mediáticas ricas em informação* com uma consistência aceitável ($S_B = ,66$, Kline, 2011). Por sua vez, o fator 2 relativo às *dietas*

mediáticas pobres em informação apresentou uma consistência abaixo do aceitável ($S_B = ,51$). Contudo, com o a média da correlação inter-itens ($,34$) estava no intervalo ($,15 - ,50$) sugerido por Clark e Watson (1995) prosseguiu-se com a construção da nova variável compósita, sendo que scores mais elevados correspondiam a maior frequência.

Contextos socialização política

Os contextos de socialização política resultam de uma adaptação baseada em Sousa e Triães (2007). O conceito foi operacionalizado por oito itens os quais têm como dimensões distintivas as circunstâncias de interação política presencial, medida e on-line. Assim os contextos de socialização política presencial tinham como indicadores 7.1 Conversas com amigos, 7.2 – Família e 7.3 – Trabalho, por seu lado, os indicadores de socialização política mediada 7.4 Imprensa escrita; 7.5 – Rádio; 7.6 –Televisão e on-line são 7.7 – Blogues e 7.8 – Redes sociais on-line (Quadro 2). Estes itens foram medidos numa escala a variar de 1 (nenhuma importância) a 5 (muito importante). A fim de aferir da dimensionalidade deste conjunto de itens foi realizada uma análise em componentes principais (ACP). Garantida a fatorabilidade da matriz de input com ($\chi^2_{(28)} 1864,78 p < ,001$ e $KMO = 0,75$) foram extraídas três componentes principais que explicavam 74,73%. A consistência obtida permitiu contruir três novas compósitas ($\alpha_{\text{socialização política presencial}} = ,80$, $\alpha_{\text{socialização política em contexto mediado}} = ,85$ e $S_B_{\text{socialização política on-line}} = ,70$, Kline, 2011). Scores mais elevados nas novas variáveis compósitas indicavam atribuição de maior importância.

Representações sociais da corrupção

As representações sociais de corrupção é um conceito que resulta da reflexão integradora de estudos de pendor claramente académico (Mancini *et al.*, 2017; Berti, 2019), mas também do modo como o Eurostat operacionaliza a recolha de dados sobre representações de corrupção dos cidadãos europeus (European Commission, Brussels, 2020). Foram usados cinco itens: *Portugal é um país de corruptos, a classe política portuguesa em geral é corrupta, a elite financeira é corrupta!*”, *num processo de corrupção são na mesma proporção culpados, o corrompido e o corruptor e os portugueses em geral toleram a corrupção e os corruptos*. Os itens foram medidos através de uma escala que variava entre 1 (discordo totalmente) e 6 (concordo totalmente). Obtido um alfa Cronbach de 0,75 foi também construída. uma nova variável compósita sendo que scores mais elevados correspondem a níveis mais elevados de concordância.

Confiança institucional

A confiança institucional (Daskalopoulou, 2019) foi medida através de quatro itens: *governo português, parlamento português, funcionamento da democracia em Portugal, tribunais portugueses*. Tal como em Daskalopoulou (2019), também no âmbito da presente pesquisa procurou perceber-se se a proximidade dos cidadãos relativamente à esfera de poder institucional e, nessa medida, definiu-se o conceito de confiança institucional de forma medir a adesão ao jogo e regras democráticas. Os quatro itens foram respondidos numa escala de cinco ponto variando entre 1 (nada confiante) e 5 (totalmente confiante). A consistência interna dos quatros itens era muito boa ($\alpha = ,88$, Kline, 2011), justificando a construção da compósita. A escala da nova variável compósita crescia no sentido de maiores níveis de confiança.

Quadro 4.3 – Medidas dos conceitos

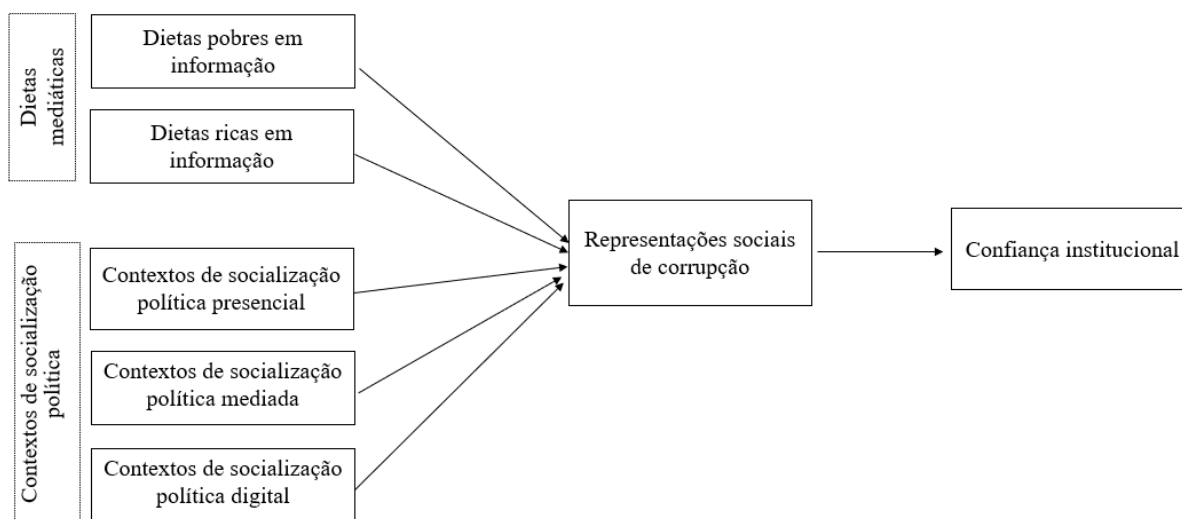
Conceitos	Dimensões	Indicadores (Perguntas do questionário)	Estatuto das (novas) variáveis e respetiva consistência	
Dietas mediáticas (Ariely 2015); (Figueiras, 2017); (Lee, 2019).	Dietas mediáticas ricas em informação	2.3 Noticiários especializados 2.4 Debates da atualidade	Independente	$S_B = ,66$
	Dietas mediáticas pobres em informação	2.1 Entretenimento 2.2 Noticiários generalistas	Independente	$S_B = ,51^{(1)}$
Contextos socialização política (Sousa e Triães 2007); (Anduiza et al, 2013); (Akinola et al., 2022).	Presencial	7.1 Conversas com amigos 7.2 Família 7.3 Trabalho	Independente	$\alpha = ,80$
	Mediado	7.4 Imprensa escrita 7.5 Rádio 7.6 Televisão	Independente	$\alpha = ,85$
	On-line	7.7 Blogues 7.8 Redes sociais <i>on-line</i>	Independente	$S_B = ,70$

Representações sociais de corrupção (Mancini et al., 2017; Mancini, 2019); (Berti, 2019); (European Commission, Brussels, 2020); (Wroe et al., 2012); (Lee, 2019).	Representação de corrupção de diferentes grupos que compõem a sociedade portuguesa	10.1 “Portugal é um país de corruptos!” 10.2 “A classe política portuguesa em geral é corrupta!” 10.3 “A elite financeira é corrupta!” 10.4 Num processo de corrupção são na mesma proporção culpados, o corrompido e o corruptor. 10.5 Os portugueses em geral toleram a corrupção e os corruptos.	Mediadora	$\alpha = ,75$
Confiança institucional (Daskalopoulou, 2019)	Confiança Institucional	5.1 Governo português 5.2 Parlamento português 5.3 Funcionamento da democracia em Portugal 5.4 Tribunais portugueses	Dependente	$\alpha = ,88$

⁽¹⁾ A média da correlação inter-itens = ,34.

Fonte: Elaboração própria.

Decorrente do trabalho de preparação dos dados e dos indicadores mobilizados resultou um conjunto de variáveis compósitas e com isso a agregação de alguns itens inicialmente formulados. Em resultado dos procedimentos realizados e das análises multivariadas mobilizadas, a Figura 4.2 sistematiza o modelo de análise.



Fonte: Elaboração própria

Figura 4.4 - Modelo de análise

Capítulo 5 – Resultados da pesquisa de conteúdo

O capítulo que agora se inicia tem, numa primeira fase, como finalidade a exposição dos dados resultantes da análise de media, mais concretamente às 485 notícias de corrupção, selecionadas mediante os procedimentos e critérios anteriormente enumerados. Consideraram-se os três casos de corrupção que mais marcaram a agenda mediática 2016-2017 e que permitem a operacionalização dos objetivos específicos anteriormente enunciados.

5.1. Meios e Grupos de Comunicação

O primeiro grupo de questões visou proceder à caracterização dos meios de comunicação social portugueses e seus respetivos grupos empresariais. Como é observável no Quadro 2, tratou-se de nove aglomerados de media que dão origem a dezanove marcas, ainda que algumas destas apenas resultem da desmultiplicação no campo digital das marcas originais. No supramencionado Quadro é ainda possível observar a distribuição das peças pelos meios de comunicação social.

Quadro 5.1 – Meios de comunicação social e seus proprietários⁹

<i>Proprietário</i>	<i>Meio</i>	N	%
Cofina	CM	27	5,6
	CMTV	37	7,6
Global Media	DN	11	2,3
	JN	12	2,5
	JN On-line	9	1,9
ICentral News/Newshold SGPS	i	5	1,0
	Sol on-line	6	1,2
Impresa	Expresso on-line	29	6,0
	SIC	52	10,7
	SICN on-line	24	5,0
Media Capital	TVI	75	15,5
	TVI24 on-line	39	8,0
Observador On Time, S.A.	Observador	28	5,8
Público/Sonaeacom	Público	15	3,1
	Público on-line	12	2,5
Rádio Notícias	TSF	11	2,3
Rádio Renascença Lda	RR	16	3,3
RTP	Antena1	25	5,2

⁹ A configuração e distribuição tanto dos grupos proprietários como dos meios de comunicação social reporta-se a um lapso temporal relativo ao biénio 2016-2017. No, entretanto, ocorreram diversas vendas e compras entre os diferentes grupos.

	RTP1	52	10,7
Total		485	100,0

Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

No plano estritamente quantitativo verificámos que é a Media Capital (TVI), que contribui com maior proporção (23,5%) das notícias que compõem a amostra, registo muito próximo do grupo Impresa (SIC e Expresso) com 21,7%. Contudo, será relevante frisar que no caso da Media Capital, este grupo conta com duas marcas, sendo que a Impresa é representada por três, o que se traduz, por um valor médio maior de notícias, por meio de comunicação social sob a égide da Media Capital. O outro lado, o serviço público de meios de comunicação social, composto pela RTP e Antena 1, somou um total de 15,9%, registo próximo ao da Cofina com 13,2% no computo dos seus dois órgãos (CM e CMtv). Nos antípodas desta condição esteve o grupo Rádio Notícias, detentor da TSF ao registar 2,3% do total das 485 notícias. Contudo, o grupo de media e seus respetivos meios de comunicação que teve maior média de notícias per capita é o grupo Media Capital com a aproximadamente 12 notícias (11,8).

Também entre os Grupos de media se encontraram nuances relevantes que vão muito além do volume de notícias produzidas sobre os escândalos de corrupção em estudo, referimo-nos em concreto à construção mediática dos atores envolvidos. Se considerados os dados relativos à conotação dos atores institucionais, o grupo de media que mais negativamente os representou é o Observador uma média de 1,31, seguido do Público com 1,47. A Rádio Renascença com 2,17 é aquele grupo de media que mais positivamente representou os atores institucionais. Já para os atores individuais as médias em geral foram mais baixas sendo que é no Público e Global Media com respetivamente 1,14 e 1,15 os que mais negativamente representaram os atores individuais que fazem parte das notícias dos escândalos considerados. Nos antípodas encontrou-se o grupo RTP com 1,48 que mais se aproximou de uma conotação positiva dos atores individuais.

Entre os diversos grupos de media existem duas categorias de atores que tiveram uma atenção particularmente intensa: responsáveis políticos (28,5%) e José Sócrates (17,5%) das notícias mencionam ambos, destacando-se dos demais. Em vários grupos de media os responsáveis políticos superaram os 30% de notícias com menções suas (Global Media, Impresa, Media Capital e RTP). José Sócrates destacou-se entre os mais mencionados nos grupos de media Cofina, Rádio Notícias, Global Media, havendo um grupo ICentral News/Newshold SGPS que nunca mencionou o ex-Primeiro-Ministro.

Passemos a considerar os dados relativos à definição do problema. Para os grupos de media ICentral News/Newshold SGPS e Rádio Renascença com respetivamente 1,18

e 1,20 a corrupção foi enquadrada predominantemente como problema generalizado, em contraste com as estratégias jornalísticas de enquadramento seguidas pelos grupos Confina e Observador com 1,52 que tenderam a construir o fenómeno como caso isolado, bem como a Media Capital e a RTP com 1,51 média. Relativamente à identificação das causas o grupo Global Media foi aquele que mais predominantemente o fez com uma média de 1,97, por seu lado a Imprensa foi aquele grupo que menos o fez (1,85). No que concerne à imputação das causas a perspetiva de uma sociedade corrupta foi aquela mais veiculada nas notícias de corrupção no grupo de media ICentral News/Newshold SGPS (2,40) ao passo que no grupo Observado com uma média de 1,40 a tendência passou por um enquadramento do fenómeno da corrupção tendo causas individuais. A avaliação moral é mais comum encontrar-se em notícias de corrupção do grupo Global Media (1,84) e em menor proporção no grupo Imprensa (1,63). A atribuição de um ónus moral à sociedade foi característico das notícias da Rádio Renascença (2,36), ao passo que o pendor individual foi mais comum nas notícias originárias do Observador (1,50). A sugestão de soluções foi uma componente nas notícias de corrupção estudadas bastante reduzida (14,6%). Ainda assim verificamos que ICentral News/Newshold SGPS é aquele que perspetiva com fatalismo de raiz cultural o fenómeno da corrupção, por outro lado aquele que implicou mais frequentemente a aplicação da lei é entre as notícias do grupo Confina e Observado (1,00).

Por escândalos a Rádio Notícia e a Cofina apresentaram um particular interesse ao registarem 45,5% e 43,8% das suas notícias no “caso Sócrates” 2017. Por outro lado, o grupo ICentral News/Newshold SGPS apenas tem notícias no escândalo do Panamá Papers. O Observador com 60,7% tem uma forte concentração no caso da Raríssimas. Quanto ao tipo de enquadramento o Quadro autorreferencial foi o dominante nos grupos Global Media (46,9%), Imprensa (49,5%), Media Capital (49,1%), Observador (64,3%). Quadro substância foi maioritário no grupo Cofina (51,6%) e ICentral News/Newshold SGPS (63,6%).

5.1.1. Síntese: negatividade individual

Como havíamos enunciado anteriormente o objetivo específico para esta secção era produzir dados empíricos que nos colocassem em posição de perceber se existem convergências e/ou divergências entre os meios de comunicação social públicos e os privados.

O grupo empresarial que demonstrou maior interesse pelo tema da corrupção foi a Media Capital, que deteve o mais elevado rácio de notícias por órgão de comunicação social em sua propriedade, com valores muito próximos também o grupo Impresa. É também entre estes dois grupos de media que se encontram os órgãos de comunicação social com maior número de notícias, juntando-lhe ainda o caso da RTP. Em geral os atores institucionais (1,59) mencionados nas notícias de corrupção tenderam a ser mais positivamente mencionados comparativamente aos individuais (1,35), verificando-se um grande equilíbrio no número de menções (394 e 396 respetivamente institucionais e individuais). Entre os grupos de media que mais negativamente representaram os atores está o Observador para os atores institucionais e Global Media e o Público para os individuais, aliás, apenas no Observador os atores institucionais são construídos mais negativamente comparativamente aos individuais, nos restantes grupos a tendência foi inversa. Impresa, Media Capital e Cofina tiveram os seus atores mais mencionados em José Sócrates e os responsáveis políticos. Por outro lado, Paula Brito e Costa foi mais mencionada pelo Observador, tal como para a Media Capital.

Esta evidência empírica permite-nos considerar que a cobertura jornalística da corrupção em Portugal foi tendencialmente mais penalizadora dos atores individuais comparativamente aos institucionais e que existem grupos empresariais de meios de comunicação que concentraram a sua cobertura em determinados atores, nomeadamente em José Sócrates e os demais responsáveis políticos que amiúde foram associados aos diversos escândalos em estudo. Uma outra evidência empírica assenta no facto de ser no setor da televisão que encontrámos maior proporção de notícias dos escândalos de corrupção. Os resultados obtidos sugerem que forma os grupos Impresa e Media Capital que tiveram maior interesse na cobertura do tema da corrupção, isto é, grupos de media privados e que são preponderantes na estruturação do ecossistema mediático português ao deterem as duas estações de televisão com maiores audiências. É nestes dois grupos empresariais que encontramos as estações generalistas que são as maiores produtoras e disseminadoras de notícias sobre os escândalos de corrupção em consideração. Tendência que também se observou no Jornal de Notícias onde a versão imprensa detém maior registo comparativamente ao on-line, bem como na Cofina, com a CMtv a ter maior registo comparativamente ao CM.

Ora, sobressaiu dos dados empíricos acerca dos meios de comunicação e seus grupos empresariais que os privados são agentes que demonstram, no plano estritamente quantitativo, maior interesse, mas também do ponto de vista qualitativo, também são

aqueles que noticiaram a corrupção e os escândalos, o fizeram atribuindo conotação mais negativa a atores individuais e entre estes, em particular aos responsáveis políticos, mas também em relação aos atores institucionais.

De acordo com Berti (2019) uma cobertura que assente o seu trabalho de enquadramento na corrupção em fatores individuais é característica de países com corrupção percebida de baixa intensidade.

5.2. Sectores de media

No que reporta aos quatro sectores de media, imprensa escrita, rádio, televisão e digital a maior proporção (44,5% das notícias) foi do sector televisivo. O segundo maior registo foi do sector digital com aproximadamente 1/3 das notícias (30,3%). Finalmente, a imprensa escrita e a rádio ficaram-se pelos 14,4% e 10,7% respetivamente (cf. Quadro 3). Adicionalmente, podemos ainda perspetivar estes dados a partir da dicotomia tradicional e digital. Deste modo, dir-se-á que aproximadamente 2/3, mais precisamente 69,6% e o 1/3 restante no digital. Não tendo a pretensão de ser absolutamente representativa da cobertura da corrupção nos media portugueses, a amostra tendo esta configuração por sector e por media tem desde logo a pertinência de representar um importante sector, como é a televisão para a generalidade da população portuguesa, afinal de contas é através da televisão que boa parte da população portuguesa faz a sua socialização com a vida pública e em particular com a atividade política.

Quadro 5.2 – Distribuição por setores de media

<i>Sector</i>	N	%
Imprensa	70	14,4
Rádio	52	10,7
TV	216	44,5
Digital	147	30,3
Total	485	100,0

Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Todos os quatro sectores representaram os atores individuais mais negativamente comparativamente aos institucionais e as associações são significativas ($\chi^2_{(6)} = 16,70$, $p = ,010$ e V de Cramer = ,15, $p = ,010$). Considerando o conjunto dos três sectores tradicionais (0,23) a diferença foi menor entre as duas categorias de atores,

comparativamente ao sector digital que continuaram a ser de 0,27 e as associações foram significativas ($\chi^2_{(6)} = 21,44$, $p = ,002$ e V de Cramer = ,17, $p < ,001$).

Quadro 5.3 – Conotação dos atores por sector

<i>Sector</i>	<i>Atores institucionais</i>	<i>Atores individuais</i>
Imprensa	1,54	1,16
Rádio	1,95	1,48
TV	1,58	1,47
Digital	1,50	1,23
Total	1,59	1,35

Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

A TV, enquanto sector de media, teve no caso Sócrates 2017 e Raríssimas os seus escândalos preferidos, uma vez que 51,2% e 52,2% das notícias respetivamente foram deste sector. Os escândalos do Panamá Papers e o caso Sócrates 2016 tiveram uma distribuição muito simétrica pelos quatro sectores, em particular a Imprensa e Rádio com menor proporção e a TV e o digital com maior. No seu computo, o sector digital apresentou uma clivagem, ao deter maior interesse pelo Panamá Papers e Sócrates 2016 (36,5% e 41,7% respetivamente) em antagonismo ao Sócrates 2017 e Raríssimas (19% e 29,3%).

5.2.1 – Síntese: negatividade no digital

Relevante é o facto de entre os sectores de media, aquele que mais contribuiu foi a televisão, o que não deixa de poder ser considerado relevante, uma vez que é a televisão o meio preferido dos portugueses de acesso a notícias e de maior penetração entre a população, contribuindo decisivamente para a socialização política dos portugueses. Considerando que 1/3 das notícias são oriundas do sector digital e que este tendeu a representar os atores em geral de forma mais negativa comparativamente aos três ditos tradicionais, sendo que neste processo os atores individuais são aqueles que mais negativamente foram representados nas notícias de corrupção. Os meios de comunicação social que se enquadram no sector digital tenderam a representar os atores institucionais e sobretudo os individuais mais negativamente comparativamente aos restantes três sectores tradicionais de media, corroborando pesquisas sobre escândalos de corrupção (cf. Levitskaya e Fedorov, 2020; Manoli e Bandura, 2021).

5.3. Atores

A secção dedicada à análise dos atores encerra grande relevância no espectro mais geral da presente análise, por diversas razões: primeiro, permite identificar a natureza dos atores mencionados nas notícias; em segundo, quem são os atores mencionados; e em terceiro lugar permite identificar nuances entre diferentes atores.

Os atores foram objeto de categorização sob diferentes perspetivas. Numa primeira fase procurou-se identificar os atores mediante categorias profissionais, que desempenham funções diretas em contextos de escândalos de corrupção como juízes e agentes de justiça, ou jornalistas. Incluíram-se nesta lista, ainda atores individuais, por serem o centro gravitacional de alguns dos casos, como por exemplo José Sócrates, ex-Primeiro-Ministro, envolvido na chamada Operação Marquês e ainda Paula Brito e Costa, ex-presidente da IPSS Raríssimas, envolta em acusações de corrupção e abuso de poder. Outras categorias as há, que se reportam a categorias sociais como por exemplo “elite económico-financeira” e que são presença assídua tanto no discurso mediático quotidiana, constituindo-se como categorias que fácil e rapidamente são identificadas pela generalidade da população. Para concluir incluiu-se uma categoria para os “responsáveis políticos”.¹⁰

Um dado que sobressaiu no Quadro 5 consiste na observação de que os responsáveis políticos, detiveram os maiores registos no que concerne aos atores principais das notícias que corporizaram os escândalos de corrupção estudados, ou por outras palavras, são a categoria de atores com maior frequência evocados nas notícias, ao cifrar-se em 28,5%. Este registo destacou-se das demais categorias, nomeadamente José Sócrates com 17,5%, que surge como segundo maior número de menções. Atores oriundos da área da investigação/polícia são os que têm menor número de menções, na condição de atores principais.

No que respeita, aos atores de segunda ordem dever-se-á o destaque foi para o facto de ter sido a IPSS Raríssimas e os Agentes de justiça/tribunais/juízes, aqueles que apresentaram maior presença, respetivamente com 20,3% e 20%. Valores que ainda assim ficaram aquém dos registados pelos responsáveis políticos nos atores principais.

¹⁰ Uma nota para frisar os 4,1% da categoria “outros”, que é um importante indício de que a categorização se revelou pertinente, permitindo colocar nas diversas categorias os diferentes atores mencionados nas peças jornalísticas analisadas (cf. quadro 5). Esta mesma categoria ao registar 6% e 10,9% nos atores de 2ª e 3ª ordem, reforça a pertinência das categorias elaboradas, ao permitir a categorização dos atores.

Relativamente aos atores de terceira ordem, curiosamente das três categorias mais frequentes, há duas que voltam a repetir o protagonismo ao registarem 19,1% e 20,0% respetivamente para a Raríssimas e Agentes de justiça/tribunais/juízes, às quais se junta também a categoria que agrega as elites económicas-financeiras com 20%.

Quadro 5.4 – Presença de atores nas notícias

	<i>Atores principais</i>		<i>Atores 2ª ordem</i>		<i>Atores 3ª ordem</i>	
	N	%	N	%	N	%
Advogados defesa	16	3,3	11	3,1	4	3,6
Agentes de justiça/tribunais/juízes	59	12,2	70	20,0	22	20
Elites económicas-financeiras	66	13,6	41	11,7	22	20
Investigação/polícia	5	1,0	15	4,3	8	7,3
Jornalistas/comunicação social	21	4,3	16	4,6	3	2,7
Paula Brito e Costa	59	12,2	11	3,1	1	0,9
José Sócrates	85	17,5	38	10,9	5	4,5
Responsáveis políticos	138	28,5	56	16	12	10,9
Raríssimas	16	3,3	71	20,3	21	19,1
Outros	20	4,1	21	6,0	12	10,9
Totais	485		350		110	

Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Considerando o computo das três variáveis de categorização dos atores, verificamos que a categoria relativa aos responsáveis políticos é aquela que maior presença relativa ao registar 21,8% (cf. Quadro 6). Mais, somando a esta categoria o registo de 13,5% de José Sócrates, ascende a 35,3% as referências a atores políticos nas notícias ultrapassando mesmo a proporção de 1/3 do total de menções em notícias de escândalo de corrupção.

Relevante é o facto de tanto José Sócrates como Paula Brito e Costa terem um número de menções igual ou superior a categorias coletivas de atores. Sócrates é mencionado em 128 notícias das quais 85 (66,4%) como ator principal. Paula Brito e Costa é mencionada 71 vezes em notícias, das quais 59 (83,1%) como ator principal.

Quadro 5.5 - Totais de presenças dos atores

<i>Atores</i>	N	%
Advogados defesa	31	3,3%
Agentes de justiça/tribunais/juízes	151	16,0%
Elites económicas-financeiras	129	13,7%
Investigação/polícia	28	3,0%
Jornalistas/comunicação social	40	4,2%
Paula Brito e Costa	71	7,5%
José Sócrates	128	13,5%
Responsáveis políticos	206	21,8%
Raríssimas	108	11,4%
Outros	53	5,6%

Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios. Resposta múltipla n=945.

O ex-Primeiro-Ministro foi mencionado, enquanto ator principal em 3, dos quatro escândalos de corrupção estudados, não o sendo apenas no caso Raríssimas. Aliás, a Raríssimas foi evocada em 108 ocasiões das quais apenas 16 (14,8%) como 1º ator. Sócrates e Paula Brito e Costa ainda que tendo altos níveis de menções como atores principais apresentam uma disjunção de cerca 16,7 p.p., o que não deixa de ser significativo. O que nos permite inferir que os atores individuais são normalmente evocados como figuras centrais no relato jornalístico, ao passo que a alusão a uma instituição como a Raríssimas por exemplo, terá como potencial papel o de mapeador e orientar o leitor ao longo da narração.

Aprofundando este comparativo, considerando para tal os atores individuais nas diversas narrativas jornalísticas em torno dos escândalos abordados, diríamos que o ex-Primeiro-Ministro com 13,5% “ganha” com um diferencial de 6 p.p. à antiga presidente da Raríssimas, Paula Brito e Costa (7,5%). Ambos os atores foram mais frequentemente acionados como atores principais (12,2% e 17,5% para respetivamente Paula Brito e Costa e José Sócrates) (cf. Quadro 5).

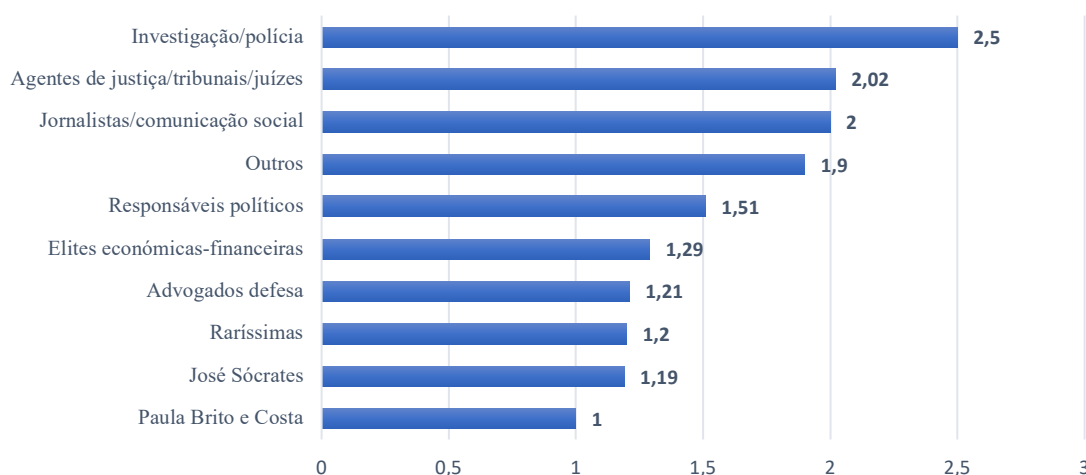
As duas categorias com menor presença relativa nas notícias de corrupção foram os jornalistas/comunicação social com 4,2% e investigação/polícia com 3%. Finalmente

uma nota para frisar o facto de nas três categorias coletivas, estarem agregados atores com alguma heterogeneidade, destacaram-se os já mencionados responsáveis políticos, mas também os agentes de justiça/tribunais/juízes e elites económicas-financeiras, ao cifraram-se nos 21,8%, 16% e 13,7% respetivamente. Deste modo, a evidência empírica produzida permite dizer que embora categorias de atores coletivos sejam relevantes na narrativa jornalística do escândalo de corrupção, a existência de atores individuais com notoriedade e capital político e simbólico assume-se como fundamental na estruturação e na persistência do escândalo na esfera pública junto da opinião pública.

5.3.1. Tipologias de atores e sua conotação

Ainda dentro do tratamento conferido aos atores pela construção jornalística do escândalo de corrupção importa distinguir entre atores institucionais e individuais ou de ambas as categorias, no seio das peças analisadas.

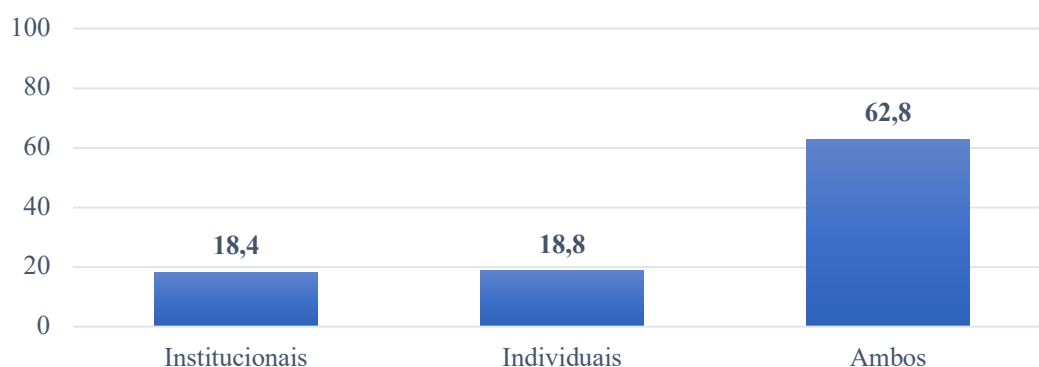
Na Figura 3 são apresentadas as diversas categorias de atores considerados na presente análise e a média com que foram conotados nas notícias em que surgem como atores principais. Observa-se que a maioria dos atores registaram médias negativas (abaixo de 2), que em termos analíticos se traduziu por um espectro amplamente negativo de que a cobertura jornalística do escândalo de corrupção é realizada. As exceções a esta tendência geral foram os atores associados à investigação e polícia (2,5), agentes judiciais como juízes (2,02) e jornalista e meios de comunicação social (2,0).



Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.1 – Categorias de atores e sua conotação

Por outro lado, a tónica foi para uma forte conotação negativa em que os atores, na sua generalidade foram construídos e apresentados pela cobertura jornalística. Os casos paradigmáticos foram os de Paula Brito e Costa (1,0) e de José Sócrates (1,19) que foram de facto aqueles mais reiteradamente apresentados de forma negativa. Pode-se mesmo dizer no caso da ex-presidente da Raríssimas que sempre que foi mencionada como principal personagem de uma notícia do escândalo em torno da associação que dirigia, foi sempre com contornos negativos. Num patamar ainda claramente negativo, mas em menor proporção estiveram grupos profissionais (advogados 1,21) e categorias coletivas como a elite económica (1,29) e responsáveis políticos com 1,51.



Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.2 – Tipologia de atores presentes nas notícias

Atentando à Figura 4 constata-se que existiu uma grande proximidade no número de notícias que assentaram a sua discursividade exclusivamente em atores institucionais (18,4%) e por seu lado apenas a atores de natureza individual 18,8%. O padrão dominante assentou na combinação de ambas as tipologias de atores nas notícias, com aproximadamente 2/3 do total de notícias. Por conseguinte, é legítimo afirmar que a combinação de atores institucionais com individuais marcou de forma indelével as notícias sobre corrupção.

Entre as 485 notícias aproximadamente 1/3 das notícias teve atores de uma única tipologia. Entre as notícias que mencionam exclusivamente atores institucionais e individuais a conotação dos atores oscilou respetivamente entre 1,62 e 1,47, cifrando-se o diferencial em 0,15. Nos 2/3 de notícias que mencionam atores de ambas as tipologias as médias de conotação foram de 1,58 e 1,31 para respetivamente atores institucionais e individuais o que representou uma diferença de 0,27. Ora, um traço transversal e que

domina é a evidência de que os atores institucionais são representados mais positivamente, comparativamente à negatividade mais acentuada entre os atores individuais mencionados. Com médias inferiores nas notícias com atores de ambas as tipologias, pode-se considerar que um enquadramento mais complexo possa estar associado a uma maior carga negativa, ao passo que a evocação de um ator em concreto, seja individual ou institucional, coloca mais entraves a um enquadramento jornalístico perentório e que convoque a audiência para um julgamento definitivamente mais negativo sobre os atores envolvidos. Independentemente se trate de notícias com atores individuais ou de ambos, o pendor negativista da cobertura jornalística recaiu com maior intensidade para os atores individuais.

Se considerados os quatro escândalos verificou-se que o Panamá Papers teve a distribuição mais equilibrada relativamente à tipologia de atores, nos restantes três escândalos o dominante são ambas as tipologias de atores. Independentemente da preponderância em termos absolutos da presença tanto de atores institucionais como individuais em cada um dos escândalos estudados, percebe-se pelo Quadro 7, o quanto os atores institucionais são menos penalizados pelo discurso jornalístico sobre escândalos de corrupção. Observou-se que em todos os escândalos estudados as médias com que os atores individuais foram conotados são mais baixas, e por isso mais negativas, comparativamente às médias dos atores institucionais, num traço transversal. Ainda assim, vale a pena notar que a maior diferença é encontrada no escândalo da “Operação Marquês” nos seus dois episódios a média cifrando-se nos 1,81, sendo a maior diferença para as médias dos atores individuais ao registarem 1,49 e 1,23 respetivamente. Ao passo que neste caso o diferencial é de 0,32 tanto no caso do Panamá Papers como da Raríssimas este indicador desce para 0,12 e 0,24 respetivamente.

Uma possível explicação para estes dados pode passar pelo facto de entre os atores individuais encontrarem-se sobre representados os políticos completando mais de 2/3, mais concretamente de 68,6% e 69,6% dos atores implicados no caso Sócrates respetivamente em 2016 e 2017, ficando-se abaixo de 1/3 a menção de atores não-políticos neste escândalo. O que decerto modo é corroborado quando se observa que no escândalo do Panamá Papers a proporção de atores políticos é de 48,4% e não-políticos maioritária de 51,6%. Por seu turno, os atores institucionais e em concreto os partidos políticos tiveram presença muito discreta em ambos os anos do caso Sócrates com respetivamente 2,3% e 0,9%. Aliás, o escândalo do Panamá Papers é aquele onde os partidos políticos têm maior presença tendo registado 11,0% do total de menções a atores

institucionais neste escândalo em particular. Com efeito, estas evidências empíricas convergem para a ideia de que efetivamente os atores políticos, quando mencionados isoladamente na cobertura da corrupção, foram-no de forma clara, conotados negativamente, ao passo que os partidos políticos de forma deliberada ou não conseguiram controlar a associação ao escândalo que tem o ex-Primeiro-Ministro como seu epicentro e toda a conotação negativa que envolve o caso.

Quadro 5.6 – Conotação dos atores por Escândalo

<i>Escândalos</i>	<i>Institucionais</i>	<i>Individuais</i>
Panamá Papers	1,55	1,43
Caso Sócrates - 2016	1,81	1,49
Caso Sócrates - 2017	1,81	1,23
Raríssimas	1,39	1,34
Média	1,59	1,35

Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Concentrando a atenção nos atores institucionais e começando por responder à questão, quem são as instituições mencionadas nas notícias dos quatro escândalos analisados? Dir-se-ia que se deve fazer um sublinhado à presença de partidos políticos nos quatro casos de corrupção estudados, contudo nos dois relacionados com Sócrates esta presença é residual de apenas 1 caso para o ano de 2016 e 2017, ao passo que nos outros dois casos, Panamá Papers e Raríssimas é de 11 e 8 respetivamente. Se assumirmos que estes dados resultaram de uma estratégia deliberada, em criar uma espécie de “cordão sanitário” que separa partidos políticos relativamente às ilícitas práticas do ex-Primeiro-Ministro, então pode-se falar do efeito da “maçã podre” que é isolada das demais, de forma a não contaminar (Berti, 2019).

Quadro 5.7 – Atores institucionais e sua conotação

	<i>Negativa</i>	<i>Neutra</i>	<i>Positiva</i>	<i>Totais</i>
Partidos Políticos	7	6	8	21
	33,3%	28,6%	38,1%	100,0%
Empresas	66	6	18	90
	73,3%	6,7%	20,0%	100,0%
Governo/autarcas/candidatos	21	7	7	35
	60,0%	20,0%	20,0%	100,0%
IPSS	97	4	2	103

	94,2%	3,9%	1,9%	100,0%
Ministério Público	36	41	31	108
	33,3%	38,0%	28,7%	100,0%
Juizes	16	1	17	34
	47,1%	2,9%	50,0%	100,0%
Outros	2	0	1	3
	66,7%	0,0%	33,3%	100,0%
Totais	245	65	84	394
	62,2%	16,5%	21,3%	100,0%

Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Os Partidos Políticos e os Juizes com respetivamente 2,05 e 2,03 tiveram as médias mais elevadas no que concerne à conotação nas notícias em que são mencionados.

Relativamente à presença de “Governo/autarcas/candidatos” com 2 e 1 caso no Sócrates 2016 e 2017 e 16% e 11,8% para Panamá Papers e Raríssimas respetivamente. A presença de juizes nas notícias fez-se quase exclusivamente no caso Sócrates 2016 com 60,5% e 5,6% no caso Raríssimas.

Centremo-nos nos atores institucionais (cf. Quadro 8) para desde logo se constatar que houve uma presença muito relevante do Ministério Público com 108 casos de entre os potenciais 394. Este registo ficou próximo ainda da presença de instituições de natureza de apoio social como são as IPSS (103), que neste Quadro de interpretação deverá ter em consideração o papel preponderante da Raríssimas. Nos antípodas desta hegemonia estiveram tanto os partidos políticos com 21 casos, bem como os juizes com 34 e Governo/autarcas/candidatos com 35. Estas foram as categorias de atores institucionais com maior descrição no discurso mediático. Uma nota ainda relativa à mencionada tabela para frisar o reduzido valor (3 casos) da categoria de outros atores institucionais, o que não deixa de reforçar a pertinência da categorização implementada.

A conotação foi em cerca de 2/3 feita em termos negativos relativamente aos atores institucionais. De um modo mais concreto existem três categorias institucionais com uma maioria de notícias em que a conotação do ator é negativa: IPSS 94,2%, Empresa 73,3%, Governo/autarcas/candidatos 60%.¹¹ As categorias de atores que tiveram notícias predominantemente foram os juizes com 50% e os Partidos Políticos com 38,1%. Mais, estes últimos tiveram uma distribuição que pode ser adjetivada como bastante homogénea entre as três conotações: negativa 33,3% e neutra 28,6%.

¹¹ Não se consideram os resultados da categoria outros.

Na caracterização dos atores individuais optou-se por uma operacionalização que contrastasse uma categoria composta por atores políticos e outra por atores que têm o seu protagonismo e a sua notoriedade noutras esferas sociais, como a económico-financeira ou na área da cultura, por exemplo (Baumgartner e Chaqués Bonafont, 2015).

Quadro 5.8 – Atores individuais e sua conotação

	<i>Negativa</i>	<i>Neutra</i>	<i>Positiva</i>	<i>Total</i>
Não-políticos	122	19	20	161
	75,8%	11,8%	12,4%	100,0%
Políticos	178	35	22	235
	75,7%	14,9%	9,4%	100,0%
Total	300	54	42	396
	75,8%	13,6%	10,6%	100,0%

Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Considerando os valores médios dir-se-á que os atores políticos (1,34) apresentaram uma conotação mais negativa comparativamente aos restantes atores (1,37). Como é observável no Quadro 8, considerando os dados gerais, os atores oriundos do campo político foram em maior proporção 59,3%, ao passo que os não-políticos se ficaram pelos. 40,7%. Um traço transversal entre atores individuais e atores institucionais foi a sua conotação no discurso jornalístico ser predominantemente negativa, ou por outras palavras, diríamos que cerca de $\frac{3}{4}$ dos atores individuais foram construídos atribuindo-lhe conotação negativa. O destaque foi para a disjunção observável entre os 14,9% dos atores políticos e 11,8% dos não-políticos (num diferencial de 3,1 p.p.) na conotação neutra. Esta tendência inverte-se na conotação positiva com 12,4% para os não-políticos e 9,4% para os políticos. Uma possível interpretação para esta nuance pode passar pela facilidade com que cada categoria de atores acede aos meios de comunicação social, pois o acesso ao espaço público constitui-se como seletivo (Morais e Sousa, 2013). Embora estas diferenças não sejam significativas ($\chi^2_{(2)} = 1,51$, $p > ,469$ e V de Cramer = ,06, $p > ,469$). Comparando as médias gerais da conotação de atores individuais (1,35) e institucionais (1,59) diríamos que os atores institucionais tenderam a ter um maior protagonismo nas notícias de escândalos de corrupção política nos meios de comunicação social em Portugal, mais controlado. Ao contrário dos atores individuais que são claramente os alvos mais frequentes de um pendor mais negativo do trabalho jornalístico.

Na categoria de atores individuais os políticos só não são majoritários no escândalo Panamá Papers com 48,4%, nas restantes são 68,6%, 69,6% e 59,1%. A conotação predominante foi negativa em aproximadamente 2/3 ou superior nos quatro casos estudados: 70,5%, 68,6%, 84,3% e 75,9%.

Os últimos dois indicadores completam a caracterização dos atores nas notícias dos escândalos de corrupção nos media em Portugal, referem-se à presença de líderes partidários e institucionais, bem como à presença dos próprios partidos políticos com assento parlamentar.

Quadro 5.9 – Partidos políticos nas notícias

	<i>Panamá Papers</i>	<i>Caso Sócrates - 2016</i>	<i>Caso Sócrates - 2017</i>	<i>Raríssimas</i>
BE	0	0	0	1
PCP	0	0	0	1
PEV	0	0	0	0
PS	0	0	0	5
PAN	0	0	0	0
PSD	0	0	0	7
CDS-PP	0	0	1	6

Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

A nível estritamente institucional os partidos políticos são atores centrais na vida política e pública e por isso são permanentemente potenciais protagonistas na esfera pública. No que concerne às notícias de casos de corrupção, esse protagonismo está bastante circunscrito. Por outras palavras, dir-se-ia que em geral e atendendo aos dados do Quadro 8, foi possível constatar que a presença destes atores foi bastante elementar com apenas vinte e uma menções entre as 485 notícias. Um dado também ele suficientemente relevante foi o facto de esta presença se fazer quase exclusivamente no caso da Raríssimas, com vinte menções a partidos políticos, restando apenas uma que se localiza entre as notícias do caso Sócrates 2017.

Tendência relativamente similar pôde-se observar no Quadro 11, que diz respeito à presença de líderes políticos. No total são dezoito as presenças destes atores nas notícias, o que ainda se constitui como um valor ainda mais reduzido comparativamente aos partidos políticos, sendo que existindo três menções ao presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa no caso Sócrates 2016 e uma menção a Pedro Passos Coelho (líder do PSD) torna a distribuição um pouco mais diversa.

Contudo, a maioria, que neste caso foram catorze no caso Raríssimas, preponderância já observada quanto aos partidos políticos. No computo destes últimos dois indicadores pode-se reter que existe uma espécie de “cordão sanitário” por parte dos líderes e partidos políticos, relativamente às potenciais polémicas, desenvolvidas no ecossistema mediático. Pelo menos dos atores políticos institucionais e /ou individuais que estão no ativo.

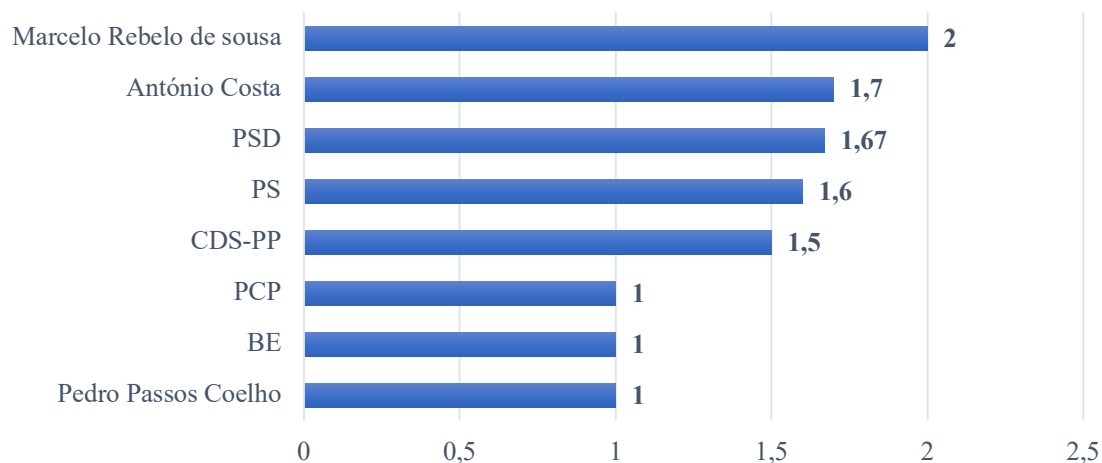
Quadro 5.10 – Líderes políticos nas notícias

	<i>Panamá Papers</i>	<i>Caso Sócrates- 2016</i>	<i>Caso Sócrates- 2017</i>	<i>Raríssimas</i>
Catarina Martins	0	0	0	0
Jerónimo Sousa	0	0	0	0
Heloísa Apolónia	0	0	0	0
António Costa	0	0	0	10
Marcelo Rebelo Sousa	0	3	0	4
André Silva	0	0	0	0
Pedro Passos Coelho	0	0	1	0
Assunção Cristas	0	0	0	0

Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

A recomendação de solução sendo minoritária (14,4%), foi mais expressiva em categorias como “responsáveis políticos” (21%) ou advogados de defesa (25,0%).

Não obstante a reduzida presença de líderes partidários e dos próprios partidos políticos nas notícias dos escândalos de corrupção estudados calculou-se as médias com que estes atores individuais e institucionais foram construídos pelo discurso e enquadramento jornalístico (cf. Figura 5).



Nota. MRS n=6; AC n=6; PSD n=5; PS n=1; CDS-PP n=1; PCP n=1; BE n=7; PPC n=10.

Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.3 – Conotação de líderes e partidos políticos

Destacado dos demais esteve o atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa que entre as seis menções que lhe foram feitas nas notícias teve uma média de dois, destacando-se dos restantes. Numa posição cimeira encontrou-se também o Primeiro-Ministro António Costa com 1,7 de média entre as seis notícias em que foi mencionado. Em seguida estiveram atores partidários com assento parlamentar (PSD, OS e CDS-PP). As médias mais baixas forma dos dois partidos políticos à esquerda do OS, PCP e BE com média de um e do então líder da oposição Pedro Passos Coelho, este último com o maior número de notícia, num total de dez. O que ressalva destes dados é a tendência em que embora estejamos perante um Quadro geral em que os atores individuais e muito particularmente os atores políticos individuais são os que apresentam mais negativa conotação nas notícias dos diversos escândalos de corrupção estudados, a verdade é que são dois líderes políticos MRS e AC que apresentam médias mais próximas de positivas e apenas depois surgem os atores institucionais e partidários, contrariando as tendências mais gerais. A este facto poderá não ser alheio a coincidência de que estejamos perante os representantes e detentores dos cargos políticos cimeiros como é a presidência e o governo e com o facilitado acesso aos meios de comunicação social que essa condição institucional tem inerente.

5.3.2. Construção e tratamento dos atores

A presente secção tem como finalidade aprofundar a caracterização dos atores mediante a discursividade mediática e processual na cobertura noticiosa sobre corrupção.

Analisando o estatuto no discurso jornalístico verificámos que a narrativa padrão, do discurso mediático assenta no estatuto de acusado, em face dos 65,0% de notícias que mencionaram atores acusados, em antagonismo aos 22,3% de acusador. Deste modo, concentremo-nos na categoria de acusador. Os maiores registos encontram-se naquilo que podemos designar por categorias de atores coletivos como são os casos de “agentes de justiça/tribunais/juízes” com 57,6% das notícias em que estes são atores principais. Nesta senda, também a categoria coletiva composta por “investigação/polícia” apresenta registo elevado com 40%. Estes dados observados com a devida distância e considerando a função das respetivas profissões que as compõem, não é assim tão surpreendente, uma vez, serem eles que muitas das vezes estão a montante das notícias de corrupção, seja através da investigação, seja através de inquérito de averiguações.

Contudo, verificou-se um dado curioso com José Sócrates, enquanto ator individual é mencionado por 24 notícias num total de 84 (o que se traduz em 28,6%) com o estatuto de acusador. Este valor, colocado em perspetiva com o de outro ator central nos casos de corrupção estudados, como é o caso de Paula Brito e Costa é ainda mais enfatizado, em face desta última apenas ser mencionada como acusadora em 3,4% (2 notícias em 59) em que é mencionada como ator principal. O registo de José Sócrates como acusador é muito similar ao de uma outra categoria coletiva (jornalistas/comunicação social), sublinhando ainda mais a natureza do ex-primeiro-ministro no debate público em torno dos diversos casos de corrupção em que está indiciado ou envolvido.

Entre as categorias de atores mais visados como acusados estiveram Paula Brito e Costa e as “elites económicas-financeiras” com respetivamente 89,8% e 81,5% entre o total de peças em que foram mencionados.

Com efeito, considerando o espectro geral dos atores principais nas notícias de corrupção em Portugal, há a destacar uma característica transversal que se prende com a maior proporção de notícias com o estatuto de acusado para cada uma das categorias de atores, comparativamente ao estatuto de acusador. Esta evidência pode ficar a dever-se à forma como a discursividade mediática é construída, tendo como ponto-de-partida o acusado, gravitado a narrativa noticiada em torno deste.

Esta tendência de maior protagonismo do estatuto de acusado na discursividade jornalística acentua-se, se considerados os atores secundários e terceiros atores

envolvidos nas notícias de corrupção. Concretizando, no que diz respeito aos atores secundários observamos que 70,2% das notícias têm atores “acusado”, ao passo que apenas 19,4% “acusador”. Nos atores com menor protagonismo nas notícias (atores 3) este indicador oscila entre os 65,1% dos “acusados” e os 25,7% dos “acusadores”. Neste âmbito, embora estejamos perante uma subamostra e por isso, mais pequena, de apenas 109 peças, verifica-se que das 4 notícias em que o ex-Primeiro-ministro é ator, estas são na totalidade no estatuto de “acusador”, tal como Paula Brito e Costa que conta com uma notícia, também ela como “acusador”.

Também este indicador permite-nos demonstrar que há efetivamente um assimétrico acesso ao espaço público e mais concretamente aos media em Portugal, por parte de atores no epicentro de casos de corrupção. A consequência da maior acessibilidade ao espaço público, emerge como estando associada a um tipo de enquadramento autorreferencial e sobretudo ao designado Quadro jogo. Estes dois tipos de enquadramento caracterizam-se e distinguem-se do Quadro substância, por serem alimentados não pelo evoluir do conhecimento sobre a trama que envolve e dá corpo ao alegado caso de corrupção, mas por outras características, como a transformação da esfera pública como um “ringue de boxe” onde os dois competidores se digladiam, sob o olhar do público em geral. Concomitantemente a este processo, também permite ao media terem permanentemente “matéria” com potencial suficiente para atrair a atenção de uma boa parte da população, dado tratar-se de questões que até aqui, estariam muito provavelmente sob uma penumbra quer institucional, quer entre as redes de interação das elites políticas e institucionais.

Nas notícias em que foram atores principais Sócrates (1,71) e Paula Brito e Costa (1,90) o enquadramento consubstancia uma definição de problema remetendo para a conceção enquanto caso isolado. Em contraste com as notícias que têm os atores políticos como protagonistas principais (1,39) em linha com o registo também da elite económica (1,30).

Quadro 5.11 – Atores e seu enquadramento nos escândalos

<i>Atores</i>	<i>Definição do Problema</i>	<i>Generalização</i>	<i>Interpretação Causal</i>	<i>Tipo de Interpretação Causal</i>	<i>Escala das Causas</i>	<i>Avaliação Moral</i>	<i>Ónus Moral</i>	<i>Recomendação de Solução</i>	<i>Tipologia de Solução</i>
Elites económicas e financeiras	1,3	1,03	1,89	2,31	2,05	1,7	1,91	1,06	2,75
Paula Brito e Costa	1,9	1,05	1,97	1,86	1,14	1,83	1,14	1,1	1
José Sócrates	1,71	1,06	1,93	1,96	1,22	1,64	1,3	1,13	1,27
Responsáveis políticos	1,39	1,13	1,89	1,41	1,71	1,76	1,66	1,21	1,83

Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

No que toca à interpretação causal ela esteve presente na grande maioria das notícias estudadas. Naquilo a que designamos como escala das causas verificaram-se diferenças médias relevantes. Tanto nas notícias relativas a Paula Brito e Costa como de Sócrates a interpretação causal assentou sobretudo na dimensão individual, com respetivamente 1,14 e 1,22. Ao passo que nas notícias em que responsáveis políticos e integrantes da elite económica ela foi sobretudo imputada ao sistema político ao registarem 1,71 e 2,05. A avaliação moral constitui-se como uma estruturante componente da cobertura jornalística da corrupção em Portugal, uma vez que a presença dela é identificada de forma transversal independentemente dos atores envolvidos e mencionados nas notícias. Onde encontrámos nuances relevantes é na imputação do ónus moral.

Ora, tanto a Sócrates (1,30) como a Paula Brito e Costa (1,14), em contraste com os registos da elite económica (1,91) e responsáveis políticos (1,66). A existência de alusões e propostas de solução para os problemas levantados nas diversas notícias de corrupção é no contexto mais específico dos meios de comunicação portugueses um exercício bastante diminuto, mais precisamente em apenas 15% das notícias existe este mecanismo. Ainda assim, vale a pena notar que existem tendências distintas entre diferentes categorias de atores. Os atores políticos, categorizados em responsáveis políticos apresentam maior probabilidade de ser mencionados em notícias em que foram apresentadas potenciais soluções ao registarem 1,21, em contraste com os 1,13 de Sócrates,

1,1 de Paula Brito e Costa e finalmente a elite económica com 1,06. Que tipo soluções são apontadas? Ora, também aqui encontrámos nuances empíricas relevantes, nomeadamente entre a elite económica (2,75) apontar para medidas de emergência e até um certo fatalismo com raízes culturais. Para a categoria dos responsáveis políticos (1,83) tendeu-se a apontar para reformas e introdução de códigos de ética que regulem ao recrutamento e a prática destes atores. Finalmente para Sócrates (1,27) e Paula e Brito e Costa (1,0) as notícias que mencionam estes atores que tendem a assinalar a necessidade de a aplicação da lei e punição política, através de detenção e julgamento destes.

5.3.3. Síntese

Sócrates com 85 menções como ator principal, 53 como acusado e 24 como acusador no discurso jornalístico e marcando presença em notícias em três, dos quatro casos de corrupção estudados, constituiu-se como ator central da cobertura noticiosa da corrupção em Portugal no biênio 2016-2017. Sócrates enquanto ator principal das notícias tende a dominar num Quadro de interpretação causal endossado ao campo político (48,1%) e 31,6% erros individuais. O ex-Primeiro-Ministro é o ator mais mencionado com 122 referências no conjunto das três categorias de atores.

Paula Brito e Costa com 59 ocasiões como ator principal em notícias, 53 como acusada, e apenas 2 ocasiões como acusadora e pautando apenas a sua presença no caso da Raríssimas revelou a relevância como a cobertura de casos de corrupção necessita de ter um protagonista para captar a atenção dos meios de comunicação e das suas respetivas audiências. As notícias com Paula Brito e Costa apresentaram uma forte tendência para um Quadro de interpretação causal baseado em erros individuais (70,2 e apenas 22,8% campo político).

A intervenção de agentes de justiça como juízes e agentes de investigação destacou-se nos casos Sócrates 2016 e 2017 com 37,5% e 24,8% respetivamente. De forma expectável, os envolvidos em corrupção foram majoritários nos quatro casos com 80,1%, 62,5%, 71,1% e 82,1% para respetivamente Panamá Papers, Sócrates 2016, Sócrates 2017 e Raríssimas. Os adversários não existiram em Sócrates 2016 e apenas 4,1% em Sócrates 2017. No caso Raríssimas sobre para 13,1%.

A proeminência, entre os atores da cobertura jornalística da corrupção, por parte de José Sócrates tornou-o uma Figura incontornável no debate encetado na esfera pública,

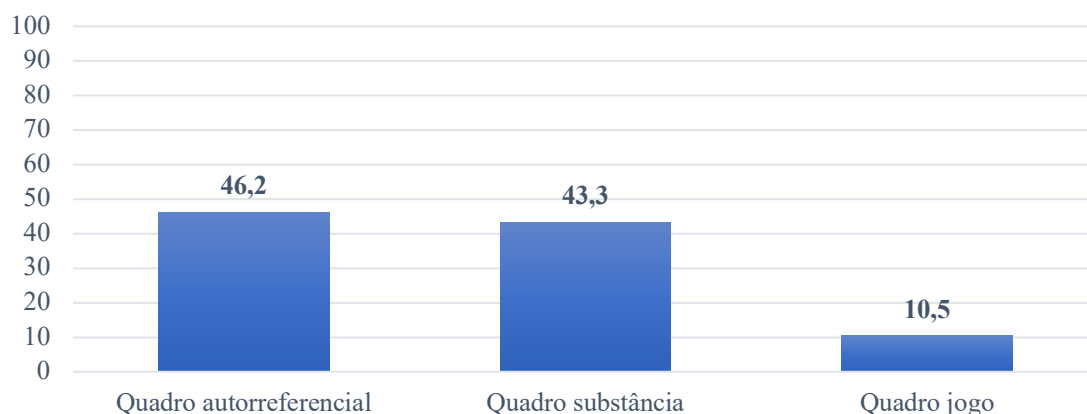
sobre corrupção. Para além da sua presença ser transversal, conseguiu também alimentar o interesse por parte dos meios de comunicação, ao tomar a iniciativa e intervenção, seja com artigos de opinião, com entrevistas aos meios de comunicação televisivos ou ainda em opiniões publicadas nas redes sociais digitais como o Facebook¹². Existe deste ponto de vista, um conjugar de movimentos de convergência: se por um lado os meios de comunicação são atraídos a mencionarem todos os passos processuais e intervenções do ex-governantes, por outro lado, o acesso que este tem aos meios de comunicação deixa-o numa posição de poder expor e contra-argumentar algumas das acusações que lhe foram imputadas pelos diversos detratores, sejam eles agentes de justiça ou até mesmo adversários políticos.

5.4. Enquadramento

O modo como o jornalismo enquadra os temas da corrupção, permite enfatizar determinados aspetos e tornar invisíveis alguns contornos. Esta fase é determinante no modo como os cidadãos, leitores e consumidores e geral dos meios de comunicação e das notícias em corrupção, percebem e constroem as suas perceções sobre corrupção.

Começámos por definir três tipologias distintivas da abordagem jornalística aos fenómenos da política e da corrupção. De modo sintético, e tal como foi mencionado em capítulo anterior, o enquadramento autorreferencial caracteriza as notícias que surgem e alimentam uma espécie de espiral mediática em torno de determinado tema e atores. Por seu lado, o Quadro substância, consiste no desvelar de acontecimentos ou alegados atos ilícitos, no fundo traz para o debate público vos desenvolvimentos, nova informação. Finalmente, o Quadro jogo corresponde a um trabalho jornalístico que tende a ver os casos de corrupção como uma competição entre atores e instituições, exacerbando a componente do “combate” entre diferentes contendores. Uma nota ainda para frisar que embora nem sempre fosse pacífico a classificação de uma dada notícia à luz de um só Quadro, a variável foi codificada tendo as três categorias como mutuamente-exclusiva, isto é, cada notícia foi classificada mediante o tipo de enquadramento predominante.

¹² Página de Facebook de José Sócrates, onde partilha a sua intervenção pública:
<https://www.facebook.com/jsocratescpintosousa>



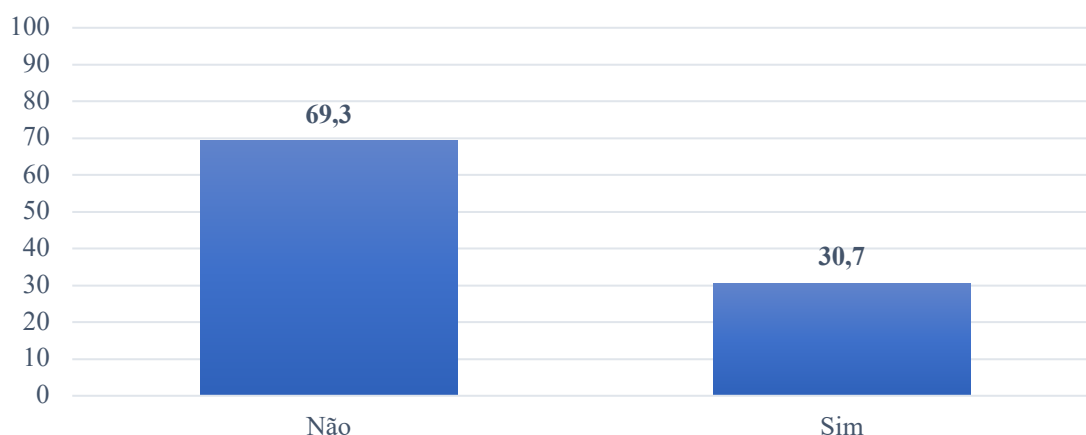
Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.4 – Tipologias de enquadramento

Entre o total de notícias que constituem a amostra verificámos que há um domínio do Quadro autorreferencial (46,2%) e Quadro substância (43,3%), que no computo de ambos somam aproximadamente 90%. Os restantes foram classificados no Quadro jogo.

O Quadro autorreferencial foi dominante com 46,2% das notícias, seguido do Quadro substância com 43,3%. Verificamos que 33,1% das notícias Sócrates 2017 são “Quadro jogo”. O caso Sócrates 2016 tem o seu valor modal de 81,3% no “Quadro autorreferencial”, tal como o caso Raríssimas com 75,8%. Tanto Panamá Papers como Sócrates 2017 têm o seu valor modal no Quadro substância com respetivamente 70,4% e 51,2%.

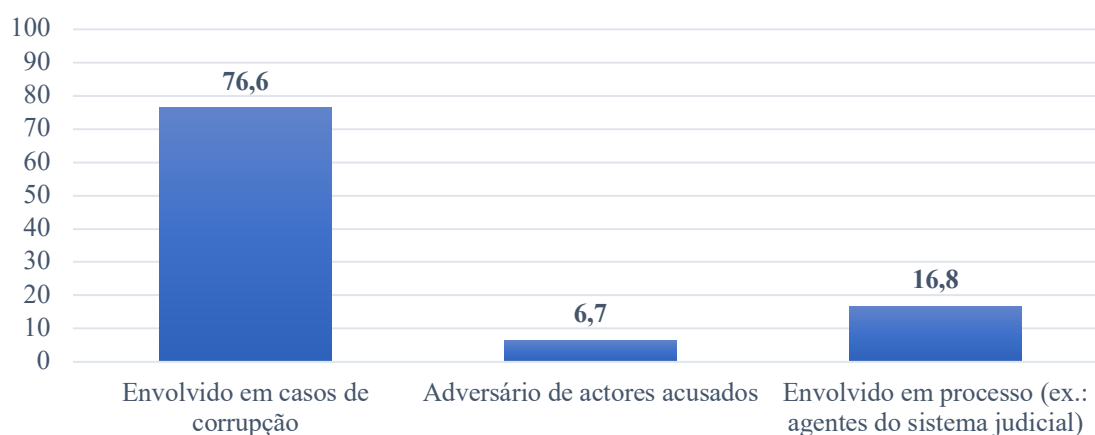
O trabalho de enquadramento tem uma das suas primeiras expressões no potencial destaque que no caso dos jornais pode passar por um destaque, no caso das rádios ou televisões passa pela abertura de noticiários. A manchete é um destaque, é porventura, um importante instrumento da edição jornalística na construção de uma narrativa sobre um acontecimento ou alegado acontecimento que envolve atos ilícitos e que são potencialmente imputados a atores com níveis relativamente grandes de notoriedade social, ou política ou económica.



Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.5 - Manchetes

Com efeito, e como é constatável na Figura acima, no compute das 485 peças seleccionadas sobre corrupção e que dão corpo à presente exposição aproximadamente 1/3 tiveram “honras” de manchete, ao passo a maioria de 69,3% não o teve.

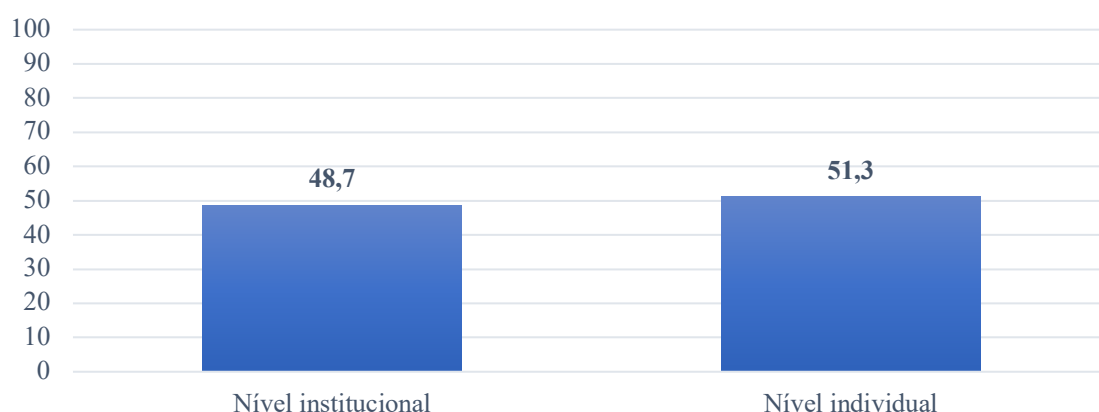


Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.6 – Fonte no enquadramento

Na Figura 8 apresentam-se os resultados obtidos do indicador relativo à fonte do enquadramento. De forma breve, a finalidade deste indicador era distinguir, através das três categorias de atores, não entre acusado e acusador, mas antes, entre aqueles. Atores que estão incluídos em casos de corrupção, seja na forma de corrupto ou corrompido e distingui-los de potenciais adversários, bem como os elementos ligados à justiça. Mais de $\frac{3}{4}$, mais precisamente 76,6% das notícias priorizaram no seu enquadramento atores de

alguma forma envolvidos em casos de alegadas práticas de corrupção. Por outro lado, 16,8% dão voz a envolvidos em termos processuais, isto é, que têm de alguma forma responsabilidade no desenvolvimento da investigação e/ou do próprio processo judicial. Finalmente, uma pequena cota parte (6,7%) incluiu no seu enquadramento adversários de atores acusados ou envolvidos em esquemas de práticas ilícitas.



Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.7 – Centro de ação do enquadramento

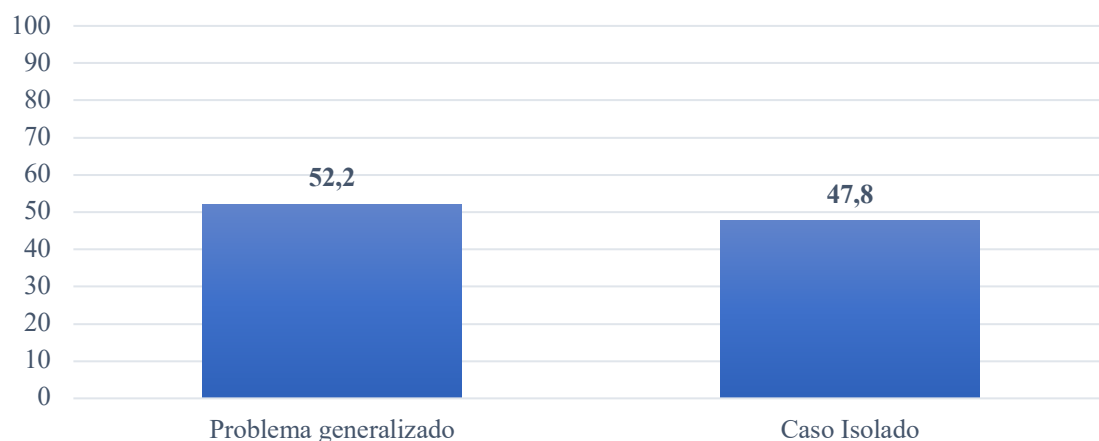
De acordo com os dados recolhidos (cf. Figura 9) a ação principal descrita das notícias teve um enquadramento maioritariamente a nível individual (51,3%). Ainda assim, a nota foi para um forte equilíbrio entre o nível institucional com 48,7%, o que perfaz um diferencial a cifrar-se nos 2,6 p.p..

O centro do enquadramento é feito preferencialmente a nível individual no Sócrates 2017 e Raríssimas 68,6% e 57,3%. O nível institucional foi dominante no Panamá Papers e Sócrates 2016 com 66,7% e 52,1%.

A definição do problema, de forma resumida, tinha como objetivo, compreender e categorizar a natureza do problema em concreto centro da notícia, embora nem sempre estivesse explícita nas notícias analisadas. A definição do problema é, por conseguinte, uma fase determinante no enquadramento jornalístico da corrupção e a jusante nas perceções que os cidadãos constroem acerca deste fenómeno.

A observação da Figura 9 permite constatar que existiu um considerável equilíbrio entre ambas as categorias. Na verdade, estamos perante uma disjunção que se cifra nos 4,4 p.p. Noutros termos, o problema generalizado foi identificado em cerca de 52,2% das notícias, ao passo que a conceção do problema como caso isolado ficou com os restantes

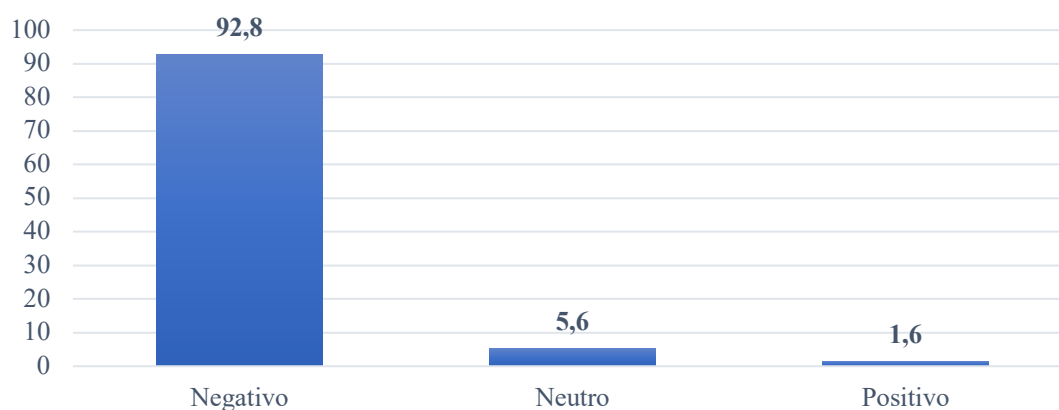
47,8%. O perspetivar da corrupção como um problema generalizado, tende a potenciar a visão de uma sociedade e em particular as instituições que a gizam, como massivamente corruptas. Por seu lado, o caso isolado tende a enfatizar as responsabilidades individuais dos atores e instituições às quais são imputadas tais práticas.



Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.8 – Definição do problema

A tendência para a generalização foi particularmente acentuada em casos como Panamá Papers com 77,8%, Sócrates 2016 com 60,5%. O caso isolado dominou no Sócrates 2017 (65,5%) e Raríssimas (62,8%).

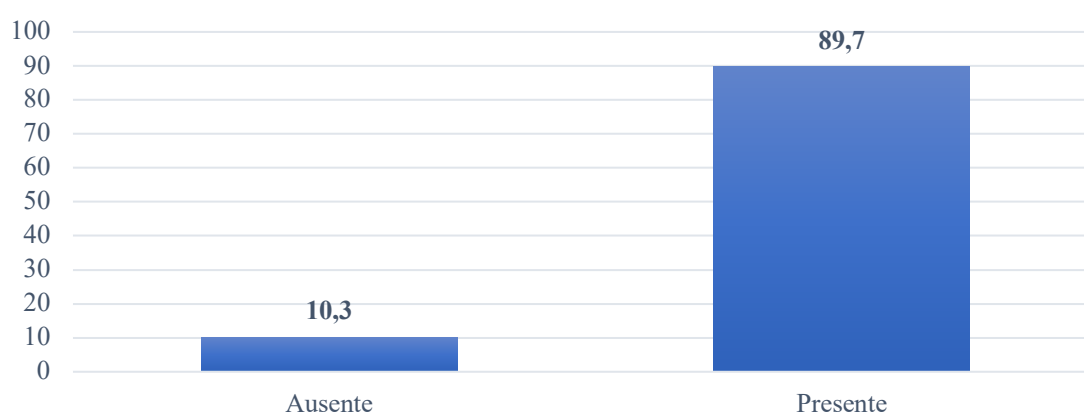


Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.9 – Quadro de generalização

A cobertura noticiosa da corrupção nos meios de comunicação em Portugal, pelo menos no período em análise, foi feita sob o espectro negativo (92,8%). Isto é, independentemente da natureza de atores envolvidos, dos próprios meios de comunicação e grupos proprietários, a cobertura do fenómeno da corrupção fez-se maioritariamente num Quadro em que se enfatizam traços e práticas ilícitas e até lesivas para o bem-estar comunitário (cf. Figura 11).

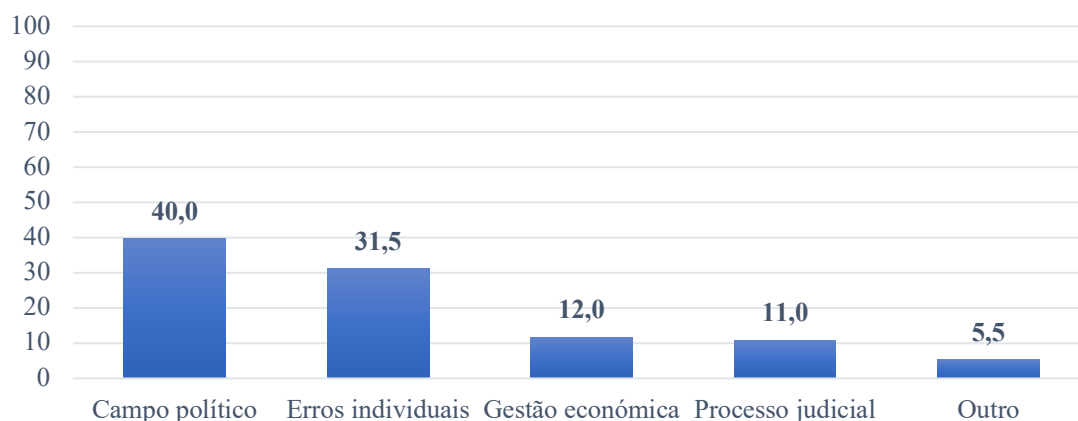
As duas restantes categorias agregam 7,2% das notícias, sendo que destes apenas 1,6% remeteram para um enquadramento sublimação de aspetos positivos. O Quadro de generalização foi dominado pelo tom negativo com 92,8%.



Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.10 – Interpretação causal

A imputação a uma determinada causa, assumiu-se como um traço caraterístico da cobertura mediática da corrupção, pelo menos no que se reporta à amostra que dá suporte empírico à presente pesquisa verificando-se que 89,7% das notícias apresentaram indícios explícitos ora implícitos de uma possível interpretação causal (cf. Figura 12).



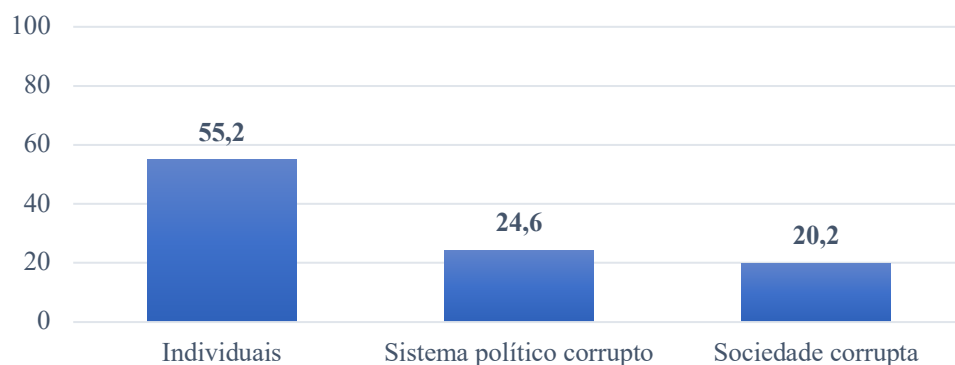
Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.11 – Tipos de interpretação causal

A interpretação causal assente no campo político foi modal no Panamá Papers (39,6%) e Sócrates 2017 (44,2%). No caso Sócrates 2016 o padrão assentou na causalidade no processo judicial (44,7%). O caso Raríssimas divide-se entre erros individuais (49%) e campo político (43,4%).

A identificação de uma causalidade da corrupção em erros individuais foi o padrão dominante na cobertura mediática, ao cifrar-se nos 55,2%. Ela foi maioritária nos casos de Sócrates 2016 (50%), Sócrates 2017 (73,5%) e Raríssimas (64,1%). No Panamá Papers o valor modal de 46% é da causalidade “sociedade corrupta”.

Na sequência da questão anterior, procurou-se indagar a que esfera da atividade social era imputada a causa da corrupção. Não obstante as quatro categorias que operacionalizam o indicador terem registos de dois dígitos, o que se destacou foi a tendência para a imputação das causas passar predominantemente pelo campo político (40%) ou em alternativa a erros individuais (31,5%). O que se pode inferir, no imediato, é que a imputação das causas da corrupção, enquanto processo mediático descodificador e interpretativa da realidade assenta antes de mais sobre os atores políticos e também sobre as instituições políticas. Não deixa de ser relevante para o quadro interpretativo que possamos esboçar, que a elite económica se ficou pelos 12%, sendo que em alguns casos aqui abordados teriam no epicentro atores oriundos dessa categoria.

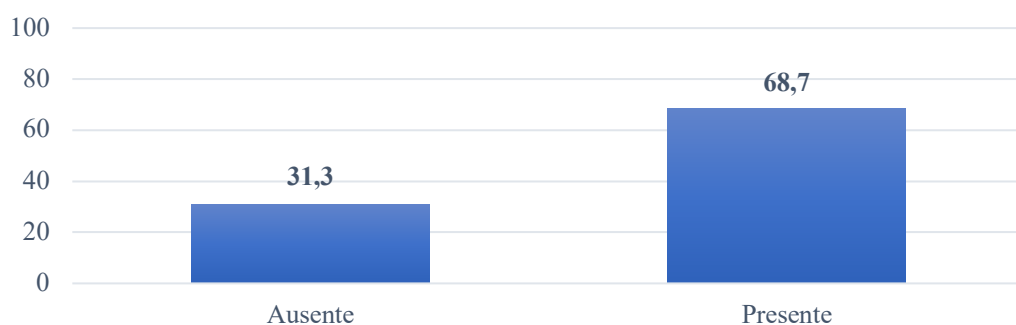


Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.12 – Escala das causas

Associado às duas últimas questões e ainda no âmbito do mapeamento das causas, procurou-se aferir acerca da escala das causas. Para tal e de forma a contrastar diferentes fontes de imputação das causas da corrupção, percebeu-se que esta se faz maioritariamente às causas de natureza individual (55,2%), sendo que sensivelmente $\frac{1}{4}$ é remetido às instituições e atores do campo político e finalmente 20,2% a alusão a uma sociedade genericamente corrupta (cf. Figura 14).

O penúltimo conjunto de indicadores visou captar a componente moral subjacente ao discurso jornalístico sobre corrupção. Na Figura 14 observa-se que aproximadamente $\frac{2}{3}$ das notícias fazem menção ou procedem a qualquer julgamento moral. Este é um dado, que pela sua dimensão e escala não deixa de ser indiciador de um padrão dominante entre os meios de comunicação social e que decerto modo, contraria a máxima, pelo menos de alguns jornalistas e órgãos de comunicação social, da apologia a uma necessário objetividade e neutralidade do seu relato.

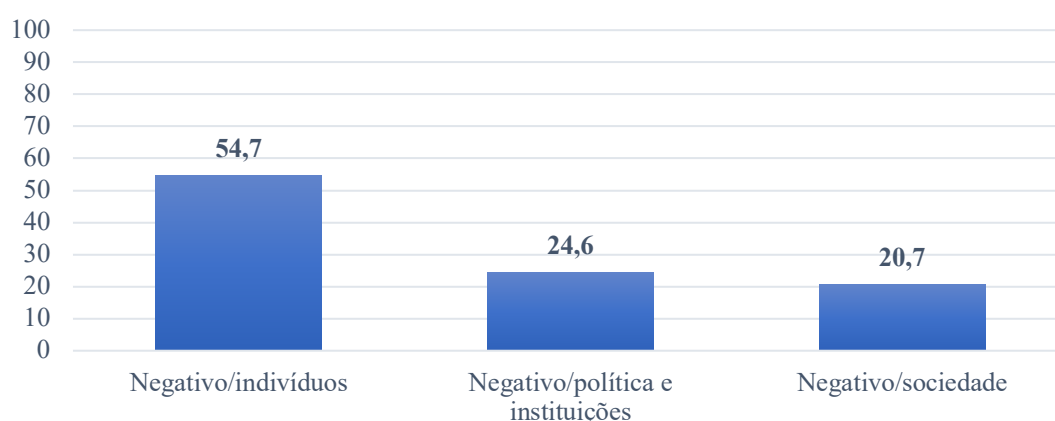


Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.13 – Avaliação moral

Na sequência do indicador anterior, que servia de filtro, procedeu-se ao apuramento, entre os 2/3 de notícias com avaliação moral, a quem e que natureza têm os atores, que lhe é imputado o ónus moral. Pode-se perspetivar a distribuição dos dados estabelecendo um eixo que seja composto por entidades coletivas e individuais e decorrente dessa opção verificámos que ainda assim a maioria das peças (54,7%) colocam o ónus moral em fatores individuais, ou por outras palavras sobre atores individuais concretos. Por outro lado, entre a imputação à sociedade (20,7%) e à esfera política (seja líderes políticos seja a instituições) somaram 24,6%, como se pode constar na Figura 16.

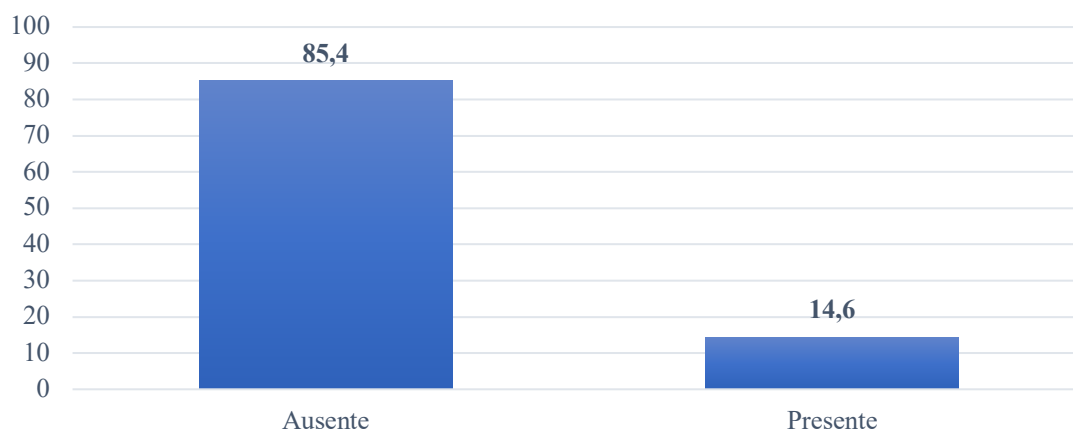
O ónus moral é maioritariamente atribuído a nível individual, pelo menos é essa a tendência nos casos Sócrates 2016 com 54,5%, Sócrates 64,1% e Raríssimas 69,8%. No caso Panamá Papers a distribuição foi mais equilibrada “sociedade 40,8%, indivíduos 35% e política e instituições 24,2%.



Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.14 – Imputação do ónus moral

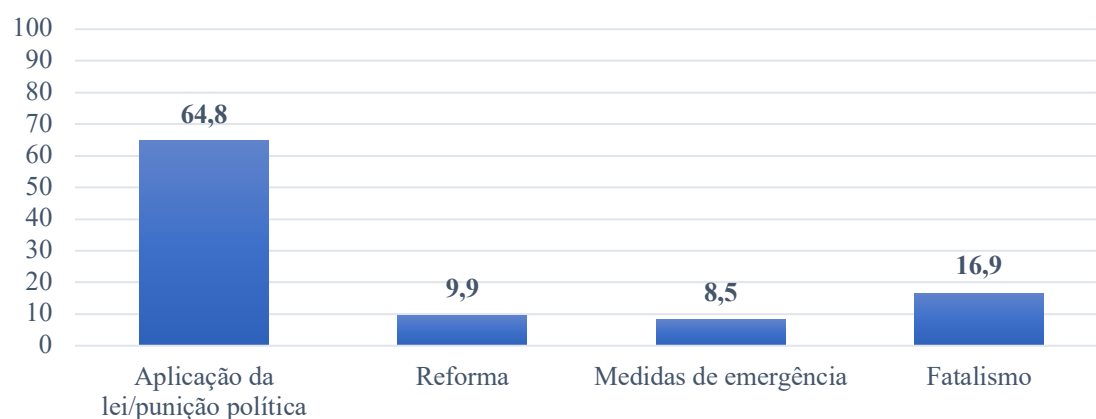
Finalmente, o último par de variáveis visava quantificar as propostas de solução para os diversos casos de corrupção descritos ao longo das 485 notícias. Deste modo, começou-se por aferir a presença deste tipo de componente na cobertura mediática da corrupção. A observação da Figura 16 é esclarecedora a esse nível, ao ascender a 85% a proporção de notícias sem sugestões para a solução dos diversos problemas identificados. Apenas 14,6% detiveram essa componente e é sobre essa proporção que se vai aprofundar.



Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.15 – Recomendação de solução

Ora, a Figura 18 possibilita verificar que aproximadamente 65% das notícias fizeram apologia a uma solução dentro do quadro legal e político existente. Contudo, o destaque foi para entre as notícias que apontam para potenciais soluções, os 16,9% que apontam para um certo fatalismo, em resultado de uma hipotética matriz cultural e sociopolítica. As duas restantes categorias, não ascendendo aos dois dígitos, ainda assim obtiveram valores não desconsideráveis, mormente 9,9% para possíveis reformas e 8,5% medidas de emergência e em resposta a novos desafios.



Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.16 – Tipologia das soluções

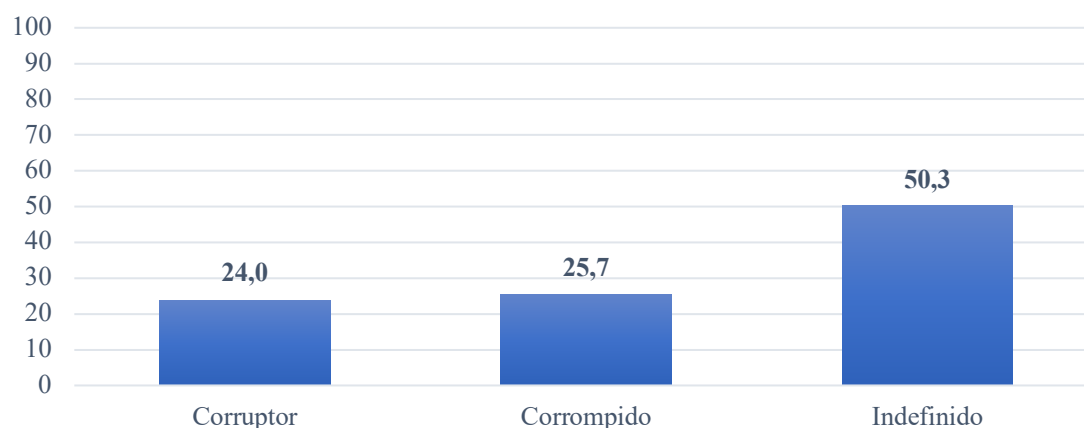
Os quatro casos tiveram a sua categoria modal na “aplicação da lei”: Sócrates 2016 100%, Sócrates 2017 100% e Raríssimas 92,3%. O Panamá Papers teve 40,0% na aplicação da lei; na reforma e medidas de urgência 15,0% e fatalismo 30,0%.

5.5. Estatuto no processo

A construção noticiosa em torno da corrupção envolve um conjunto muito diversificado de atores, como se pôde observar anteriormente. Considerando o conhecimento prévio dos quatro processos de corrupção em estudo, e seus atores, procurou-se identificar os integrantes mediante o papel desempenhado em cada caso de corrupção. Foram considerados para a demonstração empírica, os atores individuais que são mencionados no discurso mediático sobre corrupção, sejam de forma ativa ou passiva. De forma resumida, dir-se-ia que a codificação dos atores se deu em face do processo judicial, não estando diretamente implicado na discursividade dos meios de comunicação. Daí a redobrada pertinência, uma vez que nos permitiu catalogar dados que estão para lá do discurso jornalístico, mas estando ancorado às questões processuais.

De forma simples pôde-se contatar um forte equilíbrio (diferença de apenas 1,7 p.p.) entre o estatuto de corruptor (24,0%) e corrompido (25,7%) e mais de metade (50,3%) na categoria de indefinido.

O estatuto no processo é uma variável que distingue bem os casos. Nos casos Panamá Papers e Raríssimas o estatuto é maioritariamente indefinido e cifrou-se em cerca de 1/3 na categoria de corruptor. Ao passo que no caso Sócrates 2016 e 2017 dominou o estatuto de corrompido.



Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.17 – Estatuto no processo de atores nas notícias

Por sector de meios de comunicação pode-se dizer que existe uma associação significativa ($\chi^2_{(6)} = 19,27$, $p = ,004$ e V de Cramer = ,15, $p = ,004$), uma vez que o sector da televisão e digital denotaram maior proporção de notícias com corruptor, em

antagonismo ao da rádio e imprensa em que o corrompido foi mencionado com maior frequência. O papel de corrompido esteve mais associado a notícias com direito a manchete com 33,9% ao passo que o estatuto de corruptor fica pelos 31,7% ($\chi^2_{(2)} = 8,86$, $p < ,001$ e V de Cramer = ,15, $p < ,001$).

O tipo de enquadramento apresentou uma associação significativa com o estatuto no processo ($\chi^2_{(4)} = 68,69$, $p < ,001$ e um V de Cramer = ,29, $p < ,001$), por outras palavras, verificámos o estatuto de corrompido está particularmente associado à tipologia do Quadro jogo (68,1%), ao passo que o Quadro substância está associado a uma maior presença de atores com estatuto de corruptores (34,6%).

Peças que centraram o seu enquadramento no nível institucional tenderam a priorizar notícias com corruptores (24%), sendo que peças com um enquadramento de nível individual tenderam a frisar a presença de atores com estatuto de corrompidos (36,8%) ($\chi^2_{(2)} = 35,52$, $p < ,001$ e V de Cramer = ,30, $p < ,001$).

A definição do problema tinha como eixo concebê-lo como um prolema generalizado ou como caso isolado. Deste modo, verificou-se a existência de uma associação, significativa com o estatuto no processo ($\chi^2_{(2)} = 15,76$, $p < ,001$ e V de Cramer = ,20, $p < ,001$), em particular nas notícias que parte da visão da corrupção como problema generalizado tenderem a sobre representarem o papel de corruptor (22,5%), em antagonismo a um angulo de abordagem como mais isolado assentando sobretudo em notícias com atores com estatuto de corrompidos (32,9%).

A interpretação causal apresentou uma associação significativa com o estatuto no processo ($\chi^2_{(2)} = 15,16$, $p < ,001$) e V de Cramer = ,19, $p < ,001$). Em termos mais concretos, dir-se-á que notícias que apontem causas tiveram tendência para ter atores corrompidos (27,2%) entre os atores mencionados.

O tipo de interpretação causal apresentou uma associação significativa com o estatuto no processo ($\chi^2_{(6)} = 26,78$, $p < ,001$ e V de Cramer = ,19, $p < ,001$). Com efeito, observou-se que a imputação das causas ao campo político (30,1%), bem como a um processo judicial (46,7%) tendem a exacerbar a presença de atores com o estatuto de corrompidos. Em tendência inversa, os erros individuais (36,4%) e gestão económica (34,8%) para atores com estatuto de corruptores.

A dimensão e escala das causas foi medida de forma a perceber até que ponto existem disjunções na construção da narrativa jornalística, contrastando uma dimensão individual, o campo político e a generalidade da sociedade. Constatou-se a existe de uma

associação significativa com o estatuto no processo ($\chi^2_{(4)} = 39,53$, $p < ,001$ e V de Cramer = ,23, $p < ,001$), ao ser associada a presença de atores corruptores (37,3%) em notícias com generalização à sociedade corrupta, por outro lado, as notícias com ênfase nas causas individuais (36,3%) e do sistema político (21,5%) tenderam a ter maior proporção de atores com o estatuto de corrompidos.

A avaliação moral teve uma associação significativa, com o estatuto no processo ($\chi^2_{(2)} = 26,78$, $p = ,003$ e V de Cramer = ,17, $p = ,003$). Deste modo, observa-se que avaliação moral tendeu a ser mais frequente nas notícias com atores com estatuto de corruptores (28,2%).

Nesta senda, interessa perceber a quem é imputado o ónus moral. Apresentando uma associação significativa com o estatuto no processo ($\chi^2_{(4)} = 15,62$, $p = ,004$ e V de Cramer = ,16, $p = ,004$), constatou-se que a imputação negativa à sociedade é associada à presença de atores com o estatuto de corruptores (28,2%), em contraponto os atores com estatuto corrompido foram predominantes nas notícias que atribuem o ónus moral a título individual (31,1%) e ao sistema político (25,0%).

A recomendação de solução apresentou uma associação significativa com o estatuto no processo ($\chi^2_{(2)} = 6,44$, $p = ,040$ e V de Cramer = ,12, $p = ,040$). Verificou-se que as notícias com recomendação de solução tiveram maior proporção de atores com estatuto de corruptores (35,9%), sendo que a categoria de corrompidos se ficou pelos 25,0%.

5.5.1. Síntese

À priori a variável estatuto no processo dos atores mencionados nas notícias já seria um precioso indicador de caracterização, porém os dados obtidos adicionaram relevância e centralidade no contexto mais amplo da presente pesquisa. Através do eixo composto pelas categorias corrompido e corruptor percorremos um vasto e diversificado conjunto de indicadores relativos ao enquadramento jornalístico. Esta categorização permitiu-nos uma espécie de “separação das águas” que se traduz numa acrescida clareza acerca do papel dos meios de comunicação e o enquadramento dos atores realizado por aqueles.

Entre os quatro casos de corrupção estudados emergiu uma clara evidência empírica na qual se inscreve o facto de tanto no Panamá Papers como no caso Raríssimas se observou uma preponderância de atores com o estatuto de corruptores. Ao contrário, nas duas fases estudadas do caso Sócrates (2016 e 2017) onde se observou-se que a primazia é de atores que têm estatuto de corrompidos.

Considerando os quatro sectores, pelos quais se distribuem os meios de comunicação social percebemos que efetivamente o sector relativo à televisão e digital enfocaram a sua atenção em atores com estatuto de corruptores, ao passo que rádio e imprensa escrita frisaram a presença de atores com estatuto de corrompidos.

As tipologias de enquadramento geral também se conseguem associar a diferentes estatutos dos atores em processos. Concretizando, diríamos que o Quadro jogo, que assenta numa cobertura em que foram sublimados traços da competição desportiva e de estratégia foram mais comuns os atores com estatuto de corrompido, em antagonismo ao Quadro substância, que tendeu a enfatizar a presença de atores com estatuto de corruptores.

Entrando propriamente na discursividade jornalística sobre corrupção verificou-se que o enquadramento a partir de um nível institucional priorizou a presença de atores no papel de corruptores. Já um enquadramento baseado nas individualidades correspondeu a uma associação a atores corrompidos. É nesta linha que o perspetivar da corrupção como um problema generalizável é mais intenso em notícias que patentearam atores com papel de corruptores.

Um importante dado passa pelo facto de a alusão às causas dos alegados atos ilícitos esteve mais fortemente associada a atores com estatuto de corrompidos. As causas quando identificadas e imputadas ao campo político e judicial tiveram primordialmente como atores corrompidos, em contraste com as notícias que tendo alusões às causas, o fizeram a campos como a gestão económica e a erros individuais tendo como protagonistas atores corruptores.

No que toca às origens do fenómeno da corrupção, verificámos que a ideia de corrupção generalizável à sociedade esteve associada aos atores corruptores, ao passo que as causas individuais e do sistema político tiveram como interpretes atores com estatuto de corrompidos.

O ónus moral a recair sobre uma pretensa sociedade corrupta mobilizou preferencialmente atores com estatuto de corruptores, ao passo a atribuição do ónus moral aos indivíduos ou ao campo político esteve associado aos atores corrompidos.

Finalmente as soluções, quando existiram, estiveram associadas aos atores corruptores.

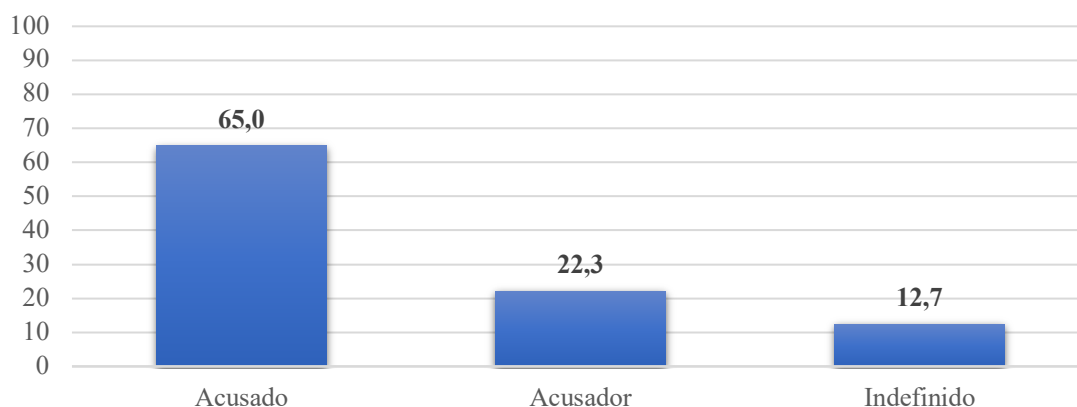
5.6. Estatuto no discurso mediático

Inicia-se uma nova secção que tem por finalidade abordar algumas dimensões de operacionalização do trabalho jornalístico na cobertura do fenómeno da corrupção e que corporizam de forma significativas escolhas e opções que jornalistas e maior de comunicação social fazem no tratamento da cobertura.

Numa prática de alegados atos ilícitos existem pelos menos duas partes, ainda que em moldes informais, acusado e acusador alimentam uma permanente dialética jornalística que corporiza no final a narrativa jornalística dominante e que vai pautar as perceções dos cidadãos utilizadores dos media e que em última instância serão incorporadas nas opiniões políticas destes últimos.

No estatuto no discurso jornalístico o padrão dominante foi a referência ao acusado onde cerca de 2/3 das notícias o mencionam: Panamá Papers 71,0%, Sócrates 2017 61,2%, Raríssimas 72,6%. O estatuto de acusador é foi maioritário apenas no Sócrates 2016 com 59,6%. No caso Sócrates 2017 ficou-se pelos 28,9% e nos dois restantes ainda menos: 14,2% e 14,0% respetivamente Panamá Papers e Raríssimas.

O estatuto dos atores mencionados no discurso jornalístico centrou-se sobretudo na categoria de acusado ao registar sensivelmente 2/3 dos atores (65%). Aproximadamente 1/5 dos atores mencionados nas notícias corresponderam ao papel de acusador. Ainda que expectável, a maior proporção de notícias que centrem o seu discurso no papel de acusado, não deixou de ser significativa a distância entre ambas as categorias. Poder-se-á mesmo dizer que é uma cobertura jornalística centrada na acusação.



Fonte: Barómetro de Notícias MediaLab, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Cálculos próprios.

Figura 5.18 – Estatuto dos atores no discurso mediático

Até que ponto existem disjunções entre os estatutos atribuídos pelo discurso jornalístico e o estatuto no processo? A resposta a esta questão reveste da maior relevância, uma vez que ela permitiu cruzar diferentes disposições subjetivas (no caso do estatuto no discurso jornalístico) com papéis objetivos (como foi o caso do estatuto num processo judicial). Verificou-se que tanto o estatuto no processo como o estatuto no discurso jornalístico estiveram relacionados, ou por outras palavras, pode dizer-se que o estatuto no processo esteve associado ao estatuto conferido na narrativa jornalística. Existindo diferenças significativas entre estes dois indicadores ($\chi^2_{(2)} = 15,28$, $p < ,001$, V de Cramer = ,21, $p < ,001$). Concretizando, os atores com estatuto de corruptores tenderam a concentrar-se em maior proporção na categoria de acusado no discurso jornalístico 94,6%, ao passo que os atores com estatuto de corrompidos foram apenas 73,8% entre os acusados. Mais, os corrompidos ascenderam a 26,2% em contraste com os meros 5,4% dos corruptores que tiveram menções de acusador nos media nacionais. Em síntese, dir-se-á que os corrompidos distribuíram-se de forma menos desequilibrada entre os estatutos jornalísticos de acusado (73,8%) e acusador (26,2%).

Esta observação foi também corroborada, ainda que noutros termos, se consideradas as tipologias do enquadramento. Ora, observou-se que o enquadramento apresentou uma associação significativa, relativamente ao estatuto no discurso jornalístico. De outro modo, dir-se-á que o tipo de enquadramento esteve associado ao estatuto conferido na narrativa jornalística ($\chi^2_{(2)} = 14,31$, $p < ,001$ e V de Cramer = ,19, $p < ,001$). No Quadro substância, onde aliás, se concentraram as notícias que fazem avanços informativos sobre os acontecimentos, a categoria de acusado no discurso jornalístico, deteve a sua maior proporção ao atingir a marca dos 82,6%, número mais reduzido quando se considera a mesma categoria de atores, mas no Quadro autorreferência e jogo com respetivamente 69,7% e 59,1%. Reforçando ainda mais esta tendência, observou-se que é no Quadro jogo, que a categoria de atores acusador deteve o seu valor modal ao registar 40,9%, em claro contraste com os 30,3% e os 17,4% verificados respetivamente nos Quadro autorreferencial e Quadro substância. O avanço da narrativa faz-se por via do desenvolvimento de acontecimentos que envolvem atores, sobre os quais recaem suspeitas de práticas ilícitas.

Com a fonte de enquadramento pretendeu-se mensurar os antagonismos dialógicos e interacionais entre atores mencionados nas notícias de corrupção. De facto, revelou-se útil, ainda que expetável, que os acusados no discurso jornalístico estão envolvidos em casos de corrupção (87,8%). As categorias “adversário de ator acusado” e

“envolvido em processos” tiveram as suas respectivas categorias modais no estatuto de acusador com 81,8% e 82,1%, associações significativas ($\chi^2_{(2)} = 163,16$, $p < ,001$ e V de Cramer = ,63, $p < ,001$).

O centro do enquadramento que considerava a perspetiva sobre a qual era construída o enquadramento jornalístico, isto é, teoricamente oscilava entre a possibilidade de este enquadramento de centrar em atores individuais ou por via alternativa, privilegiar uma perspetiva institucional no discurso jornalístico. Deste modo, pode-se dizer que se verificou uma associação significativa entre o estatuto no discurso jornalístico e o centro do enquadramento ($\chi^2_{(1)} = 14,43$, $p < ,001$, V de Cramer = ,19, $p < ,001$). Noutros termos, diríamos que o centro gravitacional do enquadramento de natureza individual reportou-se em 82,6% das notícias ao estatuto de acusado, em clara divergência com o estatuto de acusador que se ficou pelos 17,4%. No nível institucional esta assimetria é de certo modo, bastante mitigada, ainda que subsista. Ora no nível institucional as notícias que detinham atores com estatuto jornalístico de acusado cifraram-se nos 66,5% (sensivelmente 2/3), ao passo que o estatuto de acusador ascendeu a 1/3, mais concretamente 33,5%.

Em termos gerais, pode-se postular que as notícias de corrupção nos meios de comunicação social portugueses, pelos menos no que diz respeito aos casos de corrupção estudados na presente pesquisa, conduzem-nos maioritariamente às causas dos processos, pelo menos, assim acontece com 92,4% e apenas 7,6% não fizeram referência às causas. Entre as notícias com referências implícitas ou explícitas a causas, $\frac{3}{4}$, mais precisamente 76,5% têm atores com estatuto de acusados no discurso jornalístico, em claro contraste com os 23,5% de acusadores ($\chi^2_{(1)} = 10,90$, $p < ,001$ e V de Cramer = ,16, $p < ,001$).

De seguida, procurou-se perceber de que esfera ou campo social é oriunda a causalidade identificada anteriormente. Apresentando uma associação significativa com o estatuto no discurso jornalístico ($\chi^2_{(4)} = 58,73$, $p < ,001$ e V de Cramer = ,39, $p = ,001$), verificámos que foi ao campo judicial e “outro” que encontrámos a maior proporção de notícias com atores com estatuto de acusador, jornalisticamente falando com respetivamente 61,4% e 62,5%. Nos antípodas estiveram os campos dos erros individuais com 13,1%, bem como gestão económica com 18,4%, registo muito similar a campo político com 18,6%. Com efeito, é possível demonstrar que com exceção de agentes da justiça, que surgem quase naturalmente e em face das suas responsabilidades institucionais como acusadores no discurso mediático, tanto a elite política como a

económica, são aquelas que conseguem ter maior frequência e presença na condição de acusados.

Os indícios apontam para uma tendência de crescente protagonismo do papel de atores com estatuto de acusador mediante a crescente amplitude da escala das causas, isto é, observa-se que é nas notícias que imputaram as causas a uma visão da “sociedade corrupta” que existe maior proporção de atores com estatuto de acusador (34,6%), em contraponto com os 21,1% e 20,6% respetivamente do campo político e individuais ($\chi^2_{(2)} = 6,70$, $p = ,035$ e V de Cramer = ,13, $p = ,035$).

A avaliação moral fez-se predominantemente em notícias que tiveram no centro atores acusados (80,1%), as notícias com atores acusadores ficaram com os restantes 19,1% ($\chi^2_{(1)} = 19,40$, $p < ,001$ e V de Cramer = ,22, $p < ,001$). Um diferencial que é revelador da centralidade do acusado na construção da narrativa jornalística. Nesta senda, o ónus moral sendo atribuído, ele predominou na categoria do ónus individual (55,4%). Contudo, é no ónus atribuído individualmente ou a campo político que a proporção de atores acusados no discurso jornalístico foi maior, com respetivamente 84,7% e 87% ($\chi^2_{(2)} = 22,43$, $p < ,001$ e V de Cramer = ,27, $p < ,001$). Estes dados contrastam com os 58,3 de acusados e 41,7% na categoria de ónus moral atribuído à sociedade.

5.6.1. Síntese

O recurso à Figura de acusado no discurso jornalístico de corrupção nos media portugueses foi o padrão dominante. Entre os atores com estatuto de acusados no discurso jornalístico, existe mais proporção de corruptores, ao passo que entre os acusadores a tendência foi para se concentrarem na categoria processual de corrompido.

Também se devem apontar nuances relevantes no que toca ao tipo de Quadro utilizado. Na categoria de acusado ela foi mais frequente no Quadro substância, em contraponto ao acusador que teve a maioria das suas menções no Quadro autorreferencial.

Na fonte do enquadramento também verificámos que os acusadores na discursividade mediática tenderam a concentrar-se entre os adversários de atores acusados e os que estão envolvidos em processos, como são os agentes de justiça.

O centro do enquadramento permitiu-nos inferir que a categoria de acusado tem uma forte associação com uma construção noticiosas baseada no indivíduo, em contraponto ao acusador que normalmente surgiu associado ao nível institucional. Os acusados na narrativa jornalística também estiveram mais intimamente associados à identificação de causas nas notícias. A referência a acusados surgiu mais intensamente

associado ao campo político e de seguida a erros individuais, já o acusador é também do campo político ou em alternativa oriundo do sistema judicial. A ideia de sociedade genericamente corrupta esteve mais intimamente associada a atores com estatuto de acusador. Nesta linha, a avaliação moral nas notícias de corrupção esteve mais associada ao estatuto de acusado no discurso jornalístico.

Capítulo 6 – Resultados da componente quantitativa da pesquisa

6.1. Resultados preliminares

O Quadro 6.1 apresenta as medidas descritivas, consistência e correlações entre as variáveis em estudo. As representações sociais de corrupção registam uma média de 4,09 ($DP = 0,95$). As representações sociais de corrupção apresentaram correlações significativas com diversas variáveis que integram o modelo de pesquisa. O nível de escolaridade estava negativa e significativamente correlacionado com as representações sociais de corrupção ($r = -,12, p < ,001$). Assim, níveis de escolaridade mais elevados estavam associados a representações de corrupção como fenómeno individualizado e circunscrito. Seguindo esta tendência, também as dietas mediáticas ricas em informação apresentaram uma correlação negativa e significativa ($r = -,02, p < ,05$). Assim maior consumo de conteúdos informativos tende a estar associado a representações de corrupção enquanto fenómeno individualizado. Relativamente aos contextos de socialização política deve ser sublinhado que a socialização política mediada estava negativa e significativamente correlacionada com as representações sociais de corrupção ($r = -,14, p < ,001$), registando-se uma tendência para maior socialização política mediada estar associada a uma visão da corrupção enquanto fenómeno individual.

As mulheres em termos médios estavam mais confiantes nas instituições ($M = 2,47, DP = 0,84$), comparativamente aos homens ($M = 2,32, DP = 0,87$). Há também a assinalar uma correlação negativa entre a idade e os níveis de confiança institucional ($r = -,17, p < ,001$). Foi também detetada uma correlação negativa e significativa com o rendimento, sendo que níveis mais elevados estavam associados a menores níveis de confiança nas instituições ($r = -,10, p < ,010$). Verificou-se ainda que as representações sociais de corrupção como fenómeno individual estavam negativa e significativamente correlacionados com a confiança institucional ($r = -,53, p < ,001$). Assim, representações sociais de corrupção como fenómeno isolado tendiam a estar associados a maiores níveis de confiança institucional.

Quadro 6.1 - Estatísticas descritivas, consistência e correlações entre variáveis em estudo

	Média	DP	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1 – Sexo ⁽¹⁾	,49	-											
2 – Idade	44,18	13,14	-,15***										
3 – Escolaridade	4,85	,51	,12***	-,04									
4 – Rendimento	6,63	2,59	-,23***	,41***	,22***								
5 – Dietas Mediáticas pobres em informação ⁽²⁾	2,95	,97	,03	-,07*	-,09**	-,14***	(,51)						
6 – Dietas Mediáticas ricas em informação ⁽²⁾	3,22	1,04	-,11**	,18***	-,03	,11**	,54***	(,66)					
7 – Socialização política presencial ⁽³⁾	2,90	,89	-,01	-,07*	-,01	-,03	,13***	,07	(,80)				
8 – Socialização política mediada ⁽³⁾	2,97	,96	,10**	-,14***	,04	-,08*	,30***	,33***	,32***	(,85)			
9 – Socialização política digital ⁽³⁾	1,90	,82	-,01	-,12***	-,01	-,07*	,03	,04	,27***	,23***	(,70)		
10 – Representações sociais de corrupção ⁽⁴⁾	4,09	,95	-,01	-,07*	-,13***	,01	,05	-,02	,03	-,14***	,02	(,75)	
11 – Confiança institucional ⁽⁵⁾	2,40	,86	,09**	-,17***	,05	-,10**	,10**	,09**	,06	,34***	,05	-,53***	(,88)

Notas. N = 693. A consistência está reportada entre parêntesis.

(1) Está reportada a proporção de homens.

(2) Escala varia de 1-Nunca a 5-Todos os dias.

(3) Escala varia de 1-Nenhuma importância a 5-Muito importante.

(4) Escala varia de 1-Discordo totalmente a 6-Concordo totalmente.

(5) Escala varia de 1-Nada confiante a 5-Totalmente confiante.

Governo português; Parlamento português; Funcionamento da democracia em Portugal; Tribunais portugueses.

* $p < ,05$. ** $p < ,01$. *** $p < ,001$.

Como se pode observar no Quadro 6.1, as dietas mediáticas pobres em informação registaram correlações positivas e significativas com dietas pobres ($r = ,54, p < ,001$), com os contextos de socialização política presencial ($r = ,13, p < ,001$), contextos de socialização política mediada ($r = ,30, p < ,001$) e com a confiança institucional ($r = -,10, p < ,001$). As dietas ricas em informação apresentaram correlações positivas e significativas com contextos de socialização política mediada ($r = ,33, p < ,001$) e confiança institucional ($r = ,09, p < ,001$). Verifica-se assim que ambas as vertentes das dietas mediáticas, ocorreu uma associação positiva relativamente à confiança institucional.

Entre os três contextos de socialização política as correlações foram todas positivas e significativas ($< ,001$, Quadro 6.1). Já no que se refere à associação entre os contextos, contextos de socialização política e a confiança institucional, apenas foi detetada uma correlação significativa entre os contextos de socialização política mediada e a confiança institucional ($r = ,34, p < ,001$).

A confiança institucional registou uma média de 2,4 ($DP = 0,86$), sendo um valor relativamente baixo (escala de 1 a 5), refletindo uma tendência para um posicionamento de não-confiança. Sexo, dietas pobres e ricas em informação e contextos de socialização política mediada apresentaram correlações positivas e significativas com a confiança institucional (Quadro 6.1). As exceções foram a idade, o rendimento e as representações sociais de corrupção, que tendo também correlações significativas ($p < ,05$) eram negativas.

6.2. Teste das hipóteses de investigação

6.2.1. Preditora dietas mediáticas

A hipótese 1 sustenta que as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre as dietas mediáticas e a confiança institucional. Verificou-se que as dietas mediáticas eram compostas por duas dimensões que distinguiam entre a menor e a maior relevância dos consumos baseados em conteúdos informativos, e foram designadas por dietas mediáticas pobres em informação e dietas mediáticas ricas em informação (respetivamente). Daqui decorreu a especificação da hipótese 1 em duas sub-hipóteses (Figura 6.1):

Hipótese 1a: as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre as dietas mediáticas pobres em informação e a confiança institucional.

Hipótese 1b: as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre as dietas mediáticas ricas em informação e a confiança institucional.

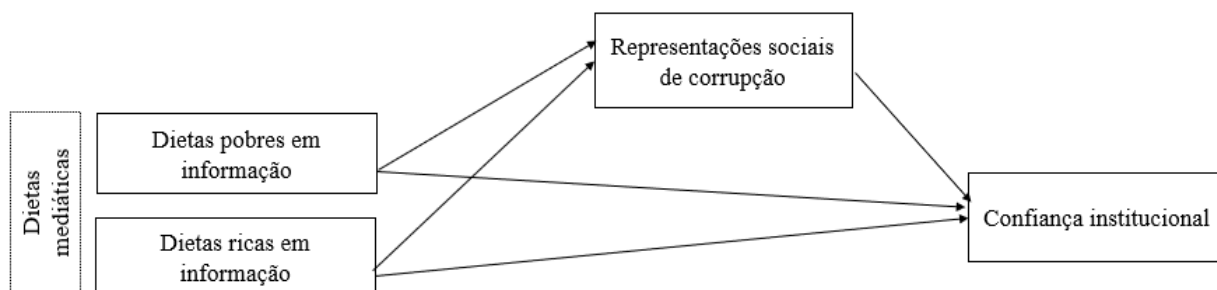


Figura 6.1 – Modelo de análise para hipótese 1

Espera-se que quanto mais elevada a frequência de dietas mediáticas pobres em informação, maior a associação a representações sociais de corrupção como fenómeno generalizado e, por sua vez, menores níveis de confiança institucional. Por outro lado, as dietas ricas em informação estão associadas a representações sociais de corrupção como fenómeno circunscrito e, por conseguinte, a maiores níveis de confiança institucional.

Como pode ser observado no Quadro 6.2 as dietas pobres em informação tiveram um efeito positivo, mas não significativo nas representações sociais de corrupção ($B = 0,05$, $t = 1,21$, $p = ,227$) e, por sua vez as representações sociais de corrupção tiveram um efeito negativo e significativo na confiança institucional ($B = -0,49$, $t = -16,84$, $p < ,001$). Em função do resultado reportado já não se esperaria efeito indireto e, assim aconteceu, pois, o intervalo confiança a 95% para o efeito indireto inclui o 0 ($-0,06$; $0,01$). Os resultados permitiram verificar que as dietas mediáticas pobres em informação têm efeito direto positivo e significativo na confiança institucional ($B = 0,11$, $t = 3,88$, $p < ,001$), mas não existe efeito indireto por via das representações sociais de corrupção. Estes resultados não suportam a Hipótese 1a. Isto significa que não se verifica o efeito das dietas mediáticas pobres em informação na confiança institucional, mediada pelas representações sociais de corrupção.

Quadro 6.2 – Resultados de regressão para a mediação das representações sociais da corrupção na relação entre dietas pobres em informação e confiança institucional

		R ²		
Modelo 1: variável mediadora no modelo	Outcome: Representações sociais de corrupção	0,00		
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>
Dietas pobres em informação	0,05	0,04	1,21	0,227
Modelo 2: variável outcome no modelo	Outcome: Confiança institucional	0,30		
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>
Dietas pobres em informação	0,11	0,03	3,88	<,001
Representações sociais de corrupção	-0,49	0,03	-16,84	<,001
<i>Bootstrapping para o efeito indireto</i>				
	Coef.	Erro-padrão	LI 95% IC	LS 95% IC
Efeito indireto das dietas pobres em informação na confiança institucional via representações sociais de corrupção	-0,02	0,02	-0,06	0,01

N = 694. Estão reportados os coeficientes não estandardizados. 5000 amostras *bootstrap*. IC – Intervalo de confiança. LI – limite inferior. LS – limite superior.

As dietas ricas em informação tiveram um efeito negativo, mas não significativo nas representações sociais de corrupção ($B = -0,02$, $t = -0,45$, $p = ,657$ Quadro 6.3). A mediadora, representações sociais de corrupção apresentou um efeito negativo e significativo na confiança institucional ($B = -0,48$, $t = -16,53$, $p < ,001$). Verificou-se que as dietas ricas em informação estão diretamente associadas à confiança institucional ($B = 0,06$, $t = 2,43$, $p = ,016$), mas não indiretamente. Concluiu-se assim que não existia efeito indireto significativo das dietas ricas em informação na confiança institucional, por via das representações sociais de corrupção, pois, o intervalo de confiança a 95% para o efeito indireto incluía o 0 (-0,03, 0,04). Assim, as dietas ricas em informação estão associadas a maiores níveis de confiança institucional, mas essa relação não é mediada pelas representações sociais de corrupção. Estes resultados não suportam a Hipótese 1b.

Quadro 6.3 – Resultados de regressão para a mediação das representações sociais da corrupção na relação entre dietas ricas em informação e confiança institucional

				R ²
Modelo 1: variável mediadora no modelo	Outcome: Representações sociais de corrupção			0,00
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>
Dietas ricas em informação	-0,02	0,04	-0,45	0,657
Modelo 2: variável outcome no modelo	Outcome: Confiança institucional			0,30
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>
Dietas ricas em informação	0,06	0,03	2,43	0,016
Representações sociais de corrupção	-0,48	0,03	-16,53	< ,001
<i>Bootstrapping para o efeito indireto</i>				
	Coef.	Erro-padrão	LI 95% IC	LS 95% IC
Efeito indireto das dietas ricas em informação na confiança institucional via representações sociais de corrupção	0,01	0,02	-0,03	0,04

N = 694. Estão reportados os coeficientes não estandardizados. 5000 amostras *bootstrap*. IC – Intervalo de confiança. LI – limite inferior. LS – limite superior.

6.2.2. Preditora contextos de socialização política

A hipótese 2 assume que as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre os contextos de socialização política e a confiança institucional. Da análise realizada sobre os contextos de socialização política foram identificadas três dimensões: contextos de socialização política presencial, contextos de socialização política mediada e contextos de socialização política digital, o que se traduziu na especificação da hipótese 2 (Figura 6.2):

Hipótese 2a: as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre os contextos de socialização política presencial e a confiança institucional.

Hipótese 2b: as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre os contextos de socialização política mediada e a confiança institucional.

Hipótese 2c: as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre os contextos de socialização política digital e a confiança institucional.

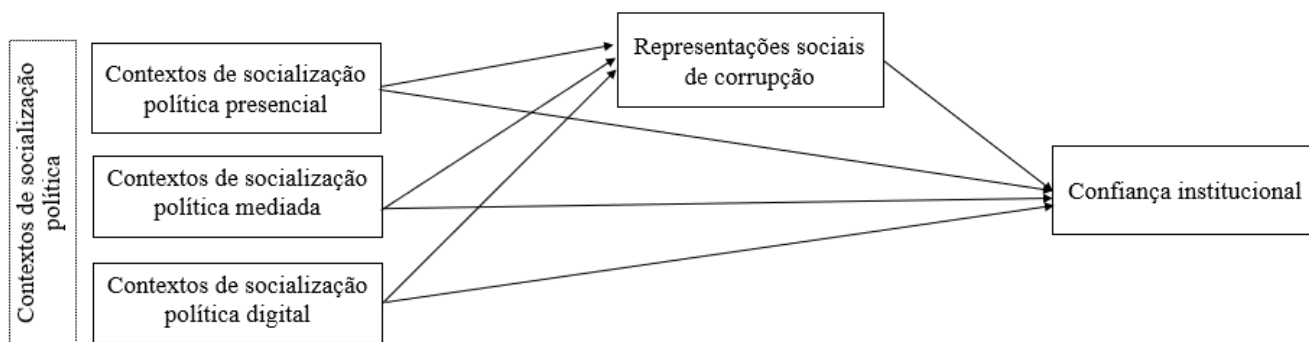


Figura 6.2 – Modelo de análise para hipótese 2

O Quadro 6.4 evidencia que os contextos de socialização política presencial tiveram um efeito negativo, mas não significativo nas representações sociais de corrupção ($B = 0,04$, $t = 0,86$, $p = ,393$). Por sua vez, as representações sociais de corrupção tiveram um efeito negativo e significativo na confiança institucional ($B = -0,49$, $t = -16,66$, $p < ,001$).

Quadro 6.4 – Resultados de regressão para a mediação das representações sociais da corrupção na relação entre contextos de socialização política presencial e confiança institucional

					R ²
Modelo 1: variável mediadora no modelo	Outcome: Representações sociais de corrupção				0,00
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>	
Contextos de socialização política presencial	0,04	0,04	0,86	0,393	
Modelo 2: variável outcome no modelo	Outcome: Confiança institucional				0,29
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>	
Contextos de socialização política presencial	0,07	0,03	2,39	0,017	
Representações sociais de corrupção	-0,49	0,03	-16,66	< ,001	
<i>Bootstrapping para o efeito indireto</i>					
	Coef.	Erro-padrão	LI 95% IC	LS 95% IC	
Efeito indireto dos contextos de socialização política presencial na confiança institucional via representações sociais de corrupção	-0,02	0,02	-0,06	0,03	

N = 694. Estão reportados os coeficientes não estandardizados. 5000 amostras *bootstrap*. IC – Intervalo de confiança. LI – limite inferior. LS – limite superior.

Os contextos de socialização política presencial apresentaram um efeito direto positivo e significativo na confiança institucional ($B = 0,07$, $t = 2,39$, $p = ,017$). Contudo, não se obteve efeito de mediação pelas representações sociais de corrupção, pois, o intervalo confiança a 95% para o efeito indireto incluiu o 0 ($-0,06$, $0,03$). Assim, o efeito dos contextos de socialização política presencial na confiança institucional não é explicado pelas representações sociais de corrupção, e os resultados não suportam a H2a.

A hipótese 2b previa que as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre os contextos de socialização política mediada e a confiança institucional. Admitia-se que a maior relevância dos contextos de socialização política mediada estava associada a representações sociais de corrupção como fenómeno individual, o que se traduziria em maiores níveis de confiança institucional. Pelo Quadro 6.5 pode verificar-se que os contextos de socialização política mediada tiveram um efeito negativo e significativo nas representações sociais de corrupção ($B = -0,13$, $t = -3,58$, $p < ,001$). As representações sociais de corrupção também apresentaram efeito negativo e significativo na confiança institucional ($B = -0,45$, $t = -16,08$, $p < ,001$). O intervalo confiança a 95% para o efeito indireto dos contextos de socialização política mediada na confiança institucional, através das representações sociais de corrupção ($0,06$) não incluiu o 0 ($0,03$, $0,11$). Assim a hipótese 2b é suportada.

Quadro 6.5 – Resultados de regressão para a mediação das representações sociais de corrupção na relação entre os contextos de socialização política mediada e confiança institucional

				R ²
Modelo 1: variável mediadora no modelo	Outcome: Representações sociais de corrupção			0,02
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>
Contextos de socialização política mediada	-0,13	0,04	-3,58	< ,001
Modelo 2: variável outcome no modelo	Outcome: Confiança institucional			0,29
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>
Contextos de socialização política mediada	0,24	0,03	8,80	< ,001
Representações sociais de corrupção	-0,45	0,03	-16,08	< ,001
<i>Bootstrapping para o efeito indireto</i>				
	Coef.	Erro-padrão	LI 95% IC	LS 95% IC
Efeito indireto dos contextos de socialização política mediada na confiança institucional via representações sociais de corrupção	0,06	0,02	0,03	0,11

N = 694. Estão reportados os coeficientes não estandardizados. 5000 amostras *bootstrap*. IC – Intervalo de confiança. LI – limite inferior. LS – limite superior.

A Hipótese 2c previa que as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre os contextos de socialização política digital e a confiança institucional. Esperar-se-ia que maior importância dos contextos de socialização política digital esteja associada a representações de corrupção como fenómeno generalizável na sociedade e com isso menores níveis de confiança institucional. Os resultados do Quadro 6.6 indicam que os contextos de socialização política digital não têm efeito significativo nas representações sociais de corrupção ($B = 0,03$, $t = 0,57$, $p = ,571$). Já as representações sociais de corrupção tiveram um efeito negativo e significativo na confiança institucional ($B = -0,48$, $t = -16,60$, $p < ,001$). Em linha com estes resultados, o intervalo de confiança a 95% para o efeito indireto incluía o 0 (-0,05; 0,03). Assim, o efeito dos contextos de socialização política digital na confiança institucional não é mediado pelas representações sociais de corrupção. E a hipótese 2c não é validada. Verificou-se, no entanto, um efeito direto positivo e marginalmente significativo dos contextos de socialização política digital na confiança institucional ($B = 0,07$, $t = 1,95$, $p = ,053$).

Quadro 6.6 – Resultados de regressão para a mediação das representações sociais da corrupção na relação entre os contextos de socialização política digital e confiança institucional

					R ²
Modelo 1: variável mediadora no modelo	Outcome: Representações sociais de corrupção				0,00
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>	
Contextos de socialização política digital	0,03	0,04	0,57	0,571	
Modelo 2: variável outcome no modelo	Outcome: Confiança institucional				0,29
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>	
Contextos de socialização política digital	0,07	0,03	1,94	0,053	
Representações sociais de corrupção	-0,48	0,03	-16,60	< ,001	
<i>Bootstrapping para o efeito indireto</i>					
	Coef.	Erro-padrão	LI 95% IC	LS 95% IC	
Efeito indireto dos contextos de socialização política digital na confiança institucional via representações sociais de corrupção	-0,01	0,02	-0,05	0,03	

N = 694. Estão reportados os coeficientes não estandardizados. 5000 amostras *bootstrap*. IC – Intervalo de confiança. LI – limite inferior. LS – limite superior.

Capítulo 7 - Discussão

O impulso inicial da presente pesquisa decorreu da preponderância que os meios de comunicação social têm nas sociedades contemporâneas e, muito particularmente, na esfera política e institucional. Partiu-se assim desta questão: *de que forma a intensa cobertura do escândalo político de corrupção nos meios de comunicação portugueses sobre o “caso Sócrates” condicionou a confiança nas instituições?* Não obstante a recorrência de escândalos de corrupção serem objeto de cobertura jornalística em Portugal, o comumente designado “caso Sócrates” é o mais marcante da última década, uma vez que implica diretamente um ex-Primeiro-Ministro e pelo volume de produção jornalística que suscitou. Perante estes factos, foi desencadeada a presente pesquisa, que teve como finalidade, compreender como os alegados casos de corrupção que envolvem atores políticos e detentores de cargos públicos são construídos no discurso jornalístico sobre corrupção, e como esta cobertura da corrupção nos meios de comunicação social portugueses, tem contribuído para o enfraquecimento do contrato social que sustenta a democracia, nomeadamente a confiança e adesão dos cidadãos às instituições que gizam a democracia.

De forma mais sistemática diríamos que o objetivo geral desta pesquisa passou por compreender como o escândalo de corrupção política impacta nas atitudes sociais e políticas no contexto português. Assim, os diversos objetivos específicos passam por: i) caraterizar a construção mediática da realidade (Couldry e Hepp, 2018) em torno do escândalo de Sócrates; ii) analisar o enquadramento mediático de casos concretos de corrupção política em Portugal; iii) identificar particularidades mediáticas que distinguem o “caso Sócrates” dos demais numa perspetiva comparada com o tratamento de outros escândalos; iv) medir a confiança nas instituições; v) categorizar as dietas mediáticas; vi) reconhecer os contextos de socialização política; vii) mensurar as representações sociais sobre corrupção.

A análise destes objetivos específicos, exigiram a implementação de uma estratégia metodológica baseada em duas etapas, sustentada na triangulação metodológica, articulando dados secundários (oriundos do Barómetro de Notícias do Laboratório de Ciências da Comunicação do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa) e dados primários que resultaram da conceção e implementação de um inquérito por questionário. A caraterização do escândalo do “caso Sócrates” fez uso da pesquisa de conteúdo de 485 peças jornalísticas de três escândalos de corrupção, sendo que o mencionado escândalo em torno do ex-Primeiro-Ministro foi

estudado em dois momentos distintos, possibilitando um perspetivar de carácter longitudinal. A pesquisa de conteúdo passou não só pela caracterização do escândalo de corrupção política, como permitiu seguir uma estratégia analítica por contraste, de forma a fazer luz de similitudes e distinções entre o caso de referência e os dois restantes escândalos: Panamá Papers e Raríssimas.

A cobertura da corrupção nos meios de comunicação em Portugal permite-nos constatar que esta incide sobretudo em atores individuais, construídos a partir de uma conotação predominantemente negativa. Esta tendência é ainda mais intensa quando colocamos em comparação os meios de comunicação públicos e os privados, em que nestes últimos e dentro destes as televisões os meios digitais, exacerbam a negatividade, comparativamente aos demais. A cobertura jornalística da corrupção em Portugal é ainda mais penalizadora dos atores individuais comparativamente aos atores institucionais. Nesta linha, pesquisas anteriores que estudaram o enquadramento mediático e em concreto os editoriais (cf. Guazina et al. 2019) identificaram precisamente uma tendência de forte personalização e negatividade em torno do processo de destituição de Dilma Rousseff no Brasil.

Mediante a demonstração empírica produzida estamos em condições de observar que entre todos os atores e nas quase quinhentas notícias analisadas, o ex-Primeiro-Ministro José Sócrates é aquele que maior número de vezes é mencionado, seja com estatuto de acusado, ou como acusador. Os dados revelam que a presença de Sócrates nas notícias tem capacidade de arrastar outros atores como juízes e demais agentes do sistema judicial. Antagonicamente aos escândalos do Panamá Papers e da Raríssimas, o “caso Sócrates” nos dois momentos de análise, tem uma sobre representação do estatuto de corrompido, sendo que nos dois primeiros escândalos o estatuto dominante é o de corruptor. Estes resultados surgem na esteira dos que foram apurados por Palau e Palomo (2021), sublinhando que são os atores políticos e judiciais os mais citados entre as notícias de escândalos de corrupção em Espanha.

O fenómeno da corrupção num Quadro de generalização surge associado a notícias com atores com estatuto de corruptores. Em contraste, as causas quando identificadas surgem associadas aos atores corrompidos, sendo que as potenciais soluções surgem acopladas aos atores com estatuto de corruptores. Ainda assim, estamos perante dimensões relativamente secundárias no discurso jornalístico sobre corrupção em Portugal.

Na discursividade jornalística o estatuto de acusado é predominante, sendo que o acusador normalmente está associado a uma construção discursiva autorreferencial. Estas descobertas permitem-nos classificar a cobertura mediática da corrupção em Portugal como

híbrida, de acordo com a nomenclatura proposta por Berti (2019), ao combinar características de países com muita corrupção percebida, com características da cobertura jornalística de países com baixos níveis de corrupção percebida.

No fundo procurámos uma resposta, ainda que parcial, à questão: de que forma o enquadramento da corrupção nos meios de comunicação e em particular do “caso Sócrates” é construído tendo em conta as causas estruturais da corrupção? Por outras palavras, procurou-se discernir se o fenómeno da corrupção é construído no discurso mediático como fenómeno circunscrito a determinados atores e suas características individuais, ou se o é recorrendo à generalização do fenómeno na sociedade.

Em face dos resultados sintetizados anteriormente pode-se dizer que a realidade da cobertura mediática da corrupção segue genericamente um padrão de fenómeno como estrutural e generalizável à sociedade portuguesa, quando considerados os escândalos do Panamá Papers e da Raríssimas. Contudo, o “caso Sócrates” segue uma linha de enquadramento na qual o ex-responsável político português é enquadrado como o centro da cobertura e como fundamental. Diríamos que a presença de Sócrates se reveste de relevância central, quando considerada a cobertura do fenómeno da corrupção em Portugal no biénio de 2016-2017, dado que é registada a sua presença também em notícias dos dois outros escândalos de corrupção: Panamá Papers e Raríssimas.

A este propósito, Chadwick (2017) advoga a tese de que existe uma crescente imbricação no modo como os diferentes meios de comunicação se relacionam entre si e sobretudo com a esfera política, suas instituições e seus atores – designando-a por hibridização. Concretizando, defende que a produção de notícias e a sua difusão seguem lógicas distintas, mas que são contemporaneamente combinadas e que são colocadas em prática pelos meios de comunicação social tradicionais e digitais, do mesmo modo, seguindo a mesma lógica. De facto, a evidência empírica apurada permite-nos corroborar essa premissa, uma vez que demonstrámos que ao nível do interesse, os quatro sectores denotam ter o tema da corrupção como elemento central no seu agendamento, embora a televisão e o sector digital o tenham feito com maior intensidade. Concomitantemente, perante a evidência empírica produzida, também pudemos verificar que existe uma clivagem entre os meios de comunicação social públicos e privados no que diz respeito à atenção dada aos diversos escândalos de corrupção estudados, permitindo confirmar pesquisas anteriores (cf. Mancini et al., 2017; Hajdu et al., 2018) e que passa por um maior interesse e exploração do tema da corrupção por parte dos agentes

mediáticos privados comparativamente aos estatais, pelo menos de um ponto de vista quantitativo.

Numa perspetiva estritamente qualitativa e particularmente no que toca à personalização e negatividade com que são construídos os atores envolvidos nos diversos escândalos, não foram verificadas nuances consideradas relevantes. Com efeito, até podemos considerar tal como o evidenciaram Palau e Palomo (2021) para a realidade espanhola, a cobertura da corrupção não se faz seguindo o enquadramento substância, como seria expetável e até desejável, considerando o papel central dos agentes mediáticos na vida democrática. Esse debate faz-se sobretudo em termos autorreferenciais ou em alternativa o Quadro jogo, isto é, alimentando a polémica e a multiplicação de “ruído mediático” em torno de especulações, opiniões e perspetivas, muitas vezes redundantes.

No que respeita ao estatuto dos atores mencionados nas notícias os nossos resultados sugerem que a cobertura jornalística da corrupção em Portugal, privilegia os acusados quando considerado o estatuto no discurso mediático, quando considerado o papel no processo o estatuto dominante é o de corrompido. Neste âmbito particular, na linha de pesquisas anteriores (Gamson, 1992; Zurnic, 2013), observou-se uma tendência de especial penalização dos atores com responsabilidade públicas e políticas comparativamente às demais categorias consideradas.

Como já mencionámos anteriormente a cobertura do escândalo em Portugal assenta sobretudo em atores individuais que são construídos com uma forte componente negativa. Esta negatividade recaí em particular no ex-Primeiro-Ministro José Sócrates, mas também tem como alvo privilegiado Paula Brito e Costa (Raríssimas), porém existem duas diferenças entre estes dois autores individuais: efetivamente a presença do ex-responsável político é transversal aos escândalo de corrupção estudados na presente investigação, isto é, este ator é mencionado por diversas vezes em notícias dos três casos estudados, o que não se verifica com a ex-Presidente da IPSS Raríssimas, que tem a sua presença circunscrita ao caso que a envolve diretamente; por outro lado, o ex-Primeiro-Ministro também é mais negativamente apresentado comparativamente a Paula Brito e Costa. Por isso, os dados sugerem uma particular negatividade em torno de José Sócrates, que pode ficar a dever-se não só à sua condição de ex-Primeiro-Ministro, mas também ao facto de pertencer a uma categoria de atores (políticos) que é no conjunto da pesquisa aquela que é mais visada. Acresce que os atores institucionais são genericamente melhor conotados comparativamente aos atores individuais. Estes dados surgem na esteira de pesquisas realizadas em Espanha (cf. Palau e Davesa, 2013), que verificaram um

particular enfoque dos meios de comunicação social na classe política, no contexto de escândalos que eclodiram naquele país. De facto, à boleia de Just e Crigler (2019) também na presente pesquisa observamos que existe uma associação da discursividade em torno do escândalo de corrupção a traços como a negatividade, personalização, sensacionalismo e ramificações que corporizam os Quadros autorreferencias e de jogo da temática da corrupção nos meios de comunicação em Portugal. Esta evidência permite-nos perceber que efetivamente existem nuances mediáticas entre diferentes sistemas culturais e políticos como haviam demonstrado Hallin e Mancini (2004). A cobertura da corrupção e do escândalo em particular é também o resultado do próprio sistema político de cada país (Mancini, 2019), existindo uma permanente e intensa conexão entre agentes mediáticos e atores políticos, como é demonstrado pelo acesso aos meios de comunicação sociais portugueses, que o ex-Primeiro-Ministro José Sócrates tem e que utiliza não só para publicitar a sua posição, como rebater algumas das acusações que lhe são imputadas pelos diversos agentes, sejam mediáticos, judiciais ou políticos. Aliás, as tipologias de enquadramento autorreferencial e de jogo surgem associadas a esta espécie de “vai-e-vem” comunicacional.

Seguindo o modelo de análise de Berti (2019) diríamos que Portugal se caracteriza por uma condição híbrida, no que concede à caracterização da cobertura da corrupção. Assim, existem indicadores que aproximam Portugal dos países com baixos níveis de corrupção percebida como na Nova Zelândia, onde a cobertura se faz em moldes tendencialmente individuais (no caso português quando envolve José Sócrates), mas também existem indícios que sugerem tratar-se de uma cobertura característica de países com muita corrupção percebida como é o caso de Itália. Neste último caso, aproximam o caso português do italiano o facto de serem escassas as menções às causas e um Quadro interpretativo de generalização. Com efeito, diríamos que coexistem duas tendências na cobertura mediática da corrupção em Portugal, onde o ex-Primeiro-Ministro, tem grande centralidade no discurso mediático, aproximando este de países onde tipicamente existem baixos níveis de corrupção percebida pela opinião pública. O efeito mediático de acordo com o referido autor é aquilo que designa como “maçã-podre” que importa isolar. Deste ponto de vista temos um escândalo que serve de mecanismo de depuração moral de toda uma sociedade, no âmbito de uma visão funcionalista do escândalo político de corrupção. Por outro lado, a implicação de uma grande multiplicidade de atores e instituições, gera um Quadro de corrupção como fenómeno generalizado, típico de países com altos níveis de corrupção percebida e onde o fenómeno é entendido como “encrustado” nas instituições e normatividade social vigente.

Palau e Davesa (2013) demonstram que o aumento do número de notícias sobre corrupção está relacionado com o nível de prioridade percebida da corrupção entre a opinião pública, isto é, os meios de comunicação social são atraídos a cobrir a corrupção por um suposto interesse pela população. Não obstante, a relevância da supramencionada pesquisa e da sua ambição, não medem o efeito da cobertura mediática da corrupção na confiança das instituições que suportam a democracia em Espanha. Uma cobertura de qualidade e que acrescente potencial informativo e interpretativo da realidade constitui-se como um primado fundamental do papel dos agentes mediáticos numa sociedade democrática, fortalecendo os seus mecanismos (Sola-Morales e Zurbano-Berenguer, 2019). É precisamente para dar resposta a este imperativo que se avançou para a segunda etapa da pesquisa e que passava por analisar uma amostra (ainda que não representativa) da opinião pública portuguesa, através da conceção e aplicação de um questionário (on-line).

A presente pesquisa tem desde o seu início uma preocupação em pano-de-fundo, o potencial impacto que a cobertura da corrupção tem na qualidade da democracia e em particular na adesão dos cidadãos às instituições que a estruturam. É nesse sentido que se procurou numa primeira fase caracterizar a cobertura do escândalo de corrupção e subsequentemente compreender de que forma os meios de comunicação exercem efeito na confiança nas instituições por parte dos cidadãos participantes no questionário on-line. Foram definidas duas hipóteses de investigação: Hipótese 1: as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre as dietas mediáticas e a confiança institucional; Hipótese 2: as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre os contextos de socialização política e a confiança institucional.

Um tratamento estatístico prévio permitiu perceber que vários indicadores apresentavam associações relevantes. No caso das dietas mediáticas dos quatro indicadores iniciais, deram origem a duas variáveis compostas: uma centrada na mediação de consumos mediáticos pobres em informação e outro que mede o consumo de conteúdos ricos em informação. Estes resultados preliminares sugerem a existência de diferenças. Por um lado, a dinâmica de consumo relativo a conteúdos puramente de entretenimento e de informação generalista, como os noticiários das três estações televisivas generalistas. Por outro lado, sugerem também a existência de uma dinâmica própria de quem consome e não consome conteúdo informativos mais detalhados e orientados para a agenda política e económica da atualidade, como são os noticiários e outros espaços, como os de comentário e análise da atualidade política nos meios de comunicação especializados em notícias em fluxo contínuo. Estes resultados vêm ao

encontro das teses que sugerem a existência de uma hierarquia que está subjacente às dietas mediáticas (Cardoso et al., 2016a e Figueiras, 2017), refletindo também estruturais assimetrias de acesso a recursos informativos e que se exprimem nas atitudes e opiniões dos cidadãos.

Processo similar foi realizado para os contextos de socialização política. Dos oito indicadores inicialmente identificados, resultaram três novas variáveis compósitas, as quais designámos por: contextos de socialização presencial; contextos de socialização mediada; contextos de socialização digital. Estes resultados preliminares sugerem a existência de dinâmicas de troca e contacto com a política que diferenciam três esferas: a presencial onde incluímos a família, amigos e trabalho; a mediada que reúne os meios de comunicação social oriundos dos três sectores tidos como tradicionais (televisão, imprensa escrita e rádio) e finalmente a esfera digital onde as redes sociais digitais pontificam. Os contextos de socialização política mediada como o presencial são aqueles que têm maior relevância para os participantes, na medida em registam médias superiores.

De forma mais detalhada, a evidência empírica preliminar produzida permitiu testar as duas seguintes hipóteses relativas às dietas mediáticas: Hipótese 1^a - as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre as dietas mediáticas pobres em informação e a confiança institucional; Hipótese 1b - as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre as dietas mediáticas ricas em informação e a confiança institucional.

Os resultados obtidos, permitem constatar que não é possível suportar a H1a. Por outras palavras, as representações sociais de corrupção não mediam a relação entre dietas mediáticas pobres em informação e a confiança institucional. Por outro lado, o efeito direto das dietas pobres em informação na confiança institucional revela-se estatisticamente significativo, sendo um efeito positivo. Noutros termos, dir-se-á que dietas mediáticas pobres em informação incrementam a confiança institucional, isto é, quanto maior a frequência de conteúdos de entretenimento e informação generalista, maiores os níveis de confiança institucional.

No que se refere à H1b, a evidência empírica não permite que seja confirmada, isto é, as representações sociais de corrupção não medeiam a relação entre dietas mediáticas ricas em informação e a confiança institucional. Contudo, o efeito direto das dietas mediáticas ricas em informação na confiança institucional é significativo, sendo esse efeito negativo. O que se traduz no processo inverso anteriormente descrito, assim consumos de conteúdos mais densamente informativos estão associados a menores níveis de confiança institucional.

Este efeito das dietas mediáticas ricas em informação na confiança institucional traduz-se na fórmula simples de quanto maior o consumo de conteúdos informativos, menores os níveis

de confiança institucional. Esta evidência contrasta com o demonstrado para as dietas pobres em informação, às quais corresponde um incremento da confiança institucional quanto maior o consumo de conteúdos pobres em informação. Estamos perante efeitos distintos.

No que reporta aos contextos de socialização política foram definidas três hipóteses de investigação: Hipótese 2^a - as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre os contextos de socialização política presencial e a confiança institucional; Hipótese 2b - as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre os contextos de socialização política mediada e a confiança institucional; Hipótese 2c - as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre os contextos de socialização política digital e a confiança institucional.

De acordo com os resultados obtidos não foi sustentada a Hipótese 2a. As representações sociais de corrupção não medeiam a relação entre os contextos de socialização política e a confiança institucional. Porém, verificou-se a existência de um efeito direto positivo dos contextos de socialização política presencial na confiança institucional. Isto significa que quanto mais importante para os contextos de socialização política presencial, maiores os níveis de confiança institucional. No que respeita à Hipótese 2b que postula que as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre contextos de socialização política mediada e a confiança institucional, foi suportada. Com um duplo efeito negativo, os dados sugeriram que maiores níveis de importância dos contextos de socialização política mediada estão associados a representações sociais de corrupção enquanto fenómeno individual e, por sua vez, mais representações sociais de corrupção como fenómeno generalizado estão associadas a menores níveis de confiança institucional.

A Hipótese 2c advogava que as representações sociais de corrupção medeiam a relação entre os contextos de socialização política digital e a confiança institucional. Os resultados obtidos não permitiram suportar a referida hipótese, na medida em que as representações sociais de corrupção não medeiam a relação entre os contextos de socialização política digital e a confiança institucional. Ainda assim, foi observado um efeito direto positivo dos contextos de socialização política digital na confiança institucional. Neste sentido quanto maior a relevância atribuída ao contacto com a política via meios de comunicação digitais, como as redes sociais digitais, maiores os níveis de confiança institucional.

Os resultados sugeriram ainda que os meios de comunicação social incrementam a confiança institucional, na linha do que é também argumentado por Vaccari e Valeriani (2021). Estes autores demonstram que os meios de comunicação digitais incrementam a participação

política de todos os estratos sociais e muito em particular, daqueles que se referem como mais desinteressados pela atividade política, levando-os mesmo a falar de uma “maré alta” da participação política e cívica. Contudo, este estudo em particular, circunscreve-se ao uso dos meios de comunicação digitais, pelo que a presente pesquisa pode assumir um papel complementar no sentido de que, ela considera por um lado os consumos mediáticos, através daquilo a que designámos por dietas mediáticas, mas também pelos contextos de socialização política, através do contraste entre a dimensão presencial, mediada e digital. As duas exceções ao efeito positivo dos meios de comunicação na confiança institucional prendem-se com o mais intenso consumo de dietas mediáticas ricas em informação e também na maior relevância atribuída ao que se vê, ouve e lê nos meios de comunicação social tradicionais. Estas duas premissas permitem-nos perceber que é entre aqueles que mais consomem conteúdos informativos, mais específicos e de maior complexidade sobre a atualidade política e económica, bem como entre aqueles que atribuem grande relevância ao papel dos meios de comunicação como a televisão, rádio e imprensa escrita, que assumem maior desconfiança relativamente às instituições políticas. A jusante estes cidadãos assistem às diatribes que compõem a teia política quotidiana como um “jogo”. Esta constatação remete-nos para aquilo a que se entende como cinismo político (Schudson, 2002; Mihailidis e Foster, 2021) e que no contexto estritamente português Figueiras (2017) associa aos cidadãos com consumos mediáticos mais ricos em informação da atualidade política. Os meios de comunicação social têm desta forma um papel complexo. Complexo no sentido, que consumos mediáticos não têm sentidos unidirecionais, nem unidimensionais. O efeito dos meios de comunicação e mais concretamente das dietas mediáticas apresenta-se como bidirecional, ao demonstrar-se que dietas mediáticas pobres em informação incrementam a confiança institucional e por outro lado, dietas ricas em informação estão associadas a níveis reduzidos de confiança institucional. Nesta medida, a efetiva compreensão do efeito dos meios de comunicação na confiança institucional deve passar por uma abordagem que convoque a multidimensionalidade, que o processo social e mediático imprime às sociedades contemporâneas, nomeadamente o equacionar do papel dos meios de comunicação no que diz respeito à literacia mediática e digital dos cidadãos (Ashley, 2017) e a sua centralidade no combate a fenómenos como a desinformação, aos discursos de ódio e até às câmaras de eco.

Ora, a evidência empírica da análise de conteúdo às notícias dos escândalos estudados, segue um padrão em que o ex-Primeiro-Ministro detém total centralidade na discursividade jornalística sobre corrupção em Portugal no biénio 2016-2017. Os resultados específicos da

Hipótese 2b indicaram que atores que atribuem maior relevância aos meios de comunicação social tradicionais detêm representações sociais de corrupção predominantemente como fenómeno individual e que isso se expressa em maiores níveis de confiança institucional. Naturalmente, estes dados devem ser encarados com precaução, na medida em que por exemplo, não se pode fazer um equivalente entre representações sociais de corrupção de pendor individual com o facto de os meios de comunicação assentarem a sua discursividade num ex-actor político em concreto. Se assim não fosse, em última análise estaríamos perante um processo em que se conferia um carácter determinante das representações da realidade, realizadas pelos meios de comunicação e que os cidadãos seriam apenas “caixas de ressonância” dessa realidade mediaticamente projetada.

Colocando os nossos resultados em perspetiva diríamos e seguindo a categorização realizada por Mancini et al. (2017), que os meios de comunicação social portugueses levam a cabo uma cobertura mais próxima do padrão italiano, que passa sobretudo pelo enfoque de escândalos que envolvem atores políticos. Contudo, se considerada a classificação elaborada por Berti (2019) diríamos que “Sócrates” funciona em termos do discurso mediático, como o efeito de “maçã podre”, que serve de enfoque na cobertura do escândalo de corrupção em Portugal, não obstante a vasta e predominante presença de atores políticos. No plano interpretativo, pode-se considerar que uma tendência, muito vincada entre os meios de comunicação social portugueses, passa por revelarem grande interesse na classe política como um todo, em que o ex-Primeiro-Ministro é a Figura de maior notoriedade, por força das funções governativas que ocupou, mas também pela capacidade e poder de acesso aos meios de comunicação e à esfera pública, alimentando os escândalos numa lógica de enquadramentos de “jogo” e autorreferencial.

Como já referido, os resultados obtidos nesta investigação indicaram que os meios de comunicação social têm papel relevante no contexto mais amplo de sociedades intensamente mediatizadas (Hjarvard, 2013; Couldry e Hepp, 2016), em que o tecido social, se tece através de redes de comunicação (Castells, 2009), definindo novas e emergentes fontes de poder mediático e social. De acordo com Wroe et al. (2012), a perceção de corrupção generalizada entre as instituições políticas e sociais gera posições de desconfiança política, que em última análise colocam em tensão a confiança institucional (Daskalopoulou, 2019; Lee, 2019). Em certa medida é essa tendência que foi observada nesta pesquisa. Por outras palavras, aqueles com dietas mediáticas mais densamente compostas por informação e que revelaram dar maior

importância aos meios de comunicação na sua socialização política, foram os que apresentaram maiores níveis de confiança institucional.

Finalmente, estamos em condições de assumir, de acordo com os nossos resultados obtidos, que os meios de comunicação social contribuem efetivamente para a formação da opinião pública e do juízo que se possa fazer sobre corrupção, expressando-se em representações e atitudes políticas dos participantes.

Com efeito, e tendo em linha de conta o objetivo geral da presente pesquisa que passava pela compreensão do modo como o escândalo de corrupção é construído pelos meios de comunicação social em Portugal e como este se repercute nas atitudes sociais e políticas dos cidadãos, consideramos que executámos todos os objetivos anteriormente identificados. Nessa medida, pensamos contribuir para o debate em torno dos efeitos dos meios de comunicação na atividade política com novas pistas para futuras análises. Também no plano social e político pensamos ter identificados possíveis elementos a serem considerados em políticas públicas que visem por exemplo a literacia digital e mediática, mas também um relacionamento mais eficiente entre instituições e cidadãos.

A presente pesquisa deve ser encarada como singular por diversas razões. A primeira das quais é que articula de forma original conceitos até aqui separados como o de mediatização (Hjarvard, 2013; Couldry e Hepp, 2016) das sociedades contemporâneas e o de escândalo mediático de corrupção (Tumber e Waisbord, 2019). Em segundo lugar, porque articulou análise qualitativa e análise quantitativa. Foram implementados procedimentos quantitativos (cf. Maier et al., 2019; Mancini, 2019) e de caráter eminentemente qualitativo (Graßl et al., 2021; Just e Crigler, 2019), usados de forma independente em diferentes investigações. Em terceiro lugar, ao combinar dados primários (obtidos via questionário) com dados secundários, das notícias dos escândalos de corrupção, contribui para uma maior abertura da comunidade académica a dados de origens diversas. Em quarto lugar, a construção de novos indicadores e a reformulação de alguns já existentes, tanto na análise de conteúdo às notícias como no questionário. Especificamente no questionário são propostos indicadores originais e que surgem de influências disciplinares diversas, constituindo-se como um relevante instrumento de trabalho para futuras pesquisas que tenham como objetivo medir os efeitos dos meios de comunicação social na opinião pública e nas representações e atitudes políticas e sociais. Em quinto lugar, esta pesquisa estrutura-se numa espécie de equação analítica com uma pluralidade de termos: cobertura da corrupção dos meios de comunicação social, dietas mediáticas, contextos de socialização política, representações sociais de corrupção e confiança

institucional. Em sexto lugar e como reflexo da alínea anterior, pode-se configurar a presente investigação como multidisciplinar, mobilizando contributos das ciências da comunicação, da sociologia, da filosofia política, da psicologia social e da ciência política. Em sétimo e decorrente destas constatações diríamos que a presente tese se situa num terreno que designaríamos como da sociologia da comunicação política, na medida que articula conceitos oriundos de domínios científicos como a sociologia, quando nos referimos por exemplo a contextos de socialização, mas também da área da ciência política e psicologia social com atitudes e perceções dos cidadãos e ainda quando convocamos o conceito de dietas mediáticas, oriundo da área de estudos da comunicação.

No que toca a potenciais limitações, que de certo modo podem ser entendidas como pontos de partida para pesquisas subsequentes passamos a identificar algumas: uma primeira prende-se com o facto da presente reflexão não ter realizado um estudo, nomeadamente entrevistas, a comentadores políticos e da atualidade, considerando que o ecossistema mediático português é pautado por diversos espaços de comentário nos diversos meios de comunicação sociais, mas muito em particular nas televisões de notícias e nas generalistas em prime-time. Esses espaços devem ser tidos em linha de consideração em pesquisas futuras, de forma a aprofundar conhecimento sobre o efeito mediático na confiança nas instituições; em segundo lugar, há a componente temporal - a análise das notícias reporta-se ao biénio 2016-2017, o que implica já algum hiato temporal não desprezível. Por exemplo depois deste período já se realizaram duas eleições legislativas e estão agendadas para o próximo mês de março as terceiras, sendo que o ciclo político e particularmente eleitoral, pode assumir um papel que não é de desprezar. Tal como demonstraram Le Moglie e Turati (2019) o agendamento da corrupção pode seguir o ciclo eleitoral; um terceiro aspeto, é a eclosão do populismo de direita à Assembleia da República, sendo que a corrupção é um dos temas que desperta maior interesse, neste espectro político e que tem servido de relevante objeto de “arremesso político e partidário”. Assim, interessa perceber até que ponto forças partidárias têm feito uso de casos de corrupção na sua discursividade e como isso afeta a confiança institucional; um quarto aspeto, ainda dentro da dimensão política nacional, prende-se com o aparecimento da “Operação Influencer” desencadeada pelo Ministério Público a 7 novembro de 2023 e que visou vários membros da cúpula governativa, com suspeitas de tráfico de influência e de corrupção, levando à demissão do XXIII Governo constitucional, liderado por António Costa do Partido Socialista. Sobre este escândalo, importa questionar como tem sido a cobertura mediática? Além da medição da confiança na classe política, nos agentes mediáticos e até no sistema de justiça e

muito particularmente no Ministério Público. Nesta medida, consideramos que se constitui como imperativo o estudo e reflexão sobre o papel desempenhado pelos diversos agentes envolvidos, políticos, judiciais e jornalistas numa possível atualização da presente pesquisa; em quinto lugar, e de um prisma mais substantivo, seria relevante perceber até que ponto os participantes no nosso estudo através do questionário on-line ao posicionar-se relativamente ao papel desempenhado por José Sócrates na “Operação Marquês” como se posicionam relativamente à confiança ou desconfiança institucional, sendo este um potencial item de pesquisa, esteve fora da órbita da atual. Este espeto também pode ser encarado como um ponto de potenciais pesquisas futuras. De um ponto de vista metodológico e na impossibilidade de ser aplicado o questionário a uma amostra representativa da população portuguesa, os resultados obtidos e a discussão dos mesmos circunscrevem-se à amostra obtida. Em trabalho futuro deve reaplicar-se o questionário e aferir da estabilidade dos resultados.

No plano prático e da organização quotidiana da sociedade portuguesa a presente reflexão pode aportar alguns contributos que visem o incremento da qualidade do processo democrático e que proporcione maior participação e interesse cívico pela “coisa pública” por parte dos cidadãos. A regulação dos meios de comunicação social é um tema que envolve grande sensibilidade, já que do poder de informação depende uma cidadania informada e ativa. Como tivemos oportunidade de desenvolver no terceiro capítulo o triângulo composto por agentes mediáticos, políticos e agentes da justiça é complexo e qualquer intervenção no sentido da sua regulação, deve brotar de um relativo consenso da sociedade portuguesa. No plano das práticas jornalísticas diríamos que a presente pesquisa deixa como alerta um imperativo de maior auto-reflexividade no acesso e gestão a informação potencialmente sensível e que possa corporizar um escândalo. Numa cultura de responsabilização pública de um jornalismo entendido como alicerce fundamental da vida democrática.

Deste modo, diríamos que é prioritária a promoção de uma maior cultura de reciprocidade e mútuo conhecimento, não só das suas competências, mas também do seu campo de ação e regras que regem as suas funções, entre agentes judiciais, agentes mediáticos e classe política. Neste conjunto de sugestões também deve ser considerada a necessária regulamentação de todo o universo digital e suas diferentes fontes de conteúdos informativos, embora esse processo ser necessariamente realizado em coordenação com os parceiros internacionais e muito particularmente europeus. No fundo, procura-se paralelamente, promover a literacia não só do seu próprio domínio de responsabilidades (política, justiça e jornalístico), mas também um maior conhecimento do campo e responsabilidades do domínio

de ação e de responsabilidade profissional entre estas três relevantes esferas, visando o fortalecimento democrático de Portugal. Por outro lado, constitui-se como prioritária uma cultura de autorreflexividade de todos estes agentes no sentido de tornar a justiça, mais justa, mas também um ecossistema mediático mais depurado de boatos, fugas e violações do segredo de justiça. Finalmente, aos políticos e demais ocupantes de cargos de responsabilidade pública impõe-se maior responsabilização e transparência no sentido de tornar mais e melhor perceptível a arquitetura do processo político, que em diversas situações padece de uma desnecessária opacidade. No final de contas é imperativo garantir a pluralidade, o poder e independência de informar, maior responsabilização por parte dos proprietários dos meios de comunicação e um sério e genuíno compromisso com o jornalismo de qualidade. Com efeito, repensar o contrato social entre cidadãos, agentes mediáticos, justiça e atores e instituições políticas que vise uma democracia civicamente mais intensa.

Conclusões

O desafio que nos colocámos inicialmente era o de, por um lado, enquadrar e analisar as características distintivas da construção mediática do “caso Sócrates”, numa perspetiva comparada com o tratamento de outros escândalos, e, por outro, compreender o processo pelo qual o relato mediático influencia a opinião pública relativamente à corrupção e como dessa forma condiciona a confiança nas instituições que gizam a democracia portuguesa. A principal descoberta e que deve ser tida como a conclusão do presente exercício, passa por postular que os meios de comunicação social tradicionais, como jornais, televisões e rádios são basilares elementos mediadores de uma opinião pública com atitudes de confiança, relativamente à democracia e instituições que suportam o regime democrático em Portugal.

A partir da caracterização da cobertura noticiosa do escândalo de corrupção política em Portugal, constatámos que esta se concentra sobretudo na do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates, denotando uma grande centralidade no relato mediático. Além disso, foi possível verificar que a cobertura da corrupção se faz em termos negativos, em que os atores individuais são mais visados comparativamente aos institucionais. É uma cobertura jornalística que não demonstra interesse pelas causas estruturais e incentivos institucionais do fenómeno da corrupção.

Como era expectável e perante a demonstração empírica produzida, foi possível verificar que os meios de comunicação sociais são agentes essenciais na formação da opinião política, mais particularmente na adesão e aproximação dos cidadãos à atividade política e institucional. Seja através dos consumos mediáticos que fazem, seja através dos diferentes Quadros de interação e socialização, os meios de comunicação social demonstraram ser cruciais na integração dos cidadãos na vida coletiva. Isto ficou particularmente sublinhado quando constatámos, aquilo a que designámos por contextos de socialização política mediada, se refletia em representações sociais de corrupção como fenómeno isolado e que concomitantemente estava relacionada com maiores níveis de confiança institucional. Num plano extrapolativo diríamos que o facto de existir um ex-Primeiro-Ministro envolvido num escândalo de corrupção, que tem marcado a agenda mediática de forma cíclica na última década, até pode ter contribuído para um fortalecimento dos elos cívicos e políticos entre uma cidadania mais atenta, informada e exigente relativamente aos diversos agentes que constituem a esfera política institucional.

Nesta linha de raciocínio, o designado “caso Sócrates” e o modo como os meios de comunicação o enquadram, como forte personalização e isolando-o, podem constituir passos substantivos para aquilo que pode ser formulado como efeito da “maçã podre”, ou na linguagem dos teóricos funcionalistas, ter sido entendido pela sociedade como um momento depurador da normatividade social e da moralidade coletiva. Serve isto para postular que os meios de comunicação sociais apresentam um papel ambivalente relativamente à esfera política. Por outras palavras, nem sempre maiores consumos mediáticos correspondem a maiores níveis de confiança institucional, além de nem sempre estes consumos ao concentrarem-se em conteúdos mais densamente informativos, correspondem a maiores níveis de adesão e confiança política. Desta forma, resulta a seguinte asserção: o efeito dos meios de comunicação na esfera política é complexo e multidimensional, convocando conhecimentos e instrumentos de diversas áreas como a literacia mediática. No role de potenciais pesquisas futuras, importa ainda realçar que este modelo de investigação pode ser replicado em qualquer contexto, nomeadamente Brasil e Espanha, dada a proximidade histórica e geográfica de ambos os países como vimos partilham algumas das características mediáticas de Portugal.

No fundo, deixamos este trabalho como um potencial e humilde ponto de partida para uma possível reformulação do contrato social entre agentes mediáticos, responsáveis políticos, agentes de justiça e cidadãos, visando uma sociedade mais intensamente democrática e institucionalmente mais eficiente. Se esse intento for parcialmente conseguido, já terá valido a pena todas estas horas, dias e semanas vertidas nestas páginas. Este é o nosso modesto contributo para aquilo a que optámos por designar como sociologia da comunicação política.

Referências Bibliográficas

- Aalberg, T., Strömbäck, J., & De Vreese, C. H. (2012). The framing of politics as strategy and game: A review of concepts, operationalizations and key findings. *Journalism*, 13(2), 162-178.
- Abba-Aji, M., Balabanova, D., Hutchinson, E., & McKee, M. (2020). How Do Nigerian Newspapers Report Corruption in the Health System? *International Journal of Health Policy and Management*, 0. <https://doi.org/10.34172/ijhpm.2020.37>
- Akinola, O. A., Omar, B., & Mustapha, L. K. (2022). Corruption in the limelight: The relative influence of traditional mainstream and social media on political trust in Nigeria. *International Journal of Communication*, 16, 22
- Alexander, C. (2009). Privatization: jokes, scandal, and absurdity in a time of rapid change. In *Ethnographies of Moral Reasoning* (pp. 43-65). Palgrave Macmillan, New York.
- Alexander, J. C. (2011a). Introduction: Durkheimian sociology and cultural studies today. In *Durkheimian sociology: cultural studies* (pp. 1–22). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511598258.001>
- Alexander, J. C. (2011b). Culture and political crisis: “Watergate” and Durkheimian sociology. In *Durkheimian sociology: cultural studies* (pp. 187–224). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511598258.009>
- Allern, S., & Pollack, E. (2012). Mediated scandals. *Scandalous*, 9-28.
- Allern, S., & Pollack, E. (2019). New Nordic noir: Political scandals as drama and media hunts. In *The routledge companion to media and scandal* (pp. 129-137). Routledge.
- Amberg, S., & Schudson, M. (1993). Watergate in American Memory: How We Remember, Forget, and Reconstruct the Past. *Political Science Quarterly*, 108(3), 562. <https://doi.org/10.2307/2151716>
- Andersson, S., & Heywood, P. M. (2009). The politics of perception: use and abuse of Transparency International's approach to measuring corruption. *Political studies*, 57(4), 746-767.
- Andina-Díaz, A. (2006). Political competition when media create candidates' charisma. *Public Choice*, 127(3–4), 353–374. <https://doi.org/10.1007/s11127-006-2747-1>
- Andrew, B. C. (2007). Media-generated shortcuts: Do newspaper headlines present another roadblock for low-information rationality?. *Harvard International Journal of Press/Politics*, 12(2), 24-43.

- Anduiza, E., Gallego, A., & Muñoz, J. (2013). Turning a blind eye: Experimental evidence of partisan bias in attitudes toward corruption. *Comparative Political Studies*, 46(12), 1664-1692.
- Ang, J. S., Jiang, Z., & Wu, C. (2016). Good apples, bad apples: Sorting among Chinese companies traded in the US. *Journal of Business Ethics*, 134(4), 611-629.
- Ariely, G. (2015). Trusting the press and political trust: A conditional relationship. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 25(3), 351-367.
- Ashley, S., Maksl, A., & Craft, S. (2017). News Media Literacy and Political Engagement: What's the Connection?. *Journal of Media Literacy Education*, 9(1), 79-98.
- Asp, k. (1990). "Medialization, Media Logic and Mediarchy", *Nordicom Relliew* 11 (2): pp. 47-50.
- Barnhart, B. (2021). Everything you need to know about social media algorithms. *Sprout Social*.
- Basinger, S. (2015). The electoral effects of congressional scandals. *Scandal! An Interdisciplinary Approach to the Consequences, Outcomes, and Significance of Political Scandals*, 67-80.
- Baudrillard, J. (1994). *Simulacra and Simulations*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Bauman, Z. & Lyon, D. (2013). *Vigilancia líquida*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Bauman, Z. (2002). *Modernidad Líquida*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A..
- Bauman, Z. (2003). *Amor Líquido – Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*. Lisboa: Relógio D'água Editores.
- Bauman, Z. (2006). *Confiança e Medo na Cidade*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Bauman, Z. (2007). *Modernidade e Ambivalência*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Baumgartner, F. R., & Chaqués Bonafont, L. (2015). All news is bad news: Newspaper coverage of political parties in Spain. *Political communication*, 32(2), 268-291.
- Baym, G. (2008). Infotainment. *The international encyclopedia of communication*.
- Beck, U. & Beck-Gernsheim, E. (2003). *La individualización. El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Beck, U. (2000). "A reinvenção da política". In Beck U., Giddens A. & Lash, S. (Orgs.), *Modernização Reflexiva: política, tradição, e estética no mundo moderno*. Oeiras: Celta Editora, pp. 1-51.
- Beck, U. (2006). *La Sociedad del Riesgo Hacia una Nueva Modernidad*. Paidós Surcos 25: Barcelona.

- Beck, U. (2017). *A Metamorfose do Mundo: Como as Alterações Climáticas estão a Transformar a Sociedade*. Lisboa: Edições 70.
- Beck, U., Giddens, A. & Lash, S. (2000). *Modernização Reflexiva: política, tradição, e estética no mundo moderno*. Oeiras: Celta Editora.
- Bednarek, M., & Caple, H. (2017). *The discourse of news values: How news organizations create newsworthiness*. Oxford University Press.
- Bell, D. (1976). *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*. New York: Basic Books.
- Bengtsson, S., Fast, K., Jansson, A., & Lindell, J. (2021). Media and basic desires: An approach to measuring the mediatization of daily human life. *Communications*, 46(2), 275–296. <https://doi.org/10.1515/commun-2019-0122>
- Benkler, Y., Faris, R. & Roberts H. (2018). *Network propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in American politics*. New York, NY: Oxford University Press.
- Bennett, W. L. (1998). The uncivic culture: Communication, identity, and the rise of lifestyle politics. *PS - Political Science and Politics*, 31(4), 741–761. <https://doi.org/10.1017/S1049096500053270>
- Bennett, W. L. (2016). *News: The politics of illusion*. University of Chicago Press.
- Bennett, W. L., & Iyengar, S. (2008). A new era of minimal effects? The changing foundations of political communication. *Journal of communication*, 58(4), 707-731.
- Bennett, W. L., & Manheim, J. B. (2006). The one-step flow of communication. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 608(1), 213-232.
- Berger, P. & Luckmann, T. (2004). *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dina Livros.
- Berti, C. (2019). Rotten Apples or Rotten System? Media Framing of Political Corruption in New Zealand and Italy. *Journalism Studies*, 20(11), 1580–1597. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1530068>
- Bhatti, Y., Hansen, K. M., & Leth Olsen, A. (2013). Political hypocrisy: The effect of political scandals on candidate evaluations. *Acta Politica*, 48(4), 408-428.
- Billig, M. (2005). *Laughter and ridicule: Towards a social critique of humour*. Sage.
- Bimber, B., Cunill, M. C., Copeland, L., & Gibson, R. (2015). Digital Media and Political Participation: The Moderating Role of Political Interest Across Acts and Over Time. *Social Science Computer Review*, 33(1), 21–42. <https://doi.org/10.1177/0894439314526559>

- Bird, S. E. (1998). News we can use: An audience perspective on the tabloidisation of news in the United States. *Javnost-The Public*, 5(3), 33-49.
- Bittner, E., Schutz, A., Walsh, G., & Lehnert, F. (1968). The Phenomenology of the Social World. *American Sociological Review*, 33(4), 639. <https://doi.org/10.2307/2092457>
- Bless, H., Igou, E. R., Schwarz, N., & Wänke, M. (2000). Reducing context effects by adding context information: The direction and size of context effects in political judgment. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26(9), 1036-1045.
- Bolsover, G. (2017). Computational propaganda in China: An alternative model of a widespread practice.
- Borelli-Kjaer, M., Schack, L. M., & Nielsson, U. (2021). # MeToo: Sexual harassment and company value. *Journal of Corporate Finance*, 67, 101875.
- Boukes, M. (2019). Infotainment. *The international encyclopedia of journalism studies*, 1-9.
- Bourdieu, P. (2005). *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (2010). *A Distinção. Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (2012). *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (2014). *Sobre o Estado. Curso no Collège de France (1989-1992)*. Lisboa: Edições 70.
- Bovens, M., Goodin, R. E., Schillemans, T., & Norris, P. (2014). Watchdog Journalism. In *The Oxford Handbook of Public Accountability*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199641253.013.0015>
- Boylan, J. (2008). The Art of the Public Grovel: Sexual Sin and Public Confession in America. *Columbia Journalism Review*, 47(4), 65-66.
- Brants, K. & Voltmer K., (2011). *Political Communication in Postmodern Democracy*. Basingstoke: Palgrave, Macmillan.
- Brants, K. (1998). Who's afraid of infotainment? *European Journal of Communication*, 13(3), 315-335. <https://doi.org/10.1177/0267323198013003002>
- Brants, K., & Voltmer, K. (Eds.). (2011). *Political communication in postmodern democracy: Challenging the primacy of politics*. Springer.
- Bratu, R., & Kažoka, I. (2018). Metaphors of corruption in the news media coverage of seven European countries. *European Journal of Communication*, 33(1), 57-72.
- Breit, E. (2010). On the (re) construction of corruption in the media: A critical discursive approach. *Journal of business ethics*, 92(4), 619-635.

- Brenton, S. (2012). Scandals as a positive feature of liberal democratic politics: A Durkheimian perspective. *Comparative Sociology*, 11(6), 815-844.
- Britton, J., & Raston, C. L. (2017). Multi-step continuous-flow synthesis. *Chemical Society Reviews*, 46(5), 1250-1271.
- Broh, C. A. (1980). Horse-race journalism: Reporting the polls in the 1976 presidential election. *Public Opinion Quarterly*, 44(4), 514–529. <https://doi.org/10.1086/268620>
- Brown, A. (2018). What is so special about on-line (as compared to offline) hate speech?. *Ethnicities*, 18(3), 297-326.
- Bruce, M., & Sambei, A. (2006). Whistleblowing Around the World Law, Culture & Practice. *Commonwealth Law Bulletin*, 32(2), 363–366. <https://doi.org/10.1080/03050710600907122>
- Brunetti, A., & Weder, B. (2003). A free press is bad news for corruption. *Journal of Public economics*, 87(7-8), 1801-1824.
- Bruns, A. & Humphreys, S. (2007). Building collaborative capacities in learners: The M/cyclopedia project revisited. *Proceedings of the Conference on Object-Oriented Programming Systems, Languages, and Applications, OOPSLA*, PP.1–10.
- Bruns, A. (2003). Gatewatching, Not Gatekeeping: Collaborative On-line News. *Media International Australia*, 107(1), 31–44. <https://doi.org/10.1177/1329878x0310700106>
- Bruns, A. (2007). Produsage. *Creativity and Cognition 2007, CC2007 - Seeding Creativity: Tools, Media, and Environments*, 99–106. <https://doi.org/10.1145/1254960.1254975>
- Bruns, A. (2008). *Blogs, Wikipedia, Second Life, and beyond: From production to produsage* (Vol. 45). Peter Lang.
- Bruns, A. (2013). From prosumption to produsage. In *Handbook on the digital creative economy*. Edward Elgar Publishing.
- Bruns, A., & Humphreys, S. (2007). Building collaborative capacities in learners: the M/cyclopedia project revisited. In *Proceedings of the 2007 international symposium on Wikis* (pp. 1-10).
- Bryman, A. (2008). The end of the paradigm wars. *The SAGE handbook of social research methods*, 13-25.
- Buccoliero, L., Bellio, E., Crestini, G., & Arkoudas, A. (2020). Twitter and politics: Evidence from the US presidential elections 2016. *Journal of Marketing Communications*, 26(1), 88-114.
- Burns, T. & Flam, H. (2000). *Sistema de Regras Sociais*. Oeiras: Celta Editora.

- Cabañes, J., Anderson, C. W., & Ong, J. C. (2019). Fake news and scandal. In *The Routledge companion to media and scandal* (pp. 115-125). Routledge.
- Cacciatore, M. A., Scheufele, D. A., & Iyengar, S. (2016). The end of framing as we know it... and the future of media effects. *Mass Communication and Society*, 19(1), 7-23.
- Calderaro, A. (2018). Social Media and Politics. In *The SAGE Handbook of Political Sociology: Two Volume Set* (pp. 781–795). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781526416513.n46>
- Calhoun, C. J., Habermas, J., Burger, T., & Lawrence, F. (1990). Civil Society and Political Life. *Contemporary Sociology*, 19(2), 312. <https://doi.org/10.2307/2072652>
- Calossi, E., Sberna, S., & Vannucci, A. (2012). Disasters and corruption, corruption as disaster. In *International disaster response law* (pp. 651-683). TMC Asser Press, The Hague, The Netherlands.
- Camaj, L. (2013). The media's role in fighting corruption: Media effects on governmental accountability. *The International Journal of Press/Politics*, 18(1), 21-42.
- Camerlo, M., & Pérez-Liñán, A. (2015). Minister turnover, critical events, and the electoral calendar in presidential democracies. *The Journal of Politics*, 77(3), 608-619.
- Canel, M. J., & Sanders, K. (2007). Morality Tales. Political Scandals and Journalism in Britain and Spain in the 1990s1. *Sphera Pública*, (7), 233-236.
- Cappella, J. N., & Jamieson, K. H. (1996). News Frames, Political Cynicism, and Media Cynicism. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 546(1), 71–84. <https://doi.org/10.1177/0002716296546001007>
- Cappella, J. N., & Jamieson, K. H. (1997). *Spiral of cynicism: The press and the public good*. Oxford University Press.
- Cardoso, G. (2023). *A comunicação da Comunicação. As pessoas são a mensagem*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Cardoso, G., Santos, S. & Telo, D. (2016b). Enquadramento da análise. In Cardoso, G; Santos, S. & Telo, D. (Orgs.). *Jornalismo em Tempo de Crise* (pp. 5-16). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Cardoso, G., Santos, S. & Telo, D. (Eds.). (2016a). *Jornalismo em tempo de crise*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Carlson, M. (2018). Confronting measurable journalism. *Digital Journalism*, 6(4), 406-417.

- Carr, D. J., Barnidge, M., Lee, B. G., & Tsang, S. J. (2014). Cynics and skeptics: Evaluating the credibility of mainstream and citizen journalism. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 91(3), 452-470.
- Carter, C. (2002). When the 'extraordinary' becomes 'ordinary': Everyday news of sexual violence. In *News, gender and power* (pp. 231-244). Routledge.
- Castells, M. (2002). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2003). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2004a). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, O Fim do Milénio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2004b). *A Galáxia Internet. Reflexões sobre a Internet. Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2007). Communication, power, and counter-power in the network society. *International journal of communication*, 1(1), 29.
- Castells, M. (2009). *Comunicación y Poder*. Alianza Editorial: Madrid.
- Castells, M. (2015). *O Poder da Comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cetina Presuel, R., & Martínez Sierra, J. M. (2019). Algorithms and the news: social media platforms as news publishers and distributors. *Revista de Comunicacion*, 18(2), 261–285. <https://doi.org/10.26441/RC18.2-2019-A13>
- Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system: Politics and power*. Oxford University Press.
- Chakravartty, P., & Roy, S. (2017). Mediatized Populisms| Mediatized Populisms: Inter-Asian Lineages—Introduction. *International Journal of Communication*, 11, 20.
- Chambers, S. (2021). Truth, deliberative democracy, and the virtues of accuracy: is fake news destroying the public sphere?. *Political Studies*, 69(1), 147-163.
- Charron, N., & Annoni, P. (2021). What is the influence of news media on people's perception of corruption? Parametric and non-parametric approaches. *Social Indicators Research*, 153(3), 1139-1165.
- Chen, W., & Quan-Haase, A. (2020). Big Data Ethics and Politics: Toward New Understandings. *Social Science Computer Review*, 38(1), 3–9. <https://doi.org/10.1177/0894439318810734>

- Cho, H., Shen, L., & Peng, L. (2021). Examining and extending the influence of presumed influence hypothesis in social media. *Media Psychology*, 24(3), 413–435. <https://doi.org/10.1080/15213269.2020.1729812>
- Chu, W., & Fletcher, F. (2014). Social media and agenda setting. *Canadian democracy from the ground up: Perceptions and performance*, 125-47.
- Clark, A. (2013). *Scandal: The sexual politics of the British constitution. Scandal: The Sexual Politics of the British Constitution* (pp. 1–311). Princeton University Press. <https://doi.org/10.1086/ahr.110.3.867>
- Clark, L. A., & Watson, D. (1995). Constructing validity: Basic issues in objective scale development. *Psychological Assessment*, 7(3), 309–319. doi:10.1037/1040-3590.7.3.309
- Clemente, M., & Gabbioneta, C. (2017). How does the media frame corporate scandals? The case of German newspapers and the Volkswagen diesel scandal. *Journal of Management Inquiry*, 26(3), 287-302.
- Cohen, J. E. (2008). *The presidency in the era of 24-hour news*. Princeton University Press.
- Cohen, J., Tsifti, Y., & Sheaffer, T. (2008). The influence of presumed media influence in politics: Do politicians' perceptions of media power matter? *Public Opinion Quarterly*. <https://doi.org/10.1093/poq/nfn014>
- Cohen, S. (2011a). *Folk devils and moral panics*. Routledge.
- Cohen, S. (2011b). Whose side were we on? The undeclared politics of moral panic theory. *Crime, media, culture*, 7(3), 237-243.
- Coleman, R., McCombs, M., Shaw, D., & Weaver, D. (2009). Agenda setting. In *The handbook of journalism studies* (pp. 167-180). Routledge.
- Colliander, J. (2019). “This is fake news”: Investigating the role of conformity to other users' views when commenting on and spreading disinformation in social media. *Computers in Human Behavior*, 97, 202-215.
- Connors, J. L. (2013). He “can’t say with certitude”: Framing the Anthony Weiner scandal in political cartoons. *Scandal!: An Interdisciplinary Approach to the Consequences, Outcomes, and Significance of Political Scandals*, 231.
- Conroy-Krutz, J., & Moehler, D. C. (2015). Moderation from bias: A field experiment on partisan media in a new democracy. *The Journal of Politics*, 77(2), 575-587.
- Conti, O. (2016). Being digital citizens. *Information, Communication & Society*, 19(12), 1679–1681. <https://doi.org/10.1080/1369118x.2015.1109700>

- Conway, B. A., Kenski, K., & Wang, D. (2015). The rise of Twitter in the political campaign: Searching for intermedia agenda-setting effects in the presidential primary. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 20(4), 363-380.
- Correia, J. C. F., Carvalheiro, J. R. P., Canavilhas, J. M. M., Morais, R. J. P., & Sousa, J. C. (2011). Public journalism and education for the media: Suggestions based on a research project into the Portuguese regional press. *Brazilian journalism research*, 7(2), 59-75.
- Correia, J. C., Canavilhas, J., Carvalheiro, J. R., Morais, R., Sousa, J., & Ferreira, G. B. (2014). Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos media portugueses memória de um projeto. Covilhã: Livros LabCom. *Pesquisas em Comunicação*, 1(1).
- Correia, J. C., Morais, R., & Sousa, J. (2011). Agenda dos Cidadãos: Práticas cívicas na Imprensa Regional Portuguesa. *Estudos em Comunicação*, (9), 1-30.
- Correia, J. N. (2019). *Média, informação e democracia*. Almedina.
- Cottle, S. (2006a). *Mediatized Conflict*, Maidenhead: Open University Press.
- Couldry, N. & Hepp, A. (2016). *The mediated construction of reality: society, culture, mediatization*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Couldry, N. (2002). Mediation and alternative media or relocating the centre of media and communication studies. *Media International Australia*, 103(1), 24-31.
- Couldry, N. (2003). Media meta-capital: Extending the range of Bourdieu's field theory. *Theory and Society*. Kluwer Academic Publishers. <https://doi.org/10.1023/b:ryso.00000004915.37826.5d>
- Couldry, N. (2008). Mediatization or mediation? Alternative understandings of the emergent space of digital storytelling. *New Media and Society*, 10(3), 373-391. <https://doi.org/10.1177/1461444808089414>
- Couldry, N. (2015). Alternative media and voice. In *The Routledge companion to alternative and community media* (pp. 61-71). Routledge.
- Couldry, N. (2016). Life with the media manifold: Between freedom and subjection. In L. Kramp, C. Nico, H. Andreas, & K. Richard (Eds.), *Politics, civil society and participation: media and communications in a transforming environment* (pp. 25-35). Lumière.
- Cozma, R. (2015). Were the Murrow Boys warmongers? The relationship between sourcing, framing, and propaganda in war journalism. *Journalism Studies*, 16(3), 433-448.
- Crespo, M., Azevedo, J., Sousa, J., Cardoso, G., & Paisana, M. (2017). Jornalistas e condições laborais: Retrato de uma profissão em transformação. *Relatórios OBERCOM fevereiro 2017*.

- Cross, B. (2021). Deliberative systems theory and activism. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 24(6), 866–883. <https://doi.org/10.1080/13698230.2019.1584842>
- Crothers, C. (1994). *Robert K. Merton*. Oeiras: Celta Editora.
- Cumbreras, M. C., & Powell, T. E. (2019). The effect of consumption of corruption-related news on political cynicism. *Communication and Society*, 32(4), 47–62. <https://doi.org/10.15581/003.32.4.47-62>
- Cunha, I. M. R. F. (2017). Democracy, Media and Corruption. *Rivista di Studie Ricerche sulla Criminalità Organizzata*, 3(4), 47-64.
- Damgaard, M. (2018). Cascading corruption news: Explaining the bias of media attention to Brazil's political scandals. *Opinio Publica*, 24(1), 114–143. <https://doi.org/10.1590/1807-01912018241114>
- Dancey, L. (2012). The consequences of political cynicism: How cynicism shapes citizens' reactions to political scandals. *Political Behavior*, 34(3), 411-423.
- D'angelo, P. (2002). News framing as a multiparadigmatic research program: A response to Entman. *Journal of communication*, 52(4), 870-888.
- D'Angelo, P., & Esser, F. (2014). Metacoverage and mediatization in US presidential elections: A theoretical model and qualitative case study. *Journalism Practice*, 8(3), 295-310.
- Daskalopoulou, I. (2019). Individual-level evidence on the causal relationship between social trust and institutional trust. *Social Indicators Research*, 144(1), 275-298.
- Davis, D. R., & Ward, M. D. (1990). The Entrepreneurial State. *Comparative Political Studies*, 23(3), 314–333. <https://doi.org/10.1177/0010414090023003002>
- Dayan, D. & Katz, E. (1992). *Media Events: The live broadcasting of history*. Cambridge: Harvard University Press.
- De Burgh, H. (2008). *Investigative journalism*. Routledge.
- De Paoli, S., & Storni, C. (2011). Prodisage in hybrid networks: Sociotechnical skills in the case of Arduino. *New Review of Hypermedia and Multimedia*, 17(1), 31–52. <https://doi.org/10.1080/13614568.2011.552641>
- De Vreese, C. H. (2005a). News framing: Theory and typology. *Information design journal & document design*, 13(1).
- De Vreese, C. H. (2005b). The spiral of cynicism reconsidered. *European journal of communication*, 20(3), 283-301.

- De Vries, C. E., & Solaz, H. (2017). The electoral consequences of corruption. *Annual Review of Political Science*, 20, 391-408.
- Della Porta, D., & Vannucci, A. (2012). Political corruption. Amenta, E.; Nash, K; Scott, A. *The Wiley-Blackwell Companion to Political Sociology*, 130-145.
- Deuze, M. (2005). What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*, 6(4), 442–464. <https://doi.org/10.1177/1464884905056815>
- Deuze, M. (2007). Convergence culture in the creative industries. *International Journal of Cultural Studies*, 10(2), 243–263. <https://doi.org/10.1177/1367877907076793>
- DiMaggio, P., Hargittai, E., Celeste, C., & Shafer, S. (2004). Digital inequality: From unequal access to differentiated use. In *Social Inequality* (pp. 355–400). Russell Sage Foundation.
- Dimitrova, D. V., & Kostadinova, P. (2013). Identifying antecedents of the strategic game frame: A longitudinal analysis. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 90(1), 75-88.
- Doherty, D., Dowling, C. M., & Miller, M. G. (2011). Are Financial or Moral Scandals Worse? It Depends. *PS: Political Science & Politics*, 44(4), 749-757.
- Doran, C. N. (2002). Making Sense” of Moral Panics: Excavating the Cultural Foundations of the “Young, Black Mugger. *Crimes of colour: Racialization and the criminal justice system in Canada*, 157-75.
- Druckman, J. N. (2003). The power of television images: The first Kennedy-Nixon debate revisited. *Journal of Politics*, 65(2), 559-571.
- Duarte, I. M., Pinto, A. G., & Salgado, S. (2019). Estratégias discursivas do discurso político populista em Portugal: Estado Novo e movimentos nacionalistas atuais. *Linguagens de Poder*, 37-55.
- Dunaway, J., & Graber, D. A. (2022). *Mass media and American politics*. Cq Press.
- Durkheim, É. (1977). *A Divisão do Trabalho Social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Dziuda, W., & Howell, W. G. (2021). Political scandal: a theory. *American Journal of Political Science*, 65(1), 197-209.
- Eatwell, R. & Goodwin, M. (2019). *Populismo, A Revolta Contra a Democracia Liberal*. Porto Salvo: Desassosego.
- Echeverría, M., González, R. A., & Tagle Montt, F. J. (2021). Corruption framing in Latin American media systems. A comparison between Mexico and Chile. *The Journal of International Communication*, 27(2), 149-171.
- Eidelman, G. (2010). Managing Urban Sprawl in Ontario: Good Policy or Good Politics? *Politics and Policy*, 38(6), 1211–1236. <https://doi.org/10.1111/j.1747-1346.2010.00275.x>

- Ekström, M. (2002). Epistemologies of TV journalism: A theoretical framework. *Journalism*, 3(3), 259-282.
- Ekström, M., & Johansson, B. (2008). Talk scandals. *Media, Culture & Society*, 30(1), 61-79.
- Elias, N. (1994). *Teoria Simbólica*. Oeiras: Celta Editora.
- Elias, N. (2008). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- Emery, F. (1995). *Watergate*. Simon and Schuster.
- Enikolopov, R., Petrova, M., & Sonin, K. (2018). Social media and corruption. *American Economic Journal: Applied Economics*, 10(1), 150–174. <https://doi.org/10.1257/app.20160089>
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51–58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Entman, R. M. (2012). *Scandal and silence: Media responses to presidential misconduct*. Cambridge: Polity Press.
- Entman, R., & Stonbely, S. (2018). Political scandals as a democratic challenge| Blunders, scandals, and strategic communication in US Foreign Policy: Benghazi vs. 9/11. *International Journal of Communication*, 12, 24.
- Erikson, K. T. (2014). Notes on the sociology of deviance. In *Understanding Deviance* (pp. 14-17). Routledge.
- Erzikova, E., & McLean, C. (2020). Drowning out the message together: Analysis of social media comments on a political sex scandal. *The Journal of Social Media in Society*, 9(1), 207-234.
- Esmark, A., & Ørsten, M. (2008). Media and Politics in Denmark. In J. Strömbäck, M. Ørsten, & T. Aalberg (Eds.), *Communicating Politics: Political Communication in the Nordic Countries* (pp. 25–45). Göteborg.
- Esser, F., & Hartung, U. (2004). Nazis, pollution, and no sex: Political scandals as a reflection of political culture in Germany. *American behavioral scientist*, 47(8), 1040-1071.
- Esser, F., Engesser, S., & Matthes, J. (2016). Negativity. In *Comparing political journalism* (pp. 89-109). Routledge.
- Ettema, J. S. & Glasser, T. (1998). *Custodians of conscience: Investigative journalism and public virtue*. Columbia University Press.
- European Commission, Brussels (2020). Eurobarometer 92.4 (2019). *GESIS Data Archive, Cologne. ZA7602 Data file Version 1.0.0*, <https://doi.org/10.4232/1.13652>

- Fararo, T. J., Alexander, J. C., & Colomy, P. (1991). "Differentiation Theory and Social Change: Comparative and Historical Perspectives". *Social Forces*, 69(3), 920. <https://doi.org/10.2307/2579484>
- Faris, R., Roberts, H., Etling, B., Bourassa, N., Zuckerman, E., & Benkler, Y. (2017). Partisanship, propaganda, and disinformation: On-line media and the 2016 US presidential election. *Berkman Klein Center Research Publication*, 6.
- Feng, M., Brewer, P. R., & Ley, B. L. (2012). Framing the Chinese baby formula scandal: A comparative analysis of US and Chinese news coverage. *Asian Journal of Communication*, 22(3), 253-269.
- Fengler, S., Eberwein, T., Alsius, S., Baisnée, O., Bichler, K., Dobek-Ostrowska, B., ... Zambrano, SV (2015). Quão eficaz é a autorregulação da mídia? Resultados de um inquérito comparativo a jornalistas europeus. *Jornal Europeu de Comunicação*, 30 (3), 249-266. <https://doi.org/10.1177/0267323114561009>
- Fidalgo, J., & Sousa, H. (2007). The role of the state and self-regulation in journalism: the balance of power in Portugal.
- Fieschi, C., & Heywood, P. (2004). Trust, cynicism and populist anti-politics. *Journal of political ideologies*, 9(3), 289-309.
- Figenschou, T. U., & Ihlebæk, K. A. (2019). Challenging journalistic authority: Media criticism in far-right alternative media. *Journalism Studies*, 20(9), 1221-1237.
- Figueira, R. (2019). *O efeito Marcelo. O comentário político na televisão*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Figueiras, R (2017). A Política na Era das Redes Sociais. Lisboa: Althêia.
- Figueiras, R. (2016). Anatomia do comentário: corrupção, noticiários e destinatários. *Media & Jornalismo*, 14(26), 111–132. https://doi.org/10.14195/2183-5462_26_7
- Figueiras, R. (2018). Pluralismo ou Paralelismo? O comentário político nos noticiários do prime-time na televisão portuguesa. *Estudos Em Comunicação*, 1(26), 323–343. <https://doi.org/10.20287/ec.n26.v1.a19>
- Fink, K., & Schudson, M. (2014). The rise of contextual journalism, 1950s–2000s. *Journalism*, 15(1), 3-20.
- Fischle, M. (2000). Mass Response to the Lewinsky Scandal: Motivated Reasoning or Bayesian Updating? *Political Psychology*, 21(1), 135-159.
- Forestal, J. (2021). *Designing for Democracy: How to Build Community in Digital Environments*. Oxford University Press.

- Foucault, M. (2010). *Nascimento da Biopolítica*. Lisboa: Edições 70.
- Foundation, K. (2018). American views: Trust, media, and democracy.
- Fowler-Watt, K., & Allan, S. (2013). *Journalism: new challenges*. CJCRC: Centre for Journalism & Communication Research, Bournemouth University.
- Fulda, B. (2006). Industries of Sensationalism: German Tabloids in Weimar Berlin. In *Mass Media, Culture and Society in Twentieth-Century Germany* (pp. 183-203). London: Palgrave Macmillan UK.
- Fuller, M. (2019). Big data and the facebook scandal: Issues and responses. *Theology*, 122(1), 14–21. <https://doi.org/10.1177/0040571X18805908>
- Gallego, F. A. M. (2013). Medios de comunicación y escándalos de corrupción en España: ¿denunciantes, magnificadores, cómplices?. *OBETS: Revista de Ciencias Sociales*, 8(1), 99-126.
- Gamson, J. (2001). Normal sins: Sex scandal narratives as institutional morality tales. *Social Problems*, 48(2), 185–205. <https://doi.org/10.1525/sp.2001.48.2.185>
- Gamson, J. (2016). Scandal in the age of sexting. In *Scandal in a Digital Age* (pp. 77–95). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-137-59545-4_7
- Gamson, W. (1992). Political Processes and Institutions--Is Anyone Responsible. *How Television Frames Political Issues by Shanto Iyengar*. In, 21, 467.
- Garcia, J. L. (2009). *Estudos sobre os jornalistas Portugueses: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI* (pp. 121-132). Imprensa de Ciências Sociais.
- Garland, D. (2008). On the concept of moral panic. *Crime, Media, Culture*, 4(1), 9–30. <https://doi.org/10.1177/1741659007087270>
- Garland, D. (2019). Sobre o conceito de Pânico Moral: on the concept of moral panic. *Delictae Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito*, 4(6), 36-78.
- Garrett, R. K., & Stroud, N. J. (2014). Partisan paths to exposure diversity: Differences in pro- and counterattitudinal news consumption. *Journal of Communication*, 64(4), 680-701.
- Gehl, R. W. (2015). The case for alternative social media. *Social Media+ Society*, 1(2), 2056305115604338.
- Gibbons, M. C., Fleisher, L., Slamon, R. E., Bass, S., Kandadai, V., & Beck, J. R. (2011). Exploring the potential of Web 2.0 to address health disparities. *Journal of health communication*, 16(sup1), 77-89.
- Giddens A. (1998). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Giddens, A. (1996). *As Transformações da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta Editora.

- Giddens, A. (2000a). *Dualidade de Estrutura. Agência e Estrutura*, Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2000b). Viver numa sociedade pós-tradicional. *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras: Celta, 53-104.
- Giddens, A. (2005). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2007). *A Europa na Era Global*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A. (2010). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giglioli, P. P. (1996). Political corruption and the media: the tangentopoli affair. *International social science journal*, 48(3), 381-94.
- Gilens, M., Vavreck, L., & Cohen, M. (2007). The mass media and the public's assessments of presidential candidates, 1952–2000. *The Journal of Politics*, 69(4), 1160-1175.
- Gingerich, D. W. (2009). Ballot structure, political corruption, and the performance of proportional representation. *Journal of Theoretical Politics*, 21(4), 509-541.
- Gluckman, M. (1963). Papers in honor of Melville J. Herskovits: Gossip and scandal. *Current anthropology*, 4(3), 307-316.
- Goffman, E. (1993). *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Goffman, E. (1999). *Os Momentos e os Seus Homens*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Goffman, E. (2010). *Relations in Public. Microstudies of the Public Order*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Goldstein, T. (2015). *Leitura do real no comentário político: construção de Quadros e autorreferência* (Tese de Mestrado).
- Goldthorpe, J. H. (1971). The Phenomenology of the Social World, by Alfred Schutz. *Journal of the British Society for Phenomenology*, 2(3), 81–84.
<https://doi.org/10.1080/00071773.1971.11006206>
- Goode, E., & Ben-Yehuda, N. (1994). Moral panics: Culture, politics, and social construction. *Annual review of sociology*, 20(1), 149-171.
- Goode, E., & Ben-Yehuda, N. (2016). The Genealogy and Trajectory of the Moral Panic Concept. In *The Ashgate Research Companion to Moral Panics* (pp. 45-58). Routledge.
- Gopalkrishnan, S. (2017). The Trump campaign computational propaganda challenge for the Indian parliamentary elections 2019. *Media Watch*, 9(1), 79-88.
- Graber, D. (1990). *Media Power in Politics*. Chicago: C.Q. Press.
- Graßl, P., Schaap, G., Spagnuolo, F., & Van't Riet, J. (2021). The effects of scandalization in political news messages on political trust and message evaluation. *Journalism*, 22(10), 2566-2582.

- Green, D. P., Bowen, S., Hook, J., & Wright, P. (2017). Enabling Polyvocality in Interactive Documentaries through "Structural Participation". In *Proceedings of the 2017 CHI conference on human factors in computing systems* (pp. 6317-6329).
- Greenspan, B. (2019). The Scandal of Digital Humanities. In *Debates in the Digital Humanities 2019* (pp. 92–95). University of Minnesota Press. <https://doi.org/10.5749/j.ctvg251hk.12>
- Guazina, L., Prior, H., & Araújo, B. (2019). Framing of a Brazilian crisis: Dilma Rousseff's impeachment in national and international editorials. *Journalism Practice*, 13(5), 620-637.
- Guðmundsson, B. (2021). Paralelismo político na Islândia. *Nordicom Review*, 42 (S2), 53-69. <https://doi.org/10.2478/nor-2021-0017>
- Guess, A. M., Barberá, P., Munzert, S., & Yang, J. (2021). The consequences of online partisan media. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 118(14), e2013464118.
- Gulyas, A. (2017). Hybridity and social media adoption by journalists: an international comparison. *Digital Journalism*, 5(7), 884-902.
- Gunther, A. C., & Storey, J. D. (2003). The influence of presumed influence. *Journal of Communication*, 53(2), 199–215. <https://doi.org/10.1093/joc/53.2.199>
- Gunther, A., & Lasorsa, D. L. (1986). Issue Importance and Trust in Mass Media. *Journalism Quarterly*, 63(4), 844–848. <https://doi.org/10.1177/107769908606300426>
- Guo, L. (2012). The application of social network analysis in agenda setting research: A methodological exploration. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 56(4), 616-631.
- Gurevitch, M., & Blumler, J. G. (2004). State of the art of comparative political communication research. *Comparing political communication: Theories, cases, and challenges*, 325-343.
- Gyimah-Brempong, K. (2002). Corruption, economic growth, and income inequality in Africa. *Economics of governance*, 3(3), 183-209.
- Habel, P. D. (2012). Following the opinion leaders? The dynamics of influence among media opinion, the public, and politicians. *Political Communication*, 29(3), 257-277.
- Habermas, J. (1991). *Civil Society and Political Life* *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. *Contemporary Sociology* (Vol. 19, p. 312).
- Habermas, J. (2001). *On the pragmatics of social interaction: Preliminary studies in the theory of communicative action*. MIT Press.
- Habermas, J. (2006). Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, 16(4), 411–426. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x>

- Habermas, J. (2012). *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hajdu, M., Pápay, B., Szántó, Z., & Tóth, I. J. (2018). Content analysis of corruption coverage: Cross-national differences and commonalities. *European Journal of Communication*, 33(1), 7-21.
- Hajer, M. A. (2010). *Authoritative Governance: Policy Making in the Age of Mediatization*. *Authoritative Governance: Policy Making in the Age of Mediatization* (Vol. 9780199281671, pp. 1–224). Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199281671.001.0001>
- Hallin, D. & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University.
- Hallin, D. C., & Papathanassopoulos, S. (2002). Political clientelism and the media: Southern Europe and Latin America in comparative perspective. *Media, culture & society*, 24(2), 175-195.
- Han, S. (2012). *Web 2.0*. (pp. 1–128). Taylor and Francis Inc.
<https://doi.org/10.4324/9780203855225>
- Harder, R. A., Sevenans, J., & Van Aelst, P. (2017). Intermedia agenda setting in the social media age: How traditional players dominate the news agenda in election times. *The International Journal of Press/Politics*, 22(3), 275-293.
- Heawood, J. (2018). Pseudo-public political speech: Democratic implications of the Cambridge Analytica scandal. *Information Polity*, 23(4), 429-434.
- Hepp, A. (2019). *Deep mediatization*. Routledge.
- Hermida, A., & Hernández-Santaolalla, V. (2020). Horizontal surveillance, mobile communication, and social networking sites. The lack of privacy in young people's daily lives. *Communication and Society*, 33(1), 139–152. <https://doi.org/10.15581/003.33.1.139-152>
- Hiebert, R. E. (2002). Prime Time Politics; Peep Show: Media and Politics in an Age of Scandal; Uncivil Wars: Political Campaigns in a Media Age. *Public Relations Review*, 28(3), 325-325.
- Hjarvard, S. (2003). A mediated world: The globalization of society and the role of media. *Media in a Globalized Society*, 15–54.
- Hjarvard, S. (2004). "From Bricks to Bytes. The Mediatization of a Global Toy Industry". In Bondebjerg, I. & Golding, P. (eds). *European Culture and the Media*, Bristol: Intellect, pp. 43-63.

- Hjarvard, S. (2013). *The mediatization of culture and society. The Mediatization of Culture and Society* (pp. 1–182). Taylor & Francis.
- Hjarvard, S. (2014). From Mediation to Mediatization. In *Mediatized Worlds*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137300355.0013>
- Hobbs, R. (2010). *Digital and Media Literacy: A Plan of Action. A White Paper on the Digital and Media Literacy Recommendations of the Knight Commission on the Information Needs of Communities in a Democracy*. Aspen Institute. 1 Dupont Circle NW Suite 700, Washington, DC 20036.
- Hochstetler, K. & Samuels, D. (2011). Crisis and rapid reequilibration: the consequences of presidential challenge and failure in Latin America. *Comparative Politics*, 43(2), 127-145.
- Holbert, R. L., Garrett, R. K., & Gleason, L. S. (2010). A new era of minimal effects? A response to Bennett and Iyengar. *Journal of communication*, 60(1), 15-34.
- Holloway, R. L., Denton, R. E., & Togman, J. M. (2003). *Images, scandal, and communication strategies of the Clinton presidency*. Greenwood Publishing Group.
- Holtti, D. (2009). Scandal Fatigue: Scandal Elections and Satisfaction with Democracy in Western Europe 1977-2007-QoG WORKING PAPER SERIES 2009: 19.
- Holtz-Bacha, C. & Strömbäck, J. (2012). *Opinion polls and the media: Reflecting and shaping public opinion. Opinion Polls and the Media: Reflecting and Shaping Public Opinion* (pp. 1–291). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9780230374959>
- Holtz-Bacha, C. (2002). Professionalization of political communication: The case of the 1998 SPD campaign. *Journal of Political Marketing*, 1(4), 23-37.
- Hooghe, M. (2004). Political socialization and the future of politics. *Acta Politica*, 39, 331-341.
- Houston, J. F., Lin, C., & Ma, Y. (2011). Media ownership, concentration and corruption in bank lending. *Journal of Financial Economics*, 100(2), 326–350. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2010.12.003>
- Huber, G. A., & Malhotra, N. (2017). Political homophily in social relationships: Evidence from on-line dating behavior. *The Journal of Politics*, 79(1), 269-283.
- Huberts, L., Kaptein, M., & de Koning, B. (2021). Integrity Scandals of Politicians: A Political Integrity Index. Public Integrity. <https://doi.org/10.1080/10999922.2021.1940778>
- Hung, M., Wong, T. J., & Zhang, F. (2015). The value of political ties versus market credibility: Evidence from corporate scandals in China. *Contemporary Accounting Research*, 32(4), 1641-1675.

- Hunt, A. (1997). 'Moral panic' and moral language in the media. *British Journal of Sociology*, 629-648.
- Index, C. P. (2021). Corruption perception index. *Transparency International*.
- Inglehart, R. & Welzel, C. (2005). *Modernization, Cultural Change, and Democracy. The Human Development Sequence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Inglehart, R. (1977). *The Silent Revolution Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Innerarity, D. (2019). *Política para Perplexos*. Lisboa: Porto Editora.
- Ileri, K., & Ochieng, J. (2020). Politicians in Newspaper News: Who Attracts Coverage in Kenyan Politics. *International Journal of Press/Politics*, 25(4), 675–691. <https://doi.org/10.1177/1940161220915719>
- Isman, A. & Gungoren, O. C. (2013). Being Digital Citizen. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 106, 551–556. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.12.063>
- Iyengar, S. (1994). *Is anyone responsible?: How television frames political issues*. University of Chicago Press.
- Jacuriski, M., Brodzińska-Mirowska, B., Paczeński, A., & Winławska, M. (2019). On the media's role and dichotomic perception in mediatized political communication. Empirical study of political party elites in Poland. *Romanian Journal of Political Science*, 19(1).
- Jansson, A. (2017). *Mediatization and mobile lives: A critical approach*. Routledge
- Jaskuła, S. (2012). New Forms of Mobility in the World of Virtualization and Mediatization of Cultures. *Politeja-Pismo Wydziału Studiów Międzynarodowych i Politycznych Uniwersytetu Jagiellońskiego*, 9(20-1), 73-90.
- Jebril, N., Albaek, E., & De Vreese, C. H. (2013). Infotainment, cynicism and democracy: The effects of privatization vs personalization in the news. *European journal of communication*, 28(2), 105-121.
- Jenkins, H. (2004). The Cultural Logic of Media Convergence. *International Journal of Cultural Studies*, 7(1), 33–43. <https://doi.org/10.1177/1367877904040603>
- Jenkins, H., Ford, S., & Green, J. (2013). *Spreadable media: Creating value and meaning in a networked culture*. *Spreadable Media: Creating Value and Meaning in a Networked Culture* (pp. 1–352). New York University Press. <https://doi.org/10.3983/twc.2014.0633>

- Jeong, S. H., & Lee, N. Y. (2021). Individualization or Privatization of the North Korean Leader? Different Types of Media Personalization About Kim Jong-Un. *Journalism Practice*, 1-19.
- Jha, C. K., & Sarangi, S. (2017). Does social media reduce corruption? *Information Economics and Policy*, 39, 60–71. <https://doi.org/10.1016/j.infoecopol.2017.04.001>
- Johnston, L. (1996). What is vigilantism?. *The British Journal of Criminology*, 36(2), 220-236.
- Jones, T. M., & Sheets, P. (2009). Torture in the eye of the beholder: Social identity, news coverage, and Abu Ghraib. *Political Communication*, 26(3), 278-295.
- Jordão, E., & Rose-Ackerman, S. (2014). Judicial review of executive policymaking in advanced democracies: beyond rights review. *Admin. L. Rev.*, 66, 1.
- Joslyn, M. R. (2003). Framing the Lewinsky affair: Third-person judgments by scandal frame. *Political Psychology*, 24(4), 829-844.
- Just, M. R., & Crigler, A. N. (2014). Media coverage of political scandals: Addressing concerns about personalization. In *APSA 2014 Annual Meeting Paper*.
- Just, M. R., & Crigler, A. N. (2019). Media coverage of political scandals: Effects of personalization and potential for democratic reforms. In *The Routledge Companion to Media and Scandal* (pp. 34–45). Taylor and Francis.
- Kannengießer, S., & McCurdy, P. (2021). Mediatization and the Absence of the Environment. *Communication Theory*, 31(4), 911-931.
- Karapetjana, I., & Roziņa, G. (2021). Metaphoric Conceptualization of Social Reality in the Language of News Media. *Baltic Journal of English Language, Literature and Culture*, 11, 65–78. <https://doi.org/10.22364/bjellc.11.2021.05>
- Karidi, M. (2018). News media logic on the move? In search of commercial media logic in German news. *Journalism Studies*, 19(9), 1237-1256.
- Katz, E. (1957). The two-step flow of communication: An up-to-date report on an hypothesis. *Public opinion quarterly*, 21(1), 61-78.
- Katz, E., & Liebes, T. (1990). Interacting with "Dallas": Cross cultural readings of American TV. *Departmental Papers (ASC)*, 159.
- Kavada, A. (2020). Creating the collective: social media, the Occupy Movement and its constitution as a collective actor. In *Protest technologies and media revolutions*. Emerald Publishing Limited.
- Kenski, K. M. (1999). The framing of network news coverage during the first three months of the Clinton-Lewinsky scandal (Doctoral dissertation, University of Pennsylvania).

- Kepplinger, H. (2018). Hidden Traps: An Essay on Scandals. *International Journal of Communication* (19328036), 12.
- Kepplinger, H. M., Geiss, S., & Siebert, S. (2012). Framing scandals: Cognitive and emotional media effects. *Journal of Communication*, 62(4), 659-681.
- Keum, H., Devanathan, N., Deshpande, S., Nelson, M. R., & Shah, D. V. (2004). The citizen-consumer: Media effects at the intersection of consumer and civic culture. *Political Communication*, 21(3), 369-391.
- Khair, S. M., Mushtaq, S., & Reardon-Smith, K. (2015). Groundwater Governance in a Water-Starved Country: Public Policy, Farmers' Perceptions, and Drivers of Tubewell Adoption in Balochistan, Pakistan. *Groundwater*, 53(4), 626-637.
- Kilgo, D. K., Harlow, S., García-Perdomo, V., & Salaverría, R. (2018). A new sensation? An international exploration of sensationalism and social media recommendations in on-line news publications. *Journalism*, 19(11), 1497-1516.
- Klein, A. (2012). Slipping racism into the mainstream: A theory of information laundering. *Communication Theory*, 22(4), 427-448.
- Klein, A. (2017). Hate Speech in the Information Age. In: *Fanaticism, Racism, and Rage On-line*. Palgrave Macmillan, Cham.
- Klein, E. (2020), *Why We're Polarized*, London, Profile Books Ltd.
- Kline, R. B. (2011). *Principles and practice of structural equation modeling*. 3rd ed. New York: Guilford Press.
- Kozina, K. (2020). *Media Coverage of Presidential Sex Scandals: JFK, Clinton, Trump* (Doctoral dissertation, University of Zagreb. University of Zagreb, Faculty of Humanities and Social Sciences. Department of English language and literature).
- Krämer, B. (2014). Media populism: A conceptual clarification and some theses on its effects. *Communication Theory*, 24(1), 42-60.
- Kramer, E. (2019). Democratization and Indonesia's anti-corruption movement. *Activists in transition: Progressive politics in democratic Indonesia*, 41-60.
- Krippendorff, K. (2018). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Sage publications.
- Kristensen, N. (2006). Spin in the Media - the Media in a (self-)Spin? *MedieKultur: Journal of Media and Communication Research*, 22(40).
<https://doi.org/10.7146/mediekultur.v22i40.1317>

- Krotz, F. (2007) *Mediatisierung: Fallstudien Zum Wandel von Kommunikation*, Wiesbaden: VS Verlag für Socialwissenschaften.
- Kruse, L. M., Norris, D. R., & Flinchum, J. R. (2018). Social media as a public sphere? Politics on social media. *The Sociological Quarterly*, 59(1), 62-84.
- Kunicová, J. (2006). Democratic institutions and corruption: incentives and constraints in politics. *International handbook on the economics of corruption*, 140-160.
- Lambsdorff, J. G. (2007). *The institutional economics of corruption and reform: Theory, evidence and policy*. Cambridge university press.
- Lamot, K., & Van Aelst, P. (2020). Beaten by Chartbeat? An experimental study on the effect of real-time audience analytics on journalists' news judgment. *Journalism Studies*, 21(4), 477-493.
- Langer, A. I. (2007). "A Historical Exploration of the Personalization of Politics in the Print Media: The British Prime Ministers (1945-99)". *Parliamentary Affairs* 60(3): 371-87.
- Langer, A. I., & Gruber, J. B. (2021). Political agenda setting in the hybrid media system: Why legacy media still matter a great deal. *The International Journal of Press/Politics*, 26(2), 313-340.
- Larcinese, V., & Sircar, I. (2014). Singing from the Same Broad Sheet? Examining Newspaper Coverage Bias during the 2009 MPs' Expenses Scandal. In *The Political Costs of the 2009 British MPs' Expenses Scandal* (pp. 153-174). Palgrave Macmillan, London.
- Lasswell, H. D. (1948). The structure and function of communication in society. *The communication of ideas*, 37(1), 136-139.
- Lasswell, H. D. (1951). *Politics: Who gets what, when, how*. Pickle Partners Publishing.
- Latour, B. (2007). *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*. Oup Oxford.
- Latzer, M. (2013). Media convergence. In *Handbook on the Digital Creative Economy* (pp. 123–133). Edward Elgar Publishing Ltd. <https://doi.org/10.4337/9781781004876.00022>
- Lawrence, R. G. (2000). Game-framing the issues: Tracking the strategy frame in public policy news. *Political Communication*, 17(2), 93-114.
- Lawrence, R. G., & Bennett, W. L. (2001). Rethinking media politics and public opinion: Reactions to the Clinton-Lewinsky scandal. *Political Science Quarterly*, 116(3), 425-446.
- Lawrence, R. G., & Boydston, A. E. (2017). Celebrities as political actors and entertainment as political media. In *How political actors use the media* (pp. 39-61). Palgrave Macmillan, Cham.

- Lazarsfeld, P. F. (1944). The controversy over detailed interviews—an offer for negotiation. *Public opinion quarterly*, 8(1), 38-60.
- Lazarsfeld, P. F., & Merton, R. K. (1954). Friendship as a social process: A substantive and methodological analysis. *Freedom and control in modern society*, 18(1), 18-66.
- Lazarsfeld, P. F., Berelson, B., & Gaudet, H. (1944). *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press.
- Le Moglie, M., & Turati, G. (2019). Electoral cycle bias in the media coverage of corruption news. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 163, 140-157.
- Lee, F. L. (2018). Political scandals as a democratic challenge| political scandals under responsive authoritarianism: The case of the Bo Xilai Trial in China. *International Journal of Communication*, 12, 19.
- Lee, F. L. (2019). Scandals, media effects and public opinion. *The routledge companion to media and scandal*, 445-455.
- Lee, J., & Xu, W. (2018). The more attacks, the more retweets: Trump's and Clinton's agenda setting on Twitter. *Public Relations Review*, 44(2), 201-213.
- Lengauer, G., Esser, F., & Berganza, R. (2012). Negativity in political news: A review of concepts, operationalizations and key findings. *Journalism*, 13(2), 179-202.
- Levitskaya, A., & Fedorov, A. (2020). Typology and mechanisms of media manipulation. *International Journal of Media and Information Literacy*, 5(1), 69-78.
- Li, R. (2013). Media Corruption: A Chinese Characteristic. *Journal of Business Ethics*, 116(2), 297–310. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1464-6>
- Liebes, T., & Blum-Kulka, S. (2004). It takes two to blow the whistle: Do journalists control the outbreak of scandal? *American Behavioral Scientist*, 47(9), 1153-1170.
- Lind, R. A., & Rarick, D. L. (1999). Viewer sensitivity to ethical issues in TV coverage of the Clinton-Flowers scandal. *Political Communication*, 16(2), 169-181.
- Lippmann, R. P. (1997). Speech recognition by machines and humans. *Speech communication*, 22(1), 1-15.
- Lippmann, W. (1992). *Public Opinion*. New York: Free Press.
- Lipset, S. M. (1992). *Consenso e conflito*. Lisboa: Gradiva.
- Liu, B., & Zhang, L. (2012). A survey of opinion mining and sentiment analysis. In *Mining Text Data* (Vol. 9781461432234, pp. 415–463). Springer US. https://doi.org/10.1007/978-1-4614-3223-4_13

- Liu, L. X., Shu, H., & Wei, K. J. (2017). The impacts of political uncertainty on asset prices: Evidence from the Bo scandal in China. *Journal of financial economics*, 125(2), 286-310.
- Livingstone, S. (2009). "On the Mediation of Everything: ICA Presidential Address 2008," *Journal of Communication* 59(1): pp. 1-18.
- Logue, I. (1988). Appreciating Scandal as a Political Art Form or Making an Intellectual Virtue of a Political Vice." In *The Politics of Scandal: Power and Process in Liberal Democracies*, edited by AS. Markovits and M. Silverstein. New York: Holmes and Maier.
- Lopes, F. (2005). Os donos dos plateaux da informação semanal da TV generalista. 4º *SOPCOM*. Aveiro.
- Lopes, F. (2011). As novas celebridades dos plateaux informativos: o primado da opinião de uma elite de jornalistas. *Comunicação & Cultura*, (12), 61-81.
- Lopes, F., & Loureiro, L. M. (2011). A confraria do comentário do futebol na TV: evolução dos programas televisivos feitos com adeptos dos maiores clubes portugueses. *Observatorio*, 5(4), 327–350.
- Lovheim, M. & Lynch, G. (2011) "The Mediatization of Religion Debate: An Introduction," *Culture and Religion*, 12(2): pp. 111-17.
- Luhmann, N. (1981). The improbability of communication. *International Social Science Journal*, 33(1), 122-132.
- Luhmann, N. (1992). What is communication? *Communication theory*, 2(3), 251-259.
- Luhmann, N. (1998). *Observations on modernity*. Stanford University Press.
- Luhmann, N. (2000). *The reality of the mass media* (p. 1). Stanford: Stanford University Press.
- Luhmann, N. (2018). *Trust and power*. John Wiley & Sons.
- Luhmann, N., & Rasch, W. (2002). *Theories of distinction: Redescribing the descriptions of modernity*. Stanford University Press.
- Lund, A. B. (2007). Media Markets in Scandinavia: Political Economy Aspects of Convergence and Divergence. *Nordicom Review*, 28.
- Lutz, C., & Hoffmann, C. P. (2017). The dark side of on-line participation: exploring non-, passive, and negative participation. *Information Communication and Society*, 20(6), 876–897. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1293129>
- Maia, A. J. (2008). A questão da corrupção em Portugal: contributo para a sua caracterização. *Recurso Eletrónico*: http://www.cpc.tcontas.pt/documentos/contributo_para_a_caracterizacao_da_corrupcao_em_portugal.pdf.

- Maier, J., Jansen, C., & von Sikorski, C. (2019). Media framing of political scandals: Theoretical framework and empirical evidence. In *The routledge companion to media and scandal* (pp. 104-114). Routledge.
- Mancini, P. (2019). Corruption scandals and the media system. In *The routledge companion to media and scandal* (pp. 156-164). Routledge.
- Mancini, P., Mazzoni, M., Cornia, A., & Marchetti, R. (2017). Representations of corruption in the British, French, and Italian press: Audience segmentation and the lack of unanimously shared indignation. *The International Journal of Press/Politics*, 22(1), 67-91.
- Maniou, T. A., & Ketteni, E. (2020). The impact of the economic crisis on media corruption: A comparative study in South and North Europe. *International Communication Gazette*. <https://doi.org/10.1177/1748048520942751>
- Mann, M., Devitt, S. K., & Daly, A. (2019). What Is (in) Good Data?. *Good Data, Amsterdam: Institute of Network Cultures Theory on Demand Series*.
- Mann, S., & Ferenbok, J. (2013). New Media and the power politics of sousveillance in a surveillance-dominated world. *Surveillance & Society*, 11(1/2), 18-34.
- Manning, P. (2000). News and news sources: A critical introduction. *News and News Sources*, 1-264.
- Manoli, A. E., & Bandura, C. (2021). Perceptions of the role of traditional and social media in communicating corruption. *Sport Management Review*, 24(3), 500-516.
- Manosevitch, E., & Walker, D. (2009). Reader comments to online opinion journalism: A space of public deliberation. In *International Symposium on Online Journalism* (Vol. 10, No. April, pp. 1-30).
- Marchart, O. (2011). From media to mediality: Mediatic (counter-) apparatuses and the concept of the political in communication studies. In *Discourse theory and critical media politics* (pp. 64-81). Palgrave Macmillan, London.
- Marchi, R. (2020). *A nova direita anti-sistema-O caso do Chega*. Leya.
- Marcinkowski, F. (2014). Mediatization of politics: Reflections on the state of the concept. *Javnost-the public*, 21(2), 5-22.
- Marcinkowski, F., & Steiner, A. (2014). Mediatization and political autonomy: A systems approach. In *Mediatization of Politics* (pp. 74-89). Palgrave Macmillan, London.
- Marichal, J. (2012). *Facebook democracy: The architecture of disclosure and the threat to public life* (p. 200). Taylor & Francis.

- Markovits, A. S., & Silverstein, M. (Eds.). (1988). *The politics of scandal: Power and process in liberal democracies*. New York: Holmes & Meier.
- Márquez-Ramírez, M., Mellado, C., Humanes, M. L., Amado, A., Beck, D., Davydov, S., ... & Wang, H. (2020). Detached or interventionist? Comparing the performance of watchdog journalism in transitional, advanced, and non-democratic countries. *The International Journal of Press/Politics*, 25(1), 53-75.
- Matthes, J. (2009). What's in a frame? A content analysis of media framing studies in the world's leading communication journals, 1990-2005. *Journalism & mass communication quarterly*, 86(2), 349-367.
- Matthews, J. S., Pickup, M., & Cutler, F. (2012). The mediated horserace: Campaign polls and poll reporting. *Canadian Journal of Political Science*, 45(2), 261–287. <https://doi.org/10.1017/S0008423912000327>
- Maule, L. S., & Goidel, R. K. (2003). Adultery, drugs, and sex: An experimental investigation of individual reactions to unethical behavior by public officials. *The Social Science Journal*, 40(1), 65-78.
- Mazzoleni, G. & Schulz, W. (1999). "'Mediatization' of Politics: A Challenge for Democracy?" *Political Communication* 16(3): pp. 247-261.
- Mazzoleni, G. (2008). Mediatization of society. *The international encyclopedia of communication*.
- Mazzucato, M. (2016). The Green Entrepreneurial State. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2744602>
- McCombs, M. (2002). The agenda-setting role of the mass media in the shaping of public opinion. In *Mass Media Economics 2002 Conference, London School of Economics*: <http://sticerd.lse.ac.uk/dps/extra/McCombs.pdf>.
- McCombs, M. (2004). *Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion*. Cambridge: Polity.
- McCombs, M. (2005). A look at agenda-setting: Past, present and future. *Journalism studies*, 6(4), 543-557.
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176–187. <https://doi.org/10.1086/267990>
- McHale, J. P. (2017). Media coverage of corruption and scandal in the 2016 presidential election: fantasy themes of crooked Hillary and corrupt businessman Trump. In *Corruption, Accountability and Discretion*. Emerald Publishing Limited.

- McLuhan, M. (1964). *Understanding Media: The Extensions of Man*. London: Routledge and Kegan Paul.
- McMullan, J. (2020). A new understanding of 'New Media': On-line platforms as digital mediums. *Convergence*, 26(2), 287–301. <https://doi.org/10.1177/1354856517738159>
- McNair, B. (2016). *Communication and political crisis: media, politics and governance in a globalized public sphere [Global Crises and the Media, Volume 16]*. Peter Lang Publishing.
- McNair, B. (2019). Scandal and news values. In *The Routledge companion to media and scandal* (pp. 76-85). Routledge.
- Meirick, P. C. (2016). Motivated reasoning, accuracy, and updating in perceptions of Bush's legacy. *Social Science Quarterly*, 97(3), 699-713.
- Meraz, S. (2016). An Expanded Perspective on Network Agenda Setting between Traditional Media and Twitter Political Discussion Groups in 'Everyday Political Talk.'. *The power of information networks*, 66-87.
- Meraz, S. (2019). Scandals and agenda setting. *The routledge companion to media and scandal*, 55-66.
- Meraz, S., & Papacharissi, Z. (2013). Networked gatekeeping and networked framing on# Egypt. *The international journal of press/politics*, 18(2), 138-166.
- Meraz, S., & Papacharissi, Z. (2016). Networked framing and gatekeeping. *The SAGE handbook of digital journalism*, 95-112.
- Merry, S. E. (1984). Rethinking Gossip and Scandal. In D. Black (Ed.), *Towards a General Theory of Social Control* (Vol. 1, pp. 271–302). ACADEMIC PRESS. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1016/B978-0-12-102801-5.50016-9>
- Merton, R. K. (1957). The Role-Set: Problems in Sociological Theory. *The British Journal of Sociology*, 8(2), 106. <https://doi.org/10.2307/587363>
- Merton, R. K., Fiske, M., & Curtis, A. (1946). *Mass persuasion; the social psychology of a war bond drive*. Harper.
- Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco: O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra: Minerva.
- Meyrowitz, J. (1985). *No Sense of Place: the impact of electronic media on social behavior*. New York: Oxford University Press.
- Mihailidis, P., & Foster, B. (2021). The cost of disbelief: Fracturing news ecosystems in an age of rampant media cynicism. *American Behavioral Scientist*, 65(4), 616-631.

- Miller, A. H. (1999). Sex, politics, and public opinion: What political scientists really learned from the Clinton-Lewinsky scandal. *PS: Political Science & Politics*, 32(4), 721-729.
- Mills, A. J. (2012). Virality in social media: The SPIN Framework. *Journal of Public Affairs*, 12(2), 162–169. <https://doi.org/10.1002/pa.1418>
- Moffitt, B., & Tormey, S. (2014). Rethinking populism: Politics, mediatisation and political style. *Political Studies*, 62(2), 381–397. <https://doi.org/10.1111/1467-9248.12032>
- Morais, R., & Sousa, J. C. (2013). As práticas jornalísticas na imprensa regional: a selecção das fontes e a promoção de desigualdades sociais. *Observatorio (OBS*)*, 7(1).
- Moreira, A. M., Gerhardt, G., Möller, M., & Ladner, A. (2010). *Swiss Democracy on the Web 2010: Society and Politics in a Connected Age* (Vol. 259). IDHEAP.
- Moscovici, S. (2001). Why a theory of social representation? In K. Deaux & G. Philogène (Eds.), *Representations of the social: Bridging theoretical traditions* (pp. 8–35). Blackwell Publishing.
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populismo: uma brevíssima introdução*. Lisboa: Gradiva.
- Mueller, M. L., & Farhat, K. (2022). Regulation of platform market access by the United States and China: Neo-mercantilism in digital services. *Policy & Internet*.
- Muñoz, J., Anduiza, E., & Gallego, A. (2012). Why do voters forgive corrupt politicians? Cynicism, noise and implicit exchange. In *International Political Science Association Conference. Madrid, Spain*.
- Ndhlovu, M. P., & Santos, P. (2022). Political corruption in Zimbabwe: News media, audiences and deliberative democracy. *Crime, Media, Culture*, 18(3), 393-411.
- Neckel, S. (2005). *Political scandals an analytical framework*. *Comparative Sociology*, 4(1–2), 101–114. <https://doi.org/10.1163/1569133054621950>
- Needham, C. (2005). Brand leaders: Clinton, Blair and the limitations of the permanent campaign. *Political Studies*, 53(2), 343–361. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2005.00532.x>
- Netelenbos, B. (2016). *Political legitimacy beyond Weber: An analytical framework*. Springer.
- Newell, J. (2018). *Parties and democracy in Italy*. Routledge.
- Nguyen, T. (2016). Anti-corruption Media Coverage and Corruption Perception. *School of Public and Environmental Affairs*.
- Nobre-Correia, J. M. (2019). *Média, Informação e Democracia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Noth, W. (2008). Metapictures and self-referential picture. *Self-reference in the Media*.

- Nye, J. S. (1967). Corruption and political development: A cost-benefit analysis. *American political science review*, 61(2), 417-427.
- O'Neill, D., & Harcup, T. (2009). News values and selectivity. In *The handbook of journalism studies* (pp. 181-194). Routledge.
- Oates, S. (2019). Political scandal and kompromat: Manufactured outrage from Russia. In *The Routledge companion to media and scandal* (pp. 138-146). Routledge.
- Offe, C. (2021). Performance: Policies, outcomes, directions: Competitive party democracy and the keynesian welfare state: Factors of stability and disorganization. In *The Political Economy: Readings in the Politics and Economics of American Public Policy* (pp. 349–367). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9781315495811-26>
- Olmos, E., & Avila, J. (2021). Julian Assange: ¿transparencia invertida? *CIC. Cuadernos de Información y Comunicación*, 26, 59–80. <https://doi.org/10.5209/ciyc.75815>
- Örnebring, H. (2008). “The Two Professionalisms of Journalism: Updating Journalism Research for the 21st Century”. In *Annual Meeting of the International Communication Association*, pp. 1–23.
- Orru, M., Haferkamp, H., & Smelser, N. J. (1994). Social Change and Modernity. *Contemporary Sociology*, 23(4), 548. <https://doi.org/10.2307/2076389>
- Ott, B. L. (2017). The age of Twitter: Donald J. Trump and the politics of debasement. *Critical studies in media communication*, 34(1), 59-68.
- Palau, A. M., & Davesa, F. (2013). El impacto de la cobertura mediática de la corrupción en la opinión pública española / The Impact of Media Coverage of Corruption on Spanish Public Opinion. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. <https://doi.org/10.5477/cis/reis.144.97>
- Palau, A. M., & Palomo, J. (2021). The role of the news media in fighting corruption practices: A case study of Spain. *Journalism Studies*, 22(7), 839-859.
- Palmer, J. (2000) *Spinning into Control*, London: Leicester University Press.
- Papatheodorou, F., & Machin, D. (2003). The umbilical cord that was never cut: The post-dictatorial intimacy between the political elite and the mass media in Greece and Spain. *European Journal of Communication*, 18(1), 31-54.
- Park, J. S. Y. (2018). Mediatizing neoliberalism: The discursive construction of education's 'future'. *Language and Intercultural Communication*, 18(5), 478-489.
- Parkin, F. (2000). *Max Weber*. Oeiras: Celta Editora.
- Parson, T. (1951). *The Social System*. London: Routledge

- Parsons, T. (1988). The Structure of Social Action. *European Journal of Sociology*, 29(1), 188–203. <https://doi.org/10.1017/S0003975600005646>
- Pattyn, S., Van Hiel, A., Dhont, K., & Onraet, E. (2012). Stripping the Political Cynic: A Psychological Exploration of the Concept of Political Cynicism. *European Journal of Personality*, 26(6), 566–579. <https://doi.org/10.1002/per.858>
- Pereira, J. P. (2015). A corrupção política e os media—uma perspetiva comparada. *Media & Jornalismo*, 14(26), 25-37.
- Petrescu, M. & Krishen, A. S. (2020). The dilemma of social media algorithms and analytics. *Journal of Marketing Analytics*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/s41270-020-00094-4>
- Pew Research Centre. (2018). Demographics of Social Media Users and Adoption in the United States | Pew Research Center. *Social Media Fact Sheet*. Retrieved from <http://www.pewinternet.org/fact-sheet/social-media/>
- Philp, M. (2016). Corruption definition and measurement. In *Measuring corruption* (pp. 61-72). Routledge.
- Pieri, E. (2019). Media framing and the threat of global pandemics: The Ebola crisis in UK media and policy response. *Sociological research on-line*, 24(1), 73-92.
- Pineda, A., & Almiron, N. (2013). Ideology, politics, and opinion journalism: A content analysis of Spanish on-line-only newspapers. *TripleC*, 11(2), 558–574. <https://doi.org/10.31269/vol11iss2pp558-574>
- Pollack, E. (2019). Sweden and the# metoo movement. *Interactions: Studies in Communication & Culture*, 10(3), 185-200.
- Portes, A. (1998). Social capital: Its origins and applications in modern sociology. *Annual review of sociology*, 24(1), 1-24.
- Prairo, R., Stockemer, D., & Moscardelli, V. G. (2013). The lingering effect of scandals in congressional elections: Incumbents, challengers, and voters. *Social Science Quarterly*, 94(4), 1045-1061.
- Preiss, R. W., Gayle, B. M., Burrell, N., Allen, M., & Bryant, J. (2007). *Mass Media Ejects Research - Advances Through Meta-Analysis*, Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Prior, H. (2016). *Esfera Pública e Escândalo Político. A face oculta do poder*. Lisboa: Media XXI.

- Prior, H. (2018). Escândalo Político e Narratologia: tecendo os fios narrativos dos casos Face Oculta e Lava Jato. *Revista FAMECOS*, 25(1), 28191. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.1.28191>
- Prior, H., & Sousa, J. C. (2014). A mudança estrutural do público e do privado. *Observatorio*, 8(3), 1–16. <https://doi.org/10.15847/obsobs832014794>
- Prior, H., Guazina, L., & Araújo, B. (2016). Corrupção e escândalo político: o enquadramento dos escândalos face oculta e mensalão na imprensa portuguesa e brasileira. *Media & Jornalismo*, 14(26), 167–185.
- Prochazka, F., Weber, P., & Schweiger, W. (2018). Effects of civility and reasoning in user comments on perceived journalistic quality. *Journalism studies*, 19(1), 62-78.
- Protest, D. L., & McCombs, M. (2016). *Agenda setting: Readings on media, public opinion, and policymaking. Agenda Setting: Readings on Media, Public Opinion, and Policymaking* (pp. 1–310). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9781315538389>
- Puglisi, R., & Snyder Jr, J. M. (2011). Newspaper coverage of political scandals. *The journal of politics*, 73(3), 931-950.
- Pujas, V. (2003). Explaining the wave of scandal: the exposure of corruption in Italy, France and Spain. In *Political Journalism* (pp. 167-185). Routledge.
- Putnam, R. (1993), *Making Democracy Work – Civic Traditions in Modern Italy*. New Jersey: Princeton.
- Quinn, T. (2012). Spin doctors and political news management: A rational-choice ‘exchange’ analysis. *British Politics*, 7(3), 272-300.
- Ragas, M. W., & Roberts, M. S. (2009). Agenda setting and agenda melding in an age of horizontal and vertical media: A new theoretical lens for virtual brand communities. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 86(1), 45-64.
- Ralphs, M. (2011, January). Opinion Piece: Built in or bolt on: Why social currency is essential to social media marketing. *Journal of Direct, Data and Digital Marketing Practice*. <https://doi.org/10.1057/dddmp.2010.38>
- Rasmussen, K., & Olsson Yaouzis, N. (2020). # MeToo, Social Norms, and Sanctions. *Journal of Political Philosophy*, 28(3), 273-295.
- Ravenhill, J. (2018). Entrepreneurial states: A conceptual overview. *International Journal*, 73(4), 501–517. <https://doi.org/10.1177/0020702018811813>
- Reese, S. (2001). Framing public life: A bridging model for media research. In S. Reese, O. Gandy & A. Grant (Eds.). *Framing public life* (pp. 7–31). Mahwah, NJ: Erlbaum.

- Reese, S. D. (2001). Prologue—Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research. *Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World*, edited by Stephen D. Reese, Oscar H. Gandy Jr, and August D. Grant, 7–31. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Reinemann, C., Stanyer, J., Scherr, S., & Legnante, G. (2012). Hard and soft news: A review of concepts, operationalizations and key findings. *Journalism*, 13(2), 221-239.
- Repucci, S., & Slipowitz, A. (2022). Freedom in the World 2022: The Global Expansion of Authoritarian Rule. *Washington, DC: Freedom House, February, 2022-02*.
- Ribeiro, V. (2018). *Os Bastidores do Poder - Como Spin Doctors, Políticos e Jornalistas Moldam a Opinião Pública Portuguesa*. Lisboa: Edições Almedina.
- Richardson, B. (1994). Four standards for teaching ethics in journalism. *Journal of Mass Media Ethics*, 9(2), 109-117.
- Ritzer, G. (2010). *Sociological Theory*. New York: The McGraw-Hill Companies, Inc.
- Rogstad, I. (2016). Is Twitter just rehashing? Intermedia agenda setting between Twitter and mainstream media. *Journal of Information Technology & Politics*, 13(2), 142-158.
- Rojecki, A. & Meraz, S. (2016). Rumors and factitious informational blends: The role of the web in speculative politics. *New Media & Society*, 18(1), 25-43.
- Rooduijn, M., van der Brug, W., de Lange, S. L., & Parlevliet, J. (2017). Persuasive populism? Estimating the effect of populist messages on political cynicism. *Politics and Governance*, 5 (Populism and the Remaking of (Il)Liberal Democracy in Europe), 136–145. <https://doi.org/10.17645/pag.v5i4.1124>
- Rosa, H. (2003). Social Acceleration: Ethical and Political Consequences of a Desynchronized High-Speed Society. *Constellations*, 10(1), 3–33. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.00309>
- Rose-Ackerman, S., & Palifka, B. J. (2016). *Corruption and government: Causes, consequences, and reform: Second edition*. (pp. 1–644). Cambridge University Press.
- Ross, A. S., & Rivers, D. J. (2017). Internet memes as polyvocal political participation. In *The Presidency and Social Media* (pp. 285-308). Routledge.
- Russell Neuman, W., Guggenheim, L., Mo Jang, S. A., & Bae, S. Y. (2014). The dynamics of public attention: Agenda-setting theory meets big data. *Journal of communication*, 64(2), 193-214.
- Sabato, L. J.; Stencel, M. & Lichter, S. R. (2001). *Peepshow: Media and Politics in an Age of Scandal*. Cumnor Hill, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.

- Saldaña, M., McGregor, S. C., & Gil de Zúñiga, H. (2015). Social media as a public space for politics: Cross-national comparison of news consumption and participatory behaviors in the United States and the United Kingdom. *International journal of communication*, 9(1), 3304-3326.
- Sanders, K. (2017). *Communicating politics in the twenty-first century*. Bloomsbury Publishing.
- Sapiro, G., Brun, E., & Fordant, C. (2019). The Rise of the Social Sciences and Humanities in France: Institutionalization, Professionalization, and Autonomization. In *Shaping Human Science Disciplines* (pp. 25-68). Palgrave Macmillan, Cham.
- Sartori, G. (1989). Videopolitica. *Italian Political Science Review/Rivista Italiana di Scienza Politica*, 19(2), 185-198.
- Schäfer, M. S. (2014). 25. The media in the labs, and the labs in the media: what we know about the mediatization of science. In *Mediatization of communication* (pp. 571-594). De Gruyter Mouton.
- Schmitter, P. C. (1999). *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Schmuck, D., Fawzi, N., Reinemann, C., & Riesmeyer, C. (2021). Social media use and political cynicism among German youth: the role of information-orientation, exposure to extremist content, and on-line media literacy. *Journal of Children and Media*. <https://doi.org/10.1080/17482798.2021.1977358>
- Schmuck, D., Heiss, R., Matthes, J., Engesser, S., & Esser, F. (2017). Antecedents of strategic game framing in political news coverage. *Journalism*, 18(8), 937-955.
- Schrock, D., Adams, A., Bausback, R., Dignam, P., Dowd-Arrow, B., Erichsen, K., & Gentile, H. (2018). Trumping the Establishment. *Race, Gender & Class*, 25(3/4), 7-26.
- Schudson, M. (1978). *Discovering the News: A Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books.
- Schudson, M. (1992). *Watergate in American Memory*, New York: Basic Books.
- Schudson, M. (2002). The news media as political institutions. *Annual review of political science*, 5(1), 249-269.
- Schudson, M. (2007). Citizens, consumers, and the good society. *The annals of the American academy of political and social science*, 611(1), 236-249.
- Schudson, M. (2011). What's unusual about covering politics as usual. In *Journalism after September 11* (pp. 44-54). Routledge.

- Schulz, W. (2004) "Reconstructing Mediatization as an Analytical Concept," *European Journal of Communication*, 19(1): pp. 87-101. <https://doi.org/10.1177/0267323104040696>
- Schütz, A. (1967). *The Phenomenology of the Social World*. Evanston: Northwestern University Press.
- Scott, D. K., & Gobetz, R. H. (1992). Hard news/soft news content of the national broadcast networks, 1972–1987. *Journalism quarterly*, 69(2), 406-412.
- Serrano, E. (2020). Populismo em Portugal. *Media and Jornalismo*, 20(37), 221-239.
- Serrano, E., & Calado, V. (2015). Serão os blogs uma alternativa aos media na discussão pública de temas como a corrupção política?. *Media & Jornalismo*, 14(26), 91-110.
- Shah, D. V., Watts, M. D., Domke, D., & Fan, D. P. (2002). News framing and cueing of issue regimes: Explaining Clinton's public approval in spite of scandal. *Public opinion quarterly*, 66(3), 339-370.
- Shanahan, E. A., Jones, M. D., McBeth, M. K., & Radaelli, C. M. (2018). The narrative policy framework. In *Theories of the policy process* (pp. 173-213). Routledge.
- Silva, M. T. (2014). *As Cartas dos Leitores na Imprensa Portuguesa: Uma forma de comunicação e debate do público*. Covilhã: Livros LabCom.
- Silverstone, R. (2006). Domesticating domestication: Reflections on the life of a concept. In T. Berker, M. Harmann, Y. Punie, & Katie. J. Ward (Eds.), *Domestication of media and technology* (pp. 229–248). Maidenhead: Open University Press.
- Simões, M. J. (2005). *Política e Tecnologia Tecnologias da Informação e da Comunicação e Participação Política em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Skocpol, T., & Somers, M. (1980). The uses of comparative history in macrosocial inquiry. *Comparative studies in society and history*, 22(2), 174-197.
- Skovsgaard, M. (2014). A tabloid mind? Professional values and organizational pressures as explanations of tabloid journalism. *Media, Culture & Society*, 36(2), 200-218.
- Smidi, A., & Shahin, S. (2017). Social media and social mobilisation in the Middle East: A survey of research on the Arab spring. *India Quarterly*, 73(2), 196-209.
- Smith, M., & Burnett, R. (2018). The origins of the Jimmy Savile scandal. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 38(1–2), 26–40. <https://doi.org/10.1108/IJSSP-03-2017-0029>
- Snow, R., & Altheide, D. (1979). Media Logic. *Beverly Hills*, 8, 1094-1096.
- Sola-Morales, S., & Zurbano-Berenguer, B. (2019). Discurso mediático y encuadres noticiosos sobre la corrupción política en España. *Convergencia*, 26(79).

- Solarte-Vasquez, M. C. (2013). Regulatory Patterns of the Internet Development: Expanding the Role of Private Stakeholders through Mediatized “Self-regulation.” *Bjes*, 3(1), 84–120.
- Solis, J. A., & Antenangeli, L. (2017). Corruption is bad news for a free press: Reassessing the relationship between media freedom and corruption. *Social Science Quarterly*, 98(3), 1112–1137.
- Soucek, B. (2010). Social group asylum claims: A second look at the new visibility requirement. *Yale L. & Pol’y Rev.*, 29, 337.
- Sousa, J. C. L. (2013). *Participação Política no Facebook: Continuidades e Reconfigurações* (Master dissertation, Universidade da Beira Interior (Portugal)).
- Sousa, J. C., & Morais, R. (2021). A mobilização cívica e política na era das redes sociais: uma análise da ação de movimentos sociais no Facebook. *Opinião Publica*, 27(1), 51–89. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202127151>
- Sousa, J. C., & Pinto-Martinho, A. (2022). Confiança e uso dos media na União Europeia: determinantes socio-mediáticas da confiança nas autoridades locais e regionais. *Media & Jornalismo*, 22(41), 161-178. https://doi.org/10.14195/2183-5462_41_9
- Sousa, J. C.; Lapa, T & Carvalho, H. (2019). “Sócrates e os outros: entre o “político incompetente” e o “político corrupto””. *3ª Conferência Televisão e Novos Media*. UBI, Covilhã: 23 e 24 maio 2019.
- Sousa, L. & Triães, J. (2007). Corrupção e ética em democracia: o caso de Portugal. *Centro de Investigação e Estudos de Sociologia–Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa*.
- Sousa, L. (2008). ‘I Don't Bribe, I Just Pull Strings’: Assessing the Fluidity of Social Representations of Corruption in Portuguese Society. *Perspectives on European Politics and Society*, 9(1), 8-23.
- Sousa, L. (2011). *Corrupção*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Spence, E. H. (2020). The sixth estate: tech media corruption in the age of information. *Journal of Information, Communication and Ethics in Society*. <https://doi.org/10.1108/JICES-02-2020-0014>
- Stapenhurst, R. (2000). *The media's role in curbing corruption* (pp. 1-34). Washington, DC: World Bank Institute.
- Starke, C., Naab, T. K., & Scherer, H. (2016). Free to expose corruption: The impact of media freedom, internet access, and governmental on-line service delivery on corruption. *International Journal of Communication*, 10, 4702–4722.

- Stasavage, D. (2006). Does transparency make a difference? The example of the European Council of Ministers. In *Proceedings-British Academy* (Vol. 135, p. 165). Oxford University Press Inc..
- Stetka, V., & Örnebring, H. (2013). Investigative journalism in Central and Eastern Europe: Autonomy, business models, and democratic roles. *The International Journal of Press/Politics*, 18(4), 413-435.
- Stieglitz, S., & Dang-Xuan, L. (2013). Social media and political communication: a social media analytics framework. *Social network analysis and mining*, 3(4), 1277-1291.
- Stockwell, S. (2004). Reconsidering the Fourth Estate: The functions of infotainment. In *conference of Australian Political Studies Association, University of Adelaide*.
- Street, J. (2005). Politics lost, politics transformed, politics colonised? Theories of the impact of mass media. *Political Studies Review*, 3(1), 17-33.
- Strömbäck (2008). Four phases of mediatization: An analysis of the mediatization of politics. *International Journal of Press/Politics*, 13(3), 228-246.
<https://doi.org/10.1177/1940161208319097>
- Strömbäck, J. (2011). Mediatization and perceptions of the media's political influence. *Journalism Studies*, 12(4), 423-439.
<https://doi.org/10.1080/1461670X.2010.523583>
- Stroud, N. J. (2008). Media use and political predispositions: Revisiting the concept of selective exposure. *Political Behavior*, 30(3), 341-366. <https://doi.org/10.1007/s11109-007-9050-9>
- Stroud, N. J. (2010). Polarization and partisan selective exposure. *Journal of communication*, 60(3), 556-576.
- Su, Y., & Borah, P. (2019). Who is the agenda setter? Examining the intermedia agenda-setting effect between Twitter and newspapers. *Journal of Information Technology & Politics*, 16(3), 236-249.
- Swanson, D.L. & Mancini, P. (1995). *Politics, Media and Modern Democracy*. New York: Praeger.
- Taibi, M., Hussin, S. H., & Ishak, S. Z. A. (2017). Facebook and political cynicism: Undergraduates' perception. *International Journal of Business and Society*, 18(S4), 734-741.
- Tandoc Jr, E. C., Lim, D., & Ling, R. (2020). Diffusion of disinformation: How social media users respond to fake news and why. *Journalism*, 21(3), 381-398.

- Tang, Z., Chen, L., Zhou, Z., Warkentin, M., & Gillenson, M. L. (2019). The effects of social media use on control of corruption and moderating role of cultural tightness-looseness. *Government Information Quarterly*, 36(4). <https://doi.org/10.1016/j.giq.2019.06.001>
- Tanzi, V., & Davoodi, H. R. (2000). Corruption, growth, and public finances.
- Thiel, K. (2018). *Watergate and Investigative Journalism*. Cavendish Square Publishing, LLC.
- Third, A., & Domingue, J. (2021). Decentralised Verification Technologies and the Web. In *Media, Technology and Education in a Post-Truth Society* (pp. 255-269). Emerald Publishing Limited.
- Thompson, J. B. (1995). *The Media and Modernity: A Social Theory of the Media*, Cambridge: Polity Press.
- Thompson, J. B. (2001). *El Escándalo Político: Poder y visibilidad en la era de los medios de comunicación*. Barcelona: Paidós.
- Thompson, J. B. (2005). The new visibility. *Theory, culture & society*, 22(6), 31-51.
- Thurman, N., Schifferes, S., Fletcher, R., Newman, N., Hunt, S., & Schapals, A. K. (2020). Giving computers a nose for news: Exploring the limits of story detection and verification. In *The Future of Journalism: Risks, Threats and Opportunities* (pp. 35-45). Routledge.
- Thussu, D. K. (2007). *News as entertainment: The rise of global infotainment. News as Entertainment: The Rise of Global Infotainment* (pp. 1-214). SAGE Publications Inc. <https://doi.org/10.4135/9781446220337>
- Tiffen, R. (2019). Moral panics. *The Routledge Companion to Media and Scandal*. London: Routledge.
- Traquina, N. (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Editora Vega.
- Traquina, N. (2000). *O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento*, Coimbra, Minerva.
- Traugott, M. (2012). Methodological trends and controversies in the media's use of opinion polls. In *Opinion Polls and the Media: Reflecting and Shaping Public Opinion* (pp. 69-89). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9780230374959_4
- Trenz, H. J., & Michailidou, A. (2014). The Mediatization of politics. From the national to the transnational. *Partecipazione e conflitto*, 7(3), 469-489.
- Treré, E., Jeppesen, S., & Mattoni, A. (2017). Comparing digital protest media imaginaries: Anti-austerity movements in Greece, Italy & Spain. *tripleC: Communication, Capitalism and Critique*, 15(2), 404-422.

- Trottier, D. (2018). Scandal mining: political nobodies and remediated visibility. *Media, Culture & Society*, 40(6), 893-908.
- Tuchman, G. (1978). *Making news*. New York: Free Press.
- Tumber, H. (2004). Scandal and media in the United Kingdom: From major to blair. *American Behavioral Scientist*, 47(8), 1122-1137.
- Tumber, H., & Waisbord, S. (2019). *The routledge companion to media and scandal. The Routledge Companion to Media and Scandal* (pp. 1–526). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9781351173001>
- Tumber, H., & Waisbord, S. R. (2004). Introduction: Political scandals and media across democracies, volume I. *American Behavioral Scientist*, 47(8), 1031-1039.
- Tyulenev, S. (2012). *Applying luhmann to translation studies: Translation in society*. (pp. 1–252). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9780203803097>
- Umbricht, A., & Esser, F. (2016). The push to popularize politics: Understanding the audience-friendly packaging of political news in six media systems since the 1960s. *Journalism Studies*, 17(1), 100-121.
- Vaccari, C., & Valeriani, A. (2021). *Outside the bubble: social media and political participation in western democracies*. Oxford University Press.
- Valenzuela, S., Piña, M., & Ramírez, J. (2017). Behavioral effects of framing on social media users: How conflict, economic, human interest, and morality frames drive news sharing. *Journal of communication*, 67(5), 803-826.
- Välvirronen, E. (2001). "From Mediation to Mediatization: The New Politics of Communicating Science and Biotechnology", In Kivikuru, U. and Savolainen, T. (eds). *Tire Politics of Public Ismes*. Helsinki: Department of Communication, University of Helsinki, pp. 132-56.
- Van Dalen, A., De Vreese, C. H., & Albæk, E. (2012). Different roles, different content? A four-country comparison of the role conceptions and reporting style of political journalists. *Journalism*, 13(7), 903-922.
- Van Dijck, J. (2013). *The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media*. Oxford University Press (Vol. 9780199970773, pp. 1–240). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199970773.001.0001>
- Van Dijck, J. (2021). Seeing the forest for the trees: Visualizing platformization and its governance. *New Media & Society*, 23(9), 2801-2819.

- Van Dijck, J., & Poell, T. (2015). Social media and the transformation of public space. *Social Media+ Society*, 1(2), 2056305115622482.
- Van Dijk, J. A., & Hacker, K. L. (2018). *Internet and democracy in the network society*. Routledge.
- Van Kempen, H. (2007). Media-party parallelism and its effects: A cross-national comparative study. *Political Communication*, 24(3), 303-320.
- Vargo, C. J., Guo, L., McCombs, M., & Shaw, D. L. (2014). Network issue agendas on Twitter during the 2012 US presidential election. *Journal of communication*, 64(2), 296-316.
- Varis, P., & Blommaert, J. (2018). Conviviality and collectives on social media: Virality, memes, and new social structures. *Multilingual Margins: A Journal of Multilingualism from the Periphery*, 2(1), 31. <https://doi.org/10.14426/mm.v2i1.55>
- Vasko, V., & Trilling, D. (2019). A permanent campaign? Tweeting differences among members of Congress between campaign and routine periods. *Journal of Information Technology and Politics*, 16(4), 342–359. <https://doi.org/10.1080/19331681.2019.1657046>
- Vassallo, L. (2021). Monitoring media pluralism in the digital era: application of the Media Pluralism Monitor in the European Union, Albania, Montenegro, The Republic of North. *Centre for Media Pluralism and Media Freedom*, (Issue 2021.2819).
- Vasterman, P. L. (2005). Media-hype: Self-reinforcing news waves, journalistic standards, and the construction of social problems. *European Journal of Communication*, 20(4), 508-530.
- Venuti, L. (2002). *The scandals of translation: Towards an ethics of difference*. Routledge.
- Vera, S. B. (2020). Accepting or resisting? Citizen responses to corruption across varying levels of competence and corruption prevalence. *Political Studies*, 68(3), 653-670.
- Verón, E. (2014). Mediatization theory: a semio-anthropological perspective and some of its consequences. *Matrizes*, 8(1), 13. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p13-19>
- Volgsten, U. (2021). Mediatization of music, musicalization of everyday life: New ways of listening to recorded sound in Sweden during the interwar years, 1919–1939. In *Phonographic Encounters* (pp. 117-135). Routledge.
- von Sikorski, C. (2016). The effects of reader comments on the perception of personalized scandals: Exploring the roles of comment valence and commenters' social status. *International Journal of Communication*, 10, 22.
- von Sikorski, C. (2020). Scandalous?! Examining the differential effects of news coverage about (non-) severe political misconduct on voting intentions and news source evaluations. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 97(3), 762-789.

- von Sikorski, C., & Knoll, J. (2019). Framing political scandals: Exploring the multimodal effects of isolation cues in scandal news coverage on candidate evaluations and voting intentions. *International journal of communication*, 13, 23.
- von Sikorski, C., Heiss, R., & Matthes, J. (2020). How political scandals affect the electorate. Tracing the eroding and spillover effects of scandals with a panel study. *Political Psychology*, 41(3), 549-568.
- Vonnahme, B. M. (2014). Surviving scandal: An exploration of the immediate and lasting effects of scandal on candidate evaluation. *Social Science Quarterly*, 95(5), 1308-1321.
- Wagner, P. C. (1994). *A Sociology of Modernity: liberty and discipline*. Londres: Routledge.
- Wahl-Jorgensen, K. (2019). *Emotions, media and politics*. John Wiley & Sons.
- Waisbord, S., & Thompson, J. B. (2002). Political Scandal: Power and Visibility in the Media Age. *Contemporary Sociology*, 31(4), 439. <https://doi.org/10.2307/3089098>
- Wallsten, K. (2007). Agenda setting and the blogosphere: An analysis of the relationship between mainstream media and political blogs. *Review of policy research*, 24(6), 567-587.
- Wang, H., & Sparks, C. (2019). Chinese newspaper groups in the digital era: The resurgence of the party press. *Journal of Communication*, 69(1), 94-119.
- Weber, M. (2001). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Weber, M. (2006). *Conceptos sociológicos fundamentales*. Madrid: Alianza Editorial.
- Weber, M. (2017). *A Política como Vocação seguido de A Ciência como Vocação*. Lisboa: BookBuilders.
- Wei, S. J. (1999). Corruption in economic development: Beneficial grease, minor annoyance, or major obstacle?. *Minor Annoyance, or Major Obstacle*.
- Weimann, G., & Brosius, H. B. (2015). A new agenda for agenda-setting research in the digital era. In *Political communication in the on-line world* (pp. 26-44). Routledge.
- Weinberg, S., & Elliott, D. (1992). Feeding frenzy: How attack journalism has transformed American politics/Scandal: the culture of mistrust in American politics (book). *Journal of Mass Media Ethics*, 7(3), 185-187.
- Weingart, P. (1998) "Science and the Media," *Research Policy* 27(8): pp. 869-79.
- Westwood, S. J., Messing, S., & Lelkes, Y. (2020). Projecting confidence: how the probabilistic horse race confuses and demobilizes the public. *Journal of Politics*, 82(4), 1530–1544. <https://doi.org/10.1086/708682>
- White, A. R., Austin, J. L., & Urmson, J. O. (1963). "How to Do Things with Words". *Analysis*, 23, 58. <https://doi.org/10.2307/3326622>

- Wiener, J. (2011). *The Americanization of the British Press, 1830s-1914: Speed in the Age of transatlantic journalism*. Springer.
- Wilkins, A. (2019). Technologies in rational self-management: Interventions in the ‘responsibilisation’ of school governors. In *World Yearbook of Education 2020* (pp. 99-112). Routledge.
- Williams, R. (1998). *Political Scandals in the USA* (Vol. 1). Psychology Press.
- Winter, J. P., & Eyal, C. H. (1981). Agenda setting for the civil rights issue. *Public opinion quarterly*, 45(3), 376-383.
- Wolf, M. (1992). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Woolley, S. C. & Howard, P. N. (Eds.). (2018). *Computational propaganda: Political parties, politicians, and political manipulation on social media*. Oxford University Press.
- Wroe, A., Allen, N., & Birch, S. (2012). The role of Political Trust in conditioning perceptions of corruption. *European Political Science Review*, 5(2), 175–195. <https://doi.org/10.1017/s1755773912000094>
- Yeromin, M. B. (2021). *Universal Codes of Media in International Political Communications Emerging Research and opportunities*. IGI Global Information Science Reference.
- Young, J. (2009). Moral Panic Its Origins in Resistance, Ressentiment and the Translation of Fantasy into Reality. *The British Journal of Criminology*, 49(1), 4-16.
- Zamora, R., & Albaladejo, J. A. M. (2010). La representación simbólica del escándalo político. Hacia una tipología de los marcos periodísticos (frames) utilizados en la narración del escándalo de corrupción política. *Razón y palabra*, (73).
- Zhu, J. (2016). Corruption networks in China: An institutional analysis. In *Routledge Handbook of Corruption in Asia* (pp. 43-57). Routledge.
- Zhu, M., & Li, A. (2019). Political Attitudes of the Chinese Young People: An Empirical Study Based on Anti-Corruption Issue. In *Procedia Computer Science* (Vol. 162, pp. 449–457). Elsevier B.V. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2019.12.010>
- Zirker, D, Gregory, B and Scrimgeour, F. (2013). Iceland and New Zeland: Comparative Perceptions of Corruption in a Global Economic Downturn. *Public Administration and Policy*, 16(2), 17–49.
- Zoizner, A. (2021). The Consequences of Strategic News Coverage for Democracy: A Meta-Analysis. *Communication Research*, 48(1), 3–25. <https://doi.org/10.1177/0093650218808691>

Zolo, D. (1999). From historic compromise to telecratic compromise: notes for a history of political communication in Italy between the First and Second Republic. *Media, Culture & Society*, 21(6), 727-741.

Zulli, D. (2020). *Political Scandals in the Modern Media Environment: Applying a New Analytical Framework to Hillary Clinton's Whitewater and E-Mail Scandals*. *International Journal of Communication*, 14, 5218–5236.

Zurnic, M. (2013). The Politics of Disgrace: The Role of Political Scandal in American Politics. *Political Studies Review*, 11(1), 138.

Anexos

Anexo A - Notas etnográficas da pesquisa de conteúdo

Panamá Papers

O caso Panamá Papers desencadeou-se através do conhecimento a público de vários milhões de documentos de um gabinete de apoio jurídico “Mossak Fonseca” com sede no Panamá.

Começou por implicar quase exclusivamente atores políticos e culturais internacionais, contudo, com o avançar e desenvolvimento das investigações jornalísticas vieram ao conhecimento público sucessivos nomes de atores políticos e também económicos e financeiros nacionais.

Para além dos casos isolados de alegado recurso por parte de empresários portugueses à sociedade de advogados “Mossak Fonseca”, o caso densifica-se quando começa a ser conhecida a rede que tem como eixo o grupo Espírito Santo.

É com a descoberta do envolvimento do GES na offshore que surgem associados Manuel Pinho, José Sócrates e Hélder Bataglia.

Um caso ilustrativo é a reiterada associação de condecorados de Cavaco Silva aos Panamá Papers.

O caso tem a sua última fase na partidarização do caso, quando o BE questiona o Governo sobre a participação de dirigentes públicos no caso.

Caso Sócrates 1ª Parte

A cobertura jornalística é desencadeada por uma entrevista do juiz Carlos Alexandre.

Nesta entrevista, sem mencionar diretamente Sócrates, ou outros atores indiciados em corrupção, faz insinuações que são conotadas ao ex-Primeiro-Ministro José Sócrates.

Em resposta Sócrates redige um artigo de opinião onde acusa o juiz de parcialidade e de não ter condições para continuar à frente da fase de inquérito da operação “Marquês”.

São vários os meios de comunicação social replicam o artigo de Sócrates e uns dias depois, surgem entrevistas do mesmo à TSF, em que argumenta na mesma linha de antagonismo relativamente ao juiz.

Entretanto, o Grupo Cofina revela uma suposta declaração em inquérito de um alto Quadro de uma empresa, implicando Sócrates.

Sócrates também intervém, negando qualquer ligação ilícita.

No dia 17 Setembro, Carlos Alexandre concede nova entrevista, acusando “poderes ocultos” de o afastar da magistratura. Nega estar a referir-se a Sócrates.

Há lugar a um novo conjunto de notícias a fazer eco desta entrevista do juiz.

Existe uma forte reprodução nos outros media, da entrevista de Carlos Alexandre ao Expresso. Em resultado das insinuações de que anda a ser vigiado. O Conselho Nacional da Magistratura é metido ao “barulho” por uma queixa de Sócrates o qual dá continuidade.

Sócrates acusa Marcelo Rebelo de Sousa de dar apoio político ao DCIAP, na investigação à operação Marquês, uma vez que este responsável político foi visitar as instalações do Departamento de Investigação criminal.

Paralelamente há buscas nas casas de dois administradores da PT (Granadeiro e Bava).

Um media de comunicação social (CM) revela teor do interrogatório ao administrador do Grupo Lena.

Notícias surgem acerca de várias aparições públicas de Sócrates, numa tentativa de regresso à política.

Os diversos media têm necessidade de fazer sínteses a resumir aquilo que chamam “caso Sócrates”.

Caso Sócrates 2ª Parte

Várias notícias acerca do afastamento do juiz Rui Rangel da operação “Marquês”, por iniciativa do Ministério Público.

Constituídos novos arguidos na operação “Marquês.

Curioso como Sócrates aparece na maioria das notícias. Mesmo naquelas notícias que tratam de outros atores e acontecimentos.

Sócrates é repetidamente alvo de notícias pela sua possível acusação.

Grande destaque a Sócrates aquando da sua inquirição.

Há uso de metáforas (ex.: Notícia 253).

Sócrates tem um grande número de notícias em que é atores principal e que dão corpo às suas declarações. Numa destas notícias acusa mesmo Passos Coelho (ex.: notícia 257).

Os outros atores aparecem nas notícias quase sempre em relação e associados a Sócrates (ex.: notícia 326).

Sócrates aparece como acusado, mas também como acusador.

Há muitas notícias acerca da acusação do Ministério Público a Sócrates.

Raríssimas

Numa primeira fase, fase de descoberta, a Presidente Paula Brito e Costa é o único ator envolvido e citado nas notícias.

Progressivamente as notícias vão focando outros atores, sobretudo políticos e governantes com relações à Associação e sua presidente.

Há notícias, muitas notícias, a insinuar a relação de proximidade e favorecimento que Paula Brito e Costa relativamente aos Governos e políticos, beneficiando a Associação em termos de verbas atribuídas.

Paula Brito e Costa não é mencionada em grande parte das notícias, deixando de ser o centro gravitacional do caso.

A esfera privada de Paula Brito e Costa é explorada no sentido de argumentar o nível de vida acima das possibilidades.

É também exposto o caso extraconjugal com o Secretário de Estado da Saúde que se acaba de demitir.

Na verdade, não há grande desenvolvimento na investigação ao longo das três semanas de cobertura em análise, é sobretudo autorreferencial.

O caso desenvolve-se em parte da demissão do ex-secretário de Estado e do Ministro Vieira da Silva.

O Primeiro-Ministro também intervém relativamente à defesa do seu ministro.

O caso é levado ao Parlamento onde os Partidos de Direita jogam argumentos.

Anexo B – Grelha da pesquisa de conteúdo

- Meio de comunicação

- . Antena1
- . CM
- . CMTV
- . DN
- . Expresso on-line
- . i
- . JN
- . JN On-line
- . Observador
- . Público
- . Público on-line
- . RR
- . RTP1
- . SIC
- . SICN on-line
- . Sol on-line
- . TSF
- . TVI
- . TVI24 on-line

- Grupo proprietário

- . Cofina
- . Global Media
- . ICentral News/Newshold SGPS
- . Impresa
- . Media Capital
- . Observador On Time, S.A.
- . Público/Sonaecom
- . Rádio Notícias
- . Rádio Renascença Lda
- . RTP

- Sector

- . Imprensa escrita
- . Rádio
- . Televisão
- . On-line

- Sector 2

1. Tradicional
2. Digital

Casos de corrupção

- . *Panamá Papers*
- . Caso Sócrates – 2016
- . Caso Sócrates – 2017
- . Raríssimas

Atores

- Atores/líderes partidários

- . António Costa
- . Passos Coelho
- . Catarina Martins
- . Jerónimo Sousa
- . Assunção Cristas
- . André Silva
- . Heloísa Apolónia
- . Marcelo Rebelo de Sousa

- Atores Partidários

- . PS
- . PSD/PPD
- . BE
- . PCP
- . CDS/PP
- . PEV

- Identificação dos atores 1:

1. Advogados defesa
2. Agente de justiça/tribunais/juízes
3. Elites económicas-financeiras

4. Investigação/polícia
5. Jornalista/comunicação social
6. Paula Brito e Costa
7. José Sócrates
8. Responsáveis políticos
9. Raríssimas
10. Outros

- Identificação dos atores 2: (caso existe um segundo ator)

1. Advogados defesa
2. Agente de justiça/tribunais/juízes
3. Elites económicas-financeiras
4. Investigação/polícia
5. Jornalista/comunicação social
6. Paula Brito e Costa
7. José Sócrates
8. Responsáveis políticos
9. Raríssimas
10. Outros

- Identificação dos atores 3: (caso existe um terceiro ator)

1. Advogados defesa
2. Agente de justiça/tribunais/juízes
3. Elites económicas-financeiras
4. Investigação/polícia
5. Jornalista/comunicação social
6. Paula Brito e Costa
7. José Sócrates
8. Responsáveis políticos
9. Raríssimas
10. Outros

- Natureza dos atores (filtro)

1. Institucionais
2. Individuais
3. Ambos

- Atores institucionais

1. Partidos políticos
2. Empresas
3. Governo/Autarcas/candidatos
4. IPSS
5. Ministério Público
6. Juízes
7. Outro

- Conotação do ator institucional

1. Negativa
2. Neutra
3. Positiva

- Atores individuais

1. Não-políticos
2. Políticos

- Conotação do ator individual

1. Negativa
2. Neutra
3. Positiva

Estatuto dos atores

- Estatuto no processo

1. Corruptor
2. Corrompido
3. Indefinido

- Estatuto no discurso jornalístico

1. Acusado
2. Acusador
3. Indefinido

Enquadramento e tratamento jornalístico

- Manchete

- . Sim
- . Não

- Tipos de enquadramento

1. Quadro jogo
2. Quadro autorreferencial
3. Quadro substância

- Fonte no enquadramento

1. Envolvido em casos de corrupção
2. Adversário de atores acusados
3. Envolvido em processos (ex.: agentes do sistema judicial)

- Centro do enquadramento

1. Nível institucional
2. Nível individual
3. Não mencionado

- Definição do problema

1. Problema generalizado (corrupção como emergência; catástrofe, epidemia)
2. Caso isolado (corrupção como exceção, integridade do sistema).

- Quadro de generalização (função Quadro)

1. Negativo
2. Neutro
3. Positivo

Causas

- Interpretação causal (filtro)

1. Ausente (não havendo causa, avança para a avaliação moral)
2. Presente (havendo uma causa, avança para interpretação causal)

- Tipo de interpretação causal

1. Campo político
2. Erros individuais
3. Gestão económica
4. Processo judicial
5. Outro

- Escala das Causas

1. Individuais (referência a indivíduos acusados de corrupção).
2. Sistema político corrupto (referência a redes de corrupção, instituições, política corrupta, conivência política).
3. Sociedade corrupta (referências a uma sociedade corrupta; corrupção genérica).

Componente Moral

- Avaliação moral (filtro)

1. Ausente
2. Presente

- Ónus moral

1. Negativo/indivíduos (responsabilidades individuais; quebra de confiança)
2. Negativo/política e instituições (instituições políticas imorais; conivência para fazer parecer aceitável)
3. Negativo/sociedade (sociedade imoral; corrupção genética).

Soluções

- Recomendação de solução (filtro)

1. Ausente
2. Presente

- Tipologia de Solução

1. Aplicação da lei/punição política (investigações, julgamentos, detenções, condenações)
2. Reforma (reformas, introdução de códigos de ética)
3. Medidas de emergência (leis especiais, grupos de trabalho)
4. Fatalismo (impossibilidade de medidas de anticorrupção eficiente, referências a falhas anteriores).

Anexo C – Guião do questionário

Caro(a) participante,

Gostaríamos de conhecer a sua opinião sobre corrupção e o modo como os meios de comunicação social em Portugal tratam este tema.

Ao longo do questionário, que levará no máximo 12 minutos a preencher, pedimos-lhe que responda às perguntas considerando a sua opinião. Não existem respostas certas e/ou erradas.

As respostas são anónimas. Os dados serão utilizados exclusivamente no âmbito do doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

1 - Frequência com que consumo notícias em: (1 - Nunca; 2 - Só de vez em quando; 3 - Algumas vezes por semana; 4 - Na maior parte dos dias; 5 - Todos os dias)

Rádio (ex.: TSF, Antena 1, RFM, Comercial)

Imprensa escrita (ex.: Público, Correio da Manhã, Diário Notícias)

Internet (ex.: Facebook, Twitter, Blogues)

Televisão (ex.: RTP, SIC Notícias, TVI)

2 - Considerando a última semana, com que frequência assistiu a este tipo de programa na televisão?

(1- Nunca, 2 - Quase nunca, 3 - Ocasionalmente/por vezes, 4 - Quase todos os dias, 5 - Todos os dias)

2.1 - Entretenimento (ex.: concursos, *talk shows*)

2.2 - Noticiários de canais generalistas (ex.: Telejornal, Jornal da Noite)

2.3 - Noticiários nas estações de informação (ex.: SIC Notícias, RTP3, TVI24)

2.4 - Debate da atualidade política e económica (ex.: Circulatura do Quadrado, Eixo do Mal, O Outro Lado)

3 - Num dia normal, quanto tempo passa a ver, a ler ou a ouvir notícias sobre política e assuntos da atualidade? Responda, por favor, em número de horas e minutos:

Horas: _____

Minutos: _____

4 - De 1 a 5, em que 1 é nada confiante e 5 totalmente confiante, refira o seu nível de confiança:

4.1 – Nos conteúdos dos media tradicionais (ex.: televisão, rádio, jornais)

4.2 – Nos comentadores (ex.: televisão, jornais e rádios)

4.3 – Nos comentadores nas redes sociais on-line (ex.: Facebook, Twitter)

4.4 – Nos conteúdos dos media digitais (ex.: Facebook, Twitter, Blogues)

5 – Confiança nas seguintes Instituições: (1-Nada Confiante; 2-Um pouco confiante; 3-Bastante confiante; 4-Muito confiante; 5-Totalmente confiante)

5.1 - Governo português

5.2 – Parlamento português

5.3 - Funcionamento da democracia em Portugal

5.4 – Tribunais portugueses

6 - Em política é costume falar-se de esquerda e direita. Como é que se posicionaria nesta escala, em que 0 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?

Mova o cursor para a posição que seleccionar

7 - De 1 até 5, em que 1 representa nenhuma importância e 5 total importância, diga-nos o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes meios para a formação da sua opinião sobre política?

(1-Nenhuma importância; 2-Ligeiramente importante; 3-Moderadamente importante; 4-Importante; 5-Muito importante)

7.1 – Conversas com amigos

7.2 – Família

7.3 – Trabalho

7.4 - Imprensa escrita

7.5 – Rádio

7.6 – Televisão

7.7 – Blogues

7.8 - Redes sociais on-line (ex.: Facebook, Twitter)

7.9 - Outro. Qual?

8 - De 1 até 5, em que 1 representa nenhuma importância e 5 total importância, indique a importância destas plataformas e redes sociais on-line para consultar notícias? (1-

Nenhuma importância; 2-Ligeiramente importante; 3-Moderadamente importante; 4-Importante; 5-Muito importante)

8.1 - Facebook/Messenger

8.2 – WhatsApp

8.3 – Twitter

8.4 – Blogues

8.5 - Sites de médias tradicionais (ex.: Público, Correio da Manhã, Diário Notícias)

8.6 - Outra. Qual?

9 – Diga-nos em que medida está preocupado(a) ao exprimir a sua opinião política:

(1-Nada preocupado; 2-Algo preocupado; 3-Pouco preocupado; 4-Preocupado; 5-Muito preocupado; 6-Extremamente preocupado)

9.1 – Em conversa presencial (ex.: café, família, amigos, trabalho)

9.2 - Em plataformas on-line (ex.: Facebook, blogues, Twitter)

10 - Indique o nível de concordância com cada uma das seguintes afirmações.

(1-Discordo totalmente; 2-Discordo; 3-Discordo ligeiramente; 4-Concordo ligeiramente; 5-Concordo; 6-Concordo totalmente)

10.1 - “Portugal é um país de corruptos!”

10.2 - “A classe política portuguesa em geral é corrupta!”

10.3 - “A elite financeira é corrupta!”

10.4 - Num processo de corrupção são na mesma proporção culpados, o corrompido e o corruptor.

10.5 – Os portugueses em geral toleram a corrupção e os corruptos.

11 – Sobre notícias de corrupção (ex.: televisão, jornais, rádios e internet), indique o nível de concordância com cada uma das seguintes afirmações.

(1-Discordo totalmente; 2-Discordo; 3-Discordo ligeiramente; 4-Concordo ligeiramente; 5-Concordo; 6-Concordo totalmente)

11.1 - Os meios de comunicação e os seus jornalistas exageram os factos para ter maiores audiências.

11.2 - A cobertura jornalística é tendencialmente neutra.

11.3 - A linguagem utilizada apela a um posicionamento por parte do leitor.

11.4 – Os políticos são os mais negativamente representados face a outros grupos.

11.5 – Os banqueiros e empresários beneficiam de uma atitude complacente por parte da comunicação social.

12 – Considerando a realidade portuguesa e em particular a “Operação Marquês” em que medida concorda com as seguintes afirmações?

(1-Discordo totalmente; 2-Discordo; 3-Discordo ligeiramente; 4-Concordo ligeiramente; 5-Concordo; 6-Concordo totalmente)

12.1 - Foi a ação política do Governo, liderado por José Sócrates, que em 2010 conduziu Portugal à bancarrota e ao consequente pedido de resgate à troika.

12.2 – A cobertura jornalística em torno dos alegados casos de corrupção que envolvem Sócrates tem sido objeto de empolamento mediático.

12.3 – José Sócrates é o centro de uma alegada teia de corrupção que está sob investigação no âmbito da Operação Marquês e que lesou o Estado português em centenas de milhões de euros.

12.4 – No contexto da “Operação Marquês” existem outros atores tão ou mais responsáveis por alegados atos ilícitos como o ex-Primeiro-Ministro.

Caraterização social e demográfica

13 - Sexo

Masculino

Feminino

14 - Idade

Anos de idade _____

15 – Estado Civil

Solteiro(a)

Casado(a)

União de Facto

Divorciado(a)

Viúvo(a)

16 - Condição perante o trabalho

Por contra de outrem
Por conta própria
Desempregado(a)
Reformado(a)/Pensionista
Estudante

17 - Rendimento

Menos de 425 Euros
Entre 458 e 617 Euros
Entre 618 e 783 Euros
Entre 784 e 967 Euros
Entre 968 e 1167 Euros
Entre 1168 e 1396 Euros
Entre 1397 e 1675 Euros
Entre 1676 e 2075 Euros
Entre 2076 e 3150 Euros
Mais de 3150 Euros

18 - Grau de escolaridade mais elevado que completou

Até ao Ensino Básico 1 (até à 4ª classe, instrução primária (3º ou 4º ano))
2º Ciclo do Ensino Básico (preparatório/5º e 6º anos / 5ª ou 6ª classe, 1º ciclo dos liceus ou do ensino técnico comercial ou industrial)
3º Ciclo do Ensino Básico (certificado de conclusão de um dos seguintes graus de escolaridade: 9º ano; 5º ano dos liceus; escola comercial / industrial; 2º ciclo dos liceus ou do ensino técnico comercial ou industrial)
Ensino Secundário - cursos científico-humanísticos (certificado de conclusão de um dos seguintes graus de escolaridade: 12º ano; 7º ano dos liceus; propedêutico; serviço cívico)
Ensino superior (Bacharelato, Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento)
Recusa
Não sabe

Link do inquérito on-line:

https://iscteiul.co1.qualtrics.com/jfe/form/SV_1RpgUoJGFYfpYgt

Anexo D – Alterações ao questionário

Questão 1 – Mudar “consulta” por “consumo”.

Questão 4 - Substituição de “on-line” “on-line”.

Questão 4 – “totalmente confiança” por “totalmente confiante”.

Questão 6 – Alteração da descrição da questão: “Mova o cursor para a posição que selecionar”.

Questão 7 – “(...) diga-nos em o grau de importância (...)” por “(...) diga-nos o grau de importância (...)”.

Questão 7 – Formulação da questão. Retirado o “em”.

Questão 7 - Substituição de “on-line” “on-line”.

Questão 8 – Opção 8 (outras) retirada a obrigatoriedade de resposta.

Questão 9 – Substituição de “on-line” “on-line”.

Questão 11 – Formulação da questão “Sobre notícias de corrupção (ex.: televisão, jornais, rádio e internet) (...)

